



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA**

ANA CRISTINA GUIMARÃES CARVALHO

**ENTRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:
a historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos**

JUAZEIRO DO NORTE
2019

ANA CRISTINA GUIMARÃES CARVALHO

ENTRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:
a historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Cariri, como requisito para obtenção do título de Mestra em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia na Sociedade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Memória.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Eduardo Leite.

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

- C331e Carvalho, Ana Cristina Guimarães.
Entre lembranças e esquecimentos: a historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos / Ana Cristina Guimarães Carvalho. – 2019.
228 f., il. color., enc.; 30 cm.
Inclui bibliografia (p. 163-177).
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, Juazeiro do Norte, 2019.
Área de Concentração: Biblioteconomia na Sociedade Contemporânea.
Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Memória.
- Orientação: Prof. Dr. Marcelo Eduardo Leite.
1. Memória. 2. Informação. 3. Narrativas orais. 4. Teresina – história. I. Título.

CDD 302.098 122

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

ANA CRISTINA GUIMARÃES CARVALHO

ENTRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:
a historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Cariri, como requisito para obtenção do título de Mestra em Biblioteconomia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Eduardo Leite

Orientador (Presidente da Banca) – Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins

Membro Interno – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Biblioteconomia da
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Profa. Dra. Ana Isabel Parente Ribeiro Cortez

Membro Externo – Universidade Regional do Cariri (URCA)

À minha avó materna, Alzira Guimarães Rodrigues (in memoriam), por ter sido a primeira idosa a me encantar com a arte de contar histórias.

Aos idosos sujeitos desta pesquisa, por me concederem a honra e o prazer de mergulhar fundo em suas histórias, fazendo-me entender quão extraordinária a memória é.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto que inunda de alegria os nossos corações. É também o evidenciar de uma importante missão: a de reconhecer todos os esforços empreendidos, diretamente ou não, por pessoas próximas ou mais distantes, na consecução dos nossos objetivos. Tão desafiador quanto escrever o texto desta dissertação foi direcionar a minha gratidão àqueles que compuseram e compõem a trajetória da minha vida, significando e ressignificando a minha experiência, em todas as instâncias da minha atuação: pessoal, profissional e acadêmica. Por mais embaraçoso que este momento seja, não posso me furtar à oportunidade de expressar a quem contribuiu para a concretização deste projeto, o meu muito obrigado!

A Deus,

por ser meu escudo protetor em todos os momentos.

À minha família,

especialmente meus pais, Benedita e Leopoldino; meus irmãos Allan César e Laíde; meus sobrinhos Arthur Gabriel e Arielly Maria e minha cunhada, Laice, pelo amor desinteressado, pelo carinho, pelo incentivo e pelo apoio fraternal, constantes em toda a minha vida.

Ao meu esposo, José Marcílio de Sá,

por ser tão companheiro, fazendo-se presente nos instantes ternos tanto quanto nos instantes turbulentos; por ser tão sensível, a ponto de ouvir minhas angústias e receios sem tecer críticas ou julgamentos; por ser tão compreensivo para entender minha ausência quando esta se mostrou inevitável; por ser tão solidário, envolvendo-se com assuntos e questões de minha inteira responsabilidade, simplesmente para amparar-me; por sua voz, a acalantar-me quando dizia que tudo daria certo; por seu amor, revigorante e inspirador. A você, meu amor, minha eterna gratidão!

Ao Mestrado Profissional em Biblioteconomia,

aqui personificado na pessoa dos professores Jonathas Carvalho e Cleide Bernadino, idealizadores do projeto que me oportunizou alçar novos voos e abraçar novos e instigantes desafios.

Ao meu orientador, Marcelo Eduardo Leite,

pelas reflexões induzidas e pelas contribuições que deram forma ao presente trabalho.

Às professoras integrantes da banca examinadora, Gracy Kelli e Ana Isabel,

por aceitarem o convite, possibilitando a incursão de novos olhares à construção da presente pesquisa.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Biblioteconomia,

em especial, aqueles com os quais tive o prazer de conviver: Jonathas Carvalho, Cleide Bernadino, Ariluci Elliot, Gracy Kelli e Luís Celestino, pelos saberes transmitidos; pelas valiosas reflexões regadas, sempre, a muito debate, conduzindo-me a repensar velhas e consolidadas concepções, num processo contínuo de construção e reconstrução do conhecimento.

À turma do mestrado, biênio 2017-2019,

sobretudo, às amigas Ana Rafaela, Rebeca, Alla, Karol, Isabel, Geane, Eugênia e Cícera, pela caminhada coletiva; pelo compartilhamento de dúvidas e certezas que contribuíram para o enriquecimento de minha percepção, dentro e fora da sala de aula.

Às antigas e sólidas amizades,

encontradas no vínculo, afetivamente construído com Sindya, Shirlane, Carol Torres e Leda. Obrigada pelo apoio de sempre, pelos ouvidos cedidos a cada desabafo; pela motivação que me fortalece nos instantes de fragilidade e insegurança; pelos encontros repletos de alegria e descontração!

Às novas e gratas amizades,

construídas com Midnay e Gezilda, minhas queridas companheiras de mestrado e de moradia, ao longo de nossa estadia em Juazeiro do Norte. Obrigada pela agradável convivência; pelos festivos e reflexivos diálogos de todas as noites após as aulas; pela cumplicidade; pela espontaneidade e leveza com que sempre encararam as dificuldades, ensinando-me que a calma e a serenidade são bem-vindas em todos os momentos da vida.

Aos bibliotecários colegas de trabalho,

Joimara, Jociede, Thaís, Rigoberto, Milane, Vanessa, Larissa, Socorro Reinaldo, Francisca e Gisela, pelo incentivo e credibilidade em mim depositados antes mesmo do enfrentar deste desafio: o mestrado. Ao

seu Geraldo, o meu agradecimento especial por me oportunizar, através da liberação institucional, experienciar integralmente este desafio.

Ao historiador e pesquisador Paulo Gutemberg,

pela gentil disponibilização das fotografias utilizadas ao longo da pesquisa de campo e diluídas no corpo destes escritos reflexivos.

Às funcionárias do Departamento de Informação da Prefeitura Municipal de Teresina,

que mesmo sem a formação em Biblioteconomia, foram prestativas e facilitadoras do nosso acesso ao conjunto informacional que compunha o acervo da instituição.

Ao seu Neném, funcionário do arquivo permanente da Secretaria Estadual de Educação,

que em meio a tantas estantes e gavetas que guardavam documentos detentores da história de tantas pessoas, encontrou os registros escolares de uma de nossas entrevistadas, dando-nos a oportunidade de situar no tempo, as narrativas por ela, elaboradas.

A Wallace Sá,

pela disponibilidade, empenho e dedicação ao diagramar graficamente o produto resultante do trabalho de pesquisa.

Aos demais amigos, familiares, colegas de trabalho e de mestrado e a todos os outros não citados aqui, em função dos lapsos de memória, mas que, de uma forma ou outra, estiveram envolvidos no realizar deste projeto, o meu muito obrigado!

Pois a memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação.

Hannah Arendt

RESUMO

Na perspectiva das Ciências Humanas e Sociais, a memória é estudada enquanto produto das relações de interação social entre indivíduo e sociedade que, afetando-se mutuamente, geram conexões capazes de produzir sentidos e significados em um cenário dinâmico e dialógico. No concreto, no espaço, no ambiente em que os sujeitos sociais convivem e percorrem a trama da vida, a memória se enraíza e ganha contornos materiais. Neste processo está a cidade, que emoldura as relações do indivíduo com seu grupo social, viabilizando o desenvolvimento das experiências humanas e sociais. A partir de suas percepções sensíveis, os habitantes da cidade produzem dela discursos e imagens para além de sua configuração física, tornando-a um lugar portador de significado e de memórias. Nesta direção, este estudo busca analisar como as memórias individuais, enquanto elemento informacional, contribuem para a construção da memória coletiva da cidade de Teresina. Por meio de um estudo qualitativo e exploratório, ancorado na dialética e no materialismo histórico, procura-se observar, no relato dos entrevistados, que informações foram “escolhidas” para perpetuar-se na história de suas vidas. Analisar os aspectos comuns e distintos ao processo de construção da memória coletiva e das memórias individuais; verificar as interlocuções existentes entre memória individual, coletiva e oficial no processo de representação da cidade de Teresina e construir uma narrativa da historicidade dessa cidade a partir das lembranças de idosos que dela e com ela teceram memórias afetivas, também estão entre os objetivos específicos que alimentaram a construção da presente pesquisa. Realizada com idosos residentes na casa de acolhimento Fundação Abrigo São Lucas, situada em Teresina-PI, a investigação proposta adotou como método de coleta de dados a produção de entrevistas segundo o sistema *não estruturado*, que consiste na elaboração de um roteiro prévio pelo qual os entrevistados são conduzidos à descrição espontânea dos fatos. No processo de estimulação à construção das narrativas, empregou-se também a técnica da foto-entrevista, com apresentação de fotografias da cidade atuando como recursos disparadores da memória. Para a análise dos dados coletados, privilegiou-se a análise de discurso teorizada por Michel Pêcheux, para quem o discurso se constrói na confluência dos contextos ideológico, histórico e social. A pesquisa mostrou que os idosos abordados, embora não sejam conscientes de sua função social, assumem um importante papel ao reconstituírem suas experiências. Suas representações, apesar de partirem do escopo individual, referem-se a eventos coletivos que retratam modos de vida urbanos e espaços da cidade, significados por e para seus habitantes. Conclui-se que os relatos orais constituem-se como potenciais elementos informacionais a trazer novas contribuições para a compreensão da historicidade de Teresina, podendo desencadear novas possibilidades de atuação profissional do bibliotecário, na perspectiva dialógica entre memória, oralidade e informação.

Palavras-chave: Memória. Informação. Narrativas orais. Teresina – história.

ABSTRACT

In the perspective of the Human and Social Sciences, memory is studied as a product of the relations of social interaction between individual and society that, affecting each other, making connections capable of producing sense and meanings in a dynamic and dialogical scenario. In concrete, in space, in the environment in which social subjects coexist and travel through the plot of life, memory is rooted and materialized. In this process is the city, which frames the relations of the individual with his social group, enabling the development of human and social experiences. From their sensitive perceptions, the inhabitants of the city produce speeches and images beyond their physical configuration, making it a place that carries meaning and memories. In this direction, this study seeks to analyze how individual memories, as an informational element, contribute to the construction of the collective memory of Teresina city. Through a qualitative and exploratory study, anchored in dialectics and historical materialism, we try to observe, in the interviewees' reports, what informations were "chosen" to perpetuate itself in the history of their lives. To analyze the common and distinct aspects to the process of construction of collective memory and individual memories; to verify the interlocutions existing between individual, collective and official memory in the process of representing Teresina city and to construct a narrative of the historicity of that city from the memories of the elderly who have and with it made affective memories are also among the specific objectives that fed the construction of this research. It was carried out with elderly people living in the shelter of the São Lucas Foundation, located in Teresina-PI. The proposed research adopted as a method of data collection the production of interviews according to the unstructured system, which consists in the elaboration of a previous interviewees are led to the spontaneous description of the facts. In the process of stimulating the construction of narratives, the technique of photo interview was also used, with the presentation of photographs of the city acting as triggering resources of memory. For the analysis of the collected data, the discourse analysis was theorized by Michel Pêcheux, for whom the discourse is constructed in the confluence of the ideological, historical and social contexts. Research has shown that the elderly, although not aware of their social function, play an important role in reconstituting their experiences. Their representations, although starting from the individual scope, refer to collective events that portray urban ways of life and spaces of the city, meant by and for their inhabitants. It is concluded that the oral reports constitute potential informational elements to bring new contributions to the understanding of the historicity of Teresina, and may trigger new possibilities of professional work of the librarian, in the dialogical perspective between memory, orality and information.

Keywords: Memory. Information. Speaking narratives. Teresina city – History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Planta da cidade de Teresina em outubro de 1852	111
-------------------	-------------------------------------------------------	------------

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Perímetro urbano da cidade de Teresina (1800-1980).....	134
-----------------	---------------------------------------------------------	------------

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Lavadeira de roupas no rio Parnaíba (1974).....	119
Fotografia 2 -	Casas de palha situadas às margens do rio Poti (1960)	125
Fotografia 3 -	Conjunto habitacional Dirceu Arcoverde (1979)	135
Fotografia 4 -	Praça Pedro II com Teatro 4 de Setembro ao fundo (1960).....	141
Fotografia 5 -	Praça Pedro II (Final dos anos 1940).....	143
Fotografia 6 -	Praça Rio Branco (Anos 1950)	144
Fotografia 7 -	Coroas do rio Parnaíba (Anos 1970, aproximadamente).....	147

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO	13
1.1	CONTEXTUALIZANDO O OBJETO E OS OBJETIVOS DA PESQUISA....	18
2	DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	24
3	DA MEMÓRIA, SUAS TESSITURAS CONCEITUAIS E RELAÇÕES DIALÉTICAS.....	34
3.1	O CONCEITO DE MEMÓRIA COMO PONTO DE PARTIDA.....	35
3.2	O CARÁTER INDIVIDUAL E COLETIVO DA MEMÓRIA: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES.....	42
3.2.1	A memória na perspectiva sociológica de Durkheim.....	45
3.2.2	A memória na teoria weberiana: aproximações e distanciamentos	48
3.2.3	As disputas da memória na perspectiva da dialética marxista.....	58
3.3	A NARRATIVA ORAL E A HISTÓRIA DE VIDA COMO METODOLOGIAS FAVORÁVEIS À CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS.....	69
4	DIÁLOGOS ENTRE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO	78
4.1	O PARADIGMA CUSTODIAL DA INFORMAÇÃO	83
4.2	O PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL DA INFORMAÇÃO	86
4.3	O REGISTRO INFORMACIONAL: O PAPEL DA ORALIDADE E DA ESCRITA NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.....	92
4.4	DA IMAGEM À MEMÓRIA REVELADA: A FOTOGRAFIA ENQUANTO FONTE DE INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA	98
5	NO MEU TEMPO ERA ASSIM... OS IDOSOS E A REPRESENTAÇÃO DE TERESINA EM SUAS MEMÓRIAS	107
5.1	HISTÓRIAS DE UM TEMPO QUE NÃO ACABA, PARTE 1: ENREDOS DO CENÁRIO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO PELA HISTORIOGRAFIA E NARRATIVA DOS IDOSOS.....	109
5.2	HISTÓRIAS DE UM TEMPO QUE NÃO ACABA, PARTE 2: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES EM TERESINA.....	138
6	PRODUTO DE PESQUISA	154
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	REFERÊNCIAS.....	163

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário pré-entrevista	179
APÊNDICE B – Roteiro geral de entrevistas	182
APÊNDICE C – Roteiro individual de entrevista (Sra. Efigênia)	185
APÊNDICE D – Roteiro individual de entrevista (Sra. Francisca Maria)	188
APÊNDICE E – Roteiro individual de entrevista (Sra. Graciana)	193
APÊNDICE F – Roteiro individual de entrevista (Sr. Jerônimo)	198
APÊNDICE G – Roteiro individual de entrevista (Sra. Otaviana)	201
APÊNDICE H – TCLE – Fundação Abrigo São Lucas	205
APÊNDICE I – TALE	207
APÊNDICE J – Produto de Pesquisa: Memorial Descritivo	210
ANEXOS	
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética (UFPI)	212

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO

Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão os tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie [...]. Aí está também escondido tudo o que pensamos, quer aumentando ou diminuindo ou até variando de qualquer modo os objetos que os sentidos atingiram. Enfim, jaz aí tudo o que se lhes entregou e depôs, se é que o esquecimento ainda não absorveu e sepultou [...]. Aí estão presentes o céu, a terra e o mar, com todos os pormenores que nele pude perceber pelos sentidos, exceto os que já esqueci. É lá que me encontro a mim mesmo e recordo as ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam a praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem.

Santo Agostinho

No meu repertório de lembranças, ainda ecoa nitidamente a recordação de quando escutava, atenta e eufórica, as histórias contadas por minha avó. De sua fecunda memória, ela extraía lembranças sobre os mais distintos acontecimentos vivenciados ao longo de sua experiência social. O compartilhar de suas venturas e desventuras faziam-me mergulhar nas entranhas de um mundo desconhecido, tão distante de minha realidade urbana. O conhecimento sobre os acontecimentos e conjunturas do passado de minha avó, suas impressões particulares e o seu modo de significar as experiências vividas individual e coletivamente, ocuparam um lugar de destaque na constituição dos meus primeiros sentidos acerca do mundo e das suas relações com a experiência subjetiva de um indivíduo. Plantava-se ali, nos idos da infância, o meu fascínio pelos estudos de memória.

Mais tarde, o interesse semeado precocemente ganha possibilidades de investimentos teórico-científicos, após trilhar os caminhos da Biblioteconomia e tornar-me bibliotecária. Com o foco voltado para a informação e seus processos organizacionais e disseminatórios, esta área empreende esforços com vistas à promoção do acesso e à preservação da informação, fomento à construção e produção de novos sentidos e novos conhecimentos. Os preceitos da área somados à minha trajetória profissional fizeram-me entender que o bibliotecário, na qualidade de profissional da informação, é responsável pela preservação dos vestígios e fragmentos do que passou e pode contribuir para tornar lugares de memória as bibliotecas, os arquivos, os museus e os centros de documentação (DELGADO, 2003; NORA, 1993).

Estimulada por esta compreensão e pelo potencial informativo da memória, inicialmente representado pela memória de minha avó, surgiu a ideia e o desejo de estudar as

relações entre memória e informação, buscando compreender, no rastro das narrativas orais, como as memórias individuais contribuem para a construção da memória coletiva e se tornam elementos informacionais que, uma vez registrados e organizados, originam documentos e artefatos que assumem a condição de fontes de informação capazes de servir ao trabalho de pesquisa e investigação científica que, por sua vez, objetiva a compreensão, problematização e (re)interpretação da realidade, seus sentidos e desdobramentos.

Nesta direção, trabalhar com memória é trabalhar com representações de uma continuidade temporal. Ao contemplar outras fabulações, originadas nas experiências individuais e coletivas de um sujeito, a memória relativiza o tempo e os fatos contados a partir da ótica da História Oficial, revelando novas possibilidades teóricas e empíricas, incorporando ao debate novas contribuições.

Entretanto, a memória opera alicerçada em um processo seletivo, resultante do interesse e da manipulação de grupos sociais dominantes, do bloqueio involuntário de experiências pretéritas que remetem à dor e ao sofrimento (ARAÚJO; SANTOS, 2007) ou simplesmente, da falta de engajamento no vivenciar de determinadas experiências, às quais não foram conferidas a relevância necessária para se constituírem memória. É, pois, nesta dialética entre lembrança e esquecimento que se ergue a memória, colocada, assim, como uma construção que dialoga e percorre essas duas dimensões, que, afetando-se mutuamente, constituem grande desafio para os trabalhos de composição historiográfica, bem como, para o pensar do passado e da historicidade que envolve cada sujeito, a partir do seu próprio olhar.

A materialidade da memória se constrói na elaboração da fala. Logo, o antagonismo que engendra a memória também se projeta no recurso que a exterioriza: o discurso. Convém lembrar com Pêcheux (1969), que o esquecimento está presente no discurso de duas formas: o esquecimento ideológico, ao acreditar sermos os autores do que dizemos, quando, em verdade, apenas nos apropriamos dos sentidos já existentes, e o esquecimento da ordem da enunciação, quando escolhemos nos expressar de uma maneira e não de outra, estabelecendo uma relação natural entre coisa e palavra, denotando que o modo de falar não é indiferente aos sentidos produzidos (ORLANDI, 2015). Assim, o esquecimento

[...] é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos (ORLANDI, 2015, p. 34).

Para Neisser (1982), o hiato que se instala entre o lembrar e o esquecer soa como tentativa de reconstrução do passado e a imprecisão da memória que leva ao esquecimento,

não corresponde, necessariamente, à deslembração de episódios pretéritos, mas decorre do caráter seletivo da memória, pelo qual o indivíduo reconstitui suas experiências, contextualizadas ao mundo em que se insere.

Na obra *Entre o passado e o futuro* Hannah Arendt (2014), evidencia a ameaça da amnésia social para o *continuum* da memória, o que nos levaria à perda das tradições e evidentemente, à ruptura do elo entre passado e presente. Seria esta a ameaça a ser enfrentada por nós: a capacidade de não deixar de lembrar. Nesta percepção, a memória é associada à noção de esteio da identidade que constitui as referências fundamentais para o autorreconhecimento do homem enquanto sujeito partícipe de sua história. Ademais, a memória nesta perspectiva evidencia uma noção de pertencimento a um mundo, que inclui e constitui os indivíduos, permitindo que eles possam enxergar-se em sua essência humana e social.

A melhor forma de entendermos a relevância da memória, parafraseando Santos (2012), é pensar o mundo e o sujeito nele engendrado, sem memória. Seria viável? Como explicar a necessidade latente de nos remeter ao passado para nos orientar no presente?

Até o início do século XX, a memória era, por excelência, objeto de estudo da Filosofia, que a ela recorria para atribuir significado à vida humana. A memória estudada a partir das relações sociais, deriva de um movimento teórico que desloca da razão para a memória o lugar privilegiado para o conhecimento do mundo (SANTOS, 2012).

No sentido de entender e significar a memória, muitos esforços reflexivos têm sido empreendidos, ocasionando o surgimento de estudos cada vez mais interdisciplinares, que conferem à concepção de memória, um caráter polissêmico, no qual admite-se várias interpretações e significações, variantes conforme o enfoque teórico eleito.

No campo das Ciências Sociais, o seu entendimento se aproxima, predominantemente, das concepções elaboradas por Maurice Halbwachs, que a toma como um fenômeno eminentemente coletivo, já que todo sujeito é antes de tudo, um sujeito social e sem poder escapar a esta condição que o conecta a um meio e a um contexto, suas lembranças são constantemente cercadas e inundadas pelas lembranças de outrem, num ciclo que afirma identidades e sustenta a existência dos grupos sociais.

Distanciando-nos da percepção que associa a memória à “espaço inerte” cuja finalidade seria apenas depositar lembranças, entendemos a memória como um espaço vivo e dinâmico, onde se articulam lembranças e esquecimentos numa relação confluyente que reestabelece o sujeito social a cada momento. A memória sob esta ótica é, pois, “[...] esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação

continuamente atualizada do passado” (PINTO, 1998, p. 307). Logo, a memória permite ao sujeito significar e atualizar suas impressões da realidade, ressaltando os laços de identidade que o vincula à sociedade.

Embora percebamos a memória como um alicerce edificante de identidades, solidificando as consciências, não faz parte do propósito investigativo que aqui delineamos, trabalhar exaustivamente os conceitos de identidade, por entendermos que se trata de uma concepção tão polissêmica quanto a de memória. Assim, nos limitaremos a ressaltar a relação que se estabelece entre memória e identidade, sem, contudo, problematizar complexamente a discussão que envolve seus contornos e desdobramentos epistemológicos.

Na dinâmica do recordar, valendo-se de estímulos exteriores, representados por pessoas, objetos ou situações, o sujeito social reconstitui suas experiências, dá corpo às suas lembranças e as socializa por meio da linguagem. Esta ação de socialização das lembranças se constrói através do discurso presente nas narrativas orais. As narrativas orais são, portanto, responsáveis por integrar ao cotidiano, por externar ao outro, a experiência existencial de um sujeito.

A oralidade, tanto quanto a escrita, representa um relevante instrumento de transmissão de informações, memórias e identidades. Das experiências mais simples aos grandes acontecimentos históricos, as narrativas registradas sob os mais variados suportes, configuram-se como substratos da memória, como veículos de disseminação da cultura e da identidade (DELGADO, 2003).

Na perspectiva de revisitar o passado, tomando como instrumento a memória, o percurso a ser trilhado encontra conformação ideal na análise dos fragmentos. Neste sentido, a fotografia pode representar um valioso recurso para a ativação da memória e, conseqüentemente, para a compreensão de fatos e contextos pretéritos, já que corresponde à retratação da realidade a partir de seus fragmentos. Acontecimentos da vida em comunidade, experiências vividas individualmente, vitórias e infortúnios, ganhos e perdas, tudo pode constituir lembranças desencadeadas pela fotografia. A fotografia proporciona, portanto, a construção das experiências passadas, regada a um cabedal de emoções. As histórias que as fotografias contam

Fazem sonhar, embriagam os povos, engendram neles falsas lembranças, exageram seus reflexos, conservam suas velhas feridas, atormentam-nos no seu repouso, conduzem-nos ao delírio de grandezas ou ao da perseguição, tornam as nações amargas, soberbas, vãs, insuportáveis (VALÉRY, 1960, p. 935).

Os registros fotográficos assim como as narrativas orais contribuem para o processo de (re)constituição da memória, oferecendo para a humanidade possibilidades de delineamento de suas referências fundamentais. E para que a humanidade não perca as referências fundamentais ao seu autoconhecimento e ao seu próprio desenvolvimento, seja no campo humanístico, científico, cultural, econômico, social, político ou tecnológico, as preocupações com a preservação de todo este arsenal informativo, produzido no passado e no presente, revelam-se cada vez mais pertinentes. A relevância destas preocupações se justifica dada a riqueza informacional que estes recursos contêm, paralelamente à larga produção de informação observada no presente século.

Desse modo, as limitações da memória humana, situadas no binômio *lembrança – esquecimento*, levam o homem a desenvolver instrumentos exteriores à sua mente como forma de impedir o esquecimento. E assim, a memória social, científica, cultural e todas as outras passíveis de adjetivação específica, materializam-se, num esforço coletivo de favorecer o registro e o acesso às informações produzidas pelo homem ao longo do tempo. Nesse sentido, são instituídos os “lugares de memória” – bibliotecas, arquivos e museus – cujo objetivo é preservar a experiência humana reconstituída em registros informacionais que viabilizam à sociedade sua evolução, nas mais diversas instâncias.

Sob a mesma finalidade – preservação do conhecimento humano – surgem e se desenvolvem as práticas de organização da informação, originando novos campos do saber, como, a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia. Tais áreas instituem diretrizes e parâmetros para as práticas profissionais referentes ao registro escrito da memória, empreendendo esforços na preservação e disseminação destes conteúdos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

Apesar do papel social destas instituições no que tange à preservação e disseminação da memória, o contraponto à incompletude de sua atuação fixa-se sobre a constatação de que a biblioteconomia, dentre outras áreas do conhecimento, permanece focada no tratamento do registro informacional escrito, o que leva a oralidade a perder espaço e relevância nos cenários onde a memória, por excelência, habita. É sabido que parte deste comportamento é norteado pela supremacia que, ao longo do tempo, a escrita alcançou sobre a oralidade. Contudo, acreditamos que a memória pode encontrar o suporte necessário para a sua permanência e propagação em ambos os veículos, sem que estes sejam excludentes. Assim, em nossa concepção, a memória pode ser compreendida enquanto imagem, monumento, fala e ação.

Nessa direção, buscando assimilar os significados mais profundos relativos à memória e suas relações dialéticas, procuramos, no primeiro momento, discorrer sobre tal temática privilegiando as concepções que superam a ideia de memória como meros repositórios de dados e informações individuais ou coletivas. Nosso texto desenvolve-se na perspectiva de uma memória pelo caráter social, compreendida como ato consciente de construção do passado pelo sujeito, que inserido num contexto social, sofre as influências deste em seu processo de representação e significação da realidade. Depois, objetivamos tecer proposições dialogais entre a memória, as narrativas orais, a informação e a fotografia. Na sequência, apresentamos enredos da historicidade de Teresina pelas narrativas historiográficas oficiais e não oficiais e pelas narrativas dos idosos abordados na pesquisa, focalizando o processo de construção da memória coletiva da cidade a partir da pluralidade de vozes que sobre ela constroem inúmeros sentidos e significados.

Para esculpir o traçado destes escritos recorreremos a uma diversidade de fontes, buscando, sempre que oportuno, lançar nosso olhar sobre seus postulados. As notas de rodapé aqui inseridas foram pensadas com o objetivo de fornecer o máximo possível de clarificações ao assunto abordado, num empenho de construir um texto democrático, acessível ao qualquer leitor.

A seguir, são apresentados os aspectos contextualizadores da pesquisa, que atuaram como elementos norteadores no seu processo elaborativo: a justificativa, a problematização, os sujeitos e os objetivos do presente estudo.

1.1 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO E OS OBJETIVOS DA PESQUISA

O processo de envelhecimento é característica intrínseca à natureza humana, fase geralmente marcada por vulnerabilidades de toda ordem, nas mais diversas instâncias. Das condições materiais de vida à redução da vitalidade física, a pessoa idosa vê a sua configuração humana e social sendo substancialmente afetadas pelo inevitável avançar do tempo. No aspecto orgânico, as habilidades motoras, sensoriais e até mesmo cognitivas iniciam um processo de desestabilização, onde parte de sua capacidade efusiva é dissolvida, levando a pessoa idosa à perda de independência e autonomia.

Tais constatações, somadas à negação da velhice – largamente disseminada pelo midiatismo publicitário e pela associação do seu conceito a sentimentos negativos – levam a sociedade moderna a singularizar este momento da vida, tomando-o como período de perdas, declínio e isolamento (PAIVA, 2001; CAVALCANTE, 2012). Como consequência, a pessoa

idosa vai, gradativamente, sendo desintegrada dos contextos sociais, de onde se observa a valorização dos sujeitos mensurada a partir do seu potencial produtivo. Desse modo, tendem a ser esquecidos, isolados e discriminados socialmente aqueles que não mais contribuem efetivamente para a economia do país, que não mais gozam do estatuto de cidadãos ativos inseridos no mercado de trabalho (ABOIM, 2014) ou que apresentam capacidade limitada para a realização de múltiplas tarefas.

Para os idosos institucionalizados, a sensação de desvalor social pode ser ainda maior. Culturalmente, os abrigos de idosos são vistos como espaços para a degeneração da velhice, repletos de pessoas com nítidas disfunções físicas ou cognitivas, que em função de tal condição, já não mantêm operante suas aptidões sociais, o que as inabilitaria ao exercício da troca e transmissão de experiências e saberes, articulados e exteriorizados a partir da linguagem, características que marcam e delineiam as relações humanas. Esse simbolismo que permeia o imaginário social não considera outras possibilidades de apreensão e ressignificação da realidade pelas pessoas idosas e reproduz padrões discursivos e práticas sociais que as mantêm à margem da sociedade.

Como a experiência humana não é apenas pensada, mas, sobretudo, sentida (THOMPSON, 1992), esta marginalização é internalizada pela pessoa idosa, constituindo um conjunto de valores que se projeta em suas produções discursivas. No livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi relata que os próprios longevos incorporam o discurso disseminado pelo sistema capitalista que rege nossas relações sociais, e reiteram ideias como: “velho não serve para nada, apenas para dar trabalho” ou “velho perde a serventia, dá lugar aos moços”. Contrariamente a estas percepções, estudos psicológicos revelam que a idade avançada não diminui a eficiência.

Inclinando-me nesta direção, as percepções construídas sobre a pessoa idosa encontram referência na figura de minha avó que, de modo instigante, revisitava o seu passado e narrava episódios de sua experiência sensível, oportunizando-me o contato com um universo não descrito na memória oficial. Na qualidade de portadores de reflexividade, reconhecendo-os também como condutores de memória é que significo a pessoa idosa.

Pensar o idoso como um detentor de conhecimentos e experiências já cristalizados pela ação do tempo, dado seu longo percurso biográfico, fornece-me as bases necessárias para compreender as facetas de constituição da memória que envolve a não linearidade temporal, tensões, disputas e conflitos, num movimento de articulação de lembranças que nem são falsas ou verdadeiras, apenas retratam o passado pelos olhos de quem o viveu. Assim,

Considerar idoso/as como guardiões de sentidos de um tempo não implica supor o guardar de uma história “verdadeira” e documentada. Como é próprio ao campo da memória, trata-se de buscar sentidos, significados e imaginação sobre um tempo e um acontecimento (CAVALCANTE, 2012, p. 50).

Em meio ao ímpeto destas reflexões, configurou-se a escolha do tema e dos sujeitos da pesquisa. A opção por trabalhar com idosos e suas representações memorialísticas se justifica, primeiramente, em nosso entendimento de que os idosos, como quaisquer outros indivíduos, são sujeitos sociais que, inseridos em uma comunidade, tecem suas experiências e impressões da realidade, influenciando-a e sendo por ela influenciados.

Depois, nossa escolha ganha contornos mais contundentes quando pensamos a memória como lugar de construção do tempo e as práticas discursivas como mediadoras da permanência e da continuidade, do deslocamento e da transformação do sujeito e sua realidade, numa dinâmica de produção de sentidos que ordena, afirma, distancia e divide, alimentando as estruturas do imaginário social de um determinado período e de um determinado espaço.

O idoso, por já ter percorrido uma longa trajetória social e vivenciado um determinado tipo de sociedade que injeta na memória as suas marcas e delinea a constituição dos quadros de referência social, tem a sua memória desenhada sob um cenário mais definido do que a memória de pessoas jovens que, envolvidas nas lutas e contradições de um presente que as solicita a todo instante, ainda constroem suas relações com o meio social. As significações da experiência sensível de um idoso dão conta das transformações experimentadas pela sociedade, dentro do tempo que lhes pertenceu. Desse modo, abordar o idoso como condutor de memórias nos possibilita compreender as tessituras da memória coletiva que se reelabora no entrelaçamento entre o privado e o público, o oral e o escrito, o subterrâneo e o oficial.

No processo de constituição da memória, a relação com os quadros de referência social – família, escola, trabalho – bem como, a relação com os lugares que estiveram presentes na experiência de um indivíduo, ocupam um papel de destaque. Em meio a estes lugares está a cidade, palco das tramas do cotidiano, espaço carregado de subjetividade por reunir uma multiplicidade de experiências, conseqüentemente, uma pluralidade de interpretações e significações que vão além da existência própria do sujeito e entremeiam-se às formas de ver e significar dos outros atores sociais inseridos no viver urbano.

Obra coletiva que desponta como um desafio à natureza, a cidade nasce com o processo de sedentarização humana, inaugurando uma nova relação entre o homem e a natureza, onde a fixação em um determinado ponto pressupõe a resignificação dos seus

modos de vida e vias de sobrevivência. Com cada indivíduo se dedicando a atividades distintas como forma de garantir o sustento e alimentação dos grupos de indivíduos, as relações de dependência começam a se desenhar, fortalecendo os laços familiares, ordenando os homens em comunidades e depois em sociedades.

As memórias aqui estudadas e registradas revelam sentimentos e representações de atores sociais que viveram enredos do cenário social, político, econômico e cultural da cidade de Teresina, ao longo do século XX. Todos os lugares citados em suas narrativas retratam a atmosfera do viver na cidade, pondo em voga as nuances de uma Teresina que suas memórias conseguiram preservar e seguem eternizadas em suas representações sentimentais, apesar de todas as transformações ocorridas na cidade em decorrência da ação dos homens e do tempo.

Com a temática *A memória individual como elemento informacional no processo de construção da memória coletiva*, nossa pesquisa se realizou na casa de acolhimento de idosos, Abrigo São Lucas. Situada em Teresina (PI), à avenida Nicanor Barreto, 5280, zona leste da cidade, a instituição sem fins lucrativos abriga hoje 60 idosos, sendo 35 mulheres e 25 homens, com idades entre 64 e 106 anos.

Idealizada e implantada pelo casal Joaquim Mendes e Regina Costa, a Fundação Abrigo São Lucas atua na capital piauiense desde 1989, prestando à população idosa em condições de vulnerabilidade social, assistência de diversas ordens: assistência social, médica, nutricional, pedagógica, fisioterapêutica, odontológica e neuropsiquiatria, além do serviço habitacional. Com sede própria, a instituição, que conta com 29 funcionários contratados e 36 voluntários, desenvolve atividades e projetos sociais¹ que objetivam promover a socialização e integração dos idosos mediadas pelas relações de solidariedade e convivência em coletividade.

Nesta pesquisa, o fenômeno a ser estudado é: como os sujeitos que vivenciaram sua trajetória pessoal em Teresina significam suas experiências; como Teresina está representada em suas memórias; como estas memórias pessoais dialogam com a memória oficial.

¹ Dentre os projetos desenvolvidos pelo Abrigo São Lucas estão:

- *Adote um idoso* - Consiste na aproximação entre sociedade civil e moradores do abrigo, onde cada visitante, que assim se sentir disponível, possa escolher e acolher um idoso nos aspectos referentes a lazer, cultura e ajuda financeira.
- *Resgatando a vida* - Prevê o desenvolvimento das potencialidades dos idosos, promovendo motivação e lazer.
- *Ressignificando vínculos* - Trabalha em conjunto com as famílias dos idosos, possibilitando o estreitamento e o fortalecimento das relações familiares.
- *Sou cuidador, trabalho com amor* - Busca desenvolver motivação e liderança nos colaboradores da instituição.

Todas as possibilidades de resposta para estes questionamentos foram vislumbradas desde a primeira visita ao Abrigo São Lucas, quando da busca por uma delimitação espacial do campo de pesquisa. A partir das leituras e do investigar empírico, alguns propósitos inicialmente estabelecidos foram redimensionados, como as questões que mobilizam a problematização deste estudo: qual o papel do indivíduo, especialmente do idoso, neste processo de construção da memória coletiva? As memórias são puramente individuais ou todas elas estão submetidas à ordem social?

Do contato inicial com o tema, reconhecidos os limites e as possibilidades dos recortes, resultou a elaboração de nossos objetivos. Como objetivo geral, propomos: analisar como as memórias individuais, enquanto elemento informacional, contribuem para a construção da memória coletiva. Entre os objetivos específicos que alimentaram a construção deste texto, elencamos:

- Observar, no relato dos entrevistados, que informações foram “escolhidas” para perpetuar-se na história de suas vidas;
- Analisar os aspectos comuns e distintos ao processo de construção da memória coletiva e das memórias individuais;
- Verificar as interlocuções existentes entre memória individual, coletiva e oficial no processo de representação da cidade de Teresina;
- Construir uma narrativa da historicidade de Teresina, a partir das lembranças de idosos que com ela teceram memórias afetivas.
- Produzir um Memorial Descritivo que relacione fotos da cidade de Teresina aos fragmentos narrativos dos depoentes, como forma de dar-lhes o devido retorno sobre suas respectivas participações no constructo destes escritos;
- Apresentar à Universidade Federal do Piauí uma proposta de projeto de extensão que promova a inclusão social dos idosos do Abrigo São Lucas, fomentando a integração entre universidade e sociedade.

Para alcançarmos tais objetivos recorreremos ao uso de fotografias que retratam a cidade de Teresina – reduto dos sujeitos participantes da pesquisa – entre as décadas de 1930 e 1980, período que coincide com a sua mocidade, momento em que nossos personagens transitavam com maior intensidade pelos grupos sociais que compuseram seus quadros de referência, ao longo de sua trajetória.

As fotografias utilizadas foram selecionadas conforme a experiência individual de cada idoso, conhecida desde o primeiro contato. Dos casebres de palha, lugares de

sobrevivência e escassez, às casas de espetáculo, lugares de riso e diversão, passando por outros de maior ou menor serenidade, as fotografias retratavam lugares objetivos e subjetivos, concretos e abstratos, materiais e imateriais presentes nas narrativas dos idosos participantes da pesquisa. Tais fotografias atuaram como gatilhos disparadores da memória (BONI, 2017), contribuindo para a erupção de lembranças que eventualmente pudessem se inserir no contexto histórico oficial, introduzindo às histórias conhecidas, detalhes e perspectivas peculiares, ausentes nos escritos oficiais.

Dentre as contribuições teóricas que esta pesquisa almeja propiciar, destaca-se o registro do discurso contido na voz, e através dela, o conhecimento da vida e o pensamento de pessoas comuns que, devido à subjetividade presente em cada um de nós, apreendem e interpretam o mundo à sua volta de uma maneira singular e através de suas memórias reconstituem lugares e situações contemplados e não contemplados na história e na memória oficial.

Empiricamente, a relevância desta proposta investigativa se institui pela possibilidade de reafirmar o potencial informativo da memória individual no processo de construção da memória coletiva, assim como, o entendimento das narrativas enquanto vestígio histórico, já que elas verbalizam as experiências, os acontecimentos, as conjunturas e as visões de mundo referentes a um passado nem sempre preservado no tempo presente, desvelando o caráter informacional contido no depoimento oral, que uma vez registrado e trabalhado, pode atuar como fonte de informação e produzir novos estudos, no intuito de compreender a sociedade a partir do indivíduo que nela viveu.

Assim, o presente trabalho pretende edificar-se na fronteira em que se cruzam as memórias individuais e a memória coletiva. Acreditamos que um mundo social, repleto de uma riqueza e de uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos seus atores sociais. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu, através de um processo de humanização das realidades passadas.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Todo grande progresso da Ciência resultou de uma nova audácia da imaginação.

John Dewey

Sabe-se que o conhecimento científico resulta de um processo de investigação que, por sua vez, surge da necessidade de encontrar soluções para problemas de ordem prática da vida diária e do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas e da discussão intersubjetiva (POPPER, 2006; SAMPAIO, 2013). Para Bourdieu (1989), os elementos teóricos envolvidos no processo de pesquisa e seus respectivos modos de operá-los, configuram o que o autor chamou de *habitus* científico, entendido como

[...] uma regra feita pelo homem ou, melhor, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada (BOURDIEU, 1989, p. 23).

Ao longo de sua evolução, a ciência percorreu caminhos em que as normas de cientificidade tornaram-se necessárias, ou seja, para alcançar o conhecimento científico e proceder à investigação tornou-se determinante a adoção de métodos e técnicas que direcionem o pesquisador às etapas abstratas e concretas da pesquisa. Segundo Morin (2015), método é a *práxis* fenomenal, subjetiva e concreta. Para ser estabelecido, requer estratégia, iniciativa, invenção e arte, constituindo-se numa atividade pensante do sujeito (MORIN, 2015). Método significa estrada, caminho a ser trilhado, via de acesso por onde se interpretam as questões propostas por um determinado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador (OLIVEIRA, 1998). Tendo como objeto de estudo a construção da memória coletiva da cidade de Teresina a partir das memórias individuais de idosos que nela habitaram e habitam, as caracterizações que estruturam e norteiam a prática científica do presente estudo, deram-se à luz dos métodos apresentados seguir.

Metodologicamente, pela própria natureza do objeto e procedimentos envolvidos na pesquisa, alheios aos limites de quantificação, a investigação proposta caracteriza-se como uma abordagem essencialmente qualitativa, embasada em esforços analíticos e reflexivos que buscam compreender as experiências individuais no contexto do espaço urbano e como tais

experiências, reconstituídas no trabalho de rememoração, se entrecruzam e caminham em direção à construção da memória coletiva.

A Dialética é a linha de pensamento sobre a qual se apoia nosso investimento reflexivo. Ela consiste na interpretação dinâmica e totalizante da realidade, considerando que os fatos sociais, para serem entendidos, necessitam ser contextualizados no âmbito dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para Ianni (2011) a dialética é essencialmente crítica, pois permite desvendar aspectos da realidade, antes implícitos, possibilitando um mergulho profundo na complexidade, na contradição, nas relações, nos processos e nas estruturas da realidade social que não se deixam conhecer apenas pela observação empírica. Nesse sentido,

Pelo fato de saber que uma pessoa se chama João ou Maria, não sabemos nada dessa pessoa. Para conhecer a pessoa, precisamos conhecer suas relações, os processos que estão implícitos ou explícitos nas suas atividades. À medida que vamos conhecendo que Maria, além de ter 20 anos, é operária ou estudante, branca ou negra, católica ou protestante, que se insere numa família, que se insere num contexto de relações, aí nós vamos chegando a uma compreensão viva do fato, do acontecimento (IANNI 2011, p. 141).

Em outras palavras, Hegel (apud IANNI, 2011, p. 141) considera que “é preciso que a reflexão se entregue ao objetivo da pesquisa para apanhar o movimento do real, a essência do acontecimento”. Assim, a dialética propõe compreender o objeto de estudo a partir de sua conexão indissolúvel com os fenômenos que o cercam.

Etimologicamente, a palavra dialética, originária do grego *dialektiké*, significa a arte de dialogar, debater, persuadir ou também polemizar. Tomando-se, pois, a sua essência etimológica e as definições até aqui apresentadas, podemos inferir que a dialética representa um debate de ideias opostas em que a verdade é alcançada com base na contraposição e na reconciliação de contradições. Em síntese, a dialética ampara-se na contradição entre a unidade e a multiplicidade, o singular e o universal, o movimento e a imobilidade.

Para estudar a construção da memória coletiva a partir das memórias individuais, valemo-nos dos confrontos entre a multiplicidade de memórias, onde, de um lado, figuram aquelas que continuam vivas no tempo, ocupando posições hegemônicas – as memórias oficiais – e, de outro, aquelas que não se encontram inscritas e prescritas em registro algum, silenciadas pelos interesses da classe dominante e pelos grandes temas da historiografia. Pautar nossas reflexões em torno das lutas e tensões sociais ocasionadas pelas disputas das memórias é caminhar em direção ao *locus* próprio da dialética, que analisa a realidade por meio de suas contradições, na perspectiva objetiva e subjetiva (DEMO, 2011).

Na primeira fase da pesquisa, procedemos à *revisão de literatura*, compreendida aqui como etapa da pesquisa exploratória e também como método de procedimento técnico. No desenvolvimento da pesquisa, envidar esforços para uma apreensão teórica torna-se primordial, pois os quadros referenciais tendem a orientar a lógica de construção do objeto, fornecendo suporte às relações antecipadas nos pressupostos elaborados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, [20--]). Essa busca pela fundamentação conceitual nos conduziu à leitura de livros, artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos, documentos eletrônicos e bases de dados, cuja apreciação se deu ao longo do processo investigativo, no dialogar da teoria com a empiria.

Textos pertencentes a outros gêneros literários como, narrativas jornalísticas, crônicas, poesias e letras de música, também exerceram um importante papel na construção de informações e percepções reflexivas. O uso de fontes hemerográficas se deu pela capacidade descritiva e narrativa que elas detêm, afinal, os jornais constituem um mosaico de informações cotidianas sobre a cidade e seus cidadãos, sendo marcados pela ineditude da publicação seguinte (LIMA, 2016). As crônicas, pela capacidade de expressar tramas, dramas, tensões, conflitos e harmonizações, contextualizados num espaço-tempo, potencializaram a compreensão do período aqui retratado, permitindo-nos conhecer peculiaridades da vida social, política, econômica e cultural a partir do olhar distinto de quem as vivenciou.

Todas estas fontes não teóricas, assim como os poemas e letras de músicas, estão carregados de sentimentos, ideologias e interesses daqueles que se utilizam da palavra escrita ou da palavra falada para se colocar frente a si mesmo, aos outros e à natureza (LIMA, 2016). Pela singularidade das produções discursivas subjetivadas nessas narrativas, foi que optamos por manuseá-las, diluindo-as e contextualizando-as às narrativas historiográficas e aos depoimentos orais que, juntos, instituem um conjunto de olhares sobre a cidade, na direção de uma construção coletiva de sua memória.

O trabalho em direção ao fenômeno estudado desemboca na segunda etapa da pesquisa: a pesquisa de campo, que partiu da seleção da população entrevistada dentro do universo disponível. Para isso, um formulário pré-entrevista (APÊNDICE A) foi elaborado e aplicado com a assistente social do Abrigo São Lucas. Composto por seis perguntas abertas, o formulário tinha como objetivo identificar os potenciais participantes da pesquisa, a partir da adoção de critérios como: ter nascido ou vivido em Teresina boa parte da vida; possuir boas condições físicas, emocionais e cognitivas para falar sobre si e sobre o passado; ter disponibilidade para narrar e refletir sobre as experiências vividas; ter capacidade de articulação de pensamento e possuir perfil favorável ao diálogo e à construção de narrativas

relacionadas às suas histórias de vida. Este instrumento nos levou ao recorte populacional de seis sujeitos em um universo constituído por sessenta idosos.

Dentro dessa amostragem, cinco idosos foram abordados na pesquisa, sendo quatro mulheres e um homem. A quantidade de entrevistados nestas demarcações se deu por entendermos que tal número seria suficientemente significativo para atender aos nossos objetivos. A partir desse recorte, identificação e aceite dos sujeitos, iniciamos as atividades de aproximação com o objeto de estudo, valendo-nos da realização de entrevistas. De julho a novembro de 2018, foram realizadas dez entrevistas, duas com cada participante da pesquisa, totalizando mais de onze horas de depoimentos orais.

No primeiro contato, a fim de levantar informações preliminares a respeito dos narradores escolhidos, privilegamos a construção de narrativas em que os entrevistados pudessem reconstituir, pormenorizadamente, suas histórias de vida, salientando as vivências com a cidade de Teresina, dentre outros momentos particulares que para eles tivessem sido relevantes. Com esta investigação prévia, pretendíamos compreender as particularidades de cada experiência sensível, refletindo a seu respeito, buscando compreender a relação dos entrevistados com o mundo e com seu passado.

As entrevistas configuraram-se como o método de coleta de dados e foram realizadas segundo o sistema *não estruturado*, modalidade de *entrevista focalizada*, onde um roteiro geral (APÊNDICE B) e roteiros individuais (APÊNDICES C, D, E, F e G) foram produzidos com o objetivo de estimular os entrevistados à descrição espontânea dos fatos (LAKATOS; MARCONI, 2010). As entrevistas tiveram como eixo a vida dos depoentes. A nós, interessava saber sua trajetória, seu percurso na história de Teresina, da infância ao momento em que falavam e para isso, os roteiros utilizados desempenharam um importante papel ao nortear os tipos de questões a serem colocadas, a fim de extrair dos entrevistados, as informações que coadunavam com o objeto de estudo aqui proposto. Para Alberti (2013), o roteiro geral tem o objetivo de abordar, em todas as entrevistas, os mesmos aspectos, ainda que com enfoques diferentes, visando a conexão entre os relatos e sua possível comparação, já que terão uma unidade em sua condução. Os roteiros individuais, como pressupõe a própria denominação, contemplam particularidades da trajetória de cada sujeito. Eles resultam do cruzamento do roteiro geral com a biografia do entrevistado (ALBERTI, 2013).

No segundo encontro, conhecida a biografia dos entrevistados e elaborados os roteiros individuais, usamos um outro recurso que, por sua referência concreta, poderia colaborar no processo de recordação do passado, permitindo o desdobramento das respostas e

a explicitação de episódios e detalhes que talvez se perdessem na imensidão da memória. Esse instrumento é a fotografia.

Ao fazer uso de fotografias para orientar a construção de narrativas, estávamos nos apropriando da técnica de foto-entrevista que consiste na “[...] representação imagética [...] colocada diante dos retratados, buscando uma aproximação com relação aos seus saberes” (LEITE; VIEIRA; SILVA, 2015, p. 220). Esse recurso possibilita aos sujeitos da pesquisa elaborar uma conexão entre o passado e o presente por meio da reflexão de suas histórias de vida, suas memórias e sua identidade social (LEITE; VIEIRA; SILVA, 2015). Ademais, esta técnica também pode representar uma maneira de obter-se aprofundamento nas temáticas e subtemáticas que se pretende trabalhar (LEITE; VIEIRA; SILVA, 2015).

Segundo Collier Júnior (1973), as fotografias são elementos que orientam a conversa, possibilitando que o pesquisador extraia do seu informante, o que interessa à pesquisa. Para o autor:

As fotografias estimulam a memória e dão à entrevista um caráter de proximidade com os objetos. O informante regressa ao seu barco de pesca, a seu trabalho com as madeiras, ou à realização de uma habilidade. A oportunidade projetiva das fotografias oferece um sentido agradável de auto-expressão, enquanto o informante é capaz de explicar e identificar o conteúdo e instruir o entrevistador com seu conhecimento (COLLIER JÚNIOR, 1973, p. 70).

No processo de disparo do gatilho da memória, as fotografias atuaram como importantes instrumentos de aproximação com a dinâmica do viver urbano em Teresina, permitindo o contato com “lugares de memória”, que eternizando um momento estático da cidade, registravam detalhes da paisagem e parte da sua história, história que também atravessava e constituía parte da vida dos nossos narradores. Nessa lógica, a fotografia figura como um instrumento capaz de fazer emergir lembranças de fatos vivenciados no passado, alocados nas profundezas da memória. Fatos que provavelmente não seriam revelados vêm à tona a partir do momento em que o entrevistado visualiza uma fotografia que simboliza alguma vivência, já distante do tempo hodierno.

As fotografias aqui utilizadas foram cuidadosamente selecionadas, levando em consideração as vivências de cada narrador, garimpadas no primeiro contato, e as informações recorrentes em seu primeiro relato. As imagens foram coletadas no acervo fotográfico da Prefeitura Municipal de Teresina e no acervo particular do pesquisador Paulo Gutemberg, autor dos livros *Guilherme Müller e a invenção visual de Teresina* e *Teresina*, que gentilmente nos forneceu as fotos publicadas nas obras para amplo uso nesta pesquisa.

Essa extensa investigação em fontes primárias, secundárias e terciárias, em que as mais heterogêneas narrativas – textuais e visuais – se misturam, foi realizada com o propósito de constituir uma base firme de conhecimento acerca dos assuntos abordados pelos narradores, bem como, conjugar suas cronologias de vida com os enredos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais de Teresina no período abarcado por suas experiências de vida. Assim, o recorte temporal definiu-se com base nas décadas em que as falas dos narradores se situaram. Este período compreende o interstício entre a década de 1930 e a década de 1980, momento em que os sujeitos da pesquisa estiveram mais engajados nas lutas cotidianas, na trama do viver na urbe. Ademais, as informações provenientes de seus relatos, combinadas ao objeto e aos objetivos da pesquisa, conduziram-na a outras caracterizações metodológicas, descritas a seguir.

O método histórico prevê a investigação de acontecimentos ou fatos passados, visando uma melhor compreensão dos seus efeitos sobre os sujeitos e sobre a atualidade (PRODANOV; FREITAS, 2013). Por esta sua característica, a pesquisa o toma como método de procedimento.

Trabalhando a cidade na perspectiva da construção da memória coletiva, procuramos evidenciar a historicidade de Teresina a partir de uma concepção particular, observando também o discurso presente em outras narrativas. As memórias, sentimentos e produções de sentido dos narradores são postos em diálogo com os discursos historiográficos não-oficiais e oficiais, a fim de que se possa compreender, através da constituição de um amplo quadro explicativo, o processo de formação histórica da cidade, a dinâmica do viver urbano e as relações existentes entre a urbe e seus cidadãos. Para realizar tal empreendimento, sobretudo no que se refere à análise dos aspectos do universo urbano pelo viés subjetivo, recorreremos ao uso de um recurso privilegiado de investigação: a história oral, que nos proporciona

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado por meio do estudo aprofundado das experiências e visões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular mediante análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objeto para compreender suas ações (ALBERTI, 2013, p. 26).

A história oral, segundo Alberti (2013), tem um caráter interdisciplinar, podendo ser empregada em diferentes áreas das Ciências Humanas que mantenham estreita relação com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos, entre outros. Conforme a orientação da pesquisa, a história oral pode figurar como método de investigação, como fonte de pesquisa ou como técnica de produção e tratamento de

depoimentos gravados. Assim, “não se pode dizer que ela pertença mais à história do que à antropologia, ou às ciências sociais [...]. Sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno multidisciplinar” (ALBERTI, 2013, p. 24).

No escopo desta pesquisa, trabalhar com narrativas orais possibilita uma leitura pormenorizada do cotidiano da cidade, permitindo compreender as relações sociais e o universo urbano numa perspectiva micro, por baixo e por dentro. Contudo, é importante ressaltar que ao se trabalhar com este tipo de fonte cabe considerar as peculiaridades existentes em torno do processo de rememoração, que consiste numa representação do passado com as interferências do tempo presente (SILVA, 2017). Desse modo, distorções da realidade, lapsos de memória ou erros nos relatos podem ocorrer, mas já não são vistos como fatores negativos porque passaram a ser entendidos como componentes do sujeito e do sentido por ele construído. Assim, o discurso que emana do trabalho de representação da realidade, valendo-se da memória, é marcado pela descontinuidade, pela dispersão, pela incompletude, pela contradição, pela falta e pelo equívoco (ORLANDI, 2015).

Compreendido isso, o que importa no trabalho com relatos orais não é buscar um sentido “verdadeiro”, mas incluir tais ocorrências numa análise reflexiva mais ampla, onde se procura questionar por que motivo o narrador significa o passado de uma forma e não de outra e em que medida, suas significações diferem das demais narrativas orais obtidas (ALBERTI, 2013).

Assim se dá a análise do discurso, que compõe seus quadros de referência sobre a hermenêutica e sobre o materialismo histórico. A hermenêutica porque faz referência ao ofício de interpretar textos, sobretudo, interpretar a oralidade, presente na comunicação humana. Para Demo (2011, p. 247), a hermenêutica

Parte da constatação de que a realidade social, e nela, sobretudo o fenômeno da comunicação humana, possui dimensões tão variadas, nuançadas e mesmo misteriosas, que é mister atentar não só para o que se diz, mas igualmente para o que não se diz. Há na comunicação sentidos ocultos, cuja regra mais comum é fugir das regras. Adivinhar, por vezes, é a única saída.

A capacidade de prospectar sentidos, cavando significados lá onde eles se escondem, configura-se como característica indispensável à análise do discurso, largamente utilizada nesta pesquisa como técnica de verificação de dados. Um discurso, ao ser analisado, precisa ser compreendido além da sua forma, do seu formato, da gramática que o estrutura. Precisa ser lido nos silêncios, nas pausas, nas oscilações de entonação da voz, nos gestos, nas expressões faciais, ou seja, em todos os seus elementos linguísticos e não-linguísticos. Nessa ótica, Orlandi (2015) afirma que entre a evidência empírica e o cálculo formal exato, a análise

de discurso trabalha em uma região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, assim como a hermenêutica. Entretanto, a diferença entre as duas situa-se na proposição de suas atuações. A análise de discurso não estaciona na interpretação, principal característica da hermenêutica, mas vai além. Trabalha seus limites, seus mecanismos como elementos partícipes dos processos de significação (ORLANDI, 2015).

A análise do discurso nos permite, pois, ouvir não apenas o que é verbalizado, mas analisar como os recordadores elaboram suas narrativas e porque o fazem de determinada forma, o que evidencia o caráter naturalmente crítico da análise do discurso (MAINGUENEAU, 2010). Ao analisar as falas dos depoentes procuramos compreendê-los como produtores de significado, observando também o lugar de onde falavam, emitiam opiniões e forneciam informações.

A tipologia analítica do discurso aqui empregada toma como referência a teoria do francês Michel Pêcheux, para quem o discurso é um fenômeno histórico-social, dotado de ideologias que se manifestam na linguagem. Fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso, Pêcheux (1969), pensa a língua como movimento vivo e fluido que se relaciona à história e à ideologia no trabalho de produção de sentidos. Da confluência entre três regiões do conhecimento surge a análise do discurso teorizada pelo autor. A primeira refere-se ao materialismo histórico que, com uma teoria das formações sociais, busca analisar e compreender as condições objetivas de vida material, na qual a ideologia está inserida; a segunda refere-se à linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e, por último, há a teoria do discurso como determinação histórica dos processos semânticos (BRASIL, 2011).

Todos estes elementos estão permeados por uma linha de raciocínio que toma o indivíduo na perspectiva de sujeito social, integrado a um contexto histórico e ideológico que se projeta sobre suas formações discursivas. Logo, os sentidos produzidos por um sujeito não têm, necessariamente, origem nele próprio, mas em uma rede de saberes que ecoa elaborações simbólicas e interfere nos processos de significação formulados pelo indivíduo. Assim, a ideologia se materializa no discurso, que se torna, por excelência, o lugar onde se pode compreender a língua produzindo sentido por e para os sujeitos (ORLANDI, 2015).

Como prática da língua e da linguagem em processo está o ato de narrar. Narrar é, prioritariamente, um tipo próprio da comunicação cotidiana, uma ação que se renova a cada experiência de recordar, pensar e contar. Logo, as narrativas orais constituem atos de reflexão, interpretação e representação do passado, através da rememoração das experiências vividas. A

subjetividade nelas contida revela como os sujeitos se percebem no mundo, ao que atribuem valor e como significam suas experiências (ROCHA-COUTINHO, 2006).

As imprecisões da memória, com suas falhas, silêncios e lapsos de esquecimento, embora tenham representado um grande desafio ao alcance dos objetivos aqui propostos, foram respeitados, por entendermos que a memória é um processo de representação do passado praticado no presente, e por este seu caráter, está em constante movimento de atualização e ressignificação. Alberti (2013), lembra que tais silêncios passaram a figurar como objetos de análise de alguns estudos que os identificam como zonas de interdito, interpretadas como temas sobre os quais não se pode ou não se consegue falar.

Apoiando-nos nessa compreensão, buscamos desenvolver com os idosos abordados na pesquisa, uma relação baseada no diálogo, na confiança e na cumplicidade, para que o momento da entrevista transcorresse como uma conversa espontânea, se constituindo como um evento de igualdade e acolhimento, assim como fez Ecléa Bosi (1994), na sua pesquisa de doutorado, que resultou no livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*:

[...] o principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito (BOSI, 1994, p. 37).

O respeito aos entrevistados e a atenção à ética na pesquisa se estenderam ainda pelas etapas seguintes de tratamento e processamento dos dados coletados, organizadas em três momentos: transcrição, textualização e transcrição das entrevistas. Tais ações foram realizadas com base nas orientações de Fernandes e Loureiro (2009). Para Alberti (2013), transferir o depoimento em sua forma oral para uma forma escrita, possibilita uma visão e análise mais ampla do conteúdo das entrevistas, já que a consulta ao documento em sua dimensão concreta e visual oferece menos dificuldade do que a audição de sua gravação que, quando não clara e suficientemente audível, pode levar a erros de compreensão.

Na transcrição, buscamos reproduzir fidedignamente os relatos dos depoentes, com palavras sem peso semântico, repetição de ideias, silêncios, contradições, lapsos e gestos. Na textualização, procedemos à exclusão dos erros gramaticais e à reparação das palavras sem peso semântico. Na transcrição, recriamos seus depoimentos, agrupando as falas conforme o assunto narrado, procurando manter a sintaxe original para que suas narrativas não ficassem descaracterizadas ou caricaturadas em função de uma fidelidade extremada dos seus modos de expressão. Afinal, “deslizes fonéticos estão contidos em quaisquer falas independentes do grupo social” (WITHAKER, 2002 apud CAVALCANTE, 2012, p. 9). Assim, as citações

diretas que remetem aos relatos orais, estão aqui apresentadas seguindo os princípios da transcrição.

As entrevistas foram feitas com um gravador que registrou falas, silêncios, variações no tom de voz dos entrevistados e ainda interrupções causadas pela entrada de outras pessoas na sala em que os encontros ocorriam. A opção por realizar duas entrevistas com cada idoso se justifica na percepção de que as narrativas sobre suas experiências de vida e seu passado, foram efetivamente contempladas em dois encontros, alcançando, já no segundo momento, zonas de estabilidade (ALBERTI, 2013), onde as informações começavam a se repetir, atingindo um ponto de saturação, no qual novos relatos já não incorporariam dados substanciais em relação ao que já havia sido registrado.

Por último, convém assinalar que, observando a ética que envolve a pesquisa com sujeitos humanos, assim como, primando pelo bem-estar dos entrevistados, sem nenhum prejuízo ao caráter científico deste estudo, não foram reveladas as identidades verdadeiras dos narradores. Em seus lugares, foram atribuídos pseudônimos, escolhidos por eles mesmos em nosso último dia de pesquisa de campo, quando questionados sobre que nome gostariam de ter caso tivessem a oportunidade de escolhê-lo. Sobre a preservação das identidades dos sujeitos na pesquisa, Freitas e Silveira (2008, p.43) destacam:

as questões do sigilo, da preservação de identidades, o cuidado no tratar com as pessoas, para não manipular e não conduzir as informações, e de evitar abuso de poder, para não abusar da relação, que são algumas questões fundamentais na relação com seres humanos e que precisam ser observadas.

Aos envolvidos na pesquisa, direta e indiretamente – idosos participantes e direção do Abrigo São Lucas – foi explicado o propósito e a finalidade do estudo, ressaltando que as entrevistas não possuíam caráter sensacionalista, tampouco pretendiam provocar situações constrangedoras, tendo, o entrevistado, total liberdade para falar ou não sobre os aspectos enfocados pelos roteiros de entrevista.

A partir deste conjunto de métodos, técnicas e ações, a pesquisa ora apresentada foi estruturada e desenvolvida buscando solucionar os questionamentos postos acerca da construção da memória coletiva da cidade de Teresina, a partir das memórias individuais de indivíduos que nela habitaram e experimentaram as mudanças por ela protagonizadas.

3 DA MEMÓRIA, SUAS TESSITURAS CONCEITUAIS E RELAÇÕES DIALÉTICAS

O atributo mais imediato da memória é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda' às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Henry Rousso

Embora nas últimas décadas, o tema Memória tenha alcançado notória ênfase no meio acadêmico e científico, tornando-se objeto de estudo bastante investigado nas mais diversas áreas do conhecimento, o debate que envolve Memória e suas categorizações, na perspectiva das Ciências Sociais – Memória Individual e Memória Coletiva/Social – ainda se revela instigante e longe de resolver as antinomias teóricas entre indivíduo e sociedade. Tal realidade, se deve, em parte, às abordagens teóricas que compreendem o tema, explorado em sua maioria, numa perspectiva de ambiguidade, onde, ora são conduzidos diálogos que remetem a relações de aproximação entre estes dois tipos de memória, ora estas são apresentadas como heterogêneas e condicionadas a uma hierarquia abstrata e conceitual.

Esta ausência de precisão conceitual se explica na premissa de que a memória está impregnada em nossos pensamentos e ações (SANTOS, 2012). Reafirmando este argumento em outros termos, a memória

[...] está presente em tudo e em todos. Somos tudo aquilo que lembramos; somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também resultado de si mesma, ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações (SANTOS, 2012, p. 30).

Em razão de tudo isto se dá a complexidade do fenômeno aqui analisado. Neste sentido, privilegiando o enfoque das Ciências Humanas e Sociais, este capítulo busca descortinar os diferentes pareceres conceituais disponíveis na literatura acerca do tema memória e suas categorizações. Partindo da apresentação do estado da arte sobre este conteúdo, seguiremos, intercalando entre os pensamentos dos autores, nossas próprias reflexões, com o intuito de agregar novos olhares ao debate. Apoiando-nos em teorias

clássicas² e contemporâneas³, a proposta é promover uma intertextualidade entre as diferentes correntes teóricas que se ocupam do tema, bem como, compreender os diversos modos, epistemologicamente construídos, de refletir sobre a memória.

A preocupação em delinear conceitualmente os conteúdos a serem trabalhados, se justifica na importância de significar a essência do objeto em foco. Filosoficamente, o ato de conceituar é atribuído à faculdade de abstrair do sensível, o inteligível; apreendendo de um objeto concreto, determinada nota ou um conjunto de notas essenciais que o caracterizam e o definem (FARIA, [ca. 2012]). Deste modo, o conceito representa a tradução do pensamento por meio da palavra, figurando como ponto de referência e transição entre o campo ideológico e o campo concreto e real. Do ponto de vista pragmático, atribuir conceitos é necessário para dar consistência doutrinária a um tema ou a um campo do conhecimento, suscitando reflexões capazes de apontar respostas aos problemas existenciais de uma área. Silva (2017, p. 142), a este respeito afirma que

O conceito deve ser um elemento elucidativo e sintetizador de um determinado fenômeno/área do conhecimento e não um condutor vago e extraviante. De outro modo, o conceito não deve ser apenas um reconhecedor de dificuldades e limitações acerca de uma área do conhecimento, mas deve postular uma premissa aceitável que abarque de forma efetiva um conjunto de propriedades teóricas, empíricas de uma área do conhecimento.

Assim, ancorados nas concepções epistemológicas de Maurice Halbwachs (1990), Ecléa Bosi (1994; 2003), Michael Pollak (1989), Paul Ricoeur (2007), Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993), Rogério Almeida (2011), Noberto Bobbio (1997), Frederic Bartlett (1932), Myriam Sepúlveda Santos (2012) e Margarida Neves (1998), partiremos para a conceituação dos assuntos norteadores desta pesquisa: a memória e suas qualificações correlatas – memória individual e memória coletiva, estabelecendo as relações dialéticas existentes entre elas, das quais emergem aspectos de convergência e oposição.

3.1 O CONCEITO DE MEMÓRIA COMO PONTO DE PARTIDA

Conceituar a memória implica em estar ciente da polissemia que atravessa e inunda seu território. É o que pensa a autora Margarida Neves (1998), assim como tantos outros

² Pelo adjetivo clássico, entendemos aquela teoria ou obra cujo valor teórico atravessa os períodos temporais da história, mantendo-se relevante. Os conhecimentos ali contidos, consolidados universalmente, continuam influenciando uma geração de leitores e outros autores.

³ O termo contemporâneo, em nosso entendimento, se refere às teorias concebidas no tempo atual, que, embora recentes, ganham, gradualmente, repercussão e credibilidade no cenário acadêmico/científico.

estudiosos que se debruçaram ao campo social da memória. Pensar uma definição que contemple todos os seus aspectos, pode se tornar uma tarefa tão embaraçosa quanto utópica; por outro lado, agregar, em reflexões, todo o vasto leque conceitual possível, é interessante porque nos conduz a pensar a memória como um conjunto, onde todas as suas instâncias tipológicas se relacionam e se afetam, mutuamente. Consciente da importância de se pensar a memória conceitualmente, Neves (1998, p. 218), explica:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação.

Da Antiguidade à Era Contemporânea, os conceitos de memória vêm, gradativamente, se transformando e se adequando às funções e às utilizações sociais (KESSEL, [20--]), agregando novos sentidos e texturas, ascendendo a uma relevância peculiar nas diferentes sociedades. Apesar de tantas mudanças, ainda é comum interpretarmos a memória vinculando-a a um passado longínquo, ancorado em cronologias remotas. Como lembra Rosário (2002), este passado que permeia nossos pensamentos, se aproxima da Grécia clássica, do império romano, do mundo medieval que, tão distantes do tempo atual, podem parecer, aos olhos da sociedade contemporânea, cacos de civilizações perdidas, cujos conhecimentos, hábitos e tradições já não existem mais, e, portanto, não trariam implicações à dinâmica das concepções, comportamentos e acontecimentos atuais⁴.

Esses são traços característicos da sociedade pós-tradicional, na qual “as experiências do passado deixariam de exercer seu papel na condução de hábitos e atitudes do presente” (SANTOS, 2012, p. 35). Nesse sentido, como prossegue Rosário (2002), abandonamos a percepção da continuidade, o entendimento de que o que foi, está contido, conscientemente ou não, no que é agora, pois deixamos de observar a pesada influência que o passado exerce sobre o presente. Desconsideramos que é na articulação entre presente e passado que a memória ganha sentido (VALENTINI, 2014).

Em todo o percurso histórico da humanidade, a memória se (re)construiu a partir da atividade mnemônica que confere imortalidade (ROSÁRIO, 2002) a ideologias, experiências, práticas, enfim, à essência dos saberes, da vida em sociedade e das impressões da realidade.

⁴ Convém ressaltar que tecemos aqui uma crítica ao imediatismo e à ausência de percepção histórica, características que inviabilizam a compreensão do tempo presente como uma sucessão contínua e linear do tempo passado. Para tanto, lembramos que a nossa referência de civilização ocidental tem as suas bases na Antiguidade Clássica, entretanto, isto não é perceptível aos olhos desprovidos da criticidade.

Desse modo, o papel da memória, através da atividade mnemônica, transcende ao simples reconhecimento de conteúdos passados, representando um processo de criação, organização, ressignificação e presentificação de saberes e experiências (ROSÁRIO, 2002; SMOLKA, 2000).

Assim, como Rosário (2002, p. 3) nos leva a pensar, a memória pode ser entendida como “o lugar da imortalidade”, uma vez que representa o antídoto do esquecimento (LE GOFF, 1990), onde se mantém, por excelência, a experiência sensível (MORAES, 2000) e as impressões da realidade (SMOLKA, 2000).

Para Platão, a memória é um componente da alma e se relaciona estreitamente com o conhecimento, o qual, de acordo com Rosário (2002, p. 3-4)

[...] é compreendido como reminiscência: é o amor do belo que desperta na alma as lembranças do conhecimento das ideias perfeitas, obscurecidas pela encarnação. Por sua vez, as formas da atividade amorosa – procriação, poesia, legislação – garantem a “memória das virtudes” que conservamos, e garantem “imortal glória e memória” às obras produzidas e deixadas às gerações, como as obras de Homero e Hesíodo. É a atividade amorosa que gera filhos ou obras. No caso dos filhos, perpetua-se a memória do sangue, ou, como podemos dizer hoje em dia, dos genes da espécie humana. No caso das obras, permanecem a cultura, os valores, as expressões máximas do pensamento e do sentimento humano coletivos. [...] Em suma, a memória não está apenas no passado trazido à tona pela recordação, mas está presente em nossos corpos, em nosso idioma, no que valorizamos, no que tememos e no que esperamos.

Sobre o pensamento de Platão, situa-se a percepção de memória no Renascimento, percepção que se distingue em cada período histórico, evidenciando a evolução pela qual passou a sua compreensão, num contínuo redimensionamento que confirma o caráter fluido e difuso da memória.

Remetendo-nos a um momento histórico anterior, precisamente, à Antiguidade Clássica, encontramos no pensamento mítico, a memória entendida como divindade que presentificava o passado (ROSÁRIO, 2002) – *Mnemosyne* e suas nove filhas, as Musas – que concediam aos humanos a oportunidade de regressar no tempo (CAIXETA, 2006), lembrando-lhes dos heróis e de seus grandiosos feitos (LE GOFF, 1990). Paralelamente à generosidade divina pela qual a memória era assimilada, a capacidade de absorver o maior número de informações possível, era imputada à técnica de fixar imagens (MORAES, 2000; SMOLKA, 2000), que privilegiava a dimensão visual e espacial do conhecimento. Estas imagens eram cuidadosamente elaboradas com o objetivo de dar forma ao conhecimento que a elas era associado (MORAES, 2000).

Na Idade Média, a memória é vinculada à retórica, que, neste contexto, é tomada como “a arte de falar a verdade”, influenciando e conduzindo o público espectador para o

encontro com a veracidade (SMOLKA, 2000, p. 174). Aqui, a ideia de persuasão, presente no exercício da retórica, não se refere à condição de lograr vantagem individual, mas à arguição de um discurso eloquente de convencimento na busca pela verdade.

Já na modernidade, se consolida o modelo semântico de memória, que, sob influência do espírito cartesiano, organiza-se em torno das “causas” para o alcance da verdade (MORAES, 2000). Aqui predomina o racionalismo que, na busca pelo conhecimento verdadeiro, aposta na intelectualidade, na lógica, relegando a um plano inferior, as impressões sensoriais (MORAES, 2000).

Na contemporaneidade, a memória ganha novas conotações advindas, principalmente, da cibernética e da linguística (LE GOFF, 1990), sendo, a memória humana, estendida por meio dos dispositivos tecnológicos, constituindo-se como uma memória artificial.

Essa retrospectiva histórica, que apresenta as bases do desenvolvimento conceitual da memória torna-se pertinente para que compreendamos o seu percurso evolutivo, que, por sua vez, revela-se extenso, marcado por transformações e rupturas epistemológicas, envolvendo diferentes formas de pensar, entender e explicar a memória, o que contribui para o delineamento de novas funções e valores atribuídos a ela.

Ademais, esse apanhado histórico nos revela outras características inerentes à memória: o seu aspecto cognitivo e social (CAIXETA, 2006). Cognitivo porque, a memória está relacionada aos processos de aquisição de conhecimento, juntamente com a percepção, o raciocínio e a linguagem. A memória, enquanto fenômeno cognitivo possibilita ao sujeito a leitura de si mesmo e do que está em seu entorno. A exemplo do que ocorria na Antiguidade Clássica, em que a memória construía-se pelo *decor* de imagens e lugares, como método de apreensão e representação de informações para a construção e propagação de conhecimentos. Nesse momento, manifesta-se o outro aspecto da memória aqui apontado, o social.

Essa memória, que, de todo modo também é uma habilidade pessoal – fenômeno cognitivo – e, embora tenha sido, durante muito tempo, atribuída a um dom divino – Idade Antiga – não se encerrava em si mesma. Isto é, a memória necessitava ser exteriorizada, socializada, compartilhada para que o conhecimento efetivo do mundo não se perdesse. A retórica da Idade Média retrata bem esse traço, quando se cerca de narrativas discursivas para explicitar o saber sensível – a experiência – e o saber proveniente do conhecimento racional. A forma como se dava e como ainda se dá a socialização da memória tem como mediadora, a linguagem – recurso cognitivo – em todas as suas instâncias, oral e escrita.

Nas sociedades ágrafas, por exemplo, a prática de socialização da memória ocorria por meio da linguagem oral, pela qual se transmitiam diretamente os valores, as crenças, os costumes e as experiências cotidianas. Quando do surgimento da escrita, esse compartilhar da memória experimentou uma profunda transformação que, a partir dos instrumentos dessa nova modalidade linguística e comunicacional – a escrita – disponibilizavam, sem tantos ruídos ou deformações, o retrato de uma civilização. Entretanto, esse mesmo retrato encontrava-se sujeito a carregar interferências e manipulações, conscientes ou não, em favor dos interesses de quem dominava a escrita e propagava, por esse meio, a memória.

Alcançamos aqui uma discussão deliberada para um momento posterior. De fato, esse debate é fundamental para analisarmos a memória como um campo de disputas e as tensões que emanam dos conceitos de memória individual, coletiva e oficial, assim como, o papel da oralidade no processo de construção dessas memórias. Nas seções seguintes, nos aprofundaremos em tais questões.

Por ora, retomemos as conexões existentes entre os aspectos cognitivo e social da memória. Ao tempo em que a memória se relaciona com a capacidade de aprender e reter informações, o que pressupõe uma atividade cognitiva e subjetiva, ela – a memória – subsiste na prática da socialização, que possui dentre suas principais ferramentas, a linguagem, recurso cognitivo. Assim, o elo que se evidencia entre os aspectos cognitivo e social da memória, exprime uma sutil interdisciplinaridade, num fluxo cíclico de conceitos que se relacionam numa via de mão dupla, afetando-se mutuamente. Tal fenômeno pode esclarecer e justificar a existência de inúmeros conceitos de memória, elaborados sob os mais diversos enfoques.

Atualmente, a memória tem sido fito investigativo de diversas áreas do conhecimento, da psicologia⁵ à neurofisiologia⁶, com cada um de seus aspectos interessando a uma ciência diferente (KESSEL, [20--]). Todavia, até o início do século XX, a memória enquanto objeto de estudo se restringia às áreas de psicologia, metafísica e neurologia (RIOS, 2013; SANTOS, 2012). Somente a partir dos anos 1920, passa a ser estudada pelo prisma das ciências sociais, tendo como precursor Maurice Halbwachs, que nesta data lança o livro *Les cadres sociaux de la mémoire (Os quadros sociais da memória)*, contribuindo para fazer emergir um novo objeto de estudo para a sociologia (RIOS, 2013). Desse momento em diante, a memória é adotada por mais um campo de reflexões que a interpreta a partir da relação indivíduo – sociedade.

⁵ Iván Izquierdo, professor de Neurologia da PUC-RS, é um dos autores que trabalha a memória pelo prisma da Psicologia e também da Neurologia. Freud lida com o tema sob a ótica da Psicanálise.

⁶ William James, médico, filósofo e um dos fundadores da Psicologia Moderna, trabalha a memória sob a perspectiva da Neurofisiologia.

No intuito de traduzir o entendimento de memória pela ótica das ciências humanas e sociais, abordamos na sequência alguns dos muitos conceitos atribuídos ao tema pela área.

Segundo Jacques Le Goff (1990), a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade esta que se refere a um conjunto de funções psíquicas permitindo ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas. De acordo com Almeida (2011), a memória é a capacidade de armazenar fisiológica e psicologicamente os fatos com os quais um indivíduo se depara na sua vida cotidiana. Para Bosi (2003), a memória abarca um conjunto de microcomportamentos que a História deixou de registrar. Conforme Pollak (1989), a memória não se restringe ao repertório de lembranças de um indivíduo ou de um grupo, mas representa lugar de conflitos e competição entre memórias dominadas e memórias dominantes⁷.

Ampliando este arcabouço conceitual acerca da memória, trazemos para o debate a visão de Nora (1993), para quem a memória representa um fenômeno atual, em constante evolução, dividida entre o lembrar e o esquecer, inconsciente de suas deformações sucessivas e vulnerável a todos os usos e manipulações. Para Fernandes e Loureiro (2009), a memória é a capacidade que a mente humana possui para fixar, reter, evocar e reconhecer impressões ou fatos passados, estando intimamente ligada à maneira como a informação é armazenada e as experiências passadas, reconstruídas.

Elliot (2014), postula que a memória é o instrumento capaz de conservar informações, permitindo à sociedade atualizar concepções, significados ou representações passadas. Segundo Ricoeur (2007), a memória é também esquecimento, uma vez que não há memória sem a ação involuntária do esquecer. Halbwachs (1990), por sua vez, acredita que a memória é uma construção social que se estabelece no esteio dos grupos que compõem uma sociedade.

Dados os diversos conceitos apresentados, diluídos ao longo do texto, percebemos que o tema memória percorre um território pluralizado, cujos sentidos se flexibilizam conforme as tendências e os pontos de vista do estudioso que sobre ela reflita. Na literatura corrente, identificamos uma abordagem conceitual que abrangeria parte dos variados entendimentos existentes em torno da memória, parecendo-nos uma elaboração conceitual mais holística sobre o tema e com a qual concordamos. Assim é a definição de Domingues (1999, p. 4):

⁷ A discussão teórica em torno dos conceitos aqui expostos será estendida na próxima subseção.

A memória [...] é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja, pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas. Ela inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, o conhecimento científico e tecnológico, assumindo formas ideais e materiais que se encontram concretamente imbricadas e que podem ser separadas apenas analiticamente. A memória [...] provê os padrões para a estruturação do “imaginário”, isto é, para a dimensão expressiva, cognitiva e normativa da vida social, para o desenvolvimento das relações sociais e para o intercâmbio material dos sistemas sociais com a natureza. Ela fornece também os padrões para a estruturação de sua dimensão espaço-temporal, sua configuração – coesão mais demarcação – e ritmos – de reprodução e mudança. A recursividade da vida social depende dela.

Em meio à diversidade conceitual que abarca o tema memória, nos sentimos instigados a empreender esforços que extrapolem o exercício da análise interpretativa no tocante às definições apresentadas. Arriscamo-nos a estruturar, de forma embrionária, um apanhado conceitual para memória, dadas as leituras e análises realizadas em torno da sua definição. Para nós, a memória envolve o caráter fisiológico, cognitivo e social, podendo, a partir dessas perspectivas, ser definida como: a capacidade humana de reter e apropriar-se de informações e experiências, compartilhando-as na medida em que as demandas constituídas nos estimulem ao exercício da evocação de lembranças, creditando à condição de seres sociais, o fenômeno do cruzamento das nossas memórias às memórias de outros sujeitos, que juntas configurarão uma teia de representações a subsistir no interior dos contextos sociais.

Os esforços epistemológicos para compreensão do conceito de memória, revelam paralelismos, tensões e oposições. Outro aspecto a se destacar é a introdução e reprodução da conotação social pela qual a memória passou a ser analisada, interpretada e explicada, evidenciando o enfoque sociológico que a memória alcançou.

A obra *A memória coletiva*, de autoria de Maurice Halbwachs, se consagrou nos estudos sobre memória e foi elaborada num momento histórico em que havia forte apelo ao individualismo. Publicada apenas em 1950, data posterior à sua morte, a obra inaugura um novo parâmetro sobre o qual se pode pensar a memória: a dimensão que ultrapassa o plano individual. Assim, a tipologia de memória – memória individual e memória coletiva – utilizada primeiramente por Halbwachs, na referida obra, se confunde e se entrelaça aos estudos sociais de memória. De Halbwachs a Le Goff, as correntes teóricas, ao abordar o tema, quase sempre abarcam os âmbitos individual e coletivo da memória para dar conta dos processos reminiscênicos e de significação da realidade.

Em nossa concepção, o caráter individual e coletivo da memória ganha contornos mais evidentes nos aspectos da vida em sociedade, onde a comunidade familiar ou grupal figura como testemunha e/ou intérprete das experiências vividas pelo indivíduo (BOSI, 2003),

que por sua vez, também testemunha e interpreta os acontecimentos experienciados por sua comunidade, dando-lhes uma conotação subjetiva. Assim, em certa medida individual e subjetiva, a memória também é mediada pelas relações sociais (ALMEIDA, 2011).

Nesse compasso, memória individual e memória coletiva há muito desencadeiam um amplo debate acadêmico, evidenciando aspectos convergentes, assim como, inúmeros pontos de discordância.

Portanto, tomando como base de sustentação os estudos sociais de memória, cabe-nos perguntar: que papel teria o indivíduo nesse processo de construção coletiva da memória? As memórias são puramente individuais ou todas elas estão submetidas à ordem social? A partir desses questionamentos dialogamos com as correntes teóricas que versam sobre o tema, situando a memória na perspectiva social, problematizando as distinções conceituais e as relações existentes entre memória individual e coletiva, suas ponderações e oposições.

3.2 O CARÁTER INDIVIDUAL E COLETIVO DA MEMÓRIA: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES

Estabelecer as fronteiras entre memória individual e memória coletiva não é tarefa simples, posto que seus contornos conceituais são turvos e passíveis de contradições, interseções e variações. Tais fatores contribuem para que os debates sobre a memória no campo social se configurem como verdadeiras antinomias. Essas antinomias, presentes nos estudos sociais de memória, são, em verdade, um reflexo do antagonismo existente nas bases teóricas fundantes das ciências sociais⁸ que se deparam com a antítese entre tradição e modernidade (SANTOS, 2013).

Quando se busca analisar a experiência memorialística no âmbito individual e coletivo – categorização proposta pelos estudos sociais de memória – encontramos na literatura corrente, camadas de interpretações distintas, que, influenciadas por essas antinomias entre o plano individual e coletivo da memória, empreendem esforços no sentido de construir sínteses conceituais aptas a responder, satisfatoriamente, todos os aspectos referentes à memória individual e coletiva.

Assim, sob a interferência destas antinomias, as abordagens acerca da memória individual e coletiva vão se desenhando diferentemente, servindo-se até mesmo de perspectivas distintas para tratar das particularidades concernentes a estes dois tipos de

⁸ As teorias as quais nos referimos são especificamente as teorias durkheimiana, weberiana e marxista, fundadoras da sociologia.

memória. Como exemplo do delineamento dessas particularidades, tem-se a perspectiva cognitiva, espacial e material, que, representando a memória individual, se ocupa do seu entendimento enquanto processo psicológico básico; e a perspectiva social, que referindo-se à memória coletiva, se interessa em compreendê-la a partir das conexões grupais.

Vemo-nos, assim, diante do desafio de pensar as abordagens da memória individual e coletiva a partir das relações recíprocas, de aproximação e oposição que as envolve, lançando sobre elas o olhar da perspectiva social. E para alcançarmos esse propósito, buscamos situar o conceito de memória, e suas categorizações, nas teorias sociológicas clássicas, num empenho de refletir, mais profundamente, sobre o contexto que orientou a formulação das teorias mais disseminadas sobre memória no campo social, bem como, refletir sobre os significados atribuídos aos termos, na mesma perspectiva que o fizeram os autores aqui apreciados. *A priori*, nos detenhmos a compreender um pouco mais os aspectos inerentes à memória individual e coletiva.

Maurice Halbwachs foi o primeiro intelectual a analisar o caráter social da memória (SANTOS, 2012). Para ele, todo sujeito faz parte de um contexto social maior e assim sendo, suas memórias se constroem coletivamente, mescladas às memórias dos outros sujeitos com os quais aquele indivíduo se relaciona, estruturando assim, o que ele denominou de Memória Coletiva. Com essa visão, Halbwachs contraria a hegemonia do individualismo ao propor reflexões que levam a concepção de memória para um plano coletivo.

O trabalho do sociólogo francês aproxima-se da teoria funcionalista, que ao lado da teoria interacionista, foi predominante durante a maior parte do século XX, período em que seus estudos se desenvolveram. Num momento cujos vínculos entre indivíduo e sociedade mostravam-se como grande antinomia nas ciências sociais, Halbwachs idealiza a sua obra articulando-a a uma abordagem conceitual que toma as estruturas coletivas como ponto de partida, característica que se revela essencial para a compreensão do pensamento do autor (SANTOS, 2012). Assim, influenciado por estas correntes ideológicas, Halbwachs concebe analiticamente a sua teoria a partir do pensamento de Émile Durkheim – de quem foi discípulo e colaborador – considerado, ao lado de Max Weber e Karl Marx, um dos fundadores da sociologia⁹, quando da sua efetivação enquanto campo autônomo do conhecimento (RIOS, 2013).

Assim como seu mestre, Halbwachs concentrou suas análises sobre os contextos sociais, tomados como premissa basilar para explicar as relações que se estabeleciam em

⁹ Entre os fundadores da Sociologia, anterior a Durkheim, Marx e Weber, temos o intelectual Comte, que foi o primeiro teórico a usar o termo Sociologia como ciência.

torno da memória. Ancorado na convicção de que a sociedade era possível por ser funcional e decorrente de construções passíveis de análises objetivas, Halbwachs defendia a implantação de novos parâmetros de cientificidade para as ciências sociais. Era sua meta “consolidar e desenvolver as bases objetivas e científicas de uma teoria social a ser aplicada para a compreensão da sociedade” (SANTOS, 2012, p. 39).

Sua obra carrega o mesmo valor de inediticidade que a composição teórica de Durkheim, quando este analisa o suicídio como um fato social (SANTOS, 2012; RIOS, 2013), teoria onde afirma que as razões que conduzem ao suicídio, decorrem de padrões sociais de comportamento e não de motivações subjetivas dos indivíduos. Sobre os fatos sociais, situa-se a tese central da obra de Durkheim, entendidos como fatores do meio externo, capazes de interferir e influenciar o pensamento e o comportamento do indivíduo, sobrepondo-se a este.

Essa matriz conceitual também está presente na produção de Halbwachs, para quem a memória coletiva abrange a memória individual, visto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo ao qual pertencemos (CARVALHAL, 2006).

Nesse momento, é possível perceber com certa nitidez, as influências experimentadas por Halbwachs, cuja obra serve-nos como referência principal para a realização deste estudo. Assim, é pertinente recorrermos às teorias clássicas do pensamento social, nas quais se amparam, epistemologicamente, os delineamentos conceituais de memória individual e memória coletiva, cujas contribuições apontam para o seu entendimento, sob os paradigmas da dimensão social.

Posto isso, apresentamos na sequência, as teorias sociológicas clássicas em diálogo com as proposições e concepções formuladas em torno da memória e suas categorizações – memória individual e memória coletiva. Nesse primeiro momento, serão abordados os principais conceitos de Émile Durkheim e a influência do seu pensamento para a concepção de memória coletiva. Em seguida, apresentamos as ideias de Max Weber e como elas se relacionam à memória, sobretudo à memória individual. Finalmente, dialogamos as concepções de Karl Marx com as disputas estabelecidas pela memória, especialmente, pela memória coletiva e histórica. É com base nessas correntes ideológicas que se erguem os primeiros estudos sociais acerca da memória.

3.2.1 A memória na perspectiva sociológica de Durkheim

Émile Durkheim direcionou seus estudos para a compreensão das forças responsáveis pela ordem social (SANTOS, 2013). Criou os conceitos de sociedade de solidariedade mecânica¹⁰ e sociedade de solidariedade orgânica¹¹, que consistem, respectivamente, na existência de uma consciência coletiva comum e na interdependência existente entre indivíduos na sociedade moderna. Para ele, as representações coletivas, quando legitimadas poderiam exercer influência por tempo indeterminado, resistindo às mudanças sociais e culturais (SANTOS, 2013). Assim, tomando a perspectiva de Durkheim, a memória só faz sentido se for percebida na dimensão coletiva, visto que ela só acontece na interação, na comunicação humana.

Sob o ponto de vista de sua teoria sociológica, a memória é associada diretamente à ideia de consciência, que se constitui a partir de fatos ocorridos longinquamente, acrescidos das experiências inéditas, criadas e vivenciadas ao longo da vida em sociedade (ALMEIDA, 2011). A “reunião de várias consciências” contribui para a constituição da sociedade ou coletividade, que se apresenta como uma nova realidade, diferente e externa às consciências particulares, manifestando-se como fato objetivo que se estabelece independente da vontade de seus membros (ALMEIDA, 2011).

A “reunião de várias consciências” origina a consciência coletiva, que dotada de peculiaridades, se distingue das consciências dos indivíduos (ALMEIDA, 2011). Em outras palavras, podemos afirmar que está posta aqui, uma síntese da consciência, na qual o todo é maior do que a soma das partes. Neste contexto, a consciência coletiva é

Algo mais que um simples epifenômeno de sua base morfológica, da mesma forma que a consciência individual é algo mais que uma simples eflorescência do sistema nervoso. Para que a primeira se manifeste, é preciso que se produza uma síntese *sui generis* das consciências particulares. Ora, essa síntese tem por efeito criar todo um mundo de sentimentos, de ideias, de imagens que, uma vez nascidos obedecem a leis que lhes são próprias (DURKHEIM, 1996, p. 468).

¹⁰ O conceito de solidariedade mecânica, proposto por Durkheim, remete às concepções da moral comum, em que os sujeitos estão mais suscetíveis à coerção social, que emana da consciência coletiva. Entretanto, nas relações de trabalho, não há a dependência entre os sujeitos trabalhadores. A fim de clarificar tal ideia, utilizemos o exemplo do artesão. Este, no exercício de seu ofício, conhece e executa todas as etapas da produção, diferentemente do que ocorre na sociedade industrial.

¹¹ No contexto da solidariedade orgânica, encontram-se as sociedades modernas, que caracterizadas pela dinamicidade, produzem sobre os indivíduos formas mais intensas de individualismo, fragilizando a consciência coletiva e, conseqüentemente, sua capacidade agregadora. Quanto às relações de trabalho, há aqui uma ampla divisão de tarefas e funções, ocasionando as relações de interdependência entre os indivíduos nos aspectos econômicos, tecnológicos e sobretudo, morais. Nesta concepção, a especialização das habilidades técnicas e profissionais, surge como mais um fator que enfatiza as relações de interdependência entre os sujeitos.

Para Durkheim (2004), o coletivo se sobrepõe ao indivíduo, pois a moral que se encontra internalizada nos sujeitos é uma consequência da coerção social em que a sociedade impõe os seus valores¹². Esse modo de estruturação da sociedade, a que se refere Durkheim, repercute na constituição da memória, ideia comungada por Halbwachs (1990), para quem o coletivo também se sobrepõe ao indivíduo, sobretudo, no que tange ao trabalho de (re)construção da memória. Logo, o elemento que aproxima as teorias de Durkheim e Halbwachs encontra-se ancorado na convicção de que os contextos sociais atuam sobre o indivíduo, de modo a influenciar o seu comportamento e o trabalho de representação da realidade que se dá por meio da memória. Nesse sentido, a memória na perspectiva durkheimiana será, prioritariamente, uma memória coletiva.

Com efeito, assim como a organização social pressupõe a articulação de regras e padrões a serem praticados pelos membros de uma sociedade, se dá, do mesmo modo, a dinâmica de constituição da memória. Como aponta Rios (2013), no processo de construção da memória o sujeito está inserido em uma estrutura, cujas forças sociais se entrelaçam concomitantemente, exercendo influências sobre os pensamentos e comportamentos deste sujeito, que, não reconhecendo tais interferências, acredita na espontaneidade e na autenticidade das suas lembranças e ações.

Há ainda intensivos movimentos que exercem influência sobre as consciências/memórias individuais, incorporando saberes outros ao repertório memorial dos sujeitos, que, por vezes, acabam por internalizar tais informações, suprimindo as lembranças que, de fato, se encontram no seu interior. Neste sentido, Halbwachs (1990, p. 31) afirma:

Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantáramos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. "Já tínhamos pensado nisso": nós não percebemos que não somos senão um eco. Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz.

Essa internalização de ideias e sentimentos que o coletivo projeta sobre a esfera individual, é vista por Pollak (1989) – outro artífice nos estudos sociais sobre memória – como uma estratégia de “enquadramento” da memória em que a hegemonia de um segmento

¹² Aqui evidenciam-se alguns dos princípios básicos da teoria durkheimiana dos fatos sociais: a exterioridade e a coercitividade, que significam, respectivamente: os fatos sociais são exteriores e superiores aos indivíduos; a força dos fatos sociais obriga os indivíduos a se conformarem com as regras impostas pela sociedade (DURKHEIM, 2004).

mais poderoso da sociedade (RIOS, 2013), impõe aos demais grupos, as suas impressões da realidade.

Para Pollak (1989), a predominância da memória coletiva e, especificamente, da memória coletiva nacional ou oficial sobre a memória individual representa uma prática de coerção social. Já Halbwachs (1990) considera substancial a influência da primeira sobre a segunda para garantir a homogeneidade do grupo e a funcionalidade do processo de constituição da memória (RIOS, 2013). Halbwachs (1990) ainda acrescenta que o sentimento de persuasão que a memória coletiva exerce sobre a memória individual assegura a coesão no grupo, essa unidade coletiva caracterizada como espaço de conflitos e influências entre uns e outros (CARVALHAL, 2006) e que também contribui para produzir o sentimento de identidade entre os integrantes de um grupo (RIOS, 2013).

A grande contribuição de Maurice Halbwachs para os estudos de memória se verifica no fato de suas pesquisas possibilitarem a compreensão da memória a partir dos contextos sociais em que estão inseridos os indivíduos, que nessa perspectiva, não podem ser vistos como seres humanos isolados, mas como sujeitos sociais que interagem entre si em meio a estruturas sociais determinadas, evidenciando também a conexão existente entre memória e linguagem (SANTOS, 2012), já que “é a linguagem, e é todo o sistema de convenções sociais que lhes são solidárias, que nos permitem a cada instante reconstruir nosso passado” (HALBWACHS, 1975, p. 279). É, pois, por meio da linguagem que os indivíduos se relacionam e constroem, coletivamente, suas representações.

Apesar da força exponencial que o social efetua sobre o individual, a sociedade pode experimentar mudanças. Conforme Durkheim (1996), os fatos sociais – que interferem no pensamento e no comportamento dos indivíduos – não são estáticos, pois a sociedade, mesmo diante das pressões da moral constituída, pode adotar comportamentos que transformem os valores consolidados, que nas sociedades de solidariedade orgânica acontecem de modo muito mais perceptível e numa velocidade consideravelmente mais acelerada. Logo, se houver mudanças nas estruturas sociais, haverá mudanças na consciência coletiva e esta se refletirá sobre a memória coletiva.

Nessa conjuntura, a memória do todo, da sociedade, pode, ao longo do tempo e da ação dos indivíduos se atualizar, se resignificar, se transformar. E a mudança social, da qual os indivíduos são partícipes só é possível porque esses indivíduos possuem memória. As tradições, as crenças, os valores, os condicionamentos sociais são transmitidos gerações após gerações moldados, prioritariamente, pelas representações coletivas, isto é, pela memória coletiva. A memória coletiva se consolida quando o passado empírico, lógico e socialmente

possível, sugerido por ela mesma, parece se identificar com o nosso passado real (ALMEIDA, 2011). Na memória coletiva, as lembranças pessoais vão se encontrando e nela, se conservando (HALBWACHS, 1990).

A ideia de uma memória coletiva implica na concepção de uma outra forma de memória, que se dá no domínio individual. Juntas, elas são responsáveis por um amplo debate no plano epistemológico, numa perspectiva dicotômica, apresentando-se, muitas vezes, como frentes teóricas excludentes (SANTOS, 2012). Essa memória que ocorre no domínio individual não está, necessariamente, relacionada a elementos exteriores a nós e firma-se a partir da nossa experiência sensível (AGOSTINHO, 2015; SANTOS, 2012). Ela seria a memória individual, que subsiste, *a priori*, no íntimo do sujeito, permitindo-lhe refletir e organizar os pensamentos que serão reconstituídos através de sua lembrança e socializados por meio de sua linguagem.

Halbwachs (1990), no entanto, acredita que a individualidade, nada mais seria do que combinações de representações coletivas, internalizadas ao longo da trajetória de vida dos indivíduos (SANTOS, 2012). Assim, ele lança sobre a memória coletiva tamanha ênfase que chega a ofuscar a visibilidade da construção do indivíduo. Neste aspecto, nos apropriamos do seguinte questionamento de Santos (2012, p. 77), que diz: “Como podemos compreender a individualidade e diferença, se acreditamos que há um campo básico de significações que antecede os indivíduos e que se impõem a eles?” Para respondermos a esta pergunta, é conveniente recorrermos, mais uma vez, à sustentação teórica que nos proporcionam as teorias sociológicas clássicas.

3.2.2 A memória na teoria weberiana: aproximações e distanciamentos

Para tratar de memória individual nada mais oportuno do que nos valer da concepção weberiana que investe numa perspectiva subjetivista na qual o sujeito é “o único portador real de sentido” (ALMEIDA, 2011, p. 128). Sob esta interpretação sociológica, a memória teria o seu foco lançado para o indivíduo e não para a coletividade, apoiando-se na premissa de que somente o indivíduo é capaz de atribuir significado e exprimir a relevância de uma ação. Vale lembrar que as ações dos indivíduos são ações sociais, pois ocorrem relacionadas às ações de outros. Nessa lógica, podemos entender que a sociedade é, de fato, uma teia (GEERTZ, 1989), um ponto de encruzilhada entre pensamentos, comportamentos, motivações e ações.

Weber, assim como Durkheim, também se interessa em compreender as relações sociais, mas do ponto de vista das intenções e motivações dos sujeitos (ALMEIDA, 2011).

Desse modo, suas respectivas teorias, embora mantenham demarcações conceituais fortemente distintas, caminham na mesma direção quando “estabelecem certa autonomia entre representações coletivas e práticas interativas” (SANTOS, 2012, p. 47). Logo, é possível também instituir um diálogo entre a teoria de Halbwachs, cuja obra é um desdobramento das concepções epistemológicas presentes na produção durkheimiana e o raciocínio de Weber (SANTOS, 2012), empreendimento que concretizaremos a seguir.

Na perspectiva de Weber, o indivíduo estaria constantemente lidando com o conflito, onde, de um lado, haveria as imposições da sociedade sobre si e, de outro, as intenções, necessidades e desejos pertencentes ao indivíduo. Assim, posicionar a memória na teoria weberiana implica em discuti-la considerando, além das estruturas coletivas, as práticas reflexivas que se dão em âmbito individualizado, numa perspectiva dicotômica de complementaridade entre aspectos coletivos e individuais (SANTOS, 2012).

Para analisar a memória individual tendo como pano de fundo os postulados de Weber, consideramos as concepções teóricas do psicólogo inglês Frederic Charles Bartlett, que edificou sua obra fundamentando-se nos preceitos da antropologia social e, exatamente em razão disso, é que acreditamos ser pertinente recuperar a sua obra neste contexto.

Embora este teórico não goze de igual prestígio no meio científico como o tinha Halbwachs, sua teoria acerca dos processos pelos quais os indivíduos constituem memórias coletivas, trouxe para os estudos de memória, contribuições tão significativas quanto a obra do sociólogo francês (SANTOS, 2012). Muito embora sua formação acadêmica seja em psicologia, Bartlett, ao elaborar sua teoria, lançou sobre os dilemas da memória um olhar que agregava, ao mesmo tempo, princípios da psicologia social e fundamentos das teorias sociais. Prova disso é que ao longo de sua obra, o autor não desconsiderou, em momento algum, a condição social que envolve os indivíduos, o que justifica a sua presença neste diálogo.

Para Bartlett (1932), a memória não se reduzia aos aspectos biológicos inerentes ao indivíduo, assim como, não se tratava de uma condição meramente mental, como postulava Bergson, nem sequer, poderia ser explicada apenas como fenômeno social, como pregava Halbwachs (SANTOS, 2012). Para Bartlett (1932, p. 13) a memória era “um atributo do indivíduo que se encontrava em um grupo social e associava-se à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo”. Em sua teoria, o autor forneceu insumos básicos para a compreensão da memória como produto da interação entre indivíduo-indivíduo e indivíduo-meio. A tese central de sua obra percorre a ideia de que o significado que é atribuído à memória coletiva se dá a partir da interação entre os indivíduos e o meio (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, a obra de Bartlett (1932) encontra apoio e concordância com a teoria sociológica de Weber, que preocupa-se com os aspectos situados mais próximos do indivíduo, acreditando que tais aspectos exercem mais influência sobre as ações dos indivíduos do que as estruturas instituídas. Bartlett (1932), assim como Weber, reconhece o papel do indivíduo frente às estruturas sociais consolidadas, priorizando a produção de sentidos pelos agentes sociais. Para Bartlett (1932), ao recordar, o sujeito assume uma postura ativa e reflexiva, pois decide o que vai lembrar e o que vai esquecer, utilizando para isso, uma série de aprendizados internalizados e moldados pelos cenários organizados (SANTOS, 2012).

Bartlett (1932), para compor o seu pensamento, afastou-se de teorias reducionistas, muitas propagadas por seus pares, como a que defendia o caráter mecânico da memória, responsável pelo armazenamento e evocação de dados aleatórios, elaborada pelo psicólogo alemão Ebbinghaus, ou a tese de que a capacidade humana de recordar poderia ser abordada desprezando-se o caráter perceptivo dos indivíduos. Segundo Bartlett (1932), não se pode lembrar aquilo que não fora percebido em um momento anterior, ou seja, na visão do autor, a memória estabelece uma íntima relação entre percepção, reconhecimento e reminiscência (SANTOS, 2012).

Diferente de Halbwachs (1990), Bartlett (1932) desenvolve seus estudos tomando como base os comportamentos individuais vinculados às condições sociais pré-estabelecidas e não o contrário, como faz o sociólogo, que parte das representações ou práticas coletivas para falar de memória. Logo, na obra de Bartlett (1932) é o indivíduo quem se apropria das convenções sociais disponíveis, conforme determinados critérios e julgamentos. Para o psicólogo, as práticas coletivas somente exercem influência sobre os indivíduos, se estes encontram nelas, algum sentido (SANTOS, 2012).

O grande legado teórico deixado por Bartlett (1932) está, principalmente, na ênfase dada aos processos interacionistas presentes na construção da memória coletiva, aspecto ausente na obra de Halbwachs e que favorece uma melhor compreensão dos significados imanentes à memória coletiva (SANTOS, 2012). Ao passo que Halbwachs (1990) sustenta a influência e determinação que os quadros sociais da memória¹³ exercem sobre o processo de recordação dos indivíduos, Bartlett (1932) afirma que os indivíduos, dotados de sentidos, atribuem significados às suas memórias na medida em que elas são construídas. Desse modo, Bartlett (1932) concebe a memória “como um processo ativo e contínuo de construção do

¹³ Mais a diante, nos aprofundaremos neste conceito que norteia todo o pensamento de Halbwachs.

passado, onde o papel desempenhado pelo indivíduo não poderia ser descartado” (SANTOS, 2012, p. 78).

Procuremos inserir, agora mais incisivamente, Halbwachs nesse debate. Como anunciado anteriormente, é chegado o momento de pôr em diálogo o pensamento de Weber com os postulados do sociólogo francês. Com isso, nosso objetivo é, sobretudo, abrir espaço para que questionemos os limites demarcados por cada teoria, posto que, as ideias propagadas por estes dois intelectuais partem de vertentes totalmente distintas, o que, evidentemente, levará a posicionamentos predominantemente opostos.

Weber não se debruçou sobre a memória enquanto objeto de estudo propriamente dito, mas ressaltou que os interesses do tempo presente estabelecem a reconstrução do tempo passado, de onde nenhum acontecimento é desprovido de sentido. Sua teoria acerca das ações sociais dos indivíduos muito tem a esclarecer quando buscamos compreender o papel do indivíduo no processo de reconstituição da memória. A tese de Weber defende que é o sujeito quem atribui significado às ações sociais, pensamento rejeitado por Halbwachs, para quem a afetividade, as emoções, as repressões e intenções devem ser compreendidas, prioritariamente, através das determinações sociais. Como lembra Santos (2012, p. 40), “as questões levantadas por Halbwachs impõem limites às teorias sociológicas que defendem a autonomia do ator social [...]”.

Em toda a extensão de sua obra, Halbwachs (1990) insiste com vigor na concepção de que a memória, quando da sua constituição, sempre toma como base, os meios sociais efervescentes. Nos seus esforços em refletir sobre a memória e sobre a lembrança, o autor buscou atingir a elucidação da realidade existencial coletiva e também individual (DUVIGNAUD, 1990), considerando a existência de uma consciência individual que preferiu denominar de “intuição sensível”, ao invés de tomá-la pela nomenclatura de memória individual. Sobre intuição sensível o autor afirma:

[...] haveria então, na base de toda a lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível (HALWBACHS, 1990, p. 23).

Para Halbwachs (1990), a memória individual é resultado das relações sociais estabelecidas, formando-se a partir de quadros de referência sugeridos ou impostos pela sociedade (RIOS, 2013). Esses quadros de referência, denominados por Halbwachs (1990) de “quadros sociais da memória” têm como objetivo direcionar o processo de construção das memórias, “conferindo estabilidade e coerência às representações coletivas” (RIOS, 2013, p.

11). Para Halbwachs (1990), a relação entre os sujeitos e os quadros sociais da memória configura-se como uma relação de manutenção das estruturas coletivas já consolidadas (SANTOS, 2012).

Ao defender a anterioridade das representações coletivas sobre os pensamentos e atitudes individuais, Halbwachs (1990), inevitavelmente, se distancia do paradigma central estabelecido por Weber, já que, na visão do sociólogo francês, a memória, inclusive a individual, está associada a condições eminentemente sociais. De acordo com Halbwachs (1990), a memória individual reafirma suas lembranças pessoais e minimiza suas lacunas apoiando-se na memória coletiva do grupo, que lhe dá a devida consistência fortalecendo, debilitando ou mesmo complementando as percepções da realidade elaboradas pelo sujeito.

Conforme Halbwachs (1990), a memória individual não está sozinha, isolada. Ela faz apelo às lembranças dos outros, tomando frequentemente como referência, pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica. A vivência em coletividade, experimentada na interação com vários grupos desde a infância, estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal, individual (CARVALHAL, 2006). Assim,

[...] se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Nessa perspectiva, a autora Ecléa Bosi, cuja obra também constitui aporte teórico basilar para esta pesquisa, afirma que: “[...] somos de nossas recordações apenas uma testemunha que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão” (BOSI, 1994, p. 407). Endossando esta concepção, a autora ainda ressalta que “[...] é preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com outros” (BOSI, 1994, p. 407). Assim, Bosi (1994) reitera a expressividade da memória coletiva e a sua capacidade de se projetar sobre a memória individual.

Apesar de reconhecer a força da memória coletiva, Bosi (1994) também evidencia o papel do indivíduo no processo de construção de memórias: “por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador [...] e pode reter objetos que são para ele, e só para ele, significativos de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

Com isso, a autora deixa claro acreditar numa memória puramente individual que se afirma através do ato de recordar, ação essencialmente pessoal e intransferível. Para ela, “a memória grupal é feita de memórias individuais” (BOSI, 1994, p. 419), logo, a memória coletiva também não subsistiria sem a memória individual.

Nessa mesma linha de raciocínio está Myriam Sepúlveda dos Santos (2012), uma autora contemporânea, em plena atividade, que traz importantes contribuições e questionamentos ao tema memória. Assim como Bosi (1994), Santos (2012) acredita que há ocasiões em que os processos interativos – que se dão em caráter pessoal e também respondem pelas construções sociais – são fundamentais para a compreensão do processo de constituição da memória coletiva. Nas palavras da autora, “há situações em que as determinações das estruturas sobre as ações sociais são predominantes e vice-versa” (SANTOS, 2012, p. 31).

Santos (2012) lembra que estudiosos vinculados a correntes teóricas como o pós-estruturalismo e a teoria crítica, a exemplo de Marcuse e Foucault, teceram duros julgamentos às ideias propostas por Halbwachs quanto à compreensão da memória exclusivamente pela ótica da construção social. Nessa direção, Santos (2012, p. 34), indaga: “E se a redução da memória à construção social excluir aspectos importantes relativos a experiências passadas?”.

A resposta para esta pergunta está alicerçada na crítica que a autora estabelece em relação às abordagens conceituais que insistem em universalizar as reflexões em torno da memória, quando, em verdade, apresentam-se de forma unilateral, toldadas por visões parciais que não dão conta da diversidade referente ao tema memória (SANTOS, 2012). Para ela,

É importante aceitarmos que há várias formas de lidar com o passado e que todas elas envolvem interesse, poder e exclusões. Atentar para esses limites não nos leva a descartar as diversas abordagens existentes, mas apenas considerar o alcance e as consequências das diversas formas de saber, para podermos nos utilizar delas com o maior cuidado (SANTOS, 2012, p. 37).

Nesse sentido, o filósofo americano, Edward S. Casey (apud SANTOS, 2012), afirma que a memória extrapola todas as tentativas de enquadramento a qualquer área específica do conhecimento e da experiência humana, pois ela permeia todos os sentidos, sendo influenciada por eles, ao tempo em que ultrapassa os limites dos modelos mentais fundados na subjetividade ou intencionalidade humana (SANTOS, 2012).

Embora reconheça as significativas contribuições de Halbwachs para os estudos sociais de memória, para Santos (2012), a obra do sociólogo francês, apesar de inovadora, apresenta limitações consideráveis. Isto porque sua teoria se propõe a compreender a memória e o processo de formação das lembranças somente pelo viés das estruturas coletivas, deixando

lacunas quando se busca estabelecer a relação concreta entre passado e presente, posto que, as experiências do passado exercem influências na condução de hábitos e atitudes do presente (SANTOS, 2012). Nessa perspectiva, Santos (2012) compartilha, mais uma vez, do pensamento de Bosi, ao conceber o caráter individual e coletivo da memória como frentes teóricas complementares, já que a memória pode ser compreendida a partir das construções sociais e das práticas reflexivas individuais, simultaneamente, sem que estes aspectos se tornem excludentes (SANTOS, 2012).

Analisando a obra de Halbwachs, Santos (2012) afirma que, ao priorizar o social, este autor acaba por negligenciar a investigação das ações e interações sociais. É neste ponto que Santos (2012) aponta a incompletude de sua obra, pois ao atribuir à memória coletiva todos os processos envolvidos na construção das lembranças, o sociólogo elimina outros fatores igualmente pertinentes para a compreensão da significação da realidade em âmbito individual e também coletivo.

Tal fato se deve à despreocupação do sociólogo em se debruçar sobre as causas e consequências dos fenômenos sociais, focalizando os fenômenos relacionados à memória através da realização de estudos empíricos centralizados em padrões de comportamento (SANTOS, 2012). Nesse contexto, em uma outra passagem, Santos questiona o viés cientificista, sobre o qual emergiu a tese de Halbwachs, e interroga: “Poderíamos [...] conferir à memória coletiva uma dimensão passível de abarcar de modo simultâneo mente, corpo e sociedade?” (SANTOS, 2012, p.31).

Quando examina a produção de Bartlett, Santos (2012), aponta o problema de sua teoria: explicar nuances de um fenômeno social abrangente, como a memória, com um argumento unilinear que não respondia, satisfatoriamente, a complexidade do fenômeno observado. Nesse sentido, ela prossegue:

[...] há situações em que o importante é explicar o processo interativo responsável pela constituição da lembrança. Mas, evidentemente, há outras situações em que crenças, tradições e construções coletivas consolidadas se impõem sobre um conjunto de indivíduos de forma tão avassaladora que as diferentes nuances na apreensão do significado presentes nestas estruturas não faz muita diferença (SANTOS, 2012, p. 68).

Com isso, a autora quis dizer que analisar as atitudes e comportamentos individuais, é válido, mas não aplicável a todas as conjunturas. Essa constatação levaria o pesquisador a desenvolver outra ou outras linhas de pensamento que alcançasse, efetivamente, a resolução dos problemas diagnosticados.

Para a autora, os trabalhos de Halbwachs e Bartlett respondem pelos mais relevantes princípios teóricos já construídos acerca da memória no campo social, pois mostraram, pioneiramente, a importância das estruturas coletivas e das práticas interativas no processo individual de rememoração, características até então desconsideradas pelos estudos vigentes de memória (SANTOS, 2012). No entanto, Santos (2012) identifica que, o que lhes faltou na elaboração de suas respectivas teorias, foi perceber a complementaridade entre as duas frentes teóricas. Em vez disso, cada teórico optou por tentar explicar quaisquer fenômenos relacionados à memória a partir de um dos dois eixos conceituais. Enquanto Halbwachs (1990) priorizou as estruturas coletivas da lembrança, Bartlett (1932) focalizou as práticas interativas que contribuíam para a construção da memória coletiva (SANTOS, 2012).

Convergindo com o posicionamento de Santos (2012), Bosi (1994), evidencia concordar com a ideia de que o caráter individual e coletivo da memória não pode ser visto de modo incompatível. Em sua obra, Bosi (1994) desenvolve conceitos sociológicos mais flexíveis, sinalizando a existência de uma relação interdependente entre memória individual e memória coletiva. Para ela, é indiscutível o relevante papel da memória coletiva para a construção de sentidos e delineamento da identidade, assim como, não se pode desprezar a figura da memória individual e o trabalho do sujeito no processo reminiscênico. A autora acredita que a memória individual é um empenho do sujeito em dar um sentido à sua biografia, penetrando as lembranças como um desejo de explicação. Ela ainda acrescenta que “se faltarmos nós mesmos entre as testemunhas, a lembrança não se realiza” (BOSI, 1994, p. 414).

Esta última declaração conserva da proposta de Halbwachs (1990) a ideia sumária de que a lembrança individual não faz sentido se não estiver engajada junto à memória dos grupos aos quais pertencemos. Para que se possa afirmar que determinada lembrança é nossa, é preciso que ela esteja presente em nossa intuição sensível, denotando concordância entre a memória individual e a memória do grupo. A esse respeito, Halbwachs (1990, p. 22) afirma:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Isso significa que o ato de lembrar apenas é possível quando essas lembranças estão devidamente contextualizadas, quando se relacionam a algum esteio, como o grupo social em que estamos inseridos e assim sendo, inevitavelmente, as lembranças de todos os sujeitos

envolvidos, se influenciarão mutuamente (HALBWACHS, 1990). Desse modo, a memória, individual e coletiva, para edificar-se necessita de uma “comunidade afetiva” que, carregada de ideias e sentimentos presentes nos membros de um grupo, atua de modo a aproximá-las, oferecendo o devido suporte à constituição das lembranças individuais e da própria memória grupal.

Face ao exposto, podemos afirmar que Halbwachs (1990) considera a existência de uma memória individual e o seu papel no processo de rememoração. Entretanto, prevalece em sua teoria o posicionamento de que a memória individual não opera sem a memória coletiva, pois, a todo instante se fazem presentes “as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Ancorado em observações empíricas a fim de afirmar suas especulações teóricas, Halbwachs (1990) destaca o relato de sua primeira visita a Londres, onde, mesmo sozinho, levava consigo pensamentos e referências que se relacionavam a outros sujeitos, como o que lhe dissera um amigo arquiteto sobre a disposição urbanística daquela cidade ou, o depoimento de um outro amigo, historiador, que lhe explicara sobre a origem da denominação das ruas de Londres. Todas estas informações, obtidas em diálogos com os dois amigos em momentos distintos, haviam sido agregadas em seu ser e o mantinham conectado com esses outros sujeitos, embora eles não se fizessem presentes, material e fisicamente. Isso evidencia que a memória é uma construção social e que a memória individual não pode existir isolada do grupo social, sendo cada memória individual, um ponto de vista sobre a memória coletiva (HALBAWCHS, 1990; SILVA, 2016).

Desse modo, Halbwachs (1990) aponta uma estreita relação entre memória individual e memória coletiva, reconhecendo o papel do sujeito no processo de rememoração ao passo em que investe na convicção de que a memória individual não pode ser descontextualizada da realidade social, pois a consciência não se encerra em si mesma, interagindo com outras consciências, influenciando-as e sendo por elas influenciada num ritmo simultâneo. Como afirma Duvignaud (1990, p. 6), “nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança”. Assim,

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p.16).

Na visão de Halbwachs (1990), a memória individual está alicerçada nas percepções produzidas segundo a influência da memória do grupo, bem como da memória histórica (HALBWACHS, 1990; SILVA, 2016). Como lembra Silva (2016), as experiências vivenciadas e compartilhadas no interior de um grupo atuam na base da elaboração das memórias individuais que, oportunamente, carregarão traços da memória grupal. Apesar dessa estreita relação entre a memória individual e a memória coletiva, elas não se confundem e evoluem segundo suas próprias dinâmicas (HALBWACHS, 1990).

Ao passo que para Halbwachs (1990), a memória coletiva é suficiente para explicar a experiência memorialística, Pollak (1989), apesar de interpretar a memória como fenômeno coletivo, contraria o pensamento do sociólogo francês e atribui à memória individual uma relevância mais expressiva do que Halbwachs o faz. Para Pollak (1989), o sujeito é capaz de gerir suas lembranças, selecionando e/ou silenciando recordações conforme o grau de conveniência que elas ocupam na sua percepção, denotando assim que essas lembranças não estariam completamente subordinadas aos quadros sociais da memória (RIOS, 2013).

Tal concepção se justifica no entendimento de como se constitui a memória individual na visão de Pollak (1989), para quem os acontecimentos, as pessoas e os lugares relacionam-se às experiências de cada sujeito, sofrendo atualizações e ressignificações que se refletem em traços de imprecisão, confusão, projeção e incoerência presentes nas lembranças evocadas, reunindo, de modo consciente ou não, realidade e invenção no processo de construção das memórias (RIOS, 2013).

Logo, a memória individual para Pollak (1989), além de oportunizar ao indivíduo participação direta na construção da memória coletiva, se relaciona às percepções cognitivas do sujeito, isto é, é ele quem conduz a seletividade das suas lembranças, conferindo a elas o devido grau de importância, conservando-as ou sufocando-as, exercendo assim um papel protagonista frente à constituição da memória. Para Pollak, a memória individual possibilita identificar um mundo social carregado de pluralidade e que, predominantemente, está implícito nos escritos oficiais em razão do empenho empreendido pelos enquadradores de memórias oficiais em minimizar ou exterminar aquilo que não se integra bem à memória nacional (POLLAK, 1989).

Dadas essas reflexões, analisar a memória individual pela ótica da teoria weberiana pressupõe admitir um comportamento ativo do indivíduo frente à experiência coletiva, sem, contudo, desconectar o sujeito dos contextos sociais. Na memória individual, as lembranças que emanam de cada sujeito social podem sofrer variações de acordo com as relações sociais, com o lugar ocupado pelos sujeitos na sociedade e, ainda, com relação a cada sujeito

recordador, pois a transferência destas lembranças pessoais para o âmbito da memória coletiva, sua intensidade e quantidade, é construída por cada sujeito (SILVA, 2016), a partir das suas percepções e experiências efetivadas nas ações sociais.

3.2.3 As disputas da memória na perspectiva da dialética marxista

Seguindo com os diálogos entre as concepções de memória e as correntes sociológicas clássicas, não poderíamos deixar de abordar o pensamento de Karl Marx, intelectual que, ao lado de Friedrich Engels, contribuiu para a formulação de conceitos sociologicamente relevantes, conduzindo o conhecimento sociológico a uma perspectiva eminentemente crítica. Para Marx, a construção de ideias emana das demandas de ordem prática da sociedade, logo, a memória nesta ótica se construiria a partir da prática material da vida cotidiana (ALMEIDA, 2011). Nesse sentido,

Se for o ser social que determina as ideias, é também o ser social e suas condições materiais de existência que vão determinar o que o indivíduo vai deixar registrado na sua consciência e, mais além, determinar a memória que vai guiar o indivíduo em suas relações em sociedade. Isso vai determinar sobremaneira até em qual classe social o indivíduo deve vir a pertencer (ALMEIDA, 2011, p. 129).

Como evidencia Almeida (2011), a força motriz das transformações sociais, na visão de Marx, é representada pela luta de classes, dominante e dominada, que buscam defender seus respectivos interesses: de um lado, a primeira investe na manutenção do *status quo* e, na outra ponta, a segunda busca a transformação da realidade (ALMEIDA, 2011). Na ênfase dada por Marx à luta de classes, uma sociedade sem explorações procederia da capacidade da classe trabalhadora de reagir às imposições postas pela classe dominante (SANTOS, 2013).

A negociação que se estabelece na discussão teórica acerca dessa disputa ideológica se dá por meio da dialética, presente em todos os fenômenos sociais (ALMEIDA, 2011), um dos tripés do pensamento marxista, que ainda considera a economia e a política. Trazendo esse raciocínio para o campo da memória, percebemos que esta também se transforma pela mediação dialética, quando nega a realidade e se reinventa. O próprio sentimento de pertencimento a um determinado grupo somente se instala quando há uma memória coletiva¹⁴ que mantém a coesão do grupo, unindo-os em torno de um propósito comum. Assim se dá o materialismo histórico dialético de Marx, que consiste na abordagem dos fenômenos sociais por meio da dialética. Esta, por sua vez, interpreta os fenômenos contextualizando-os uns aos

¹⁴ A memória coletiva, contextualizada à teoria marxista, seria representada pela consciência de classe.

outros, considerando o confronto de ideias contrárias como o caminho para a construção de percepções concretas da realidade.

Convém assinalar que, neste estudo, nosso propósito não é analisar a essência da teoria marxista, mas utilizar o seu raciocínio dialético para compreender as tensões que se instalam entre as ideias de memória coletiva e memória histórica. Esta última, como lembra Barros (2009), não deve ser confundida com a Historiografia¹⁵. Desse modo, no contexto da dialética marxista, inferimos uma importante reflexão: na base da lógica dialética se encontram os embates entre memória coletiva e memória histórica, conforme denominação adotada por Halbwachs (1990), ou memória subterrânea e memória oficial, como prefere denominar Pollak (1989).

Nomenclaturas à parte, na abordagem dialética, a memória se configura como espaço de disputas e conflitos, onde, de um lado está a memória coletiva, que simbolizando os interesses das diferentes frações sociais, busca se firmar enquanto instrumento representativo de uma sociedade; do outro lado, encontra-se a memória histórica, ou memória oficial, ou ainda memória nacional que se estabelece como forma específica de dominação, agregando a ação de lideranças políticas (SANTOS, 2012) e impondo seus interesses à sociedade (POLLAK, 1989), sobre a qual exerce uma espécie de violência simbólica¹⁶ (BOURDIEU, 2009), que tem por objetivo a manutenção de uma ordem social (SANTOS, 2012).

Na contemporaneidade, a luta de inúmeros grupos sociais em busca de maior autonomia e representação simboliza a própria luta da memória coletiva (SANTOS, 2012) pelo direito de coexistir paralelamente às memórias dominantes, num esforço de minimizar a inexpressividade, as hierarquias e as subordinações fixadas pelas camadas mais favorecidas da sociedade.

A reflexão acerca das identidades, memórias ou tradições internalizadas se faz presente politicamente, nos movimentos sociais das minorias, dentre os quais estão as mulheres, os negros, os homossexuais (SANTOS, 2012) e muitos outros grupos que se sentem desprestigiados no processo de constituição de uma memória do todo. Nesse sentido, políticas da memória vão sendo reivindicadas e, gradativamente, implantadas, contemplando também as questões pertinentes ao nacionalismo que, referindo-se às lutas por emancipação nacional, encabeçadas *a priori* pelos países-colônia, pode ser compreendido como movimento social

¹⁵ Ciência que estuda, analisa e registra os fatos históricos ao longo do tempo. Também pode ser entendida como o conjunto de obras históricas produzidas por historiadores ao longo do tempo. Fonte: CORDEIRO, 2015. Na seção seguinte, nos aprofundaremos sobre o conceito de Historiografia.

¹⁶ Elaborado pelo francês Pierre Bourdieu, o conceito de violência simbólica refere-se aos esforços empreendidos pela classe dominante para impor às demais camadas populacionais, seu pensamento, exercendo sobre elas um domínio econômico, cultural e intelectual.

responsável pelas representações coletivas e identidades específicas, estabelecido a partir de processos hegemônicos e muitas negociações (SANTOS, 2012).

Nesse contexto, estabelecendo uma analogia entre essas últimas considerações e o pensamento marxista é oportuno ressaltar, ainda que brevemente, o contexto social em que se respaldou a teoria marxista da luta de classes. Na sociedade industrial, as relações de exploração se acentuaram inexoravelmente, desencadeando pobreza e opressão. Em meio a tal cenário, apoiando-se nos ideais revolucionários que despontam a partir do século XIX, as classes exploradas passam a reivindicar seus direitos, erigindo uma nova dinâmica social, amparada no engajamento de afirmação de igualdade (ENCICLOPÉDIA, 2016).

Esse duelo entre os interesses da classe dominante e dominada lembra a ambígua e complexa relação que envolve a memória coletiva e a memória histórica, preenchida, em toda sua extensão, por interações e contrastes. Tradicionalmente, a história deteve o lugar privilegiado e, legalmente reconhecido, de repercussão dos fatos e eventos ocorridos ao longo do tempo. Mas, como Barros (2009), pensamos que a história “nasce” da memória. Esse pensamento, nas últimas décadas, tem se evidenciado cada vez mais, levando a memória a alcançar espaço e gradativa consolidação enquanto instrumento legítimo de construção de significados e representação da realidade.

Os estudos que se preocupam com os processos de construção da memória coletiva têm como objetivo deslocar das estruturas pré-determinadas, o conhecimento do passado, situando-o mais próximo às experiências cotidianas dos grupos sociais envolvidos no percurso evolutivo de uma sociedade (SANTOS, 2012). Antes do movimento de valorização das memórias individuais em direção à construção da memória coletiva numa perspectiva microscópica, os trabalhos de composição da história da humanidade voltavam-se, predominantemente, para a narração da vida e feitos dos nobres e dominantes, sintetizando os grandes acontecimentos da história de uma nação e focalizando, demasiadamente, o papel dos monumentos, datas, nomes e comemorações oficiais. Isso contribuiu para constituir, paulatinamente, os registros da mais legítima das memórias coletivas: a memória oficial ou memória histórica, que representa na verdade, uma memória organizada e resume a imagem que uma sociedade majoritária¹⁷, como o Estado, desejava passar e impor (POLLAK, 1989).

Na visão de Halbwachs (1990), a trajetória de uma nação pode sim ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, como propõe a história, na qualidade de ciência que estuda o homem e suas relações com o passado. Por outro lado, a

¹⁷ Em sentido de exercício de dominação, seja pelas classes dominantes, pelo Estado ou por ambos.

reconstrução do passado de forma resumida e esquemática, como o faz tal ciência, encontra-se muito distante das percepções individuais (HALBWACHS, 1990). Movido por esse pensamento, o sociólogo francês, que desenvolveu suas pesquisas a partir de estudos empíricos, dentre outros recursos, buscou lidar com o passado a partir das construções produzidas no esteio dos grupos sociais (SANTOS, 2012).

Sua abordagem inovadora contribuiu para desencadear, a partir dos anos 1970, novos campos de pesquisa e novas metodologias para o estudo da memória coletiva, a exemplo da nova história, da história oral e da história do tempo presente (RIOS, 2013) que, imbuídos de novas reflexões, adotaram uma perspectiva construtivista¹⁸ sobre o modo de analisar e registrar o passado.

Nesta perspectiva, já não cabia tratar os fatos sociais de maneira descontextualizada aos acontecimentos vividos e sentidos pela maioria dos sujeitos, mas acrescentar ao rol de análises e registros como e por quem esses fatos sociais eram solidificados e dotados de duração e estabilidade (POLLAK, 1989). Essa nova abordagem historiográfica, representada principalmente pela história oral, passa a se interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias, contemplando, sobretudo, os aspectos da cultura popular, vida em família, hábitos e costumes de uma sociedade. Trata-se, pois, de uma história vista de baixo que privilegia as visões subjetivas e os percursos individuais, pondo em voga vozes de mulheres, negros, proletários e demais indivíduos excluídos da história oficial (FRANÇOIS, 2006).

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória Oficial”, no caso, a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

A história oral é capaz de possibilitar uma compreensão mais ampla e diversificada da realidade concreta, pois propõe relativizar os fatos e acontecimentos a partir do olhar de quem os vivenciou. As narrativas construídas pelos sujeitos anônimos que integram uma sociedade podem apresentar contrastes em relação ao discurso oficial, perturbando e abalando as estruturas já consolidadas de uma memória que se pretende absoluta, como a memória histórica.

Para Halbwachs (1990), a memória histórica engessa as possibilidades de atualização e ressignificação das memórias individuais, uma vez que representa apenas uma divisão do

¹⁸ Entendido aqui como construção contínua do conhecimento, logo, defende que não há conhecimento definitivo.

tempo e não se relaciona diretamente com os indivíduos. Para este autor, a história compreende a distinção de períodos e narrativas esquemáticas e incompletas e representa apenas uma compilação dos fatos considerados mais significativos na memória dos homens, e por pretender alcançar a universalidade (RIOS, 2013), pressupõe um enquadramento fixo e estático da “verdade”, não contemplando as mudanças de sentido produzidas pelos sujeitos. Entre os aspectos que distinguem, substancialmente, a memória e a história estaria a continuidade da primeira em contraponto à descontinuidade da segunda (BARROS, 2009).

Compartilhando desse mesmo pensamento, Nora (1993) afirma que a história pressupõe uma construção de narrativas lógicas, lineares e incompletas, concebidas no seio de um criticismo que suspeita da memória e se opõe completamente a ela. A memória, por sua vez, representa vida e movimento, sujeita a constantes transformações em razão do seu caráter fluido e oscilatório entre a lembrança e o esquecimento (NORA, 1993). Para o autor,

[...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

A distinção proposta por Nora entre memória e história pode ser entendida a partir das perspectivas de análise do passado estabelecidas por cada uma. Enquanto a memória examina os fatos e acontecimentos pelo lado de dentro, ou seja, pelo olhar dos indivíduos e grupos de indivíduos que os experienciaram, a história os analisa pelo lado de fora, sob parâmetros críticos e objetivos (BARROS, 2009).

Historiador, Pierre Nora estabelece, no final do século XX, a utilização da memória pela história (SANTOS, 2012), confrontando as formas de interpretação e representação do passado por uma e outra (SANTOS, 2012). Em sua obra, organizada em torno de uma coletânea de artigos, uma de suas afirmações mais categóricas reside na passagem: “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 7). Essa constatação justificaria, em parte, a criação do que o autor denominou de “lugares de memória”, que forneceriam os símbolos e materiais necessários à alimentação de uma memória que, em

verdade, se encontrava esfacelada, prestes a romper com o passado vivido (NORA, 1993). Como expressa Le Goff (1990, p. 473), esses lugares de memória seriam

[...] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações.

Assim, ao longo do tempo a percepção do passado em sincronia com o presente se fragilizou, o que levou as sociedades a buscarem meios de registrá-lo solidamente, a fim de preservá-lo e recuperá-lo. Em meio às mudanças contínuas, provenientes do acelerar do tempo em que se encontravam ameaçadas a tradição e a identidade, se constitui, progressivamente, uma consciência histórica e linear (SANTOS, 2012; LE GOFF, 1990; BARROS, 2009). Gradualmente, se evidencia uma aproximação entre memória e história que parece superar, ainda que sutilmente, as singularidades que as colocam em posições contrárias. O papel da história neste contexto, ganha uma maior relevância na sociedade (BARROS, 2009).

A relação de convergência entre memória e história se afirma quando a memória viva, presente em cada membro de um grupo, por razões naturais de desaparecimento das gerações, começa a se desintegrar, tornando urgente a necessidade de registrar os conteúdos advindos da memória para a sua própria salvaguarda (BARROS, 2009). Podemos afirmar que a principal contribuição da história, nesse sentido, está em evitar que a humanidade perca suas referências, tão essenciais à constituição das identidades coletivas, responsáveis pelo autorreconhecimento do homem/mulher enquanto sujeito de sua própria trajetória (DELGADO, 2007).

Além disso, o registro da memória pela história tem por objetivo tomar o passado como instrumento de apoio à compreensão do tempo presente e também como instrumento norteador para a tomada de decisões futuras. Em segundo lugar, tal registro prevê instituir uma “memória viva” sobre os acontecimentos, contribuindo para evitar a repetição concreta de episódios trágicos, ou mesmo o seu esquecimento, ou ainda evitar que deixem de ser analisados criticamente (BARROS, 2009).

Sendo assim, é justificada a necessidade de uma estrutura sistemática capaz de registrar o passado para garantir a coesão e a continuidade das civilizações. O espaço e o tempo em que estamos integrados se transformam e, caso não pudéssemos contar com esse recurso narrativo que resiste a tais transformações – a memória histórica – provavelmente perderíamos nossas bases identitárias e com elas, o substrato da nossa existência. Assim,

reconhecemos o importante papel que a memória histórica desempenha enquanto instrumento de salvaguarda das origens, valores e tradições cultuados por uma sociedade, mas chamamos atenção para as manipulações existentes no processo de construção e perpetuação dessa memória, decorrentes dos mais diversos interesses sociais, políticos e culturais.

Desse modo, de um lado, se põe a memória como instrumento capaz de reconstituir os vestígios e percepções de um momento anterior (SILVA, 2016) e, de outro, a história, incumbida de examinar e publicizar fatos e acontecimentos exteriores à nossa experiência pessoal e que, direta ou indiretamente, se relacionam com o nosso percurso social. Tal dicotomia evidencia a tensão que se instala entre a memória, sobretudo, a memória coletiva e a história.

Halbwachs (1990) afirma que a construção da memória coletiva é um processo quase natural, pois há a necessidade de “expulsar” o pensamento para que o conhecimento adquirido não se perca. Tal construção não se dá a partir do passado escrito, e sim com base no passado vivido. Segundo Halbwachs (1990), a memória, para se constituir, precisa ter um sentido que só é possível através da compreensão daquilo que se vive. E por se tratar de uma memória viva, ela se perpetua e se atualiza através do tempo.

Em contraparte, para Halbwachs (1990), a história é uma ciência que parece se interessar por um passado demasiadamente longínquo, cujos sujeitos participantes daquelas experiências, capazes de reafirmar tais fatos, já não estão mais vivos para fazê-lo. Quanto a isso, o autor estabelece uma aproximação entre memória e tradição oral¹⁹. Por tradição oral compreendemos a reconstituição do passado através da reprodução de práticas, crenças e valores que se fundamentam sobre o passado vivido. A memória, por sua vez, agrega experiências iniciadas no passado, cujos desdobramentos são perpetuados até o presente, influenciando os modos de pensar e agir dos sujeitos no tempo atual.

Importa ressaltar que esse pensamento de Halbwachs a reduzir a história a um passado distante era amplamente praticado no período em que o sociólogo elaborava sua teoria acerca da memória coletiva, em que predominava a visão de uma única história, capaz de totalizar os eventos vivenciados pela humanidade, característica marcante das historiografias marxistas daquela época (BARROS, 2009). Como lembra Barros (2009, p. 48),

¹⁹ Existe uma diferença entre História Oral e Tradição Oral. A primeira refere-se a um recurso metodológico que consiste no estímulo à produção de narrativas orais em que se busca conhecer determinadas questões por meio das pessoas que viveram tais situações. Já a Tradição Oral se define como a transmissão/apropriação de fatos, ideias, comportamentos, hábitos, rituais conhecidos e/ou adotados por indivíduos que não vivenciaram sua realização ou pelo menos, sua implementação, mas tomaram ciência da sua existência em virtude da propagação oral destes saberes (ALBERTI, 2005). Neste trabalho, dedicaremos uma seção para abordar com profundidade a História Oral, onde discutiremos mais amplamente os conceitos que envolvem esta temática.

“a eclosão das histórias plurais ainda estava longe, e ocorreria concomitantemente ao movimento da pós-modernidade historiográfica”. Em verdade, o olhar de Halbwachs para a memória histórica ofereceu à memória coletiva o suporte necessário para a constituição e consolidação do seu conceito (BARROS, 2009).

Seguindo rigorosamente as correntes ideológicas que deram origem às concepções durkianas, Halbwachs (1990), influenciado pelo positivismo assim como seu mestre, concebe a historiografia a partir de uma perspectiva universal. O universalismo positivista que permeia o pensamento do autor é compatível com as interpretações que emergiam na Escola dos Annales, assim, quando se refere às diferenças entre história e memória a partir da percepção de que só há uma única história em contraponto com a existência de inúmeras memórias coletivas, ele não se refere à historiografia, e sim à “história-efetiva”, que se sustentaria na confluência de todas as histórias parciais (BARROS, 2009). Nas palavras de Delgado (2003, p. 20), convém então assinalar o que seria essa história-efetiva:

Produção intelectual do saber; práxis interpretativa da realidade; reflexão sobre si mesma; área de conhecimento sujeita a verificação, através de metodologias, pesquisa documental, construção de evidências; espaço institucional do saber; produto social, caracterizado pela crítica sobre si mesmo; conjunto organizado de produção de memórias; narrativas que se contrapõem ao efêmero.

Esse elenco de definições pode levar a convicções tais como as de Halbwachs (1990), para quem a história atua de modo a regular a memória, comprometendo sua espontaneidade e subjetividade. Entretanto, como observa Barros (2009), a evolução pela qual passou a história, sobretudo, a historiografia, a partir do final do século XX, possibilitou análises mais pluralizadas do passado, deixando de lado qualquer pretensão de se alcançar uma história universal.

A realidade social mostrou que havia uma variedade de grupos que se aproximavam ou se opunham, que se incluíam ou se excluíaam, que se fundiam ou se fragmentavam, convivendo e entrelaçando-se no mesmo espaço social. Esses grupos, com todas as suas semelhanças e diferenças, passaram a ser vistos pela historiografia, que os considerava em conjunto com suas particularidades. O trabalho de construção da memória e afirmação da identidade – realizado no interior dos grupos sociais como o movimento negro, o movimento gay, as etnias específicas, o feminismo, a religião, os partidos políticos, para citar alguns – é tomado pela historiografia numa perspectiva relativista, contrária ao caráter absolutista ao qual a história se propôs em outrora (BARROS, 2009).

Assim, em meios a novas práticas historiográficas que tem por compromisso dar visibilidade às mais diversas significações da realidade, o contraste existente entre memória e

história vem sendo gradualmente atenuado, viabilizando, portanto, um diálogo mais flexível entre essas duas instâncias analíticas do passado (BARROS, 2009).

Apesar desse recente movimento que busca suavizar as tensões existentes entre memória e história, reconhecendo a complementariedade das atribuições de cada uma no processo de reconstituição do passado, os contrastes que permeiam essa relação ainda apontam para outras questões discursivas, como as interferências que ocorrem simultaneamente sobre uma e outra.

A conotação dada por Halbwachs (1990) à relação entre memória e história encontra apoio e ressonância em concepções contemporâneas, como a de Marilena Chauí, que ao prefaciar o livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* afirma que os idosos tendem a incorporar à sua memória individual, aspectos da história oficial, sufocando assim a sua lembrança pessoal. Desse modo, a autora corrobora com o pensamento de Halbwachs (1990), para quem a história é uma forma de apagamento da memória coletiva.

Segundo Chauí (1994), as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade, ou seja, a memória histórica ou a história oficial se entrelaça à memória de quem recorda, ofuscando a veracidade dos fatos ocorridos e comprometendo a possibilidade de ressignificação e atualização de sentidos presentes no ato de recordar.

Ampliando o debate acerca do domínio exercido pela memória histórica sobre a memória individual, Bosi (2003) narra um episódio vivido por Michael Hall, historiador estadunidense, que, ao tentar entrevistar um determinado líder sindical, responsável por encabeçar um movimento operário, tem a sua visita rejeitada sob a justificativa de que seu entrevistado encontrava-se despreparado para o diálogo naquele momento e preferia instruir-se dos fatos que ele próprio havia vivenciado recorrendo aos escritos oficiais existentes acerca dos movimentos sindicais. A esse respeito, a autora conclui: “Parece que há sempre uma NARRATIVA COLETIVA privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde” (BOSI, 2003, p. 18, grifo da autora).

Essa interferência que a memória histórica empreende sobre a memória coletiva é denominada por Barros (2009) de “contaminação da memória pela história”, ideia também presente na obra de Burke (2008) que relata, por exemplo, as memórias de soldados que atuaram na Primeira Guerra Mundial e desenvolveram suas narrativas a partir de um livro, muito popular naquele período, *O Peregrino*, de John Bunyam (BARROS, 2009). Ou seja, as memórias dos soldados cercaram-se por informações histórico-literárias as quais não

necessariamente existiam em sua experiência real, havendo, pois, um embaralhamento entre realidade e ficção.

O caminho inverso também ocorre. Segundo Le Goff (1990), é possível observar a interferência que a memória coletiva exerce sobre a história, interferência esta que se prolifera com a globalização e com os recursos midiáticos. Para o autor,

[...] toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pelo *media*, caminha em direção a um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob pressão dessas memórias coletivas (LE GOFF, 1990, p.473);

No domínio da história, sob a influência das novas concepções do tempo histórico, desenvolve-se uma nova forma de historiografia – a "história da história" – que, de fato, é na maioria das vezes o estudo da manipulação pela memória coletiva de um fenômeno histórico que só a história tradicional tinha até então estudado (LE GOFF, 1990, p. 474).

Tais afirmações revelam que, ao considerar novas possibilidades de abordagens historicistas, a história está sujeita a distorções, pressões e manipulações oriundas das representações e impressões que a sociedade elabora acerca de sua realidade e de si mesma. Como ressalta Barros (2009), ao historiar, por exemplo, movimentos negros, tais como a escravidão, abolição da escravatura, resistência à escravidão, é quase impossível para o historiador não sentir a coação, sutil ou desvelada, das questões referentes ao preconceito racial. O próprio conceito de raça se encontra no cerne dos conceitos repreendidos atualmente por áreas como a antropologia e a biologia, fato que leva os pesquisadores que se debruçam sobre o tema a se cercarem de protocolos quando da análise crítica desses fenômenos sociais.

Soma-se a isso a midiatização dos fatos e acontecimentos que, carregados das parcialidades contidas nas memórias coletivas, são veiculados nos meios de comunicação. Tal fenômeno também se torna objeto de estudo da história que adquire, neste ínterim, uma nova tarefa: a de analisar tais episódios sob o prisma da manipulação lançada pela memória coletiva (BARROS, 2009).

Diante do que foi expresso cabe dizer que, ao trazer as ideias de Marx para o contexto da memória nosso objetivo foi buscar, nos paradigmas centrais estabelecidos por esse clássico, uma fundamentação teórica que nos possibilitasse compreender de forma mais abrangente os fenômenos relacionados à memória enquanto cenário de disputas. A ênfase dada por Marx à luta de classes, em que persiste uma dominação hegemônica da classe mais favorecida em direção à classe menos privilegiada, em muito se assemelha às tensões existentes entre a memória coletiva e a história, sobretudo a história oficial, que entram em disputa por espaço e reconhecimento, além de buscarem garantir a propagação dos elementos

que, de fato, desejam imortalizar. Desse modo, podemos entender que a memória, em todas as suas formas conceituais, seja coletiva, seja histórica, é “responsável pela imposição de coerções, exclusões e toda sorte de controle social” (SANTOS, 2012, p. 35).

Em síntese, reiteramos que a ideia de trazer as bases teóricas fundantes das ciências sociais – as teorias de Durkheim, Weber e Marx – contextualizadas aos parâmetros conceituais da memória se propôs a refletir sobre as contribuições e limites que as teorias sociais oferecem ao complexo estudo da memória. Analisar cada corrente do pensamento sociológico clássico, numa abordagem dialogal com as concepções de memória – exercício que nos foi tão caro – foi de suma importância para o nosso entendimento do que vem a ser, de fato, a memória na perspectiva social.

Podemos dizer que a memória é, de todo modo, uma forma de conhecimento que se alimenta de aspectos internos e externos à nossa percepção, o que nos leva a acreditar na complementaridade entre a memória individual e a coletiva, incluindo também (porque não?) a memória histórica, sem que sejam vistas como categorias excludentes entre si.

Se, por um lado, o sujeito não consegue constituir suas lembranças desconectado do seu meio, por outro, ele é agente no processo de composição dessas lembranças, sendo, ao mesmo tempo, constituído e constituinte de sua história (SANTOS, 2012) e da história de uma sociedade. No que se refere ao impasse que se instala entre a memória coletiva e a memória histórica, há um debate prenunciado por Hannah Arendt (2014) entre memória e liberdade, no qual, ao indivíduo é conferido o direito de lutar pela construção de um passado que aproxime as suas experiências cotidianas dos fatos narrados oficialmente, observando o seu papel neste processo. Logo, a ideia de liberdade apresentada de modo vinculado à memória, refere-se à “construção da liberdade por um grupo social contra a opressão do outro, e não a liberdade da humanidade contra as coerções impostas por uma estrutura social difusa” (SANTOS, 2012, p. 28).

Assim, à margem de reducionismos ou absolutismos teóricos, a memória, a partir de uma análise objetiva, pode ser concebida como fenômeno coletivo, conforme a teoria de Durkheim; como fenômeno subjetivo, como conduz a tese weberiana, que dá ênfase à força das ações sociais praticadas pelos indivíduos e, como reflexo do materialismo histórico e da dialética marxista, na perspectiva do antagonismo de classes, no qual poderão emergir disputas como a da memória coletiva e da memória histórica.

Finalmente, à guisa de conclusão preliminar acerca das reflexões apresentadas, podemos afirmar que nossas percepções sobre o tema memória, construídas em diálogo com os autores aqui mencionados, encontram afinidade com as considerações teóricas tecidas por

Barros (2009), Bosi (1994) e Santos (2012), por quem cada faceta da memória e suas múltiplas relações dialéticas são cuidadosamente pensadas e repensadas. Esses estudiosos apresentam em seus escritos ponderações razoáveis, evidenciando acreditar nos aspectos de complementaridade e enriquecimento mútuo para cada um dos polos estabelecidos – a memória individual e a memória coletiva; a memória coletiva e a memória histórica – que, embora mantenham atribuições e funções diferenciadas, podem se valer de uma riqueza diversificada ao considerar as interseções possíveis entre elas.

Face a todas as leituras, percebemos que a memória individual e a coletiva se alimentam e são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e têm a função primordial de garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertencimento entre seus membros. Memórias individuais e coletivas vivem num permanente embate pela coexistência e também pelo *status* de se constituírem como memória histórica, que, por sua vez, estabelece com a memória coletiva uma relação complexa, envolvendo simultaneamente apropriação, diálogo, destruição e contribuição (DELGADO, 2003). Todavia, não se trata de uma relação antagônica e excludente, mas de uma relação dialogal e complementar, aproximada pelos esforços de compreensão do passado. Tanto a história como a memória o fazem a partir da análise dos fragmentos e têm como veículo de disseminação, dentre outros instrumentos, a oralidade, presente nas narrativas e histórias de vida.

3.3 A NARRATIVA ORAL E A HISTÓRIA DE VIDA COMO METODOLOGIAS FAVORÁVEIS À CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Reportando-nos ao refrão de uma famosa canção imortalizada na voz de Cazuza, ratificamos, como ele, que o tempo não para, ao contrário, ele é dinâmico e segue seu percurso independente dos nossos desejos, interesses ou necessidades. O tempo que passou somente ressurgir na dimensão cognitiva do ser humano, exigindo-lhe um intenso trabalho de organização e seleção das informações adquiridas em outrora. Essas informações constituem o substrato da lembrança e a ação de selecioná-las e organizá-las constitui a própria rememoração.

O ato de rememorar, contudo, só ganha sentido quando é exteriorizado, isto é, quando é significado a partir da produção de narrativas que percorrem a experiência vivida para dar conta das percepções e impressões formuladas em torno da realidade, favorecendo a construção de novas fontes de informação, trazendo ao conhecimento ostensivo, aspectos da vida privada e coletiva até então desconhecidos. Em outras palavras, o lembrar de hábitos,

emoções, pensamentos, ideologias, lutas, conquistas, glórias, fracassos, erros e acertos vividos individual ou coletivamente em um momento anterior da vida, torna-se possível pelo ato de lembrar. E a reconstituição dessa atmosfera pretérita, que conecta a vida pessoal aos processos coletivos, se consolida pela ação narrativa (DELGADO, 2003).

O ato de lembrar permite ao sujeito estabelecer um diálogo consigo, percorrer a temporalidade de sua vida, refletir sobre o seu lugar no mundo, suas raízes, sua identidade. Ao pesquisador que se dedica ao trabalho com fontes orais, as lembranças de outrem, socializadas por meio das narrativas, permitem reconstituir comportamentos e sensibilidades de um determinado período, além de proporcionar o conhecimento de faces da realidade, silenciadas e negligenciadas por um discurso que se mostra dominante e uniformizador (DELGADO, 2003). Bobbio (1997), reconhece a importância da recordação nesse processo ao afirmar que

O lembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência por que é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na lembrança reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. [...] Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçamos sobre nós mesmos e nele reconstruímos nossa identidade (BOBBIO, 1997, p. 30-31).

A socialização das lembranças, que se dá a partir da habilidade linguística de construir narrativas, permite às camadas populacionais minoritárias, representadas pelos velhos, mulheres, negros e trabalhadores manuais, dentre outros grupos, acionar suas vozes e mostrar nuances da substância social da memória, não contemplada na história que se constrói a partir de documentos oficiais, apenas (BOSI, 2003).

Para Bosi (2003), a memória oral – que aqui trataremos como narrativa oral por entender que a expressão usada pela autora, nesse contexto, remonta à atividade neurolinguística presente na oralidade e no ato de narrar, atividade pela qual a memória pode ser, de fato, conhecida e apreendida – não se prende à unilateralidade, tampouco pretende alcançar uma teoria histórica, com delineamentos construídos conceitual e metodologicamente. As narrativas orais, na visão de Bosi (2003), apresentam traços de contraditoriedade e imprecisão, decorrentes de vários fatores, dentre os quais se destaca a internalização de versões históricas socialmente aceitas.

Com esse pensamento, Bosi (2003) esclarece que quando se lida com a memória, via narrativa oral, não se pode esperar uma reconstrução fidedigna às narrativas implementadas pela teoria histórica, e nesse sentido, cabe parafrasear mais uma autoridade no tema memória que, através de seus textos e exposições orais, tem contribuído potencialmente para a

formulação de nossas reflexões. Segundo a Profa. Dra. Dione Moraes²⁰, trabalhar com memória, sobretudo na perspectiva das narrativas orais, implica em se desprender da busca pelas condições históricas de legitimidade, isto é, não ter em vista uma verdade coerente e uniforme, mas perceber que o trabalho com a memória, é, sobretudo, um trabalho com a produção de sentidos agenciada naquele momento.

As narrativas orais se mostram como importantes instrumentos capazes de servir à preservação e à propagação dos saberes, das tradições e dos aspectos identitários de uma sociedade, pois é em meio às narrativas do cotidiano que aprendemos, internalizamos e transmitimos o cabedal acerca dos nossos valores, da nossa cultura, da nossa experiência e da nossa autoimagem no mundo (DELGADO, 2003).

As narrativas registradas por escrito ou oralmente se constituem a partir de uma habilidade inata à condição humana: a habilidade de narrar, pois a fala representa comunicação, sendo a primeira aptidão interpessoal aprendida pelo homem e a característica que o diferencia dos demais seres vivos. Barthes (1976), afirma que a humanidade narra como respira: naturalmente, sendo a oralidade uma capacidade meramente espontânea do ser humano, estando impregnada em nosso dia a dia. Para o autor, a narrativa se encontra

[...] em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e freqüentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes e mesmo opostas: a narrativa ridiculariza a boa e a má-literatura: internacional, trans-histórica, transcultural, a narrativa está aí, como a vida (BARTHES, 1976, p. 19-20).

Para Alberti (2003), sem as narrativas orais um acontecimento, um fato ou uma situação vivenciada por um indivíduo ou por um grupo, não poderiam tornar-se conhecidos. Ainda segunda a autora, a maior riqueza das narrativas orais situa-se sobre a possibilidade de estudar os muitos modos de elaboração e significação das experiências vividas por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos.

Assim, embasando-nos nas considerações de Alberti (2003) e Perazzo (2015), definimos as narrativas orais como sendo discursos produzidos pelos sujeitos que, servindo-se da oralidade, expressam suas lembranças e conhecimentos. Ao pôr em ênfase a voz dos atores sociais, historicamente desconsiderados pela história oficial, esse modo de investigar o passado alcança notória relevância por socializar as experiências e conhecimentos construídos em tempos remotos, significados no tempo presente.

²⁰ Palestra proferida pela Profa. Dra. Maria Dione Moares, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Piauí, em novembro de 2017.

Entretanto, como alerta Bosi (2003), as narrativas orais estão sujeitas a desvios, preconceitos e inautenticidade, visto que elas se movimentam sobre territórios sinuosos, onde as fontes orais mais sugerem do que afirmam, forçando o pesquisador a realizar uma interpretação criteriosa. Nesse contexto, no processo de produção de narrativas se inserem as invenções, as omissões, as distorções, as ênfases e os esquecimentos. Para exemplificar tais conotações, apresentemos casos citados por Bosi (2003, p. 18):

[...] Quem aclamava o Führer nos estádios? Que multidão erguia milhares de braços? Seriam bonecos ou máscaras de Ensor? E alguns judeus ao relembrar o Holocausto esquecem os vinte milhões de soviéticos sacrificados pelo nazismo. Entrevistei japoneses que se dizem pacifistas mas que se recusam a pensar em Hiroshima e Nagasaki. Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.

No trabalho de construção das narrativas orais, os narradores selecionam as memórias que serão socializadas, orientando-se pelas percepções e impressões que elaboram da realidade. Para preencher as lacunas decorrentes das incertezas, acabam por inventar detalhes que possam se encaixar bem ao encadeamento sequencial da narrativa, de modo a favorecer sua fluidez e instituir um relato logicamente possível.

Nessa perspectiva, parafraseando Sigmund Freud, podemos afirmar que a memória é formada por elementos contidos na lembrança, assim como por elementos externos a ela, emprestados da ação criativa e da capacidade cognitiva de improviso, onde realidade e ficção coexistem lado a lado. Assim, no trabalho de análise das narrativas orais deve-se conferir valor aos sentidos e significados nelas produzidos, desprendendo-se da busca por uma verdade tal como oferecem os registros oficiais. De fato, o que traz, inventa ou transforma cada sujeito quando da composição de suas narrativas, escapa de qualquer possibilidade de determinação universal. Fenômeno eminentemente particular e específico, as narrativas orais carregam as impressões que o narrador faz de si e do que vê ao seu redor e, ocasionalmente podem oferecer ou não, um suporte ao processo de desvelamento do real em sua concretude.

Num esforço de redesenhar a história tendo como pano de fundo os pontos de vista particulares, a teoria científica, gradativamente, afasta-se das grandes narrativas e das macroanálises sociográficas, neutras e impessoais (BURKE, 2014; SANTOS, 2012), e aproxima-se do velho método indutivo de abordagem da realidade que, tomando como ponto de partida a experiência particular em direção às generalidades, constitui-se como elemento ampliador do processo de construção do conhecimento (MONTENEGRO, 2007).

Nesse contexto, a historiografia enfrenta reformulações nos seus pressupostos fundamentais e sob uma nova perspectiva, envolvida por um novo discurso, mostra-se

analítica, artística e científica, servindo-se da memória coletiva e das memórias individuais (BARROS, 2009) para dar solidez aos fenômenos que se relacionam com a sociedade, dotando de longa duração aqueles episódios que nascem no ímpeto da efemeridade (MONTENEGRO, 2007).

Nas antigas civilizações, datadas do período do império grego, se instituiu um grande impasse sobre a estratégia mais eficaz para salvaguardar o conhecimento. No Fedro²¹ essa questão é apontada: de um lado, colocava-se a reminiscência pela experiência sensível e, do outro, a lembrança pela escrita, levando pensadores da época, como Platão, a questionar a autenticidade do que era registrado por meio da escrita (SMOLKA, 2000). De todo modo, havia no mundo grego um apelo imensamente maior em favor da oralidade, utilizada para informar, ensinar e narrar o cotidiano da vida em sociedade (BOSI, 2003; SMOLKA, 2000). Contudo, as preocupações em torno dos registros escritos do conhecimento constituem os primórdios da historiografia, que tem na figura de Heródoto o seu precursor, para quem era necessário evitar que os grandes feitos dos gregos e dos bárbaros sucumbissem ao esquecimento (BARROS, 2009; SMOLKA, 2000).

Objetivando ultrapassar a condição de conceito intuitivamente assimilado e compreendido, o termo historiografia, embora se faça presente ao longo das ideias aqui apresentadas, merece uma reflexão mais acentuada relativa ao seu conceito. Desde já, cabe ressaltar que, mais uma vez, lidamos com um conceito polissêmico, que admite significações em diversas direções.

Em sua definição mais habitual e recorrente, a historiografia aparece como o conjunto de estudos históricos, ou a história da história. Há ainda uma outra conceituação que a condiciona ao próprio ofício do historiador. Preferimos o entendimento de que a historiografia significa interpretação analiticamente construída em torno do espaço e do tempo passado, do senso comum e da teoria literária, sob uma visão parcial, observando a cronologia, o alinhamento e a concordância com o período em foco, critérios essenciais, como informa Pollak (1989), à manutenção da coesão das instituições e grupos que compõem uma sociedade. Tais aspectos definem os respectivos lugares ocupados pelos grupos e pelas instituições na sociedade, bem como definem sua complementariedade (POLLAK, 1989).

A historiografia se alimenta de métodos e materiais fornecidos pela história e se propõe a reinterpretar incessantemente o passado, observando a exigência da credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (POLLAK, 1989).

²¹ Tratado sobre a retórica, no qual esta é interpretada como a arte de falar a verdade, utilizando-se da persuasão para conduzir os ouvintes para este encontro (SMOLKA, 2000).

A historiografia pós-moderna não destoa muito da concepção de pluralidade entoada pelas memórias coletivas e assim como elas, faz surgir histórias produzidas pelos grupos para esses mesmos grupos (BARROS, 2009). Assim, reconstituir testemunhos a partir das diretrizes da historiografia requer a utilização de metodologias como a da história oral, campo interdisciplinar que se baseia na interatividade humana, contemplando as narrativas individuais (PERAZZO, 2015). Para Delgado (2007; 2003), a história oral pode ser definida como um procedimento metodológico que, estimulando a produção de narrativas, busca construir fontes e documentos, bem como registrar testemunhos, versões e interpretações sobre a história em curso e transcorrida. Por se tratar de uma metodologia, a história oral também é entendida como técnica de produção, coleta e análise de fontes de pesquisa (PERAZZO, 2015). Enfatizando tais possibilidades conceituais, ainda nos defrontamos com definições que compreendem a história oral como

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes versões e testemunhos (ALBERTI, 1989, p.1-3).

A história oral se apoia na narrativa oral que, ocupando todos os campos da atuação humana, favorece o compartilhamento de saberes e experiências de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Através dessa prática, o sujeito ressignifica e atualiza suas percepções, constrói e transmite conhecimento. Desse modo, “a razão narrativa desemboca no saber contar um fato real ou imaginário, despertando no ouvinte o desejo de significar experiências vividas, que não retornam mais” (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 30).

A lembrança compartilhada no ato de narrar envolve três instâncias, como aponta Delgado (2003): a) o estímulo à narração, que muitas vezes se dá a partir de referências exteriores ao narrador, como as lembranças constituídas coletivamente no interior dos grupos onde o narrador esteve ou está inserido, relacionando-se, conforme Halbwachs (1990) postulou, aos quadros sociais da memória, ou ainda pode se tratar de estímulos materiais capazes de aflorar as lembranças, a exemplo de relíquias, fotos, cartas, jornais; b) o exercício de lembrar para contar, que remete à seleção e organização das lembranças, expressando o que foi e também o que não foi vivido, mas internalizado pela força da memória coletiva; c) por fim está a disponibilidade para escutar que traz ao ouvinte possibilidades múltiplas de aprendizado, agregando a si novos saberes ou promovendo a reformulação de conhecimentos já consolidados (DELGADO, 2003; 2007).

Assim, ao narrar suas experiências e expressar seus conhecimentos, o sujeito transforma suas vivências e saberes em linguagem, selecionando e organizando as informações de acordo com determinado sentido (ALBERTI, 2003). Em função desse seu caráter, as narrativas orais permitem reconstituir a crônica do cotidiano (BOSI, 2003), possibilitando desbravar um universo inexplorado de informações, repleto de detalhes desconhecidos e que nos podem ser revelado a partir desse instrumento.

As narrativas são, segundo Delgado (2003), traduções dos registros das experiências vividas e carregam a força da tradição, dos valores e comportamentos socialmente concebidos e praticados, evidenciando o fluxo e o poder das transformações ao longo do tempo (DELGADO, 2003). Assim, quando se busca interpretar a história vivida, valendo-se das memórias individuais e coletivas para obter o conhecimento de determinada realidade, percebemos quão influentes são, nesse processo, as representações coletivas e demandas trazidas pelo tempo presente.

Aliás, a temporalidade encontra aí um lugar privilegiado. O tempo envolvido no processo de construção de narrativas abrange o passado pesquisado, o tempo sob o qual se projetou a história de vida do narrador e o tempo atual que orienta a interação entre entrevistado e entrevistador (DELGADO, 2007). Em verdade, tempo, memória, espaço e história andam juntos, apesar das tensões que marcam algumas dessas relações (DELGADO, 2003).

As narrativas construídas a partir da história oral podem se apresentar como narrativas históricas ou narrativas épicas, conforme Delgado (2003). As primeiras seriam referentes ao tempo pesquisado e suas relações de proximidade com tempo presente, cujas referências cronológicas primárias ainda podem ser encontradas devido a tal proximidade dos períodos temporais em questão. Já as segundas, representariam as narrativas atemporais, de caráter lendário (DELGADO, 2003; GAGNEBIN, 1997), alimentadas pela tradição herdada. As narrativas orais são, portanto, o instrumento que presentifica e torna visível a memória, perpetuando-a, muitas vezes, para além do tempo vivido.

Dentro do amplo quadro da história oral, que tem como base as narrativas, está a história de vida, definida por Queiroz (1988, p. 20-21) como

o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas

coletividades a que o narrador pertence. [...] Este (o entrevistado) é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor.

As histórias de vida não se referem a um conjunto arbitrário de costumes e instituições cuja realidade é apenas percebida, mas representam uma maneira de compreender a cultura e o passado como um conjunto vivo de impressões da realidade, regidas pela harmonia interna (FERNANDES; LOUREIRO, 2009). No trabalho com histórias de vida o sujeito é colocado em ênfase e sua concepção de mundo e dimensão subjetiva são os aspectos em destaque (PERAZZO, 2015).

Esse interesse da ciência que desloca o foco investigativo para o sujeito e suas relações se deve, *a priori*, ao entendimento de que todo indivíduo é, antes de tudo, um ser social e, assim sendo, traz consigo um arcabouço de memórias, conhecimentos e informações que se misturam à história do grupo no qual está inserido. Desse modo, em toda fala de um sujeito há algo que se relaciona, direta ou indiretamente, com os “aspectos importantes de sua sociedade e de seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias podem ser apanhados através de sua história” (QUEIROZ, 1988, p. 28). Assim, cada sujeito representa uma potencial e rica fonte de dados para a ciência em geral.

Diante do exposto, é possível perceber as diferenças que envolvem os conceitos de história oral, narrativas orais e histórias de vida que, embora se complementem, representam ideias distintas. Tais esclarecimentos conceituais e epistemológicos se tornam necessários visto que na literatura corrente há uma carência distintiva entre esses termos, comumente tratados como expressões sinônimas. Em síntese, podemos afirmar que a história oral, utilizando-se das narrativas orais e das histórias de vida, enquanto metodologias de composição historiográfica, situa-se no solo da singularidade, opondo-se às generalizações, cooperando com a relativização de conceitos que pretendem universalizar o conhecimento do mundo.

Privilegiando o contato e a interação entre narrador e pesquisador, a história oral se realiza no cerne das entrevistas e depoimentos, envolvendo figuras públicas ou anônimas que, no construir de suas narrativas ou no relatar de sua própria história privada, fornecem evidências que se relacionam aos aspectos da vida coletiva e às questões que acometem a sociedade. Por esse seu caráter, Delgado (2007) e Thompson (1992), consideram a história oral um berço de potencialidades metodológicas, capaz, dentre outras façanhas, de

Revelar novos campos e temas para pesquisa;
Apresentar novas hipóteses e versões sobre processos já analisados;

Recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, entre outras, sob diferentes óticas e versões;
Possibilitar a construção de evidências via entrecruzamento de depoimentos;
Recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documento, ou mesmo que, estando registrados, não estão disponíveis para a comunidade de pesquisadores por diferentes razões;
Possibilitar a redefinição de cronologias históricas através de depoimentos que revelam novas óticas e diferentes interpretações em relação às predominantes sobre determinado assunto ou tema;
Contemplar o registro de visões de personagens ou testemunhas da história, nem sempre considerados pela denominada história oficial. Isto é, recolher depoimentos de anônimos, vencidos, membros de movimentos étnicos, integrantes de comunidades alternativas, entre outros;
Possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante, por meio de entrevistas com membros da própria elite e com pessoas vinculadas às instituições de poder;
Possibilitar a associação entre acontecimentos da vida pública e da vida privada, por meio das narrativas individuais;
Apresentar-se como alternativa ao caráter estático do documento escrito, que permanece o mesmo através do tempo (DELGADO, 2007, p. 14-15).

Desse modo, a história oral reafirma-se como berço de múltiplas possibilidades, abrindo espaço para novas reflexões, reinterpretções e ressignificações que buscam capturar sutilezas nem sempre contempladas pela história oficial, favorecendo a identificação de um mundo social carregado de pluralidades.

A historiografia pós-moderna, empenhada em explorar aspectos ausentes na história oficial que possam, inclusive, fornecer bases referenciais para questões futuras, objetivando também uma compreensão mais abrangencial dos fenômenos sociais, tem buscado criar alternativas que valorizem os discursos produzidos no esteio dos grupos sociais, sobretudo, naqueles grupos que, historicamente, estiveram à margem da possibilidade de se constituírem como elementos informacionais para a escrita da história, considerando que, o registro da história da humanidade, em todo seu percurso evolutivo, sempre se apoiou nos testemunhos daqueles que presenciaram os acontecimentos narrados, pois o historiador não dispõe de uma consciência capaz de abarcar toda a temporalidade dos fenômenos históricos e, como qualquer ser humano, conta apenas com os seus estados mentais (BLOCH, 2001).

Portanto, devemos de dizer que narrativas orais, memórias, história, sujeitos e identidades se entrelaçam e representam o movimento da humanidade (DELGADO, 2003). Assim, para que essa riqueza informacional, trazida pelo registro da voz desses atores sociais, não se disperse e esteja articulada aos propósitos de acesso e preservação de seus conteúdos, é salutar e primordial que reflitamos sobre os seus modos de registro e disseminação e sobre a contribuição que estes últimos oferecem no percurso de salvaguarda dessas memórias.

4 DIÁLOGOS ENTRE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

Quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinação de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.

Italo Calvino

Na contemporaneidade, a informação tem alcançado cada vez mais relevância em todos os segmentos da atuação humana, entretanto, não se trata de um fenômeno exclusivo dos tempos atuais, tampouco das sociedades com escrita. Em verdade, a informação sempre se fez presente na trajetória humana, desde as civilizações pré-históricas, em que as relações comunicacionais e informacionais se realizavam, em primeira instância, por meio da comunicação não verbal – pictogramas rupestres – seguida, num segundo momento, da oralidade – representada, *a priori*, pelos sons humanos emitidos e, mais tarde, pela língua falada.

Essa necessidade quase natural do homem de produzir informação pretendia satisfazer diferentes interesses, dentre os quais: a comunicação entre os membros de um grupo, o controle e organização das atividades cotidianas, a transmissão de saberes apreendidos, assim como a singela ação de expressar as impressões pessoais da realidade.

Prova do longo percurso existencial da informação são as inscrições rupestres, datadas de milênios atrás e que representam informação por transmitirem um conteúdo, por codificarem representações mentais, por comunicarem fatos particulares, no caso, os aspectos da vida diária dos integrantes daquelas civilizações, além de outros elementos que estavam contextualizados no ambiente destes indivíduos e que eles desejavam registrar para informar ao seu grupo ou a outros, conhecidos ou não, naquele momento ou num momento posterior.

Esses registros continuam, até hoje, emitindo mensagens, ensejando uma diversidade de interpretações, agregando à sociedade contemporânea uma gama de saberes acerca da vida e do comportamento do homem, além de tornarem públicas as construções de sentido produzidas pelas civilizações de outrora.

Assim, abordar a evolução histórica da humanidade nos revela que a relação do homem com a informação é milenar e que essa mesma informação, registrada ao longo do tempo sob os mais variados suportes, traz à superfície das percepções a memória de povos desaparecidos e, ainda a memória de grupos e indivíduos que se encontram imersos no tempo

presente. Logo, o registro e a salvaguarda da informação constituída no esteio dos grupos sociais, há muito ocupa o cerne das preocupações do homem que, empiricamente, percebe a importância de reconhecer frutos salvaguardados do seu passado para constituir-se como ser minimamente consciente, elaborando suas próprias percepções sociais da realidade (SILVA, 2014).

Tais preocupações ainda fazem referência a como salvaguardar e o que salvaguardar, como as disputas humanas delineiam fundamentos para essa salvaguarda e como as relações sociais contribuem nesse processo (SILVA, 2014). Percebemos assim que a memória, sendo um fenômeno psíquico por envolver a espiritualidade, a intelectualidade e a moralidade humana e, social por envolver os processos evolutivos histórico-culturais de uma sociedade, se relaciona diretamente à informação quando possibilita a produção de sentidos e a apropriação de significados socialmente construídos. Ademais, a memória, individual e coletiva, é viabilizada pelos processos sociais de transferência da informação (AZEVEDO NETTO, 2007).

As informações produzidas sob uma base comum, isto é, em meio aos grupos sociais, tornam-se objetos de preservação por meio das ações vinculadas no concreto, no gesto e na imagem (SILVA, 2014). Essa preservação informacional pressupõe a própria preservação da memória quando a tomamos na perspectiva proposta por Le Goff (1990), que a define como a propriedade de conservar certas informações. Logo, memória e informação se entrecruzam no processo de apreensão de sentidos, que significam e ressignificam a experiência humana vivida individual ou coletivamente.

Desse modo, tão pertinente quanto estabelecer a relação entre memória e informação é buscar, para o segundo termo, um conceito que se acomode bem à perspectiva lógica e dialogal que pretendemos abraçar nessa discussão, pois, tal como ocorre com a ideia de memória, a concepção de informação navega por diversas áreas do conhecimento e, assim, é revestida de uma extensa pluralidade semântica, o que justifica a necessidade de sua delimitação em caráter conceitual. Nesse sentido, elegemos o conceito formulado por Silva e Gomes (2015), tendo em vista sua compatibilidade à conotação que pretendemos atribuir à relação memória – informação. Na proposição dos referidos autores a informação pode ser definida como

[...] uma produção fenomenicamente social que tem por finalidade dinamizar a intercomunicação humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento através de interações entre sujeito/autor e sujeito/usuário por meio de dados (plano físico e histórico-social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material), que favorecem

predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito/usuário efetivando um caráter de compreensão (SILVA; GOMES, 2015, p. 150).

Ao que se observa, essa abordagem contempla as nuances relacionais da informação com outras concepções, dentre elas, a dimensão sociocognitiva que se insere no processo de construção da informação porque é na interação entre sujeitos humanos e não-humanos²² que a informação ocorre. Tal interação possibilita a realização de exposições de conteúdo e suas apreensões e interpretações, insumos básicos da dinamização comunicacional e da construção do conhecimento (SILVA; GOMES, 2015). Assim, partimos da perspectiva de informação enquanto elemento de significação humana, constituída e constituinte da memória (TAVARES; LOUREIRO; MEDEIROS, 2015), já que, é na relação com o homem que a informação existe (AZEVEDO NETTO, 2007) e encontra a estrutura necessária à sua dinâmica de criação, atualização, apropriação e disseminação.

A relação entre informação e memória se evidencia na produção de sentidos que permeia as duas concepções. Seja servindo à apropriação de conteúdos pelos sujeitos da informação, seja servindo à aproximação das temporalidades que fortalece, pluraliza ou fragmenta a formação cultural dos sujeitos e seu conhecimento da realidade, a produção de sentidos, por resultar de um processo informacional e memorial que envolve os sujeitos e os conduzem a desenvolver ações de observação, intuição, percepção, interpretação, compreensão e apropriação (SILVA, 2014), promove o diálogo e a interação entre informação e memória que se apresentam como estruturas interdependentes, afetando-se concomitantemente, pois, ao tempo em que “a informação auxilia na preservação e conservação da memória [...], a memória auxilia nas possibilidades individuais e coletivas de produzir informação” (SILVA, 2014, p. 347).

Essa relação entre informação e memória se concretiza na socialização, simbólica ou material, dos sentidos produzidos. A materialidade informacional que emana dessa socialização tem na figura do documento/artefato a sua representação. Assim, a informação presente no documento, entendido não apenas como o texto, mas, sobretudo, como o discurso e ainda como os instrumentos materiais e imateriais de representação histórica dos sujeitos, grupos e instituições (SILVA, 2014), reivindica seu tratamento e organização do ponto de vista material e documentário para que as informações produzidas no passado e no presente

²² Esta concepção de sujeitos não humanos à qual os autores se referem, diz respeito aos aparatos equipacionais que se fazem presentes no processo informacional. A grosso modo, seriam os documentos, a tecnologia e tudo mais que transmite informação.

possam engendrar perspectivas de constituição da memória, efetivando assim, a inter-relação entre memória e informação.

Para reiterar nossa narrativa acerca desse elo vale lembrar que a memória, revestindo-se da capacidade de apreender informações, o faz a partir de dois grandes atos, como coloca Silva (2014): o ato de organizar/representar e o ato de conservar. Nessa concepção, a informação quando organizada/representada em termos abstratos, isto é, no plano intelectual e, socializada e conservada de modo natural ou documentário viabiliza a dinâmica da memória, ou seja, sua construção, reconstrução, recuperação, preservação, valorização, interação, exclusão ou destruição (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011). Logo, a memória se estabelece como fenômeno concretizado referente à representação de uma realidade objetiva quando a informação dela proveniente pode ser organizada e tratada, em termos materiais e documentários, permitindo à memória o cumprimento do seu ciclo, cuja dinâmica poderá promover novas formas de interação no contexto histórico-cultural dos sujeitos (SILVA, 2014).

Desse modo, a organização e o tratamento da informação podem favorecer a superação da temporalidade de sua produção, colocando-a disponível para uma infinidade de sujeitos, independente do espaço e do tempo em que ocorre sua produção e seu consumo. Com isso, tais procedimentos também contribuem para que a memória se constitua e atue auxiliando no desenvolvimento das habilidades linguísticas, comunicacionais e, ainda na construção de novos conhecimentos (SILVA, 2014).

Na literatura especializada, a ideia de organização da informação é comumente empregada como sinônimo da ideia de organização do conhecimento, entretanto, como expõem Brascher e Café (2008), diferenças categóricas distinguem estas duas expressões, a começar pelo próprio significado dos termos informação e conhecimento. Nesse sentido, conforme Fernandez-Molina (1994), a diferença entre informação e conhecimento pode ser compreendida a partir do raciocínio:

[...] dados, informação e conhecimento: os dados são informação potencial, que somente são percebidos por um receptor se forem convertidos em informação e esta passa a converter-se em conhecimento no momento em que produz uma modificação na estrutura do conhecimento do receptor (FERNANDEZ-MOLINA, 1994, p.328).

Ancorados no pensamento de Fernandez-Molina (1994), entendemos que a informação é um fenômeno que precede o conhecimento, por sua vez, uma construção cognitiva que se dá a partir de um conjunto de informações.

Quanto à diferenciação entre organização da informação e organização do conhecimento, Brascher e Café (2008, p. 5), ressaltam que a primeira tem por objetivo “possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação”, enquanto a segunda se refere à “construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). Logo, a representação do conhecimento implica na composição de uma estrutura conceitual abrangente que “não se restringe ao conhecimento expresso por um autor, [pois] ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

Toda essa explanação conceitual teve como objetivo mostrar, ainda que preliminarmente, as diferenças que permeiam as expressões organização da informação e organização do conhecimento, bem como justificar o uso da locução *organização da informação* ao longo de nossa construção textual, por entendermos que tal expressão se acomoda melhor às relações conceituais em que investimos. Assim, ao adotarmos a expressão *organização da informação* nos referimos aos processos e esforços coletivos que tornam a informação disponível e apta a contribuir com o processo de construção do conhecimento e da memória.

Diante do crescimento exponencial da informação, hoje impulsionado pela globalização e pelos modos emergentes de comunicação da sociedade, organizar a informação tornando-a identificável, acessível e consumível para um conjunto de indivíduos, supõe o ponto crítico da gestão informacional, para o qual têm se voltado as reflexões e os esforços no âmbito da biblioteconomia e da ciência da informação.

Em sua trajetória, as práticas de organização e tratamento da informação estiveram norteadas por diferentes correntes ideológicas, denominadas paradigmas. A concepção de paradigma foi introduzida no discurso científico por Thomas Kuhn, na obra intitulada de *A estrutura das revoluções científicas*. Para o autor, os paradigmas podem ser definidos como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1998, p. 13). Ainda nas palavras do autor, um paradigma “indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc. [...], partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (KUHN, 1998, p. 218). Desse modo, paradigmas constituem um conjunto de princípios que moldam a forma de pensar, pelos quais a teoria e a prática científica são orientadas. Assim, os paradigmas da informação se fundamentam nos princípios e valores, cientificamente construídos e difundidos à época de sua criação.

A partir dessas considerações, apresentamos a seguir os principais paradigmas da informação.

4.1 O PARADIGMA CUSTODIAL DA INFORMAÇÃO

Inicialmente, como aponta Silva (2006), os processos de organização da informação apoiavam-se sobre o paradigma custodial, marcado pela guarda das fontes de informação como propósito fim. Isto é, o objetivo dessa forma de organização e tratamento da informação era tão somente guardar e conservar a produção documental adquirida. O documento, compreendido como qualquer objeto, textual ou não, era sacramentalizado. Nesse modelo, não existia qualquer preocupação em contextualizar o suporte físico à natureza informacional de seus conteúdos, viabilizando a identificação e o acesso aos materiais. Ou seja, inexistia qualquer iniciativa de vincular os materiais do acervo – fossem livros, documentos ou artefatos – ao seu objetivo ou ao propósito pelo qual foram concebidos e criados, tampouco disseminar amplamente as informações neles contidas.

O paradigma custodial, também denominado de paradigma historicista, patrimonialista e tecnicista, norteou as práticas de organização da informação do final do século XVIII a meados do século XX, valendo-se dos conceitos de cultura, memória e patrimônio para justificar a ênfase aplicada à essência física do documento em detrimento do seu uso indiscriminado.

Fruto das concepções iluministas e dos ideais advindos da Revolução Francesa, essa concepção de guardar a informação para preservar a memória nasce da necessidade de instituir referenciais que pudessem embasar os atos da administração pública, as relações diplomáticas e/ou jurídicas das sociedades e reinos, bem como a educação religiosa, literária e filosófica dos dirigentes ou governantes de uma sociedade (RIBEIRO, 2005).

Paralelamente à preocupação em constituir bases referenciais para a tomada de decisões, o Estado projetava na perspectiva custodial da informação, as condições favoráveis para legitimar o sentimento de identidade nacional. Assim, se apropriou das estruturas formuladas com a Revolução Francesa e estabeleceu as instituições memorialísticas, representadas pelas bibliotecas, arquivos e museus, cuja finalidade era figurar como repositórios do conhecimento universal e da cultura local. A cultura, monumentalizada e patrimonializada em documentos e artefatos, exercia grande influência ideológica e política sobre a sociedade, mantendo-a coesa e unida em torno de uma identidade idealizada pelo Estado (SILVA, 2006).

À medida que as estruturas sociais e a própria administração pública foram se desenvolvendo, a concentração de um volume cada vez maior de informação tornou-se imprescindível (RIBEIRO, 2005). Os “lugares de memória” – bibliotecas, arquivos e museus – seguiam reunindo e acumulando uma quantidade incomensurável de objetos, monumentos, documentos, raridades bibliográficas e manuscritos que remetiam a antigas civilizações, num esforço de retratar a história da humanidade e simbolizar a cultura erudita (SILVA, 2006), já que a ideia de nação conduzia o Estado à nacionalização dos bens da classe dominante do antigo regime (RIBEIRO, 2005).

A aglomeração de contingentes extraordinários de informação desencadeou a necessidade de organizá-los, tornando-os recuperáveis, o que levou bibliotecas e arquivos a adotarem métodos de classificação e a elaborarem instrumentos de acesso e recuperação da informação, tais como catálogos e índices, direcionados a fins exclusivamente operacionais e administrativos das instituições (RIBEIRO, 2005).

Para lidar com a organização da informação, o paradigma custodial agregou à sua prática um conjunto de orientações técnico-normativas. A partir de uma lógica instrumental, adotou-se a aplicação de técnicas que se propunham, especificamente, à descrição, arranjo e gerenciamento da informação, sem, contudo, estabelecer uma reflexão sobre a função social da informação (ARAÚJO, 2014). Esta prática, desvinculada de maiores análises, era um reflexo da ausência de teorias interpretativas e métodos quantitativos/qualitativos de investigação, tão comuns a ciências sociais e humanas, mas ainda distantes do fazer biblioteconômico e arquivístico de então (SILVA, 2006).

Assim, nas bibliotecas e arquivos, a custódia da informação segue assistindo aos interesses administrativos das instituições responsáveis pela sua produção, todavia, sofrendo influências do racionalismo iluminista, tal prática de manejo da informação é redimensionada, passando a servir a interesses historiográficos que visam à investigação do passado da nação (RIBEIRO, 2005). As informações acumuladas em bibliotecas e arquivos passam a ser disponibilizadas a historiadores e eruditos no trabalho de composição da história da humanidade (SILVA, 2006). O foco, no entanto, ainda mantinha-se sobre a supervalorização da custódia das fontes de informação, agrupando-se nos “lugares de memória” conteúdos infundáveis que agora alimentavam os discursos historiográficos de reconstituição do passado, ao tempo em que ratificavam o sentimento de identidade nacional, imposto à sociedade (SILVA, 2006).

Esta concepção de organização da informação no paradigma custodial não acompanhou o mesmo ritmo evolutivo das transformações que se instalavam no cenário pós-

industrial. O paradigma custodial da informação, em que o documento representava um patrimônio que deveria ser conservado não só por seu valor informativo, mas principalmente por constituir-se como um elemento representativo da cultura de um povo e de uma época (RIBEIRO, 2005), contrapõe-se às novas demandas informacionais trazidas pela revolução tecnológica, que buscam alcançar o progresso intelectual, científico e tecnológico.

Consequentemente, o evoluir do tempo e dos embasamentos epistemológicos que pautam a prática profissional, forçam as mudanças de paradigma, que precisam acompanhar as transformações ocorridas na sociedade. A própria organização da informação, a partir do século XX, mostra-se preocupada em tratar os documentos de forma mais democrática, privilegiando a diversidade de recursos informacionais, sobretudo, os de cunho científico e tecnológico, produzidos no presente, ao contrário do que ocorria no paradigma custodial da informação, onde os materiais que compunham os acervos eram selecionados por seu valor histórico e por terem sido produzidos no passado (SILVA, 2006).

Retomando o pensamento de Kuhn (1998) acerca da transição paradigmática, podemos aferir que um novo paradigma emerge quando do colapso epistemológico do paradigma dominante, cujos métodos e princípios já se mostram ineficazes para responder os problemas aos quais se propôs. Disso resulta o desenvolvimento de um novo paradigma.

Nesse contexto, a modernização das práticas biblioteconômicas preconizada por Paul Otlet e Henri La Fontaine²³, contribuiu para a transição paradigmática da organização da informação, uma vez que os preceitos entoados pelos teóricos citados estabeleciam o acesso à informação de modo rápido e eficiente (SOARES; PINTO; SILVA, 2015; SILVA, 2006). A erudição filosófica, humanística e literária que direcionavam as práticas de organização da informação são substituídas pela concepção que contempla os processos de criação, disseminação e acesso à informação, favorecendo o desenvolvimento científico e tecnológico e contribuindo para que o progresso siga e se supere (SILVA, 2006).

Assim, as novas práticas de organização da informação substituem o modelo centrado no documento pelo modelo centrado no acesso. As concepções de cultura, memória

²³ Otlet e La Fontaine foram dois grandes intelectuais belgas que, juntos, empreenderam esforços na busca pela organização e sistematização do conhecimento, de modo a torná-lo disponível para o público em geral. Suas ideias visionárias culminaram com o desenvolvimento da Documentação, novo campo disciplinar do saber, cujas bases estruturais advêm das práticas e técnicas já aplicadas na biblioteconomia. Para maiores informações, consultar: JUVÊNCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M. Os ideais de Paul Otlet e Henri La Fontaine no Brasil: apontamentos sobre a influência do Instituto Internacional de Bibliografia na criação do Serviço de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000013753/1c53817014b12d0258691f12a54215d9/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

e patrimônio, com as quais se justificava o enfoque custodial às coleções, ganham, no alvorecer de um novo momento, novas conotações (SILVA, 2006). Desse modo, frente ao paradigma tradicional, progressivamente se institui uma nova perspectiva, com ênfase na informação enquanto objeto de trabalho e estudo, o que legitima o uso da expressão “paradigma pós-custodial” (RIBEIRO, 2005) para referirmo-nos a essa nova forma de conceber a informação e seus processos gerenciais e organizacionais.

4.2 O PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL DA INFORMAÇÃO

Na segunda metade do século XX, em pleno despotar da era da informação, com inovações tecnológicas e científicas ocorrendo num ritmo intenso e acelerado, surge o paradigma pós-custodial da informação. Fenômeno emergente e atual, o novo paradigma também recebe as designações de paradigma informacional e paradigma científico. A preocupação com a custódia do documento cede lugar à promoção do acesso à informação, que passa a ser vista em sua função humana e social. Nessa perspectiva, o acesso à informação justifica e legitima a custódia e os processos de preservação informacional (SILVA, 2006), pois, sendo a informação um instrumento para uso e apropriação, as práticas de preservação possibilitam sua reconsulta, reanálise e reutilização, viabilizando a produção de sentidos em todas as instâncias da atuação humana.

Diferentemente do que pregava a história positivista que regeu o paradigma custodial da informação no seu último período de operacionalidade – o período em que os propósitos historiográficos predominavam e justificavam a custódia documental – a noção de documento no novo paradigma aparece atrelada à noção de informação, por sua vez, matéria-prima pela qual se produz conhecimento e progresso. Nesse novo contexto, o documento é entendido como a informação registrada em algum suporte, e a informação é concebida como

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 37).

Essa noção de informação conduz ao redimensionamento crítico da noção de documento, que no paradigma pós-custodial é visto não como algo inócuo ou estático, mas percebido em seu caráter dinâmico, já que instiga a produção de significados (SILVA, 2006), que se constroem e se reconstroem conforme o contexto – espaço e tempo – em questão. O documento nessa perspectiva pós-custodial é um produto da ação humana, desenvolvido com

a finalidade específica de compartilhar informação. Dito de outra forma, o documento é um constructo que representa a materialização da informação que, exteriorizada e socializada por meio de um suporte, pode ser utilizada para além do contexto em que foi produzida, estando assim, sujeita à recontextualização e à ressignificação (PACHECO, 1995).

O suporte, por sua vez, é entendido no sentido mais abrangente do termo, considerando-se, sem reducionismos, além do suporte impresso, os suportes digital, tridimensional, dentre outras classificações terminológicas atribuídas à palavra. A partir dessa ótica, o documento pode ser compreendido como um artefato, tal como defende Silva (2006), pois resulta de uma competência eminentemente humana: a de concatenar significados, produzindo informação.

Importa destacar que, a noção de informação empregada por Silva e Ribeiro (2002), por estar diretamente vinculada à noção de documento, envolve apenas o caráter cognitivo presente no processo de construção da informação e, por essa razão, difere do conceito de informação elaborado por Silva e Gomes (2015), apresentado no início desta seção. A definição proposta por estes autores envolve o caráter cognitivo (individual) e o caráter sociocognitivo (relações entre sujeitos), que é a perspectiva por nós adotada quando da aproximação entre as concepções de memória e informação.

Mesmo assim, expor a definição de informação elaborada por Silva e Ribeiro (2002), convém para que compreendamos como a ideia de informação se situa nos diferentes paradigmas, sobretudo, como a informação é tomada, conceitualmente, no paradigma pós-custodial. Vale ressaltar que ambos os conceitos de informação não são excludentes entre si, mas complementares. Ademais, ao apresentarmos concomitantemente as duas abordagens conceituais, a intenção não é sujeitá-las a uma avaliação com as conotações de certo ou errado, mas realçar a relevância de cada uma, utilizando-as conforme o contexto de aplicação em que cabe inseri-las.

Desse modo, as características inerentes a cada um dos paradigmas da informação apontam para o redimensionamento do objeto de estudo e das concepções que norteavam as práticas de organização da informação. Assim, trazer para o debate as dimensões paradigmáticas da informação é relevante para construirmos a percepção de que o documento e a informação nele contida são elementos mediadores do processo de construção do conhecimento, promovendo igualmente o encontro do homem com seu passado, na busca por compreender o contexto de sua historicidade.

Com efeito, percebemos que as mudanças inseridas em âmbito global após a Segunda Guerra Mundial proporcionaram à sociedade enxergar o mundo como espaço

informacional e memorial (DODEBEI, 2010). No novo paradigma, pós-custodial, as noções de documento, informação e memória sofrem profundas ressignificações epistemológicas, influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico e infocomunicacional. Nesse contexto, a implantação de novos canais de informação e comunicação conduz os serviços de informação a novas perspectivas, desencadeando mudanças estruturais que passam a priorizar a disseminação da informação e o atendimento às necessidades informacionais do público usuário (LEMOS; JORENTE; NAKANO, 2014; RIBEIRO, 2009), que nessa nova conjuntura conquista mais autonomia na busca por informações, tornando-se sujeitos atuantes no processo de construção do conhecimento.

Como consequência da explosão informacional a maneira de produzir e consumir informação se modificou (SOARES; PINTOS; SILVA, 2015), visto que os novos contextos propiciaram novos modos de criar, manipular e conservar a informação, que hoje se inscreve em uma gama de suportes, incluindo o digital. Diante de tantas informações, que se transferem e se multiplicam numa velocidade vertiginosa, os processos técnicos – coleta, organização, representação, armazenamento, recuperação e disseminação – e sociais da informação – acesso, uso, apropriação, compreensão e apreensão – se complexificaram, problematizando também a questão da preservação informacional que afeta, conseqüentemente, os aspectos relativos à construção da memória onde tais processos, técnicos e sociais, também se encontram presentes.

Além desses processos, comuns à dinâmica da informação e da memória, elas ainda se aproximam por reunirem características semelhantes, como o fato de serem representadas através de linguagens, conservadas por meio de processos físicos e mentais e, principalmente, por serem seletivas no que se refere à sua utilização pelos sujeitos, que delas se apropriam conforme seus interesses e possibilidades individuais e coletivas (SILVA, 2014). Com isso, podemos afirmar que informação e memória possuem estratégias e critérios de preservação dos sentidos produzidos, selecionando-os, transmitindo-os e adaptando-os para as diferentes gerações ao longo do transcurso histórico (SILVA, 2014).

Tal aspecto seletivo transita, pois, pelo terreno da memória, assim como pelo terreno da informação. Se considerarmos o grande contingente informacional observado no presente século, perceberemos que não há como se conservar todo o volume de informações disponível, sobretudo se contemplarmos as informações dispostas no ciberespaço (RIBEIRO, 2005). Desse modo, que informações “mereceriam” ser reunidas, divulgadas e transmitidas às novas gerações a fim de promover o desenvolvimento humanístico e a construção da memória de uma sociedade, dado que, preservar a informação para tais propósitos configura decisão a

ser tomada imediatamente quando da produção da informação, pois a efemeridade dos suportes, decorrente da crescente evolução tecnológica, somada ao desaparecimento natural das gerações produtoras de sentidos, acabam por comprometer o fluxo dos processos sociais da informação e da memória, isto é, o seu acesso, uso, apreensão e apropriação.

Como lembra Silva (2014), a informação não é um fenômeno isolado, dependendo da linguagem, da comunicação, das tecnologias, do documento e da memória para se estabelecer historicamente. Dito de outra forma, a informação adquire uma consistência histórica e plural quando associada à memória. Na ausência desta associação a informação torna-se instrumento de apropriação instantânea, somente, estando sujeita à descartabilidade logo que atender a necessidade informacional do sujeito que a utiliza, inibindo assim, os processos de transferência histórica da informação (SILVA, 2014).

A mesma dependência pode ser visualizada quando a memória busca se firmar com sentidos no contexto histórico, requerendo apoio dos suportes de informação para assim se situar. Isto é, os processos históricos de transmissão da informação são viabilizados pelos suportes definidos. Esses suportes, quando suplantados por práticas de preservação, ajudam a definir a consistência histórico-cultural da informação (SLVA, 2014) e, assim, contribuir para a constituição da memória. A partir da qualidade dos métodos e práticas organizacionais e conservacionais dos suportes, a informação alcança largas possibilidades de transmissão histórica, o que fomenta e dá à memória operacionalidade (SLVA, 2014). Por esta razão, Jeudy (1990, p.88) afirma: “nos sistemas de comunicação e de informação, a noção de memória adquiriu um sentido determinante. A memória é operacional, participando tanto da estocagem da informação quando de seu tratamento”.

Assim, torna-se mais evidente a interdependência existente entre memória e informação, cujos conceitos e relações possuem, de fato, um caráter pluridisciplinar e multidimensional (SILVA, 2014). Todavia, o trabalho com as relações entre memória e informação, tendo em vista a viabilização dos processos históricos de transmissão dos sentidos construídos para o desenvolvimento humano, desemboca numa ambiguidade: a de pensar estratégias de preservação, permanência e transferência dos conhecimentos, comportamentos, tradições e percepções, socialmente construídos e praticados, numa época em que são valorizados o efêmero e a velocidade com que tudo se transforma.

Apropriando-nos dos conceitos de “vida líquida” e “modernidade líquida”, propagados pelo sociólogo Zygmunt Bauman, percebemos que a sociedade contemporânea, caracterizada por uma essência fluida e dinâmica que internaliza o espírito da descartabilidade, ao absorver rapidamente novos padrões e novos objetivos sugeridos pela

própria modernidade, parece relegar à irrelevância as experiências passadas e, com elas, a função social da memória no processo de construção e transmissão do conhecimento.

Entretanto, como propõe Wersig e Neveling (1975), a função social da preservação da informação, assim como das ciências que fazem dela seu objeto de estudo, a exemplo da ciência da informação e da biblioteconomia, é torná-la disponível assincronamente, isto é, as informações elaboradas no passado devem ser trabalhadas para se tornarem passíveis de acesso no presente, possibilitando ressignificações favoráveis à construção de novos conhecimentos, agora ou num momento futuro (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011). Desse modo, acreditamos que todos esses esforços para a preservação da informação importam e pesam favoravelmente na transmissão de saberes e na construção da memória.

Outro argumento que justifica e torna pertinente a preocupação com a preservação da informação situa-se na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento da humanidade, em todos os seus aspectos: científico, tecnológico, social, cultural, econômico e político, seja para as gerações atuais, seja para as gerações futuras. Todavia, como ressalta Ribeiro (2005), para que se proceda à preservação informacional e memorial, a adoção de práticas de seletividade é fator inevitável, já que, resguardar todo o volume informacional produzido torna-se inviável pelo caráter orgânico de sua produção. Essa realidade desencadeia uma outra questão: as reivindicações por representatividade advindas de diversos grupos sociais em busca da legitimação de seus produtos, materiais e imateriais, como elementos constituintes da memória.

O que será salvaguardado para as gerações posteriores depende, sobretudo, do tipo de documento e das estratégias de tratamento que, elaboradas por sistemas de informação convencionais como, bibliotecas, arquivos e museus e, por sistemas de informação não convencionais como, grupos sociais, institucionalizados ou não²⁴, produzem meios de dinamizar o percurso da informação, possibilitando que os sujeitos construam sentidos para suas vidas (SILVA, 2014). Ainda de acordo com Silva (2014, p. 352-353), entre os sentidos produzidos pelos sujeitos na inter-relação entre memória e informação estão:

- a) sentido utilitário – construído com base em alguma necessidade específica dos sujeitos em determinado momento que precisa ser comumente satisfeita relacionada ao dia-a-dia;
- b) sentido discursivo – ocorre quando o sujeito possui um arsenal de informações baseado em sua memória e busca através de uma concatenação linguística convencer a outros sujeitos as melhores condutas e formas de satisfação;

²⁴ Os grupos sociais aos quais nos referimos podem ser exemplificados pelos grupos familiares, escolares, religiosos, profissionais, ocupacionais e todos os outros por onde transitam os sujeitos enquanto seres sociais. Esses seriam os grupos sociais não institucionalizados. Os grupos sociais institucionalizados podem ser representados pelos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, dentre outros.

- c) sentido lógico – construído a partir de um planejamento continuado com vistas a satisfação de alguma necessidade de informação que se apresenta de forma intensa na vida dos sujeitos durante determinado tempo;
- d) sentido ontológico – é construído a partir da análise do sujeitos sobre si mesmo, conforme os dispositivos de informação e de preservação da memória que este dispõe para mudar determinada realidade que pode ser do sujeito em nível individual ou do sujeito em parceria com outros sujeitos;
- e) sentido estrutural – quando a análise, compreensão, apropriação e decisão de um sujeito, em uma determinada situação (baseada em seu arsenal de informações e de sua memória preservada), comumente atribuída a espaços comunitários ou de ação profissional afeta de forma positiva e negativa outros sujeitos envolvidos;
- f) sentido coletivo – quando um sujeito pretende produzir informação a partir dos suportes de informação que dispõe para satisfazer de forma simultânea ou não às necessidades de outros sujeitos;
- g) sentido contextualista – quando o sujeito analisa os diversos aparatos de memória e informação registrada para escolher aqueles que considera mais pertinente para resolver determinadas situações;
- h) sentido generalista – quando o sujeito busca, por meio dos suportes de informação (e operacionalidade da memória) escolher uma informação específica para conduzir processos diversos, tanto para seguir sua vida cotidiana, quanto para lidar com outros sujeitos da informação;
- i) sentido histórico (multitemporal) – construída durante toda a trajetória da vida dos sujeitos e pode envolver de modo isolado ou agregado os valores profissionais, pessoais ou psíquicos visando permanente satisfação em determinado setor. O sentido histórico é permanentemente buscado pelo sujeito e mesmo quando conquistado não é definitivo, pois o sujeito precisa sempre manter ou aprimorar o sentido produzido.

Logo, informação e memória são responsáveis por dois grandes sentidos: compreensão e transmissão, que se efetivam na interação dessas duas instâncias (SILVA, 2014). Para perpetuar-se nos diversos contextos históricos a informação depende da memória, que contribui para a constituição de referentes que servirão às gerações atuais e futuras, permitindo-lhes a ressignificação e atualização de identidades, conhecimentos e comportamentos concebidos e compartilhados por um grupo. Do mesmo modo, a memória para se constituir solidamente precisa dos suportes de informação, que tratados sob uma ótica preservacionista, favorece a constituição de parâmetros que impulsionarão a elaboração de novos sentidos e novos conhecimentos, possibilitando o seu acesso em um contexto – espaço e tempo – posterior ao contexto de sua produção.

Assim, o parâmetro pós-custodial da informação que, reconhecendo o caráter produtor de sentidos da informação, adota práticas de representação a partir da sua organização e tratamento com vistas ao seu consumo e apropriação, aproxima as concepções de informação e memória, cuja relação se revela campo marcado por disputas e esquemas operacionais. Neste cenário, os registros informacionais, simbólicos ou documentários, instituídos por sujeitos ou instituições, desempenham um importante papel. Mediando a construção da memória, eles reclamam organização, tratamento, preservação e disseminação. Tais operações envolvem o caráter seletivo do qual participam, concomitantemente, a

lembrança e o esquecimento. Assim, decidir sobre o que será preservado, a fim de constituir uma memória informacional, uma memória social, uma memória científica e todas as outras adjetivações que couber a este termo, delinea um cenário de disputas e negociações entre grupos sociais, cujos interesses estão transpassados por questões políticas e ideológicas.

Nessa direção, o registro informacional adquire “um lugar cativo na territorialidade material e simbólica da memória” (SILVA, 2014, p. 354), pois é a partir dele que são produzidos, ressignificados e atualizados os sentidos que viabilizam a existência da memória e sua transmissão, processo que, conforme o uso da informação pelos sujeitos, pode incluir ou excluir memórias.

4.3 O REGISTRO INFORMACIONAL: O PAPEL DA ORALIDADE E DA ESCRITA NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

No pensamento de Paul Ricoeur (2007), a memória é constituída de lembrança e esquecimento, entretanto, não se tratam de elementos adversos, mas de elementos que coexistem na mesma dimensão, uma vez que, para haver memória é essencial que haja a ação involuntária do esquecer. Ribeiro (2004, p. 1) esclarece que: “a lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro no processo de atualização do passado, quando evocado”. Em verdade, é humanamente inviável reter na memória todos os ensinamentos, experiências e acontecimentos vivenciados e testemunhados por cada um de nós, ao longo de nossa trajetória, fator que ativa o caráter seletivo da memória, levando-nos a fixar somente aquilo que se configura como funcional à nossa existência (VON SIMSON, 2000).

Considerando essa premissa de que o esquecimento figura como parte integrante da memória, o registro em um suporte exterior à voz e à mente humana (RIBEIRO, 2005) vem oferecer a possibilidade concreta de perduração, por tempo indeterminado, das informações que provêm da memória, alcançando, na maioria dos casos, uma permanência superior à existência do seu próprio criador.

Curiosamente, o interesse em perpetuar saberes, fatos e memórias a fim de garantir a continuidade das tradições, a transmissão dos conhecimentos e a unidade do grupo em torno de uma identidade comum, é anterior à prática da escrita. Nas sociedades ágrafas, a memória era preservada e propagada oralmente, através da linguagem falada e sonorizada, características das culturas essencialmente acústicas.

Segundo Eric Havelock (1985), em seus estudos sobre a oralidade na Antiguidade Clássica, a memória, nas sociedades sem escrita, se conservava por meio da palavra falada, que permitia identificar o indivíduo e as relações estabelecidas entre ele e seu grupo. Muitas sociedades primitivas, segundo o autor, mantinham-se vivas apenas em função do seu vocabulário e de sua sintaxe. O ouvido e a boca eram os instrumentos que propagavam as crenças, os ritos, as práticas e os conhecimentos, legitimando a consciência coletiva do grupo e mediando o processo de armazenamento, registro simbólico e conservação de conhecimentos ritualmente memorizados, que transitavam por gerações, constituindo a base identitária dessas sociedades (HAVELOCK, 1985).

Com o advento da escrita, desenvolvida pelos sumérios por volta do ano 3.000 a.C., na Mesopotâmia (RUSSO, 2010), a informação deixou de ser gravada no indivíduo e passou a ser materializada em suportes documentais que testemunhavam sobre a existência de sociedades diversas, estando algumas situadas em regiões afastadas dos grandes centros de disseminação informacional, o que evidencia o potencial de propagação que informação alcançou a partir de então. Desse modo, a memória inscrita em suporte perene veio atenuar os prejuízos decorrentes da morte do “guardião de memórias” (MURGUIA, 2010) e possibilitar que as experiências de um grupo, seus modos de vida e organização social pudessem se tornar conhecidos em um tempo e espaço posteriores ao de sua existência.

A importância do registro escrito para a preservação da memória se evidencia na própria história da humanidade, visto que os fatos e acontecimentos ocorridos longinquamente ganharam visibilidade na sociedade contemporânea em razão dos escritos elaborados a partir da ordenação dos vestígios relacionados à trama. Desse modo, a informação registrada tornou-se, por excelência, a principal ferramenta para a salvaguarda da memória, tendo em vista que o acesso e uso da informação conduzem ao desvelamento do passado humano (OLIVEIRA, 2013) e proporcionam a disseminação de informações socialmente construídas, para além do contexto de sua produção.

Para Ribeiro (2005, p. 2), o registro da informação ocorre de modo espontâneo, “apenas porque a informação tem um uso recorrente e a memorização em suporte exterior ao ser humano, seu produtor, constitui uma garantia mais eficaz da sua perdurabilidade e potencia um uso repetido e dilatado no tempo.” Assim, a escrita torna a informação disponível, passível de acumulação, consultável, comparável, transformando-a em objeto de análise e verificação (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008).

Conforme Le Goff (1990), o desenvolvimento da escrita proporcionou duas possibilidades: a primeira refere-se à capacidade de armazenamento informacional que

transcende as fronteiras de tempo e espaço, proporcionando ao indivíduo acessar e memorizar o conteúdo dos registros, independente do contexto espacial e temporal de sua produção; a segunda possibilidade consiste na transição da cultura auditiva para visual, onde as informações passaram a ser apreendidas e memorizadas valendo-se do estímulo sensorial da visão, recorrendo-se à habilidade de leitura para consultar e reconsultar, interpretar e reinterpretar, significar e ressignificar as informações disponibilizadas e cristalizadas pela escrita.

Compreender o desenvolvimento sociocultural pelo qual passou o modo de preservação da memória – da oralidade à escrita – presume entender também as formações socioculturais e revoluções tecnológicas envolvidas neste processo. Segundo Ribeiro (2000), as sucessivas revoluções tecnológicas e processos civilizatórios que acompanham a humanidade desde sua gênese, desencadeiam “um movimento histórico de mudança dos modos de ser e de viver dos grupos humanos” (RIBEIRO, 2000, p. 15). Isto significa o próprio desenvolvimento sociocultural que ocorre a partir da autotransformação (aceleração evolutiva), encarregada pela diversificação e, a partir da homogeneização (atualização histórica), responsável pela manutenção do patrimônio cultural. Esses dois processos são influenciados ainda pelo caráter tecnológico que acomete as civilizações (SIQUEIRA, 2010; RIBEIRO, 2000).

A tecnologia intelectual e produtiva, embora se relacionem simultaneamente com os aspectos sociais e culturais, são capazes de exercer certo domínio sobre a ordem sociocultural, determinando as práticas culturais e sociopolíticas das sociedades (SIQUEIRA, 2010; LÉVY, 1998). Nessa direção, Siqueira (2010, p. 53-54) reitera: “[...] todo sistema social se apoia sobre um sistema tecnológico e é determinado por este último, porém, todo sistema tecnológico funciona dentro de um sistema social e é conseqüentemente condicionado por ele”.

Assim, podemos afirmar que as diferentes formas de preservar e perpetuar a memória ao longo do tempo estiveram apoiadas em recursos tecnológicos, formações socioculturais e aspectos histórico-ideológicos disponíveis e concebidos em cada momento da história, por cada sociedade. A escrita, à época de sua descoberta, representou uma grande inovação tecnológica, impulsionada pelas transformações sociais e culturais que se desenhavam, revolucionando as práticas de registro e consumo da informação.

A introdução da escrita na vida cotidiana das sociedades provocou mudanças no *modus operandi* de preservação e propagação da memória, suscitando preocupações referentes à salvaguarda dos registros informacionais. Estes, representando instrumentos de

repercussão dos marcos existenciais de uma sociedade, constituíam potenciais referenciais para as gerações subsequentes, a nortear suas atividades, tomada de decisões, princípios ideológicos, educacionais e quaisquer outros aspectos inerentes às relações sociais.

Assumindo esta finalidade, de manter os saberes produzidos por uma sociedade a salvo, recuperáveis e acessíveis atemporalmente, o documento escrito, visando constituir-se como memória, desencadeia as primeiras práticas biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas de tratamento e organização da informação, ancoradas, *a priori*, num fazer de cariz prático, assente em um saber empírico (RIBEIRO, 2005). Assim, estas instituições surgem em decorrência da implantação da escrita, já que, nas sociedades essencialmente oralizadas a transmissão e salvaguarda dos sentidos socialmente construídos ocorriam na interação entre os indivíduos, sendo, eles próprios, as entidades responsáveis pela seleção e disseminação informacional. Logo, é com o advento da escrita, a favorecer a larga produção, acumulação e perpetuação das informações em um contexto espacial e temporal indiscriminado, que se originam bibliotecas, arquivos e museus, cujos esforços se direcionam ao tratamento da informação sob a forma escrita.

Por sua capacidade de transcender o tempo e o espaço, a escrita, indubitavelmente trouxe novas possibilidades de apreensão da informação, alterando também os modos de preservação e perpetuação da memória. Contudo, embora reconheçamos a extraordinariedade da escrita para as sociedades, nos questionamos: onde ficou a oralidade no processo de disseminação informacional? Que importância ela manteve para a comunicação e preservação da memória? A inspiração para tais indagações advém do conceito de hegemonia, entoado por Antonio Gramsci (1978), para quem as relações sociais são dotadas de disputas ideológicas, praticadas nas mais diversas instâncias da atuação humana: econômica, política, social e cultural, delineando conexões de hegemonia e contra-hegemonia entre as classes sociais e entre o Estado e a sociedade civil.

O surgimento da escrita provocou uma redefinição da linguagem oral, ocasionando um processo de transcodificação que instaura a autonomia da escrita sobre a oralidade (PINTO, [20--]). Desde então, a hegemonia da escrita sobre a oralidade tornou-se uma realidade presente nos mais diversos espaços ocupados pelo homem: das instituições de educação formal, como escolas, universidades e unidades de informação aos meios de comunicação, instalando-se plenamente na vida cotidiana.

Em nossa sociedade, o contato com a escrita antecede a sua apreensão efetiva. O atual modelo de educação formal apoia-se na valorização crescente da escrita num movimento de reafirmação da cultura letrada. Entretanto, como lembra Pinto ([20--]), a estrutura da

língua em sua forma escrita e todos os produtos resultantes desta estruturação – gramática e dicionários – representam construções histórico-sociais empregadas para ampliar o domínio técnico da língua escrita pelas sociedades.

A apreensão dos significados presentes na escrita vai além da aptidão instrumental que viabiliza a decodificação dos signos. A apreensão dos significados veiculados pela escrita depende de conhecimentos prévios e de percepções exteriores ao documento, solicitando ao sujeito o envolvimento de saberes não explicitados nas linhas dos textos, a fim de que se alcance, em sua plenitude, o pensamento ali registrado. Essa característica configura o que Paulo Freire chamou de “leitura de mundo” a preceder a leitura da palavra. A leitura de mundo, ao qual se refere o pensador, se dá no esteio das relações sociais, num processo de significação existencial e internalização de saberes não dispostos nos documentos escritos, mas mediados pela oralidade.

Assim, com a fluidez e espontaneidade que lhe são próprias, a oralidade tende a produzir informações, percepções e significações não contempladas nas escrituras, com a possibilidade de reinterpretações, ressignificações e atualizações seja pelo seu produtor, seja pela sua audiência. O mesmo não ocorre com o documento escrito que, embora possa ensejar diferentes considerações nos mais diversos sujeitos ou até mesmo, no mesmo sujeito em momentos distintos, representa um argumento fixo e estático que não interage com as percepções de seus interlocutores e não acomoda as ressignificações concebidas pelo seu próprio autor.

Nesse sentido, cabe reportarmo-nos a uma experiência pessoal, ocorrida em sala de aula, quando da explicação de um professor sobre o texto que seria lido e debatido pela turma. O texto tinha como autor o próprio professor e, enquanto ele expunha suas concepções teóricas acerca do assunto em questão, chamou-nos atenção sua declaração, ao revelar que, naquele momento, alguns anos depois da elaboração e publicação do referido texto, encontrava-se em um estado diferente de percepção sobre aquele assunto e que, se tal nível de maturação teórica e perceptiva o tivessem acometido no período de criação intelectual da obra, o resultado provavelmente teria sido bem diferente.

Do mesmo modo, quantas vezes, percorrendo textos escritos por nós, há tempos atrás, não nos deparamos com ideias que nos parecem irreconhecíveis? Ou, assumindo a condição de receptores da informação escrita, nos percebemos com opiniões e pensamentos tão diferentes daqueles elaborados em um primeiro contato com estes registros? Isso ocorre porque somos seres dinâmicos e, imersos num mundo que se reconstrói a todo momento, nos

transformamos, ressignificando sentidos, atualizando impressões, agregando novos conhecimentos e reciclando nossa experiência existencial.

Nessa direção, Platão destaca a disparidade entre oralidade e escrita, vislumbrando ameaças provocadas pela escrita ao afirmar, em um trecho do *Fedro*, que ela induzirá a humanidade à preguiça e à presunção intelectual, pois encaminhará o homem a soluções prontas e pensadas fora de sua realidade e necessidades, desestimulando a busca e a compreensão da verdade. Segundo o autor, a escrita ainda é capaz de incutir no pensamento humano a ilusão de que a sabedoria é facilmente alcançada a partir da leitura de inúmeros textos. Num tom crítico, Platão aponta quatro graves problemas observados na escrita: o texto escrito é estático e fechado em si mesmo; uma vez publicado pertence a todos e a ninguém, simultaneamente; fala da mesma forma aos sábios e ignorantes e, por fim, não dispõe da capacidade de se articular junto aos leitores, seja para justificar-se ou para polemizar (PINTO, [20--]).

Em seu raciocínio, Platão parte da perspectiva da oralidade para enfatizar que a produção de conhecimento se realiza efetivamente através da articulação dos saberes internalizados ao longo da trajetória de um sujeito, adquiridos a partir de sua experiência sensível e acessados pelo ato da rememoração. No entanto, há que se admitir que a palavra escrita perpetua a informação, tornando-a passível de acesso num momento subsequente à sua produção. Assim, nosso propósito com esta discussão não é estabelecer uma supremacia da oralidade sobre a escrita ou o contrário, mas apontar a relação interdependente que se evidencia entre elas e o impacto de cada uma sobre a preservação e transmissão da memória.

As relações que aproximam ou distanciam oralidade e escrita estão, em primeiro lugar, associadas à hegemonia dos padrões elaborados e determinados pelas superestruturas dominantes às estruturas dominadas, conforme prevê o conceito de hegemonia trabalhado por Gramsci; em segundo lugar, ao contexto cultural no qual se inserem as sociedades, fator que distingue os modos de lidar com a oralidade e com a escrita.

O trabalho realizado por Eni Orlandi (2002), quando da experiência com alfabetização de índios brasileiros, revela como é experienciada a relação entre escrita e oralidade. Em seu relato, a pesquisadora conclui:

[...] tenho a convicção de que o que chamamos oralidade praticamente já não existe em nossa cultura ocidental cristã. Sendo a nossa uma sociedade da escrita, a oralidade se esgueira de forma marginal em situações muito particulares e que são rupturas em relação à nossa ideologia dominante da escrita. Mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita. Nossos enunciados já têm a forma material da escrita, no modo mesmo em que se configura nossa memória discursiva. E, cada vez mais, as tecnologias da escrita se sofisticam, se

naturalizam, deixando pouco espaço para a irrupção da oralidade. No entanto, sociedades como a indígena, cuja história de relação com a escrita é outra, podem nos fazer refletir de maneira muito produtiva sobre essa tecnologia - a da escrita - que deu ao Ocidente forma de dominação potente homogeneizante e duradoura. [...] A escrita, numa sociedade de escrita, não é só um instrumento: é estruturante. Isso significa que ela é lugar de constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão configuração específica à formação social e a seus membros. A forma da sociedade está assim diretamente relacionada com a existência ou a ausência da escrita. Isso porque, na perspectiva discursiva, a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, define o estatuto da memória (o saber discursivo que determina a produção dos sentidos e a posição dos sujeitos), definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito (ORLANDI, 2002, p. 232-232).

Orlandi (2002), buscou compreender a língua como um fato social, em que oralidade e escrita se entrecruzam com o mesmo objetivo: expressar ideias, comunicar experiências, informar, interagir com o meio e com os sujeitos nele inseridos. Portanto, oralidade e escrita andam juntas, admitindo múltiplas possibilidades no processo de significação da realidade e preservação da memória, sem que constituam elementos excludentes, muito embora nossa sociedade esteja articulada para consagrar a escrita em detrimento da oralidade.

No que se refere à preservação da memória, a oralidade encontra acolhimento no recurso da história oral, cuja finalidade é conferir validade às experiências sociais e individuais que, em geral, não estão registradas nos documentos escritos e, quando estão, envolvem outra dimensão que não se relaciona com o propósito da oralidade. A dimensão da história oral está intensamente arraigada numa subjetividade observável a partir da captura dos relatos orais, que, com toda a leveza e informalidade do discurso constituem documentos “legítimos por seu valor informativo e por seu valor simbólico” (CAPPELLE, BORGES; MIRANDA, 2010, p. 2). Na história oral, a subjetividade e as experiências individuais ocupam lugar de destaque, sendo tomadas como substratos essenciais à compreensão de dada realidade.

4.4 DA IMAGEM À MEMÓRIA REVELADA: A FOTOGRAFIA ENQUANTO FONTE DE INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Em sua longa trajetória, cujo marco inicial data do século XIX, quando da oficialização da invenção do daguerreotipo (AMAR, 2010), a fotografia conquistou ampla aceitação junto à sociedade por possibilitar o conhecimento de outras realidades, até então difundidas unicamente pela informação escrita e pela informação não verbal – os registros pictóricos. Do mesmo modo, a fotografia alcançou um *status* de “testemunho da verdade”, sendo tomada como instrumento de inquestionável veracidade, por apresentar em seu

conteúdo, a prova definitiva dos fatos. Entretanto, como lembra Kossoy (2014; 2015), tamanha credibilidade atribuída à fotografia pela sociedade acaba por desconsiderar que esse tipo de registro retrata fragmentos da realidade, ou seja, apresenta um microaspecto de determinado contexto, a amostra de um mundo em detalhes e, assim sendo, não corresponde à universalidade dos fatos, tampouco, aos múltiplos sentidos nela contidos.

Há ainda um outro aspecto inerente à fotografia que nos convida a refletir sobre o absolutismo informacional com que costuma-se tratá-la. Referimo-nos ao processo de criação/construção da fotografia. Para Kossoy (2014; 2015), a fotografia não pode ser compreendida de modo isolado dos mecanismos internos e externos que a envolve, cujo processo de criação/construção integra elementos variados, como o fotógrafo, que, sendo um ser social, dotado de historicidade, crenças, valores e ideologias pode, evidentemente, interferir, conscientemente ou não, na representação do real. Deste modo, apesar da objetividade que norteia o registro fotográfico, reproduzindo aspectos que realmente existem na realidade observada, tal registro não escapa às parcialidades e manipulações de toda sorte.

Nos termos de Mauad (2008, p. 31),

A fotografia – para além de sua gênese automática, ultrapassando a ideia de analogon da realidade – é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda, uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica.

Ou seja, o dispositivo fotográfico é um modo de construção de sentidos que opera no cruzamento da subjetividade de quem lê a realidade concreta, com a objetividade dos mecanismos técnicos indispensáveis à prática do fotografar. Portanto, a fotografia carrega tanto elementos de seus processos técnicos quanto envolve a interpretação das questões especificamente relacionadas aos acontecimentos sociais do momento no qual ela é produzida. Esses diferentes aspectos contidos em seu caráter discursivo passaram a ser identificados quando da aproximação da fotografia com as ciências humanas e sociais.

Inicialmente, o uso da fotografia por áreas como a antropologia e a sociologia, estabelecia-se como recurso objetivo de pesquisa, num reflexo da própria forma de interpretar os fenômenos sociais. Após um sucessivo processo de revisões conceituais, estas áreas do conhecimento, sobretudo, a sociologia, mostram-se abertas à subjetividade, ao momento e às formas sociais. Assim, a sociologia, dedicada aos processos sociais cotidianos, passa a considerar descrições sociológicas intensamente visuais, utilizando orientações e procedimentos fotográficos, tecendo reflexões que contribuem para que percebamos os limites e as potencialidades inerentes a este tipo de documento, a fotografia (MARTINS, 2011).

A fotografia proporcionou e proporciona ao homem o autoconhecimento, a possibilidade de recordação, a criação artística e o poder de testemunho. Em razão desta sua natureza a fotografia representa uma fonte de informação, um documento que conduz ao desvelamento e ao entendimento da realidade concreta a partir da captura dos vestígios que constituem tal realidade.

A fotografia tem o potencial de documentar a realidade, em seus mais variados aspectos: a paisagem rural, a vida social, o dia a dia das ruas, a pobreza, a classe trabalhadora, a urbanização das cidades, os monumentos, os fatos políticos, os conflitos armados, a aventura das expedições científicas. Tudo é passível de registro imagético e, ao registrar todas essas facetas da realidade, a fotografia permite construir informações que podem servir ao trabalho de contextualização, reflexão e compreensão do real, para além da aparência representada na imagem. Ela ainda preserva a memória visual dos diversos fragmentos do mundo, com seus cenários e personagens, eventos e transformações contínuas, resistindo ao tempo, constituindo documentos que permanecerão mesmo após o desaparecimento dos elementos que a originou (KOSSOY, 2014).

O processo de construção da fotografia é estabelecido por informações em diferentes dimensões. Conforme explica Kossoy (2015), na composição do documento fotográfico coexistem duas realidades distintas que ele denomina “primeira realidade” e “segunda realidade”. A primeira refere-se ao contexto geral, à história do assunto que será representado, enquanto a segunda relaciona-se com a realidade fotográfica do documento, é o assunto ideologizado pela criação do fotógrafo.

Essa segunda realidade, produzida a partir da criação do fotógrafo, é, pois, o elo material com o passado “que tomamos como referência, como documento de um dado tema na dimensão da vida, isto é, em sua primeira realidade” (KOSSOY, 2015, p. 43). Dessa elaboração, materializada pela fotografia, uma nova realidade surge e é esta realidade que permanecerá. O autor prossegue afirmando que, quando uma determinada realidade é representada fotograficamente (segunda realidade), ela prevalece sobre a ocorrência do fato passado em sua totalidade espacial e temporal (primeira realidade), configurando-se como o vestígio que será apreciado, interpretado, guardado ou destruído (KOSSOY, 2015). Ou seja, diante de um contexto plural e holístico, o recorte projetado na imagem fotográfica é o que constituirá o veículo da memória. Isso significa que das duas realidades existentes, a segunda, representada na fotografia, é a que prevalecerá para a análise e compreensão da realidade passada.

Assim, a segunda realidade, do ponto de vista documental, se sobrepõe à primeira, visto que o documento fotográfico adquire vida própria, estando parcialmente destacado da experiência e da duração do vivido (BATISTA JÚNIOR, 2017). Nesse sentido, “se é possível recuperar a vida passada – primeira realidade – e se temos, através da fotografia, uma nova prova de sua existência, há na imagem uma nova realidade, passada, limitada, transposta” (KEIM, 1971, p. 64). Isso quer dizer que, no momento em que observamos e analisamos uma fotografia, estamos diante da segunda realidade, a realidade do documento. Desse modo, a fotografia conduz a uma transposição de realidades e de domínios informacionais: da realidade visual, concebida no contexto da vida e na percepção de mundo (primeira realidade), à realidade da representação pela imagem fotografada (segunda realidade), que lança ao infinito, fatos ou acontecimentos que ocorreram uma única vez.

O documento fotográfico não representa, portanto, apenas um “objeto estético da época”, mas um painel de informações multidisciplinares, servindo a diferentes vertentes de investigação (KOSSOY, 2014; 2015). Essas informações, para se tornarem explícitas e suficientemente esclarecedoras, requerem o devido mergulho no momento histórico em que se produziram tais fotografias. Caso contrário, elas não sobrevivem, submergindo à condição de meras ilustrações ao texto, simples registros artísticos do passado, numa fragmentação desconectada dos múltiplos sentidos relativos à memória (KOSSOY, 2014; 2015).

Assim, entendida como fragmentos da realidade ou como a própria realidade, a imagem fotográfica informa sobre o mundo e sobre a vida, desvelando um universo desconhecido, repleto de pluralidades, com detalhes que talvez jamais tenham sido mencionados pela linguagem escrita (KOSSOY, 2014). A apreensão de sua mensagem, no entanto, dá margem a múltiplas significações, alimentadas no imaginário de cada apreciador, conduzindo à construção de muitas realidades. Deste modo,

A fotografia estabelece em nossa memória um arquivo visual de referência insubstituível para o conhecimento do mundo. Essas imagens, entretanto, uma vez assimiladas em nossas mentes, deixam de ser estáticas; tornam-se dinâmicas e fluidas e mesclam-se ao que somos, pensamos e fazemos. Nosso imaginário reage diante das imagens visuais de acordo com nossas concepções de vida, situação socioeconômica, ideologias, conceitos e preconceitos (KOSSOY, 2015, p. 45).

Essas diferentes reações que as imagens fotográficas despertam em quem as observa estão diretamente associadas ao conjunto cultural que constitui cada indivíduo em particular, isto é, os conhecimentos pessoais de cada indivíduo, suas concepções ideológicas, éticas, morais e religiosas, bem como seus interesses econômicos, profissionais e pessoais são as variáveis que dão vazão às diversas leituras sobre a mesma imagem, sem, no entanto, se

desprezarem aspectos relacionados a grupos culturais e seus códigos específicos. De forma correlata Mauad (2008, p. 39) aponta que os sentidos encontrados numa fotografia são de competência daquele que a vislumbra e “fornece significados à imagem.” Segundo a historiadora,

Essa compreensão se dá a partir de regras culturais, que fornecem a garantia de que a leitura da imagem não se limite a um sujeito individual, mas que acima de tudo seja coletiva. A ideia de competência do leitor pressupõem, que este mesmo leitor, na qualidade de destinatário da mensagem fotográfica, detenha uma série de saberes que envolvem outros textos sociais (MAUAD, 2008, p. 39).

Esse processo foi denominado por Kossoy (2015) de “recepção da imagem fotográfica”, onde se verifica múltiplas interpretações sendo produzidas a partir do conteúdo expresso na fotografia.

Seria esta, enfim, a realidade da fotografia: uma realidade moldável em sua produção, fluida em sua recepção, plena de verdades explícitas (análogas, sua realidade exterior) e de seus segredos implícitos (sua história particular, sua realidade interior), documental porém imaginária (KOSSOY, 2015, p. 47-48).

A realidade da fotografia é, pois, a realidade desenhada pelos diversos sentidos atribuídos por cada receptor, em cada momento. Tais sentidos, tecidos em múltiplas direções, decorrem da capacidade que tem a fotografia de atuar como disparadora do gatilho da memória (BONNI, 2017). Ou seja, cada imagem suscita lembranças que se relacionam ao repertório cultural e à experiência subjetiva e social de cada indivíduo e, assim sendo, pode configurar-se como um dos instrumentos em que a memória apoia-se para subsistir, elementos que Halbwachs (1990) denominou de Quadros Sociais da Memória.

Ainda que determinada imagem não nos pareça familiar, por retratar algo que não se insere em nossa experiência sensível, em uma analogia ao pensamento do sociólogo francês – para quem a evocação ou confirmação de uma lembrança não necessariamente requer a presença de outros indivíduos – a imagem, *a priori* desconhecida, ganharia respaldo em nossa consciência pelo entendimento de que não precisaríamos estar ali para que aquele episódio, de fato, tivesse acontecido. A partir daí, começamos a construir uma memória em torno desta imagem, inicialmente alheia e irreconhecível à nossa experiência.

Diante de uma fotografia, nossos sentidos nos planos sensorial, cognitivo e emocional são acionados. Todo o conjunto de reações estimuladas a partir do contato com aquele fragmento de realidade nos leva a interagir com ele, revivendo sensações, recriando situações. As fotografias, quando reunidas, narram uma história e com ela viabilizam a construção de uma memória, porque trazem à superfície do visível o mundo físico e natural, a

vida individual e social, as personagens do presente e as de outrora, lembrando-nos das experiências agradáveis e dolorosas, das escolhas certas e erradas, das conquistas e dos fiascos. Neste sentido, Martins (2011, p. 45), afirma:

A fotografia vista como conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará. Memória das perdas. Memória desejada e indesejada. Memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece. Memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências. Memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas, de uma sociedade que precisa ser criada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamentos do que de afetos.

As imagens fotográficas não têm, portanto, um fim em si mesmas. Elas nos convidam à lembrança, à imaginação e à reflexão de nossas próprias vidas, o que produzirá informações para nós e para outros. Assim, elas se mostram como o ponto de partida para uma compreensão mais abrangente da realidade e, por esta razão, como aponta Kossoy (2015), não podem ser tomadas enquanto traços minimamente fiéis e contundentes dos fatos, pois, ao constituírem recortes selecionados de um dado momento e contexto, as fotografias estão repletas de ambiguidade, omissões e acréscimos, inseridos, propositalmente ou não, à espera de uma habilidosa decifração (KOSSOY, 2015).

No seu processo de construção, a fotografia resulta da elaboração criativa de seu autor: o fotógrafo, logo, ela estará sujeita às interferências culturais, ideológicas, técnicas, experienciais e estéticas desse criador. Tal processo caracteriza-se como um método eminentemente subjetivo, cujo produto – a fotografia – aparece apresentando uma verdade relativa. Dessa forma, é extremamente salutar que, quando da apreciação de uma imagem, se busque ler as entrelinhas, identificar o que não está explícito em sua forma fotossensível, como ressalta Leite (1993, p. 76):

[...] convém distinguir, na leitura da fotografia, o que ela reproduz da condição do retratado, o que silencia desse grupo e os indícios que permitem o observador perceber ou sentir outros níveis de realidade: sentimentos, padrões de comportamento, normas sociais, conformismo e rebeldia.

A imagem fotográfica é, pois, um fragmento representativo da realidade, uma recriação do mundo físico e, pelo seu caráter de testemunho visual – revelando traços de uma realidade concreta, existente em um determinado tempo e espaço – pode e deve servir como fonte de informação histórica e sociológica, o que não quer dizer que a fotografia abrange a veracidade absoluta dos fatos, sendo cabível uma análise crítica e minuciosa da aparência nela retratada (KOSSOY, 2014; 2015).

Por não poder operar valendo-se da argumentação e da demonstração (BARROS, 2017), a fotografia, cujo conteúdo incide somente sobre a imagem ali revelada, pode servir aos mais diversos interesses e integrar-se às mais variadas conjunturas. Atualmente, em tempos de forte apelo visual, com uma dinâmica social marcada pelo uso intensivo da imagem, a fotografia se integra, cada vez mais, ao funcionamento e ao cotidiano da sociedade, como ressalta Martins (2011, p. 40):

A fotografia, de fato, ao se disseminar como meio popular de expressão visual criou e estendeu ao cotidiano a classificação daquilo que se vê. Criou uma seletividade de focos ao transformar os cenários da vida de todo dia em imagem fotográfica. Hierarquizou o que é visto. Criou desprezos visuais na glamorização daquilo que vale a pena ver na vida de todo dia.

A fotografia tornou-se, na contemporaneidade, uma necessidade social. A câmera fotográfica nas mãos de um usuário comum tenta desbanalizar o banal, recriando traços do cotidiano mediados pelo senso comum, a partir de uma identidade domingueira que nega o trabalho e se entrega ao ócio (MARTINS, 2011). Deste modo, a fotografia vai situando-se entre o imaginário e a vontade de ascensão social, mascarando a realidade e projetando sobre a fotografia a autoimagem idealizada, que representa o conteúdo que se deseja perpetuar.

Numa perspectiva dialética, a fotografia é entendida como instrumento capaz de driblar a verdade, isto é, distorcer a realidade. Segundo Martins (2011), há uma dramaturgia social na qual a fotografia se torna a imagem imprescindível, reiterando a necessidade de representar. No ato do registro fotográfico, as personagens fazem supor, representando na sociedade e para a sociedade, revelando ou ocultando aquilo que melhor lhes convier.

A fotografia documenta, como atriz, a sociabilidade como dramaturgia. Ela é parte da encenação. Ela reforça a teatralidade, as ocultações, os fingimentos. Traz dignidade à falta de dignidade, ao simplismo repetitivo da vida cotidiana. As pessoas se mostram representando, mas recorrem constantemente à fotografia para mostrar-se como terceira pessoa, a verdadeira, a que não está ali na cena, mas que está na foto. A fotografia “concerta” o fato de que na vida cotidiana a apresentação social desmente a representação social. Ela é o rodapé esclarecedor da compostura, do decoro (MARTINS, 2011, p. 47).

Para ilustrar o aspecto teatral que a fotografia promove, Martins (2011) relata uma experiência pessoal, vivida na favela do Jaguaré, em São Paulo, quando da realização de uma excursão fotográfica. Um de seus retratados, pai de uma numerosa família, ao tomar conhecimento da sessão de fotos realizada em sua comunidade, pediu à equipe de fotógrafos que aguardasse alguns instantes. O homem foi ao vizinho e lhe tomou emprestada uma bela e possante motocicleta azul para que nela fosse fotografado. Tal foto seria enviada aos seus

familiares que residiam no nordeste, numa tentativa de ludibriar seus receptores, com uma realidade falseada (MARTINS, 2011).

Esta manipulação da verdade se repete em outros contextos. Atualmente, em decorrência dos avanços tecnológicos introduzidos na produção fotográfica paralelamente aos interesses mercadológicos, a imagem produzida profissionalmente também tem sido objeto de manobras para os mais diferentes fins: desde uma propaganda publicitária, cujo propósito é despertar no receptor o desejo de consumir o produto ali retratado, até as imagens utilizadas nos meios de comunicação, que, atreladas ao texto informativo, reforçam uma ideia, uma evidência, uma prova que se queira publicizar, de modo a persuadir o receptor e sua percepção dos fatos.

O jogo contraditório que se estabelece entre ilusão e testemunho, ilusão e conhecimento, lança a fotografia à pecha de falsária, senhora do engano (BARROS, 2017). A foto que registra o fato mascara as imperfeições estéticas e molda conceitos sob os mitos de verdade e objetividade, articulando manipulações de toda ordem (KOSSOY, 2014). O que em outrora era motivo de constrangimentos e grandes conflitos de natureza ética, hoje, ao que parece, já não é mais. A utilização de recursos tecnológicos para otimizar a qualidade da imagem está completamente incorporado ao processo de trabalho, levando os campos de expressão física e digital a se fundirem ao ponto de tornarem-se indiscerníveis (PEIXOTO, 2014).

Em meio ao exposto, percebemos que a fotografia, seja como retrato da vida social, expressão artística, instrumento mercadológico ou ainda sob a perspectiva da pesquisa científica, tem se inserido de forma imanente à experiência humana. Com a fotografia – fragmento da realidade cristalizado no tempo – se pode partir para a instigante jornada investigativa em busca do conhecimento, já que em seu escopo há um complexo de informações, extraídas a partir do ato de registrar as diversas faces da atuação de homens e mulheres. Nesse sentido, tomar a fotografia como fonte histórica e sociológica implica torná-la alvo de uma análise desprendida da observação ingênua, incorporando ao trabalho de interpretação todos os elementos contidos na cena da fotografia, considerando-os elementos informacionais a contribuir com o processo de significação da realidade ali evidenciada.

A fotografia proporciona, pois, um encontro com o real em seu estado passado, a atualização da consciência, a perpetuação da memória, fixando permanentemente em sua película fotossensível a memória do indivíduo, da sociedade, a paisagem urbana, a trajetória da humanidade e todos os outros instantes naturalmente passageiros.

Potencial fonte histórica aberta a inúmeras significações, a fotografia, em todas as suas etapas – criação e recepção – se insere num processo de construção de realidades, projetando sobre o imaginário do seu intérprete a decifração por trás da aparência registrada.

Por fim, a fotografia permite desvendar os aspectos das relações sociais que, feito de outro modo, apresentaria imprecisões e lacunas informativas. A fotografia permite enxergar o que por outros modos não seria possível ver. Com a mesma ênfase, a fotografia introduz diversas possibilidades interativas e interpretativas entre fotógrafo, realidade fotografada e seu espectador.

5 NO MEU TEMPO ERA ASSIM... OS IDOSOS E A REPRESENTAÇÃO DE TERESINA EM SUAS MEMÓRIAS

Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança.

Georges Poulet

As experiências do cotidiano, vividas solitariamente ou em comunidade, configuram-se como estímulos exteriores para o despertar das lembranças e construção da memória. A dinâmica do lembrar, valendo-se de tais sinais, conduz os sujeitos à reconstituição de suas referências passadas, pelas quais perpassam episódios dotados de significado, imbricados ou não às experiências de outros sujeitos inseridos no mesmo contexto.

Os banhos às margens do rio, as idas noturnas às praças da cidade, as partidas de futebol nos campos improvisados, a época de ouro do rádio, o boom do crescimento urbano e a construção dos primeiros conjuntos habitacionais, a época do carnaval de rua e das tertúlias nos clubes da cidade ativam recordações que constituem a experiência social de um sujeito, evidenciando, sobretudo, a sua estreita relação com o outro e com lugar onde vive.

Situações e espaços como os que citamos estão presentes nas narrativas de nossos personagens constituindo a memória que se enraíza no concreto, no espaço, no ambiente em que eles estão ou estiveram inseridos. Este lugar, que emoldura suas recordações e engaja-os na trama da vida permitindo-lhes desenvolver suas experiências humanas e sociais, das quais emergem lembranças e afetos, é a cidade, especificamente, a cidade de Teresina.

Para Lima (2016), o conceito de cidade é profundamente subjetivo, admitindo vários enfoques e significações, o que levaria à incompletude conceitual da palavra, por mais esforços reflexivos que se empreendam. Mesmo parecendo inviável a elaboração de uma definição que contemple todos os sentidos contidos no termo, o autor propõe a seguinte síntese para significar a ideia de cidade:

[...] entendemos por Cidade às formas de organizações humanas e produtivas que se diferem do formato de organização social campesino ou ruralesco primordialmente sob dois aspectos: um, pelo fenômeno do adensamento populacional e o outro o pela urbanização. Mais especificamente, uma cidade compreende um aglomerado populacional organizado em um espaço geográfico específico que possui administração própria, estando circunscrita a um determinado território e população, concentrada num sítio urbano onde possam habitar, trabalhar e se divertir. Nela, o trabalho como meio de sobrevivência está prioritariamente ligado ao setor secundário e terciário da economia, já que predominantemente, as atividades ligadas ao setor primário se desenvolvem na zona rural (LIMA, 2016, p. 19-20).

Do interesse e da necessidade das pessoas em estabelecerem uma vida socialmente compartilhada, surgem as cidades, erguidas como símbolos de uma racionalidade que supostamente libertaria (LEITE, 2017). Essa concepção de liberdade é nutrida pela expectativa de superação das privações de ordem econômica, somada à expectativa de elevação da qualidade de vida e da possibilidade de mobilidade social. Desse modo, as cidades, espaços racionais de convergência política e funcional (LEITE, 2017), representam um marco na trajetória da humanidade, que, experimentando uma forma mais próxima de conviver, amplia o seu rol de relações, afetando e sendo afetada pelas experiências, pelo espaço físico e pela cultura, elementos constitutivos da vida em sociedade.

Nessa perspectiva, a cidade se estende para além do espaço físico, agregando em seu processo de representação, as percepções sensíveis de seus habitantes, que por meio de suas emoções, expectativas e práticas sociais produzem discursos e imagens dos espaços citadinos, construindo as estruturas tangíveis do viver na urbe. Desse modo, o espaço se torna um lugar portador de um significado e de uma memória (PESAVENTO, 2007).

Apoiando-nos nesta lógica, pensamos a cidade como fenômeno que não está isolado das interpretações e projeções de seus moradores, que a significam conforme seus anseios, esperanças, medos, realizações e frustrações. A cidade é construída e reconstruída pelos seus atores sociais que atuam como modeladores do imaginário social a partir da sensibilidade que imprimem às representações da realidade a lhes cercar.

Assim, procurando ressaltar a dimensão da sensibilidade presente na produção de sentidos para efeitos de compreensão da relação entre memória individual e coletiva, buscamos identificar no relato de nossos personagens a sua ligação com as disposições físicas e imaginárias da cidade de Teresina, dirigindo nosso olhar para o modo como se apropriam de, concebem, utilizam e disputam lugares, atribuindo-lhes sentido, administrando carências no sistematizar de uma trama regida por tradições, hábitos, crenças, costumes, normas, códigos, políticas, rotinas e memórias esculpidas no traçado e na paisagem da cidade (NASCIMENTO, 2007).

Todo e qualquer discurso se elabora no esteio de suas condições de produção, que, em sentido amplo, referem-se ao contexto social, histórico e ideológico de quem fala. Assim, as narrativas, tenham elas autoria pessoal, institucional ou histórica, partem de diferentes focos ideológicos e por assim se constituírem, entram em disputa, apresentando cada uma, sua versão. Considerando essa característica, escolhemos entrecruzar os relatos orais às narrativas históricas e jornalísticas, valendo-nos também do olhar, atento e observador, de cronistas e

poetas piauienses que decidiram se aventurar pelos caminhos da palavra escrita e registraram suas percepções acerca da trama do viver em Teresina.

Ao optarmos por esta linha de trabalho, nossa intenção não é realizar uma acareação entre o discurso produzido pelos idosos e o proferido pelas fontes institucionais, históricas, jornalísticas e/ou oficiais, mas atender à necessidade de buscar subsídios que complementem ou esclareçam as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa. Articular as diversas narrativas nos propicia a identificação de elementos contidos em uma e suprimidos em outra, favorecendo uma ampliação dos conhecimentos acerca dos temas abordados. Assim orienta Orlandi (2015), quando refere-se à prática de leitura do discurso: é preciso escutar o dito e o seu modo de dizer nas diferentes produções discursivas, considerando ainda o não-dito naquilo que é dito, “como uma presença de uma ausência necessária” (ORLANDI, 2015, p. 32).

As produções de sentido e as reproduções imaginárias dos olhos de nossos personagens colocam ao nosso alcance uma Teresina para além do visível e do traço planejado. Pelas suas palavras, percorremos a dinâmica e as particularidades da cidade. Ao longo das entrevistas, sem nos incomodarmos com as formalidades da pesquisa, simbolizadas pela presença do gravador, nossos encontros transcorreram de forma espontânea e envolvente, eclodindo nas falas vários microtemas carregados de subjetividades, ecoando experiências de toda uma vida, revelando emoções, tensões e conflitos. Dentre os microtemas estão as condições de moradia, as ocupações exercidas, os espaços públicos de lazer, as atividades de entretenimento, a relação com a casa, a relação com a família, os comportamentos civis. A partir de suas narrativas a cidade se mostra composta não apenas pelos seus aspectos físicos, mas igualmente pelas memórias, lembranças, encantos e desencantos de seres que nela fincaram sua grande morada.

5.1 HISTÓRIAS DE UM TEMPO QUE NÃO ACABA, PARTE 1: ENREDOS DO CENÁRIO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO PELA HISTORIOGRAFIA E NARRATIVAS DOS IDOSOS

O título desta subseção faz referência ao poema *A Rua*, de autoria do poeta, letrista e jornalista piauiense Torquato Neto. Musicalizado por Gilberto Gil no período pré-tropicalista, a composição revela traços da memória afetiva do autor com sua terra natal: Teresina. O rio Parnaíba e os idos da infância, simbolizados nas brincadeiras de criança, nas canções de ciranda, no acompanhar da meninada atrás das bandas, constituem alguns dos elementos

presentes nesses versos que, explicitamente, tematizam Teresina a partir da experiência sensível de quem efetivamente a vivenciou.

É nesse ritmo, à luz de suas subjetividades, que o poeta piauiense pensa Teresina, criando na cidade planejada uma cidade metafórica, afastando-se da utopia que permeia os discursos técnico-urbanistas para entregar-se à percepção atópica, que subverte a ordem da cidade visível e concreta, cuidadosamente projetada por urbanistas e arquitetos, e ergue uma cidade invisível e abstrata (CASTELO BRANCO, 2006; CERTEAU, 2014), alimentada pelos poderosos saltos imaginativos, construindo entre prédios, monumentos, praças e ruas, um sentindo subliminar.

Trazer para a tessitura deste texto a referência do poeta e sua obra é considerar que a cidade se constrói para além do visível, encarnando pluralidades resultantes das práticas e experiências de seus caminhantes, que edificam uma cidade invisível, construindo-a ficcionalmente sob suas distintas maneiras de conceber, sentir e entender o seu lugar, como o faz a obra torquateana. Do mesmo modo, dialogar com o poeta e seus escritos nos instiga a refletir sobre a relação que se instaura entre as práticas espaciais e as práticas significantes (CERTEAU, 2014). Nesta direção, é sobre uma cidade carregada de subjetividades conferidas por seus caminhantes que este texto quer falar. As cidades reais se desvelam na medida em que seus habitantes lhes formatam significativamente, criando na atmosfera das estruturas anônimas e impessoais, sentidos peculiares, despreziosos e livres das questões oficiais e oficiosas (LIMA, 2016).

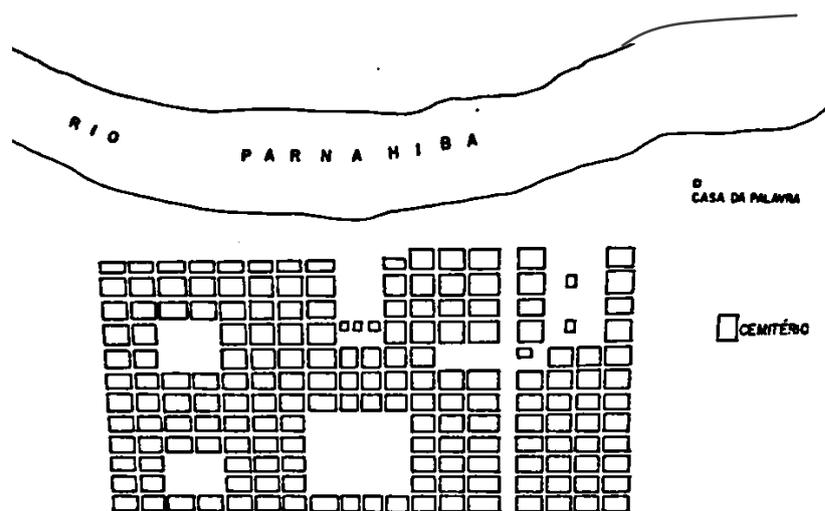
Contrariando a maneira instintiva de viver na urbe, onde os cidadãos não dispensam às suas ações uma articulação racional e matemática, Teresina é construída sob o estigma do pensamento lógico-urbanístico que privilegia o conceito de cidade moderna, num movimento que imprime racionalidade aos modos de vida urbanos. Neste aspecto, lembremos com Leite (2017) que a cidade está para o moderno assim como a modernidade está para o urbano. Dito de outra forma, a concepção de cidade sempre se apoiou no conceito de moderno, que, neste contexto “serve-nos para diferenciar nossas vidas de tudo o que precedeu” (NASCIMENTO, 2015, p. 128).

Assim, o moderno expressa uma oposição às ações até então realizadas, representadas pelas práticas ruralescas, comumente associadas às concepções de arcaico e atraso. O conceito de moderno vincula-se à ideia de inovação e superação e, por seu caráter racional, modela o viver na cidade. Este viver na cidade torna-se materialidade histórica do projeto racional da modernidade, que, por sua vez, se relaciona à organização do espaço. Logo, a cidade moderna e a modernidade urbana “não existiu e nem poderia existir [uma] sem

a outra. Uma criou as condições funcionais e estéticas para o surgimento e manutenção da outra” (LEITE, 2017, p. 291).

Esta racionalidade, presente nos conceitos de moderno e modernidade, adentra o ideário da construção da cidade de Teresina. Segundo Andrade (2014) e Nascimento (2015), o projeto urbanístico desenvolvido para a nova capital do Piauí seguiu o traçado urbano barroco, com divisões do território em quarteirões, dispostos como num tabuleiro de xadrez, com ruas retilíneas e grandes áreas de largos que se tornariam mais tarde, praças urbanizadas. A escolha por este tipo de planejamento urbano vale-se dos “dispositivos de controle social”, já que disciplina o uso do espaço e delimita o comportamento das pessoas (FOUCAULT, 2013). Assim aconteceu no planejar de Teresina, onde pretendia-se projetar uma ordem, racional e técnica, que controlasse o desenvolvimento paisagístico e a sua ocupação espacial.

Figura 1: Planta da cidade de Teresina, em outubro de 1852.



Fonte: NASCIMENTO, 2015, p. 126.

A ideia de cidade geométrica, como se pode observar na figura 1, é pautada em princípios racionais e estéticos e tornou-se padrão no planejamento urbano ocidental, cuja inspiração advém do modelo renascentista, a partir do qual se evidenciava

[...] preocupações claras com a visibilidade dos espaços, buscando dar racionalidade na definição do viver em cidades. Rompia com a lógica urbana dos primeiros séculos de colonização, cujas ruas tortuosas e íngremes, formando labirintos sem regularidades, por onde se postava o casario apertado eram a marca principal (CASTELO BRANCO, 2002, p. 298).

A nova capital do Piauí, viabilizada pela ousadia e vontade política do Conselheiro José Antônio Saraiva, foi idealizada sob o prisma novecentista de progresso, desenvolvimento

e modernização. Saraiva desejava estabelecer não só uma cidade economicamente forte e competitiva, mas uma cidade devidamente ajustada aos padrões funcionais e estéticos do Império. O fundador da cidade preocupava-se em construí-la conforme seus valores de ordenamento, onde a trama urbana pudesse seguir a cena desenhada no planejamento urbanístico, que tinha por finalidade constituir uma sociedade civilizada, de ordem e progresso (LIMA, 2011).

Assim, o signo de modernidade e progresso acompanham Teresina em toda sua trajetória histórica, fazendo-se presente antes mesmo de sua fundação, em 1852, quando a concepção de atraso recaía e se difundia sobre a então capital da província do Piauí, Oeiras. Esta, encravada no sertão, era considerada isolada geograficamente, distante dos grandes centros econômicos do Nordeste, dispersa, dissociável, decadente economicamente e por tudo isso, incapaz de fomentar condições de crescimento e assim acompanhar o progresso da nação (LIMA, 2016).

É no seio deste contexto histórico, marcado por uma intensa e desenfreada corrida rumo ao progresso, que emerge a cidade de Teresina. Das perspectivas de prosperidade ao desejo de tirar o Piauí do isolamento social e comercial que o assolava, a nova capital desponta com uma importante missão: inserir-se num complexo sistema macro econômico que promovesse o crescimento do estado, reduzindo as relações de dependência com seu vizinho, o Maranhão. Não por acaso foi a região escolhida para sua fixação: à beira de um grande rio navegável – rio Parnaíba – por onde poderiam escoar as riquezas do estado, dada a ausência de acessos terrestres trafegáveis. Ali, em meio ao seu desenho natural, projetava-se o sonho de uma economia efervescente, de uma cidade moderna e civilizada da qual partiria o desenvolvimento econômico e social de todo o Piauí.

Apesar da utopia idealista de Saraiva, as promessas emancipatórias advindas da modernidade tardaram para se concretizar. Meio século depois de sua fundação, Teresina continuava pacata, pequena, carente. No início do século XX, sua economia ainda pautava-se na produção agrícola, seu comércio e indústria ainda mostravam-se incipientes e sua população ainda convivia com os animais soltos pelas ruas, com a poeira das estradas de chão batido, com a lama dos esgotos a céu aberto, com os riachos, com as casas de palha, com as epidemias e com o caminhar de homens, mulheres e crianças com latas d'água à cabeça, sem perspectiva alguma de melhores condições de vida (TAVARES, 2003; LIMA, 2016). Tinha-se assim uma realidade social marcada pela extrema pobreza, com precárias condições de sobrevivência, a qual era estampada nas páginas dos jornais que circulavam à época:

[...] quem percorre as nossas ruas bem alinhadas e onde perpassa um aligeiro uma idéia do que seja esse labirinto de palhoças onde o cachorro magricela ostenta galhardamente a sua dentuça aos ossos do próximo e onde a criança de ventre desforme berra a plenos pulmões [...]. O bairro que se estende ao S.S.E. e que galgando uma pequena elevação é de todos os nossos arraiais da pobreza o mais impressionante. Pela manhã uns sem número de mulheres, quase sempre esqueléticas e maltrapilhas se agrupam nos chafarizes rolando malabramente as suas ancoretas, numa vozeria que é o canto do sofrimento, fumando seus cachimbos a largos tragos [...] (CORREIO DE TERESINA, 1913, p. 2).

O discurso jornalístico evidencia que a cidade real estava muito distante da cidade moderna, entoada nos discursos progressistas. Essa produção de sentidos que orienta o discurso jornalístico decorre da sensação de desordem provocada pela falta de habitação, iluminação, comunicação, transporte e saneamento básico, o que contribuía para o alastramento de inúmeras enfermidades (LIMA, 2011), dentre as quais estavam a febre tifoide, a varíola e a tuberculose.

Em meio ao despontar do século XX, é esta a Teresina que se vê: uma cidade desprovida de sinais urbanos que a caracterizassem como cidade moderna (NASCIMENTO, 2015; COSTA, 2009; QUEIROZ, 1994). Sem infraestrutura adequada ou regularidade no fornecimento dos serviços básicos, como o de abastecimento e tratamento de água e esgoto, energia elétrica, transporte público, calçamento, ou mesmo oportunidades de trabalho que viabilizassem o viver na cidade, quase metade de seus habitantes²⁵ mantinha-se residindo em áreas rurais adjacentes às zonas urbanas, afirmando-se como uma população eminentemente agrícola. Em uma Teresina beirando ao seu primeiro centenário, “as pretensões de modernização e alteração na estrutura urbana ainda não passavam de projetos que só puderam tornar-se factíveis a partir do momento em que a integração comercial do estado ocorreu” (QUEIROZ, 1994, p. 23).

De fato, a economia configura-se como aspecto determinante no processo de modernização e desenvolvimento urbano. As perspectivas da modernidade no âmbito econômico lançam para as cidades o desafio de acompanhar os ditames da evolução mundial, levando-as a adotar uma economia mercantil. Para isso, reformular a dinâmica econômica desprendendo-se das raízes rurais, substituindo as atividades de natureza agrícola pelas atividades industriais e comerciais, torna-se primordial, já que, a ideia de modernidade vem

²⁵ Segundo Nascimento (2015), a população de Teresina em meados dos anos 1940 somava 67.641 habitantes, dos quais 34.695 ocupavam as áreas urbanas e suburbanas da cidade, logo, a população urbana de Teresina, nesse período, representava pouco mais de 51% do seu contingente populacional, ao passo que a população rural respondia por quase 49% deste montante. Os números evidenciam que Teresina crescia num ritmo inferior se comparada ao desenvolvimento de outras capitais no mesmo período e, até aquele momento, não apresentava uma ocupação significativa do seu espaço urbano, outra característica que a distanciava do ideal de cidade moderna.

acompanhada do estabelecimento de uma cidade social e economicamente viável a partir das atividades mercantil, industrial, financeira e cultural.

Por cinco décadas, desde os idos de 1900, o estado do Piauí amparou-se economicamente na produção algodoeira e no extrativismo vegetal, com a exploração da borracha de maniçoba, cera de carnaúba e coco babaçu (TAVARES, 2003; MONTE, 2017). Teresina, com seus terrenos cercados por várzeas, favoráveis à agricultura, seguia a tendência econômica do estado, movimentando-se economicamente pelo que o campo produzia, fato que contrariava as pretensões modernizadoras de sua idealização. Assim, distante de se tornar um importante centro econômico, com concentração de grandes fluxos de capitais, Teresina não oferecia as condições necessárias para o viver na urbe, adiando na mesma medida, as transformações socioculturais.

Em meio a esse cenário, em que a deficiência estrutural retardava a ocupação efetiva do espaço urbano de Teresina e sua economia buscava se enquadrar nos moldes mercantilistas do capitalismo, a população da cidade mantinha um estreito e significativo laço com o meio rural, cultivando hábitos e práticas próprios da vida campesina, que iam desde buscar água no rio até o plantio de insumos e a criação de animais, como forma de garantir sua sobrevivência.

Ainda não havia um comércio forte, tampouco, um parque industrial significativo que pudesse alavancar a economia local e gerar empregos. Restava à população, sobretudo a mais pobre, dedicar-se à agricultura de subsistência e à criação de porcos e galinhas, como recurso assegurador do seu sustento. A presença de burros e jegues soltos às ruas se justificava pelo seu papel na vida cotidiana: carregar água, capim verde, lenha ou puxar carroça (CASTELO BRANCO, 2002). Estas eram algumas das atribuições destes animais, dada a ausência de tecnologias e aparelhamento urbanístico capazes de promover o bem-estar e a qualidade de vida da população teresinense.

Desse modo, a vida urbana em Teresina se movimentava no ritmo da vida campesina. Cidade e campo não se distinguiam e produziam, no mesmo espaço, múltiplos espaços que se entrelaçavam na fronteira entre a transformação e a permanência, a modernidade e a tradição. Progresso e ruralismo, ou como preferimos colocar, o ideal e o real do universo citadino disputavam espaços, inserindo em Teresina, muitas Teresinas.

As disputas entre modernidade e tradição também reverberavam no comportamento de seus habitantes: de um lado circulavam homens engravatados, sedentos por mudanças rápidas e transformadoras e, de outro, homens simples, com práticas, hábitos e costumes oriundos da experiência ruralesca, para quem as mudanças na cidade eram experimentadas muito lentamente. O poeta Moura Rêgo, fixando-se em Teresina a partir dos anos 1920,

encontra uma cidade que, embora ensaiasse passos rumo à consolidação do seu projeto modernizador, ainda vivia uma realidade que contrastava com o imaginário progressista:

Teresina, por essa época, era uma cidade tipicamente provinciana, com seus costumes, seus preconceitos, seus mexericos, seus modos de terra pequena, ainda cheirando a mato [...] Depois da retreta, a cidade tranquila, sem automóveis e sem bondes, sem a trepidação da vida dispersa e barulhenta de hoje, se recolhendo para dormir, mergulhada no mais profundo silêncio [...] (RÊGO, 1988, p. 26).

A falta de uma infraestrutura, inviabilizando o desenvolvimento de uma vida genuinamente urbana, molda sociabilidades e comportamentos praticados na cidade. Tais percepções encontram confirmação nas experiências vividas por nossos personagens, expressas através de suas narrativas e, apresentadas e diluídas ao longo do texto a partir daqui.

Teresinense, nascida em 1922, na zona rural, Dona Otaviana descreve parte do seu cotidiano em meio à escassez infraestrutural da cidade que nasceu marcada pelos ideais de modernização, mas convivia com vagarosas transformações rumo ao sonho da modernidade:

Nossa casa não tinha nem água nem luz. A água, a gente pegava no poço e tinha que pagar. Quando a gente não tinha o dinheiro, era o jeito pegar água no rio. Eu ia pegar água no rio Parnaíba. E o rio era longe da minha casa. Era preciso até descansar no caminho porque a gente cansava de carregar as latas na cabeça, era preciso descansar (OTAVIANA, 2018).

A fala de dona Otaviana, ao tempo que nos aproxima da realidade compartilhada pela maior parte da população teresinense, revela as precariedades em que viviam os moradores de Teresina, no alvorecer do século XX. O primeiro sistema de abastecimento de água da cidade foi iniciado em 1904 e inaugurado em 1906 (COSTA, 2009; TAVARES, 2003), contudo, só atendia a uma parcela restrita da população: as famílias mais abastadas que viviam na região mais nobre da cidade. Os pobres continuavam a recorrer a poços, rios, riachos, açudes e chafarizes públicos para obter água, transportando-a, eles mesmos, em latas ou cabaças.

Dentre estas fontes de água, os poços, em sua maioria construídos artesanalmente por terceiros, eram controlados e a sua água, comercializada (MONTE, 2017; NASCIMENTO, 2015), levando os cidadãos que, como dona Otaviana possuíam poucos recursos financeiros, a sair em busca de outras formas de abastecer-se, utilizando, preferencialmente, os rios da cidade, de onde captavam e consumiam a água, “in natura”, sem nenhum tipo de tratamento.

Do mesmo modo, lento e gradativo, se deu a efetivação da eletricidade em Teresina (QUEIROZ, 1994). Introduzida em 1910, a iluminação inicialmente projetada percorria somente as vias públicas e tinha o seu fornecimento interrompido às 22h (MOREIRA, 2016). Apenas em 1914, o fornecimento de energia elétrica se firmou na cidade, sendo estendido

posteriormente ao ambiente doméstico, tornando-se, assim como a água, artigo consumido apenas pelas camadas mais privilegiadas da sociedade. Apesar dos avanços e benefícios que incluíam, já em meados de 1920, a extensão do horário de fornecimento para o interstício das 18h às 6h da manhã (COSTA, 2009), o abastecimento de energia elétrica ainda se manteve deficiente por muitas décadas, vindo a ser definitivamente solucionado com a concretização do projeto da Barragem de Boa Esperança²⁶, em 1970 (NASCIMENTO, 2007).

No processo de composição das representações sobre Teresina, a imprensa desempenhava um importante papel. Através deste instrumento de informação e comunicação, uma realidade que contrastava com o discurso oficial era propagada, aproximando-se das narrativas dos cidadãos que conviviam com os dissabores da cidade real. Sobre o precário abastecimento de água que se instalou em Teresina, lia-se o seguinte na coluna *A Cidade*, do Jornal *O Piauí*, em março de 1946:

Com a escassez de água que estamos enfrentando, são muitos os aproveitadores que surgem e a economia popular se vai ressentindo de uma maneira assustadora. Como se poderá tolerar a compra de uma carga d'água pelo preço exorbitante de Cr\$ 5,00? Não imaginamos qual será a situação de nosso povo, diante de tal problema. É uma miséria, é um caso que chega a revoltar até mesmo às pessoas mais brandas que se possa imaginar o estar-se colocado entre dois rios e não se ter água nem para beber (A CIDADE, 1946, não paginado).

Fosse motivada pela cobrança de seus leitores ou pela força das necessidades de uma cidade que se queria avançada, a imprensa se propunha a denunciar as condições às quais Teresina estava submetida. A respeito do fornecimento de energia elétrica na capital, o mesmo jornal, em janeiro de 1946, publicava a seguinte nota:

Somente depois de termos luz é que deixaremos de andar às tontas. Indústria básica, todo o progresso material de um povo, depende hoje da eletrificação; exatamente daquilo que menos temos, neste reinado de imensa penúria que é o Piauí. Teresina poderia escrever o epitáfio de Rabelais: 'Nada tenho, e o resto fica para os pobres'... Sem eletricidade, não se obtura a cárie de um dente, não se faz nem um picolé. O governo passado, na sua prodigiosa imprevidência, não pode compreender isso, ou melhor, não quis, porque não via um palmo diante... do bolso (A CIDADE, 1946, não paginado).

Presente nos seus primeiros cinquenta anos de história, esta conjuntura urbanística de Teresina ainda se estende até o início da segunda metade do século XX, quando as melhorias

²⁶ A Barragem de Boa Esperança representou um marco na história do Piauí, mobilizando toda a sociedade e partidos políticos do estado. Situada no município de Guadalupe, a 347 quilômetros da capital piauiense, a usina hidrelétrica foi idealizada desde o início dos anos de 1960, mas concretizada apenas em abril de 1970. Antes de sua implantação, o serviço de energia elétrica era gerenciado por cada prefeitura municipal, que mantinha usinas locais. Em Teresina, o abastecimento de energia elétrica também se dava assim, o que causava irregularidades no fornecimento, além de mostrar-se insuficiente para atender a demanda das fábricas e trazer projetos mais arrojados de desenvolvimento, como os realizados pela SUDENE (TAVARES, 2003).

e os equipamentos urbanos, viabilizados por meio de um projeto nacional de modernização, com recursos provenientes do governo federal, alcançam um número mais expressivo de habitantes da cidade. No entanto, mesmo antes da consolidação das estruturas modernas, os discursos oficiais sobre a cidade continuavam a traduzir a ideia de progresso e de modernidade, que, na práxis, não se confirmavam ou, quando evidenciados *in loco*, não contemplavam toda a população teresinense, como sugere a narrativa de nossa próxima personagem, Dona Efigênia.

Nascida em Teresina na década de 1940, Dona Efigênia vivenciou experiências muito semelhantes às de dona Otaviana no que se refere às condições de vida na cidade. Sem dispor de água encanada em sua casa, ela percorria curtas ou médias distâncias até os chafarizes públicos, erguidos pela prefeitura de Teresina em regiões centrais dos bairros da cidade para disponibilizar água à população urbana. Sobre esta prática, dona Efigênia revela:

Na primeira casa onde eu morei não tinha água encanada não. A gente ia buscar água em um chafariz que tinha na mesma rua em que eu morava, usando umas latas de querosene, carregadas na cabeça. Lá, havia muitas torneiras e a gente colocava as latas debaixo delas, para aparar a água que descia. Era muita gente que fazia isso (EFIGÊNIA, 2018).

No processo de modernização e urbanização, um sistema de abastecimento de água torna-se atributo fundamental, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores e suas práticas cidadinas. Segundo Moreira (2016), em meados dos anos 1940, 74,1% das residências de Teresina não dispunham de instalação de água em seus interiores, o que significa que a maior parte da população teresinense dependia da água dos rios, poços, fontes e chafarizes públicos para se abastecer. Estas precariedades encontradas em Teresina, inevitavelmente, repercutiam nos modos de viver da população, que, mesmo habitando um espaço urbano, naturalmente cercado por expectativas de melhores condições de vida, convivia com as mesmas dificuldades encontradas no campo. A falta de investimentos na estrutura urbana, decorrente das limitações orçamentárias do estado, desenhava uma Teresina aquém da demanda e das pretensões modernizadoras, cujo cotidiano e realidade tramavam cenas que fugiam do projeto de cidade civilizada, higiênica e ordeira (LIMA, 2011). Sem alternativas, a população teresinense valia-se dos recursos que tinha à mão para suprir suas necessidades corriqueiras.

Neste contexto, fontes, chafarizes, poços e, especialmente, os rios da cidade desempenhavam um importante papel na dinâmica do viver em Teresina. Os rios Parnaíba e Poti, além de servirem como fontes de abastecimento de água para a população, representavam fonte de renda para as famílias que não ocupavam postos formais de trabalho,

realidade vivenciada por dona Otaviana, dona Efigênia e dona Graciana, que, ao longo de suas respectivas experiências, estabeleceram esse vínculo laborioso com os rios que ladeiam a capital piauiense.

Dona Otaviana, desde a segunda infância, por volta dos onze ou doze anos, frequentava o rio Parnaíba por ordem da patroa, já que, trabalhando como doméstica em casa de família, ela tinha dentre suas atribuições a limpeza das roupas dos patrões e seus filhos. A família que empregara dona Otaviana habitava uma casa com configurações físicas típicas da época: sem água encanada e luz elétrica, o que tornava imprescindível as idas ao rio para executar as tarefas do dia a dia. Assim, ela caminhava rumo ao Parnaíba para

Lavar a roupa da patroa e de quem ela mandasse. Carregava um mundo de roupa numa enorme bacia que eu levava na cabeça. Chegando lá, batia, batia toda a roupa e depois lavava a minha própria, mas só aquela que eu vestia. Fazia isso com frequência. Terminado o serviço, eu caía nas águas do Parnaíba. Achava bom estar ali e nadar sobre o rio (OTAVIANA, 2018).

Para dona Otaviana, o rio Parnaíba servia-lhe de diferentes maneiras: dali provinha a obtenção de água para o suprimento próprio e uso doméstico, o trabalho de higienização de roupas realizado no âmbito do vínculo empregatício com terceiros e, o lazer com os banhos demorados e regados a muita diversão. Pelas evidências cronológicas contidas em seu relato, acreditamos que o tempo em que dona Otaviana viveu tais experiências date da década de 1930.

Para dona Graciana, nascida em Teresina nos anos 1940, os rios Parnaíba e Poti tiveram o mesmo significado. Sua mãe era lavadeira autônoma e se introduziu nessa atividade antes mesmo de constituir família. Já casada, ela retoma o trabalho de lavado de roupa para complementar a renda familiar, uma vez que, o marido, um policial militar, recebia o seu pagamento de forma irregular, chegando a passar até três meses com o salário atrasado. Dona Graciana, desde os sete anos de idade, acompanhava a mãe nas idas aos rios, primeiro o Parnaíba, por residirem próximo a ele, depois, o Poti, pelo mesmo motivo: a moradia em uma região agora mais avizinhada a este rio do que ao outro. Com uma narratividade que impressiona pela riqueza de detalhes, dona Graciana relata a experiência vivida às margens dos rios:

Minha mãe começou a lavar roupa no rio Parnaíba. Depois a gente se mudou e ela passou a lavar roupa no rio Poti. Desde os meus sete anos, eu sempre andei com ela. Quando a gente ia pro rio, era o dia todo. A gente levava uma bandinha de rapadura, um frito de tripinha de porco e só vinha de tarde. Enquanto minha mãe lavava a roupa, eu catava umas piabinhas pra gente comer no jantar. Quando a gente chegava em casa, minha mãe ia gomar toda aquela roupa no ferro a brasa, com carvão comprado na noite anterior e eu, que já sabia fazer as coisas, ia preparar as

piabinhas, um feijão e um arroz (GRACIENA, 2018).

Dona Graciena fala dos anos 1950, ressaltando a vida que levava na capital piauiense em tal período. As dificuldades evidenciadas reforçam a ideia de que a cidade, embora erguida sob o estigma da modernidade, mantinha profunda carência infraestrutural e uma moral com ares predominantemente provincianos. A relação de dona Graciena com os rios, principalmente com o Poti, ainda se estende anos a fio. Da mãe, ela herdou a ocupação de lavadeira e em seu relato é possível perceber o orgulho com que diz nunca ter precisado trabalhar para ninguém, exercendo a atividade de forma autônoma, gerenciando ela mesma, o seu volume de trabalho e o dinheiro conquistado com a prática de lavadeira.

Dona Efigênia também mantém com o rio Poti uma estreita relação. Criada pela mãe e pela avó materna juntamente com três irmãos, ela costumava acompanhar sua progenitora nas idas ao rio quando sua mãe saía para trabalhar nas casas de família. Sua avó, assim como a mãe de dona Graciena e a própria Graciena, era lavadeira. Dona Efigênia (2018), conta que: “já era mocinha quando ajudava minha avó no lavado de roupa. Ela ia para o Poti e eu ia com ela. Quando a gente chegava ia gomar toda a roupa no ferro de brasa”. A fala de dona Efigênia nos reporta para o início dos anos 1960.

Fotografia 1- Lavadeiras de roupa no rio Parnaíba (1974)



Fonte: Acervo Paulo Gutemberg. In: TERESINA, 2002, não paginado.
Autor: Colombo Cine Foto Produções.

Do início do século XX a meados dos anos 1970, era comum encontrar às margens dos rios de Teresina lavadeiras, autônomas ou não, que trabalhavam na informalidade para sobreviver. Tal comportamento se explica, *a priori*, pela ausência de um sistema de abastecimento de água extensivo a toda a população; depois, pela incipiente oferta de empregos formais, geralmente em quantidade incompatível com a demanda de mão de obra disponível (CARDOSO NETO, 2017). Assim, essas mulheres passam a dedicar-se a trabalhos braçais, com baixas remunerações e sem qualquer tipo de segurança trabalhista, dada a inexistência de vínculos empregatícios formais.

A fotografia²⁷ 1 ilustra bem uma parte da vivência de dona Otaviana, dona Graciene e dona Efigênia, que têm em comum muito além de uma vivência sofrida que deságua nas águas que margeiam Teresina. Experiências vividas, respectivamente nos anos 1930, 1950 e 1960, mostram muito mais do que a falta de desenvolvimento e aparelhamento urbanístico na cidade ao longo do período em questão. Revelam, sobretudo, como os praticantes anônimos da cidade se movimentavam e ressignificavam os espaços que se integravam às suas práticas cotidianas.

Em uma cidade, os espaços criados e recriados por seus produtores – arquitetos, urbanistas, gestores públicos, médicos, sanitaristas e intelectuais – recebem deles sentidos, funções e significados que delimitam suas formas de uso. No entanto, os sujeitos que consomem a cidade a ressignificam com construções simbólicas, atribuindo características e funções outras àqueles espaços, agora transformados pelas suas produções de sentido (PESAVENTO, 1995). Esses modos distintos de pensar e sentir a cidade ecoam na constituição das diferentes memórias. Isto é, as memórias oficiais, partindo do lugar de quem projeta e propõe a função e o uso dos espaços, irão ressaltar em seu discurso uma cidade em vias de modernização e progresso. Enquanto as memórias não oficiais, sem se preocupar com as intenções reguladoras e motivadoras de criação dos espaços, prospectam sentidos peculiares, que subvertem os sentidos projetados, trazendo à superfície, detalhes da vida cotidiana escondidos pela retórica oficial.

Para dona Otaviana, dona Graciene e dona Efigênia, os rios figuravam como espaços sociais, vividos no contexto da escassez de recursos urbanísticos, da inexistência de postos formais de trabalho e da necessidade de sobreviver. A partir destas experiências, atreladas aos seus processos de significação, estas senhoras, caminhantes de Teresina, engajadas na trama

²⁷ Todas as fotografias apresentadas ao longo deste capítulo foram utilizadas com os participantes da pesquisa, na etapa de fotoentrevista. O objetivo era orientar o diálogo e fornecer mais subsídios para o despertar de lembranças a partir da informação e da representação de universo contidas nas imagens.

do viver na cidade, constroem suas memórias. Contrapondo-se a estas memórias, estão as memórias oficiais que, erguidas na articulação de propósitos divergentes, expressam uma Teresina planejada, desejada e desejável. É neste jogo de interesses e múltiplas percepções que se armam as disputas das memórias. Como exemplo dessa disputa, reproduzimos um trecho do relatório do interventor do Piauí, Leônidas Melo, direcionado ao então presidente da República, Getúlio Vargas. Nele, está escrito:

Tornadas mais fáceis e rápidas as ligações com o interior e com os Estados vizinhos, as correntes de viajantes que se encaminham à capital se multiplicam e se adensam dia a dia. Abrem-se novos logradouros ou se prolongam os existentes, o que requer correlação nos desdobramentos dos serviços de utilidade pública (PIAUI, 1942, p. 43).

A mensagem do interventor do Piauí, que governou de 1935 a 1945, afirma que a população de Teresina crescia num ritmo vertiginoso, graças à construção de estradas que interligavam a capital às demais cidades piauienses, bem como a outros estados da federação. A mensagem ainda aponta para melhorias urbanísticas implementadas na cidade à medida em que crescia o seu contingente populacional. Em verdade, esta cidade moderna, cujo pacote de ações estruturantes alcança igualmente todos os seus habitantes só é visível no discurso oficial.

Há de se reconhecer que, no período identificado pela historiografia brasileira como Estado Novo, Teresina recebeu reformas urbanas condizentes com os anseios da modernidade, provenientes do desejo de instaurar a moralidade através dos conceitos de educação e civilidade, difundidos pelo governo federal e aplicáveis a todas as cidades brasileiras, sobretudo às capitais (NASCIMENTO NETO, 2015). Dentre as mudanças estruturais realizadas em Teresina a partir dos anos 1940, se pode mencionar o alargamento de ruas e avenidas, possibilitando a circulação de um dos maiores símbolos dos novos tempos: o automóvel (NASCIMENTO, 2011). A própria construção de estradas, mencionada na mensagem oficial, se deu em meio a esta política nacional que se concentrou na implantação de uma extensa malha rodoviária. Tais ações colocariam Teresina no entroncamento dos novos acessos terrestres (MONTE, 2017).

Todavia, o poder público não conseguia visualizar as fraturas existentes entre a cidade idealizada e as reais condições existenciais da urbe. Longe do discurso que incorporava os desejos e as expectativas por uma Teresina moderna, havia uma outra Teresina não contemplada no discurso oficial. Uma Teresina compartilhada pela maior parte da população, constituída de outras sociabilidades, dada a desigualdade infraestrutural da capital. Uma Teresina acanhada, de pouco movimento, sem água e sem luz, marcada pelos apitos das

barcas, pelo canto das mulheres às margens dos rios com suas roupas a lavar. Uma Teresina aparente apenas nas memórias vocalizadas nas narrativas dos seus sujeitos consumidores.

Desse modo, a cidade desvela-se como objeto de diferentes discursos, imagens e representações (PESAVENTO, 1995) que partem, igualmente, de diferentes perspectivas de análise. Numa perspectiva macroscópica, a cidade é observada segundo seus aspectos urbanísticos e arquitetônicos, concretos e impessoais, encaixando-se nela os discursos oficiais. Numa perspectiva microscópica, a cidade é percebida no contexto das práticas, dos hábitos, dos costumes, dos comportamentos e das produções de sentidos dos seus atores sociais, consumidores da cidade. Nesse aspecto, cronistas e jornalistas, na qualidade de consumidores da cidade, desempenham um relevante papel no processo de representação de Teresina, ao privilegiar a perspectiva microscópica que lhes permite identificar e apresentar uma realidade ofuscada nos discursos oficiais, confrontando-os, inclusive. É o que faz, por exemplo, Arimathéa Tito Filho²⁸, em sua crônica “Teresina”:

Ainda no alvorecer do século XX e nas proximidades de 50 anos, Teresina não tinha serviço d'água encanada nem luz elétrica: comuns os cargueiros d'água que abasteciam as residências, montados no jumento bisonho, trepado na cangalha gigante. Deliciosos tempos de Teresina doutroira. O astro era o acendedor de lampiões - candeeiros no alto dos postes, queimando querosene. Ao lado do desconforto, da poeira, das raras medidas de higiene, da tuberculose e da sífilis, do casebre de palha, a maledicência generalizada nas rodas de calçadas e nos serenos de bailes (TITO FILHO, 1990, p. 4).

Embora a crônica tenha sido publicada apenas em 1990, ela versa sobre uma Teresina em fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, período ligeiramente posterior ao momento em que fora publicada a mensagem oficial do interventor do Piauí, supracitada. O cronista, que estabeleceu-se em Teresina em 1933 e a viu transitar do provincialismo à almejada modernidade, evidencia em seu texto contrastes em relação à ótica do discurso oficial. Em seu olhar sensível, Teresina aparece como uma cidade carente de investimentos urbanísticos, cuja ausência impõe condições calamitosas à dinâmica do viver urbano.

Tomado pela mesma percepção, o articulista do *Jornal do Comércio*, assim retrata Teresina no ano de seu centenário:

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meios fios, quer onde já passa o calçamento

²⁸ Arimathéa Tito Filho (Barras-PI, 1924 – Teresina-PI, 1992), mudou-se para Teresina aos treze anos de idade e nela exerceu os ofícios de historiador, cronista, jornalista e professor, além de ter presidido a Academia Piauiense de Letras (APL) por mais de duas décadas. Francisco Alcides do Nascimento, pesquisador e pós-doutor em História, arrisca dizer que, dentre todos os renomados cronistas que Teresina já viu, A. Tito Filho foi quem melhor retratou a capital do Piauí. Sua larga produção, hoje é objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, como História, Literatura e Comunicação.

e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar [...] E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha [...] Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspidando de nojo (JORNAL DO COMÉRCIO, 1952, p. 3).

O tempo que separa a mensagem oficial do governo desse artigo são exatos dez anos, interstício no qual fica evidente que o avançar do tempo e a mudança de governo não contribuíram para que Teresina deixasse de conviver com uma série de problemas estruturais. No texto acima, intitulado de “Pobre Teresina”, publicado em 20 de janeiro de 1952, o autor denuncia a ausência de aparelhamento urbanístico de toda ordem: calçamento, serviço de limpeza, serviço de vigilância sanitária e serviço de abastecimento de água, mesmo no centro da cidade, região onde se encontrava situada a maior parte dos logradouros citados pelo autor. Em sua crítica ainda há espaço para preocupações com o olhar do outro que visita Teresina pela primeira vez, além de deixar como mensagem subliminar a má administração pública como possível explicação para o cenário encontrado.

Percebemos que a modernidade em Teresina se relacionava bem mais aos desejos modernizadores do que às transformações experimentadas pela cidade, que, quando aconteciam, ganhavam *status* de propaganda (COSTA, 2009). A Teresina real era representada pelos problemas sociais denunciados pela imprensa e pelos cronistas, ao passo que a Teresina desejada era aquela entoada nos elogios ao desenvolvimento, materializado na abertura de novas ruas, pavimentação de avenidas, construção de novos chafarizes, entre outros.

Em verdade, antes da sua integração a um projeto nacional de desenvolvimento, ocorrido no final dos anos 1960, no movimento que se consagrou como “Milagre Econômico Brasileiro”, Teresina mostrava-se uma cidade insalubre, onde coexistiam a irregularidade ou mesmo a falta de iluminação pública, a falta de canalização de águas, de saneamento básico, de coleta de lixo e redes de esgoto, de calçamento e a presença de um precário sistema de saúde (COSTA, 2009). Nesta cidade, que escapa aos olhares do discurso oficial, a maioria de seus moradores vivia precariamente, refugiados em casas de palha (NASCIMENTO, 2011).

Dona Otaviana, dona Efigênia e dona Graciana sabem bem o que é viver no improvisado e na fragilidade de uma casa de palha, assim como dona Francisca Maria, nossa quarta narradora, nascida em Teresina, nos anos 1940. De origem pobre, elas e suas respectivas famílias viveram boa parte de sua existência nesse tipo de moradia, instaladas em regiões que contornavam os locais por onde a vida urbana se movimentava, se concentrava e

se tornava possível. Estes lugares, que viabilizavam o viver na urbe eram os rios e o centro da cidade, onde existiam, em maior número, equipamentos comunitários como igrejas, escolas e postos de saúde. Lá também habitavam as famílias abastadas, para quem aquelas senhoras prestaram, em algum momento da vida, algum tipo de serviço. Ademais, a deficiência de um sistema de transporte público e a quase inexistência de vias de tráfego para o escoamento do trânsito (MONTE, 2017) também se fizeram decisivos na orientação das regiões a habitar. A cidade caminhava no compasso dos passos de seus moradores.

Em sua formação social, Teresina se compunha, majoritariamente, de pessoas humildes, sobretudo, das que migravam na esperança de nela encontrar oportunidades e melhores condições de vida. Sem recursos financeiros, essas pessoas abrigavam-se em casebres de taipa/pau-a-pique, cobertos com palha de coco babaçu. Tais edificações predominaram na paisagem teresinense até meados dos anos 1970, sendo que, muitas dessas casas nem mesmo eram próprias, o que agravava os problemas de ordem econômica e social vividos por essa grande parcela da população. A esse respeito, dona Otaviana revela:

Comecei morando em casa alugada. Na verdade, passei por muita casa alugada, até que um dia meu padrasto decidiu fazer uma casa pra nós. Todos nós ajudamos a construir essa casa: eu, minha mãe, minha irmã, meu padrasto, a mãe e a filha dele. A casa foi feita com muita dificuldade. A gente carregava palha, pau e cipó da lagoa das pedras, que ficava muito longe de onde nossa casa estava sendo levantada. Mas com toda a dificuldade, a gente enfrentou porque a gente precisava de um lugar pra morar. Quando a gente vivia em casa alugada, às vezes, o dono chegava pedindo o dinheiro. Quando a gente não dava, porque não tinha, ele mandava a gente sair, desocupar a casa (OTAVIANA, 2018).

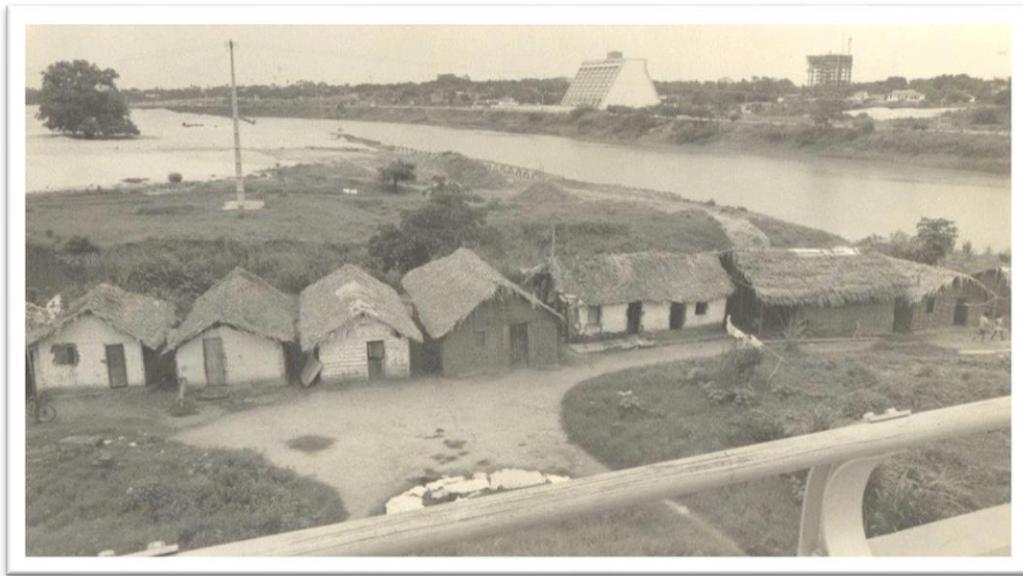
As memórias de dona Otaviana expressam as precárias condições de habitação em que vivia, reflexo da realidade socioeconômica em que estava inserida. Como se não lhe bastasse a falta de segurança e a inexistência absoluta de conforto naquelas frágeis acomodações, a família de dona Otaviana, como tantas outras famílias de baixa renda, sem dispor do mínimo necessário para possuir a própria casa, via-se obrigada a recorrer a casebres de terceiros para se abrigar, pagando pelo uso das deficientes instalações.

Sua fala enfoca também a exclusão social e o constrangimento sofridos quando a família era despejada de casa por falta de pagamento do aluguel. Esse imbróglio atuou como força motriz para a construção da casa própria, ainda que nas mesmas condições de insegurança e insalubridade das habitações anteriores. Sobre o acalantar do sonho da própria casa, Guerra (1993, p. 89) explica que “a busca por um espaço físico é assim, mais uma etapa para a conquista de um espaço social que lhe permita melhores condições de vida”.

Por terem um baixo custo de produção, já que os materiais poderiam ser facilmente

extraídos de regiões com grande incidência de lagoas ou terrenos alagadiços, muito comuns aos arredores de Teresina, a família de dona Otaviana ergueu para si este tipo de construção. Igual situação também era experimentada por muitos outros habitantes de Teresina, dado o nível de pobreza absoluto que acometia a maior parte da população. Na década de 1940, as casas de palha representavam 74,6% do total de habitações da cidade, segundo Moreira (2016).

Fotografia 2 – Casas de palha situadas à margem do rio Poti (Anos 1960).



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Teresina.
Autor desconhecido.

Com a construção de suas casas, os pobres urbanos erguiam também a cidade de Teresina, retratando a partir daquele traçado desproporcional e esteticamente disforme, as mazelas do seu processo de urbanização. O crescimento populacional, intensificado a partir dos anos 1950, leva Teresina a tornar-se cada vez mais urbana e menos rural. Apesar disso, a ausência de políticas habitacionais até a segunda metade do século XX aponta para o caráter secundário que esta agenda ocupava na gestão dos dirigentes da cidade que, embora ainda alimentassem o imaginário de progresso e modernidade, deixavam os pobres cidadãos às livres forças de sua capacidade resiliente para viver a trama urbana.

Em verdade, a elite intelectual, política e social de Teresina acreditava que a capital deveria ser a vitrine do projeto modernizador e por isso mesmo se incomodavam demasiadamente com as feições urbanas que as camadas mais pobres da população conferiam à capital, sobretudo, à região central da cidade, onde os olhos podiam alcançar. Mansões e casebres compunham a paisagem da cidade, que, até meados dos anos 1960, padecia de tristes

condições existenciais e, tão distante estava das fantasias modernas reservadas para ela.

Embora verifiquemos essa disparidade nos modos de apropriação da cidade, o poder público, desde as primeiras décadas da fundação de Teresina, sempre envidou esforços para regular o uso e a apropriação dos espaços da cidade, bem como, normatizar as práticas e condutas do povo teresinense. Para tanto, foram criadas leis e códigos de posturas que abrangiam de hábitos de civilidade à estrutura das edificações, impondo deliberações ou proibições. Dentre as proibições, destacava-se a restrição ao emprego da palha na cobertura de casas, sendo que a primeira das legislações a proibir tal uso data de 1854, com a Resolução nº 391 (MOREIRA, 2016). Desde então, num processo de atualização contínua que tentava acompanhar as transformações experimentadas pela cidade, várias outras iniciativas nesse sentido foram instituídas.

Segundo Nascimento (2015), na primeira metade da década de 1910, o Conselho Municipal de Teresina sancionou a Lei nº 69, cujas proibições referentes ao teto de palha aplicavam-se às edificações erguidas em toda a extensão do perímetro urbano da cidade. Como justificativa, os legisladores alegavam que a palha tinha uma curta vida útil e elevada facilidade de combustão. Porém, como lembra Nascimento (2015), a restrição se referia apenas às construções que imediavam o centro da cidade, área nobre de Teresina, deixando implícito que, nas regiões periféricas e mais afastadas, tais construções eram permitidas.

Evidencia-se assim, que a preocupação do poder público não era com a segurança ou com o bem-estar social (NASCIMENTO, 2015), mas com o desconforto visual trazido pelos intermináveis corredores de casas maltrapilhas que, comprimidas umas às outras, instalavam-se no entorno das principais artérias da cidade, causando sensação de sujeira e desordem. Ao proibir a construção de casas de palha, especificamente na zona central da cidade, o Estado afastava, convenientemente, a pobreza e suas mazelas que não condiziam com o futuro pretensamente modernizador da cidade, legitimando e fomentando um ciclo de segregação social.

À luz das ideias de Berman (1986), podemos afirmar que a modernidade ocorre em meio a um contexto paradoxal, em que, de um lado, emergem avanços ideários e, de outro, problemas sociais. A modernidade provoca mudanças substanciais nas formas de pensar e estas se materializam nas transformações do espaço, que trazem para a sociedade consequências nem sempre favoráveis. Dito de outra forma, a modernidade na perspectiva bermaniana é uma tentativa de lutar contra as miragens reais, apoiando-se numa panaceia utópica de progresso. Esse aspecto é facilmente identificável no processo de modernização de Teresina, onde o crescimento periférico da cidade, provocado pelo crescente êxodo rural,

levou ao desenvolvimento da urbanização e ao adensamento populacional, que não só alteraram a configuração física do espaço, mas trouxeram uma série de problemas sociais para diversos setores da população local.

O projeto modernizador adotado pelos gestores municipais no intuito de dar a Teresina características de complexo urbano passaria por um processo de “higienização” que não seria implementado sem conflito, ainda que este não fosse abertamente declarado (LIMA, 2016; MONTE, 2017). A limpeza da cidade iniciou-se com a arborização de ruas e praças, no entanto faltava estendê-la às casas de palha que comprometiam a estética da cidade e a abertura de novas ruas e avenidas. Procedeu-se então a uma sequência de demolições de casebres de palha localizados nas imediações da Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense²⁹ situada ao centro norte da cidade (NASCIMENTO, 2015). As casas pertenciam aos operários da fábrica e constituíam a primeira favela da cidade (TAVARES, 2003). Sobre esta destruição em massa, Monteiro (1987, p. 285), em sua coletânea de crônicas, faz a seguinte descrição:

Recebendo todo apoio da Fábrica, principalmente do Eng.º Raimundo Arêa Leão, o Dr. Arêa ou o Mundico para os íntimos, seu presidente, promoveu o *bota abaixo* na abertura das ruas Benjamin Constant e Campos Sales, essas no trecho [do bairro] Baixa das Éguas na direção leste para oeste até o muro da fábrica na primeira, e ao rio na última.

O progresso começava, assim, a engolir os espaços oportunizados à população de baixa renda dentro da cidade, alterando substancialmente a dinâmica do seu viver na urbe, representada pelas relações estabelecidas cotidianamente: a proximidade com o local de trabalho, as facilidades de locomoção, a acessibilidade ao centro da cidade e à toda infraestrutura que ele oferecia. As medidas adotadas pelo poder público continham uma dupla finalidade: primeiro, desobstruir a passagem para implantar um sistema viário, seguindo assim os preceitos da modernidade que possuía dentre suas maiores expressões, o transporte automotivo. Segundo, expulsar a população pobre para as áreas mais afastadas, dificultando desse modo, a sua presença frequente na região que representava o cérebro e o coração da cidade (MONTE, 2017).

Com efeito, a organização espacial de Teresina excluía os pobres da zona urbana, sobretudo, da área central da cidade, afastando-os ou remanejando-os para regiões distantes, completamente desprovidas de qualquer presença do Estado. Este, por sua vez, continuava a disseminar seu discurso modernista e segregador, a exemplo do novo Código de Posturas,

²⁹ A Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense foi fundada em 1852, mas entrou em operação em 1853. Funcionou até a década de 1950, representando um grande empreendimento industrial no Piauí. Seus operários, sem condições de deslocamento, passaram a residir em cortiços erguidos por eles nas proximidades da primeira grande fábrica da cidade.

implantado em 1939, com o propósito de preparar Teresina e sua população para as festividades de seu primeiro centenário. No referido documento, as exigências sobre as coberturas das casas não faziam alusão direta à palha, mas determinavam que materiais impermeáveis, imputrescíveis, maus condutores de calor, incombustíveis e resistentes a agentes atmosféricos fossem utilizados. A palha não atendia a nenhum destes requisitos, logo seu uso para estes fins deveria ser descartado (NASCIMENTO, 2015; MOREIRA, 2016).

O mesmo documento ainda dispõe sobre as condições em que as casas populares deveriam ser erguidas: “na zona suburbana, a uma distância nunca inferior a cem (100) metros da zona urbana, e na zona rural será permitida a construção de casas populares de um só pavimento [...]” (TERESINA, 1939 apud NASCIMENTO, 2015, p. 224-225). Com isso, ganha força a ideia de que o poder público buscava realizar uma grande limpeza na cidade (NASCIMENTO, 2015), que, planejada sob o signo do progresso e da civilização, revelava gradativamente uma outra face: a pobreza, que as elites buscavam a todo custo mascarar.

Apesar das proibições expressas, a população carente, sem recursos para realizar o sonho de uma confortável e segura residência, continuava a erguer e a abrigar-se nas frágeis construções de pau-a-pique. Com as elevadas temperaturas registradas em Teresina, sobretudo no período de estiagem, compreendido entre setembro e novembro, somadas à própria condição de vulnerabilidade destas habitações – onde as faíscas de uma lamparina acesa ou as chamas de um fogão à lenha representavam potenciais dispositivos inflamáveis – os incêndios na cidade tornaram-se comuns, atingindo e destruindo completamente as casas de palha, provocando, por vezes, vítimas fatais (NASCIMENTO, 2015).

Seu Jerônimo, nascido no final dos anos 1920, na cidade de Buriti dos Lopes, a 301 quilômetros ao norte de Teresina, mudou-se com a família para a capital no início de sua adolescência, por volta de 1940. Motivada por razões profissionais vinculadas à carreira de seu pai, a mudança para Teresina possibilitou a seu Jerônimo experienciar episódios marcantes da história da cidade, como os incêndios ocorridos nos anos 1940, que devoraram centenas de casas de palha, causando angústia e inquietação, transformando a região central e seus arredores numa grande e triste fogueira.

Filho de um militar e de uma dona de casa, seu Jerônimo vivia em condições minimamente melhores do que nossas demais personagens. A casa comprada por seu pai no centro-sul de Teresina possuía paredes de alvenaria e teto de telha e era grande o suficiente para acomodar confortavelmente toda a família. De tão grande, a casa foi dividida em duas: numa, a família residia enquanto a outra servia-lhes como fonte de renda complementar, com a cobrança de aluguel pelo seu uso. Essa morada, situada no centro da cidade, permitiu que

seu Jerônimo assistisse com seus próprios olhos, como ele mesmo faz questão de enfatizar, às cenas de horror que viveram os moradores das casas de palha, localizadas na região central de Teresina. A este respeito, seu Jerônimo comenta:

Eu me lembro que, às vezes, tinha incêndio que queimavam o setor todinho, sabe? O setor de casas. Não conheci ninguém que morava ali, mas eu me lembro que aconteceu. Naquela época não existia bombeiro não e quem apagava o fogo era aquela guarda de farda verde. A população também ajudava. Eu nunca me envolvi diretamente, mas indiretamente sim. Estudava nessa época na Escola Industrial e lá a gente fazia uns depósitos grandes de zinco pra colocar água, dava pra essas pessoas, era o que me aliviava. As pessoas que perdiam suas casas, perdiam tudo que tinham. Era muita tristeza. Eu vi todo esse sofrimento com esses olhos aqui e ficava comovido com tudo que se passava (JERÔNIMO, 2018).

A narrativa de seu Jerônimo revela que os incêndios se davam em grandes proporções, alastrando-se por várias casas de uma única vez. A solidariedade popular também se verifica no combate aos incêndios. Ao falar que ajudava indiretamente os que perdiam suas casas para o fogo, seu Jerônimo expressa o sentimento de compaixão que movia a população numa corrente de esforços conjuntos em favor dos atingidos. Nascimento (2015) afirma que, ao soar dos sinos das igrejas e das cornetas dos quartéis, os alunos de escolas públicas e privadas eram liberados para ajudar no socorro às vítimas. Ajuda que, como no caso de seu Jerônimo, ia além do prestar assistência no momento crucial, abrangendo a criação de mecanismos que viabilizassem o agir dessa população no momento do perigo, dada a ausência de um corpo de bombeiros que pudesse combater eficientemente os incêndios, evitando desastres ainda maiores.

A historiografia piauiense³⁰ mostra que até meados dos anos 1940, o conjunto de segurança pública do Estado era formado pela Força Policial do Estado, criada em 1835; Polícia Civil, fundada em 1841, e Guarda Civil, estabelecida em 1931 (NASCIMENTO, 2015), a qual tinha como principal função realizar o controle policial da capital. A seu respeito, o interventor federal, Leônidas Melo, afirmou: “vem sendo fator de indiscutível influência na vigilância de nossa capital. Merece atenção elogiosa a atitude desses dedicados policiais por ocasião dos incêndios [...] quando mostraram coragem, valor e grande compreensão de suas responsabilidades” (DIÁRIO OFICIAL, 1942, p. 2-3, apud NASCIMENTO, 2015, p. 102). A fala do interventor e o relato de seu Jerônimo, ao se referir ao combate dos incêndios praticados por guardas de farda verde, nos levam a concluir que tratava-se da Guarda Civil de Teresina. O Corpo de Bombeiros no Piauí é fundado apenas em

³⁰ Laécio Barros Dias e Aelson Barros Dias, autores do livro **A história da Polícia Militar do Piauí**, bem como, Francisco Alcides do Nascimento, em sua obra, **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**, são alguns dos autores que discorrem sobre a estrutura policial em Teresina na primeira metade do século XX.

julho de 1944 e inicialmente era uma seção da Força Policial do Estado, atual Polícia Militar. O desmembramento das corporações só ocorre em 2002, por força da Lei nº 5.276.

Embora o discurso oficial direcione-se à Guarda Civil com respeito e enaltecimento, conferindo-lhe o devido reconhecimento por sua atuação frente aos incêndios que assolavam os pobres da cidade, Nascimento (2015), em seus estudos sobre a onda catastrófica de incêndios ocorridos em Teresina no contexto do seu processo de modernização, defende a tese de que tais eventos não foram ocasionados simplesmente pela força dos fenômenos naturais ou práticas negligentes dos moradores das casas de palha, visto que, nas regiões mais afastadas da cidade e na zona rural, as habitações se revestiam dos mesmos materiais e os dispositivos inflamáveis, como lamparinas alimentadas a querosene e fogões a lenha, também estavam presentes, entretanto, incêndios não ocorriam na mesma frequência e proporção em que se registravam nas regiões centrais da cidade. Fundava-se, assim, a concepção de que os incêndios configuravam-se como atentados criminosos praticados pela polícia, com assentimento do poder público³¹. A respeito desses incidentes, o poeta e cronista H. Dobal escreveu:

Em todos estes [...] casebres de palha, vivia uma humanidade muito pobre e em todos eles existe uma quantidade espantosa de crianças e cachorros. Foram eles que, há alguns anos, levaram a cidade às manchetes de jornais do País, quando suas casas de palha, com cêrcas de buriti, eram queimadas criminosamente e misteriosamente. Os incêndios consumiam muitas casas de cada vez, dez, vinte, e trazia a população presa de indizível inquietude e angústia, aumentadas pelo terror e as violências policiais. Foi uma época triste e o assunto nunca foi resolvido. Se foi o resultado não chegou ao público. Poucas pessoas morriam no fogo mas a pobreza aumentava muito (DOBAL, [19--], não paginado).

O modo como viviam os cidadãos pobres, sem cultura e sem educação, provocava na elite teresinense um tal sentimento de desprezo e rejeição, que a fazia empreender esforços no intuito de arremessar para fora da área valorizada, estas pessoas indesejáveis. A ideia de modernidade, portanto, não se limitava aos aspectos físicos da cidade, mas perpassava igualmente pelo processo de civilização do povo (RESENDE, 1997). Nesse sentido, as ações dos gestores públicos visavam imprimir melhorias à infraestrutura de Teresina, mas, ao mesmo tempo, incluíam a regulação dos hábitos e costumes dos cidadãos. Tal concepção de modernidade provocou um cenário de segregação socioespacial no qual se desenhavam as disputas pelos espaços da cidade: de um lado, figuravam seus agentes produtores e, de outro, seus agentes consumidores, cujos interesses, necessidades e modos de pensar e significar a

³¹ Não é nosso foco aprofundarmos na questão da autoria dos incêndios ocorridos em Teresina, mas para maiores esclarecimentos sugerimos ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

cidade divergiam consideravelmente.

Aterrorizados pelos incêndios criminosos e cientes de que o poder público os queria longe do centro da cidade, os pobres urbanos de Teresina se afastaram da preciosa região, procurando instalar-se em zonas mais distantes, sem condições mínimas de habitabilidade, dada a ausência de qualquer aporte estrutural. Do mesmo modo, os migrantes oriundos do interior do estado, sem recursos e sem apoio, buscavam ocupar estoques de terras que viabilizassem o seu projeto de viver na urbe. Algumas destas áreas foram habitadas mediante planejamento do poder público municipal e estadual, a exemplo dos bairros situados à zona norte da capital, com a criação das vilas operárias. Outras áreas foram povoadas espontaneamente, sem que a administração pública intervisse na criação desses novos espaços (MONTE, 2017; NASCIMENTO NETO, 2015). É o caso dos primeiros bairros da zona sul de Teresina.

O bairro Piçarra é o mais antigo dos bairros situados na região sul da capital. Povoadado espontaneamente durante as quatro primeiras décadas do século XX, foi habitado antes mesmo de ser nomeado, fato igualmente acontecido com o bairro Vermelha, cujo povoamento se deu em caráter voluntário ao longo da década de 1940. Juntos, esses dois bairros foram os precursores da expansão de Teresina ao sul. A população que ali se instalava era composta, predominantemente, pelos migrantes e pelos desalojados, cujas casas haviam sido destruídas nos inúmeros incêndios ocorridos em Teresina (NASCIMENTO NETO, 2015). Por caracterizar-se como uma população de baixo poder econômico, as casas ali construídas tinham as mesmas configurações das casas populares erguidas no centro da cidade. Dona Efigênia habitou o bairro Piçarra por um longo período de sua vida e reportando-se à sua mocidade, vivida no despontar dos anos 1960, relata:

Eu morei na Piçarra muito tempo. Primeiro na avenida Odilon Araújo, depois na avenida Abdias Neves. De primeiro, minha casa tinha as paredes de taipa e o teto era de palha. Também não tinha luz. A gente usava lamparina e eu, que sempre costurei desde pequena, ficava forçando a vista, tentando enxergar sob aquela luz. Depois conseguimos reformar a casa, colocando as paredes de tijolos e o teto de telha e a luz foi o meu tio Geraldo, tenente do Exército, que colocou na nossa casa. Ele mandou colocar a água e a luz (EFIGÊNCIA, 2018).

Sob o olhar sensível de seus caminhantes, a Teresina que emerge dos relatos, mais uma vez, se mostra destituída de estrutura adequada para acolher qualitativamente seus moradores. A falta de assistência do poder público, ocasionada, em parte, pela crise

econômica³² que assolava o estado desde o final dos anos 1950, se refletia no aspecto urbanístico da capital, expresso nas péssimas condições de vida que levava a população: faltava-lhes água encanada, luz elétrica, calçamento, saneamento e moradias dignas para a maior parte dos habitantes da cidade. Mesmo no centro de Teresina, nas habitações de alvenaria mais modestas, como na casa em que residia seu Jerônimo e sua família, não havia água encanada ou luz elétrica, e as lamparinas e carburetos iluminavam a residência quando a noite chegava. O serviço de canalização de água e a instalação da rede elétrica na residência da família de seu Jerônimo só foi possível graças à disponibilidade orçamentária de seu pai, que arcou com todos os custos das benfeitorias (JERÔNIMO, 2018). Assim, a cidade desejada, novamente, pairava no campo da ilusão. A cidade real apresentava faces não imaginadas, tão pouco, sonhadas (NASCIMENTO; MONTE, 2009).

Dona Francisca Maria, que nasceu no bairro Vermelha, detém uma experiência de vida que se relaciona a diversas regiões da cidade de Teresina. Em sua trajetória pessoal, além do bairro Vermelha, estão presentes os bairros Tabuleta, São Pedro, Areias, Macaúba, Monte Castelo e Promorar, todos situados à zona sul da capital, cujos períodos de formação datam da década de 1940 à década de 1980. Excetuando-se o bairro Promorar, todos os outros apresentavam configurações físicas semelhantes em muitos aspectos: das edificações rudimentares, com casas cobertas de palha, à ausência de um aparelhamento urbanístico capaz de proporcionar à população do bairro uma vida com qualidade.

Embasada em sua experiência, dona Francisca Maria reitera as dificuldades ressaltadas por dona Efigênia ao informar que “a maioria das casas onde morei eram de taipa e palha. Na maior parte dos locais, as ruas não tinham calçamento, mesmo assim, havia muita gente morando ali. Não era só eu, a minha família e a nossa casa. Tinha muitas outras pessoas vivendo ali, pertinho de nós” (FRANCISCA MARIA, 2018). Com esta fala, dona Francisca Maria ratifica que o processo de expansão urbana de Teresina, sobretudo na direção sul, ocorreu de forma progressiva e indiscriminada, antes mesmo das ações desenvolvimentistas do Estado. Na maior parte dos bairros de Teresina, cuja ocupação se deu em caráter espontâneo, a infraestrutura veio depois. No princípio, havia somente estradas de areia e nenhum outro equipamento infraestrutural que caracterizasse estas áreas como espaços urbanos, mas, apesar disto, muitas famílias procuraram abrigar-se ali.

³² A crise econômica enfrentada pelo Piauí a partir dos anos 1950 decorre da desvalorização dos seus principais produtos de exportação: o coco babaçu, a borracha de maniçoba e a cera de carnaúba. Agravada pelo fracasso na implementação de um sistema industrial capaz de substituir o ciclo extrativista, a crise provocou um desequilíbrio nas receitas do Estado que, sem recursos públicos, não conseguiu adotar políticas urbanísticas na cidade, que padecia em meio à precariedade de sua estrutura física (MONTE, 2017).

O discurso de dona Graciene vem consolidar essas percepções. Moradora da zona sul durante grande parte de sua vida, dona Graciene residiu no bairro Piçarra até mudar-se para o bairro Monte Castelo, no início dos anos 1960. Sobre sua experiência, ela afirma:

A gente morava na Piçarra, na rua Taumaturgo de Azevedo. E naquele tempo não tinha calçamento, era tudo barro. Nossa casa era de taipa e palha e tinha várias outras casas ao redor. A casa não era nossa, era alugada. Moramos lá até os meus 15 anos, foi quando meu pai conseguiu um terreno na antiga estande de tiro e fez uma casinha pra nós. Ele vendeu uma bicicleta e construiu a casinha de taipa, feita com talo de buriti e o teto de palha e logo nós passamos pra dentro. Era o bairro Monte Castelo. Lá tudo era mata e ninguém queria morar ali (GRACIENE, 2018).

Segundo Viana (2005), o bairro Monte Castelo foi entregue à população como empreendimento habitacional em 1967, contendo 32 casas populares. A área ocupada pelo bairro pertencia à Polícia Militar e foi comprada pela prefeitura de Teresina com o objetivo de realizar a construção de um conjunto de casas populares destinado aos ex-pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Todavia, em seu depoimento, dona Graciene evidencia que sua fixação no referido bairro aconteceu quando a região ainda se caracterizava pela presença de largas extensões de terra inabitada, assemelhando-se ao aspecto da paisagem rural, cercada por matas e pouca densidade populacional.

Como mostra o mapa 1, o espaço urbano de Teresina foi ampliando suas fronteiras desde os anos de 1900, com o surgimento de novas zonas habitadas. Muitas destas áreas têm a sua ocupação anterior às demarcações e intervenções do Estado (ARAÚJO, 2009), que inicia a elaboração de projetos, definindo o uso do solo urbano, a partir dos anos 1960, numa corrente de ações integradas pela modernização das cidades e capitais brasileiras.

espraiamento da cidade, para além do seu traçado original. Dentre os conjuntos de habitações populares mais expressivos numericamente, destacam-se o Parque Piauí (1968), com 2.294 habitações; o Dirceu Arcoverde (1977), com 3.040 unidades; o Saci (1979), com 2.034 casas; o Promorar (1982), abrigando cerca de 2.000 famílias³³ que viviam em áreas irregulares, e o Mocambinho (1982), ofertando 5.139 casas à população de baixa renda (SILVA; SILVA; VIEIRA, 2017; LIMA FILHO, 2014; TERESINA, 2018).

A construção dos grandes conjuntos habitacionais se prolongou até a década de 1980 e provocou grandes transformações na paisagem da cidade e nos modos de vida urbanos, desencadeando a chegada de equipamentos urbanísticos de primeira ordem: pavimentação, regularidade na distribuição de água e energia elétrica, implantação dos serviços de esgoto e coleta de lixo, ainda que oferecidos num volume incompatível com a demanda, *a priori*. As casas construídas nesse sistema eram de baixo padrão, porém dispunham de uma estrutura mais resistente e segura do que as habitações populares erguidas até então. Diferente das casas de palha, as novas casas populares eram feitas com estrutura de alvenaria e teto de telha, como mostra a fotografia 3.

Fotografia 3 – Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde (1979)



Fonte: GUTEMBERG, 2017, p. 211.

Autor: Guilherme Müller

Dona Francisca Maria foi uma das contempladas com a política habitacional

³³ Nas pesquisas realizadas não encontramos a quantidade de unidades residenciais entregues, sendo identificada apenas a quantidade de famílias atendidas.

implantada em Teresina. Nos anos 1980, ela recebeu sua casa no bairro Promorar e sobre isto, relembra: “A casa do Promorar eu já recebi foi pronta, sem precisar fazer nada” (FRANCISCA MARIA, 2018). Em sua fala é possível notar que a nova casa, ainda que dotada de uma estrutura simples, representava a conquista de um espaço seguro, apto a acolhê-la de forma afetuosa enquanto ela se envolvia com as lutas do cotidiano. Nesse contexto, a casa simboliza um refúgio acolhedor enquanto seus habitantes estão engajados na trama do viver na cidade.

Em verdade, todos nós construímos com a casa em que moramos uma relação de afeto, pois é entre suas paredes que experienciamos a vida em família, o lazer e o descanso sob o aconchego e a proteção desta construção social chamada lar. Em seu estudo sobre as imagens poéticas que construímos acerca dos “espaços amados”, Bachelard (1993) se reporta à casa e às lembranças que dela emanam, afirmando que

A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. [...] Sem ela o homem seria um disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. [...] Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando na nova casa retornam as lembranças das antigas moradas (BACHELARD, 1993, p. 25-26).

A casa marca a vida das pessoas e, por tal relevância, se torna um lugar de memória. Ela abriga momentos de alegria ou de dor e por essa razão “é uma presença constante nas autobiografias” (BOSI, 1994, p. 435). O vínculo de afeto estabelecido com a casa, a partir do qual se alimenta o desejo de para ela voltar, se revelou nos depoimentos de todos os entrevistados, com exceção de dona Graciana, para quem a casa já não representava um ambiente seguro, dado o risco que corria vivendo na companhia do irmão, um dependente químico das drogas. Interessante é notar que à mesma vulnerabilidade, dona Francisca Maria estava exposta na casa do Promorar, na vivência compartilhada com o filho, também dependente químico. Entretanto, seus modos de significar sua casa diferem totalmente das produções de sentido elaboradas por dona Graciana. Contudo, há de se registrar que a informação sobre as condições de insegurança em que vivia dona Francisca Maria não foi relatada por ela em seu discurso, mas conhecida por nós em diálogos realizados com a assistente social do abrigo onde esta pesquisa se desenvolveu.

Com a omissão desta informação, dona Francisca Maria evidencia o que deseja e o que não deseja perpetuar na história de sua vida. Suas produções de sentido acerca da sua casa não fazem referência à violência doméstica sofrida; pelo contrário, enfatizam a sua intenção

de para lá regressar: “Eu não moro aqui não [no Abrigo São Lucas]. Estou passando uns dias, mas minha casa é no Promorar e pra lá eu vou voltar” (FRANCISCA MARIA, 2018).

A casa delinea a construção da identidade e referências de pertencimento do sujeito, inserindo-o em um lugar no espaço e também no esteio de um determinado grupo social. Por mais que a casa também seja palco de experiências traumáticas, ela ainda é o lugar onde o sujeito se reconhece, se encontra como ser, se sente amparado e protegido das perturbações do mundo e das suas próprias. É o refúgio da alma. Seu Jerônimo reitera esse sentimento quando diz: “Já estou com dez anos aqui [no Abrigo São Lucas], mas eu vou voltar pra minha casa” (JERÔNIMO, 2018). Dona Efigênia, ao final da nossa primeira entrevista, surpreende-me questionando: “Como eu faço pra voltar pra minha casa? Eu preciso ir pra lá porque preciso cuidar das minhas coisas, fazer minhas costuras, sei que deve estar tudo jogado lá” (EFIGÊNIA, 2018). Dona Otaviana, ressaltando a importância da casa na sua vida, diz: “Na minha casa, eu tinha tudo: meu fogão, minha geladeira, minhas panelas pra fazer comida, minhas plantas pra fazer remédio, meu filtro de filtrar a água do rio Parnaíba, eu tinha tudo que eu precisava pra viver” (OTAVIANA, 2018).

Ao narrar, o sujeito fala de si, das suas experiências, dos seus sentimentos, das suas expectativas e projeções, por isso, no processo de análise do discurso, as formações imaginárias não podem ser desprezadas, pois elas representam a imagem que o sujeito constrói de si mesmo diante do mundo, sendo o lugar a partir do qual ele se projeta dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2015). Em todas as falas dos nossos entrevistados, excetuando-se a de dona Graciana, foi demonstrado muito mais do que o desejo em regressar aos seus lares. Eles afirmaram que retomarão as vidas que lá deixaram. Quando seu Jerônimo e dona Francisca Maria declaram que voltarão para suas casas, ou quando dona Efigênia fala que precisa retornar à sua residência para costurar para os seus clientes, ou ainda quando dona Otaviana reporta-se ao filtro no qual ela armazenava a água que colhia no rio Parnaíba, eles falam da posição de quem acredita que resgatará a sua vida sob as mesmas feições de outrora. E é isso que importa no discurso. Isolados os aspectos de fragilidade física em que se encontravam, condição que os impossibilitaria de realizar seu projeto mais desejável, analisamos suas produções de sentidos conforme os preceitos da análise do discurso³⁴, levando em consideração as projeções imaginárias de eles produziam.

Dona Graciana, embora reconhecendo o perigo iminente que o viver em sua casa lhe

³⁴ Para proceder à análise do discurso, tomamos como parâmetro a teoria expressa pelo francês Michel Pêcheux que focaliza as produções de sentido associadas a um contexto ideológico e histórico-social, recursos que compõem o que autor chamou de condições de produção.

traria, fala desta com nostalgia: “eu tenho saudade, sabia?” (GRACIENA, 2018). O retrato da casa elaborado segundo as memórias dos nossos entrevistados, nos leva a entendê-la como o ponto mais íntimo e nuclear de suas vidas. O desejo de regressar a estes espaços se explica no entendimento de que eles representam a extensão de suas próprias existências. Na casa, se cavam intimidades e acumulam-se experiências que permitem também significar a realidade fora dali.

5.2 HISTÓRIAS DE UM TEMPO QUE NÃO ACABA, PARTE 2: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES EM TERESINA

Enquanto a casa é uma extensão do ser, a cidade é uma extensão da casa, conseqüentemente, suas representações também estarão repletas de subjetividades.

No percurso de constituição de identidades com a cidade, o lazer, vivenciado nos seus espaços públicos, surge como uma forma de significá-la e com ela se relacionar. As praças, o cinema, o teatro, os clubes, as igrejas, os rios aparecem nas narrativas dos entrevistados como espaços consumidos por eles na busca pelo aprazível, depois de se desembaraçarem das obrigações cotidianas. Em seus relatos, a cidade aparece revestida de dicotomias: a cidade que ora excluía, dispensando tratamento desigual aos seus habitantes é a mesma que oferece, democraticamente, oportunidades e possibilidades de experiências comuns. A cidade é, portanto, este lugar que altera significativamente os modos de viver de seus habitantes, em todos os sentidos, segregando e reunindo as diferentes parcelas da sociedade em torno de práticas sociais universais.

Reduto de todas as camadas populacionais teresinenses, a praça Pedro II, situada no centro da cidade, foi muito frequentada por dona Efigênia e dona Francisca Maria nos anos 1960, alvorecer de suas respectivas mocidades. Cercada pelo principal teatro da cidade, o 4 de Setembro e pelo Cine Rex, o mais famoso dos cinemas de Teresina, a praça Pedro II apresentava uma vocação natural para o desenvolvimento de atividades voltadas para a arte, o lazer e o turismo, desempenhando um papel especial no contexto de sociabilidades praticadas pela população da cidade. Dona Efigênia revela que costumava explorar a praça enquanto aguardava a próxima sessão de cinema e sobre esta forma de entretenimento, ela nos conta:

Assisti muito filme no Teatro 4 de Setembro. No Cine Rex também, mas eu preferia mesmo era o teatro. A entrada não era muito cara e eu mesma pagava porque eu já trabalhava de costureira e ganhava meus trocadinhos. Quando eu chegava cedo, ficava nas cadeiras de baixo que eram as mais procuradas. Em cima, só ficava quando chegava tarde e só tinha vaga lá. Além dos filmes, eu assisti também as

apresentações dos artistas que vinham de fora. Ângela Maria, Orlando Dias e Nelson Gonçalves eu conheci foi lá (EFIGÊNIA, 2018).

O Teatro 4 de Setembro, durante um longo período de sua trajetória, exibiu filmes face à inexistência de locais apropriados para esta atividade. Segundo Lima (2002), os primeiros cinemas da capital funcionavam improvisadamente em casas particulares ou adaptadas. É o caso do Cine Royal, fundado em meados dos anos 1920, um dos pioneiros na atividade de exibição cinematográfica em Teresina. Segundo Monteiro (1988), o Cine Royal foi

O primeiro estabelecimento para recreação dos teresinenses [...]. A instalação era num galpão no interior do quarteirão de frente para a Praça Rio Branco e a entrada era pela Rua dos Negros (atual Elizeu Martins). Havia dois planos, um superior em volta do inferior, em ambos os assentos, ou bancos fixos, de tábuas pregadas sobre esteios e sem encosto. Na frente, sob a tela, ficava a dupla de músicos, D. Maroca que tocava o piano, depois que terminava a venda dos bilhetes, e o Sr. Cazuza que solava no violino. Como abertura, enquanto a sua parceira atendia os frequentadores na bilheteria, o violinista entretia a plateia com as melodias. Para mim, garoto, tudo aquilo era lindo. Ia cedo me sentar nos bancos duros somente pelo prazer de ouvir o violino a princípio e mais que isso, não perder o *número do seriado* (MONTEIRO, 1988, p. 397 – 398, grifo do autor).

O Cine Royal juntamente com o Cine-Teatro Olympia, entregue ao público em 1927, encantavam o público exibindo o cinema mudo. Somente em 1933 é que o cinema falado chega a Teresina, com a exibição do filme *Doce como Mel*, no Teatro 4 de Setembro. A novidade provocou uma mudança no comportamento da sociedade que, encantada com a atmosfera visual e sensorial agora oferecida, abandona as salas tradicionais de cinema mudo, passando a privilegiar o cinema falado do Teatro 4 de Setembro (LIMA, 2002). Segundo o cronista José Ribamar Garcia, as sessões no teatro eram muito disputadas e aconteciam em três horários distintos, com cada um dispondo de um público diferente. Além desta atividade, o teatro foi palco para espetáculos artísticos, palestras e programas de auditório.

Apesar do número de salas para exibição cinematográfica, relativamente considerável para uma cidade que principiava nas experiências modernas, os investimentos no setor só apareceriam no final dos anos 1930, com a inauguração do Cine Rex, ovacionado por apresentar-se como uma casa de espetáculos devidamente adequada para a reprodução de filmes. Inaugurado em 1939, o Cine Rex funcionou por 65 anos, entrando para a história como o cinema de rua de maior longevidade no Brasil. Em 1941 foi aberto o Cine São Luís e, em 1967, um novo Cine Royal, bem mais requintado do que o seu homônimo, com poltronas acolchoadas, tela panorâmica e ar refrigerado (VASCONCELOS, 2016). Contudo, o Teatro 4 de Setembro, conforme apontam os relatos de nossas entrevistadas, continuou a atuar como cinema, permanecendo na preferência dos teresinenses.

Assim como dona Efigênia, dona Francisca Maria vivenciou práticas de sociabilidades onde o cinema apresentava-se como principal foco de entretenimento. Em sua história de vida, o Teatro 4 de Setembro e a praça Pedro II figuram como espaços consumidos por ela em seu tempo livre, experiência sobre a qual ela relata:

Frequentei demais a praça Pedro II. Fui muitas vezes assistir filme no Teatro 4 de Setembro. Não ia mais porque eu pagava a entrada com dinheiro que meu pai me dava, então era só de vez em quando. Mas eu gostava. O teatro estava sempre lotado, mas não havia tanta fila pra entrar. As pessoas chegavam, entravam e sentavam. Às vezes eu ficava na parte de baixo do teatro, outras vezes, na parte de cima (FRANCISCA MARIA, 2018).

O desejo de imprimir em Teresina ares de modernidade ultrapassava o domínio de sua configuração física, abrangendo também a regulação dos hábitos, costumes e práticas de seu povo. No afã de enquadrá-la sob o conceito de cidade moderna, seus produtores passaram a investir na valorização dos espaços públicos, criando novas formas de lazer. Neste contexto, o cinema surge como expressão máxima da modernidade, uma vez que a concepção de modernidade também vincula-se às mudanças ocorridas na experiência subjetiva.

Assim, a partir dos anos 1940, o cinema passou a ser a principal diversão do teresinense e, como fenômeno urbano, assumiu múltiplas funções que iam desde tornar-se partícipe da paisagem citadina, perpassando pelo estímulo à prática de *happy hour* até figurar como descanso ou fuga do trabalho doméstico para as mulheres, que viviam no limite da vida privada. A propósito, em seus estudos sobre a condição feminina na primeira república, Castelo Branco (2005), afirma que, em Teresina, as mulheres compunham a maior parte do público expectador de cinema. Ainda conforme o autor, os ingressos comercializados também eram relativamente baratos, o que fazia do cinema uma atração alcançável até mesmo à população mais pobre. Por isso, era comum encontrar nesses espaços, pessoas da elite convivendo lado a lado com aqueles mais carentes de recursos financeiros.

Fotografia 4 – Praça Pedro II com Teatro 4 de Setembro ao fundo (Anos 1960).



Fonte: GUTEMBERG, 2017, p. 137.

Autor: Guilherme Müller.

A cultura da modernidade incide ainda sobre outros espaços públicos e outras práticas sociais. Segundo Castelo Branco (2005), vão ganhando novas feições as praças, o carnaval e as competições esportivas, com destaque para o futebol.

Até o início do século XX, Teresina era uma cidade desprovida de locais favoráveis à prática de lazer e ao passeio público (LIMA, 2010), visto que suas praças eram descampadas e pouco arborizadas, não apresentando nenhum aspecto estético atrativo. As práticas de sociabilidade se davam em ambientes essencialmente privativos, representados pelas residências das pessoas. A partir de 1915, os passeios públicos são revitalizados e passam a proporcionar novas formas de relação social: o caminhar descontraído das famílias, o encontro casual de amigos, o flerte dos casais enamorados e o desfilar das moças trajando a última tendência da moda, para deleite dos admiradores (LIMA, 2010).

Por propiciar todas estas atividades, a praça Pedro II era o local eleito por senhoras e senhores, moças e rapazes para a prática de tais sociabilidades. Às quintas-feiras e aos domingos a praça era tomada pela música da banda da Polícia Militar, que a todos envolvia e divertia com suas marchinhas e dobrados. A disposição física da praça, no entanto, estimulava um *apartheid* socioespacial. Dividida entre dois níveis, um superior e outro inferior, a praça

sugeria a coexistência de dois mundos paralelos: o primeiro, representado pela praça de baixo, mais bem iluminada e frequentada pela elite da cidade; o segundo, referia-se à praça de cima, com menor luminosidade e sendo intensamente frequentada pelas camadas populares, que faziam dali um divertimento à parte (LIMA, 2011). Enfatizando estas impressões, Garcia afirma que

Ela era dividida em dois planos. No superior, com iluminação fraca, ficava o coreto, onde a banda da Polícia Militar executava chorosos dobrados, cujo quartel central localizava-se defronte. Era a parte preferida por soldados e empregadas domésticas que namoravam nos bancos semiescondidos pelos canteiros de plantas. Só dava curicas naquele pedaço, como diziam as moças de família, referindo-se às empregadas domésticas. Na parte inferior haviam os tanques, enfeitados por garças e algas marinhas. E o desfile em roda. Moças de um lado, andando em círculo, e os rapazes de outro, em sentido contrário. Ou então, eles ficavam parados, paquerando as meninas que passavam, geralmente em dupla, de risinhos, cochichos e lançando olhares convidativos. Para alguns, a parte de cima era melhor, tinha futuro porque o namoro começava na hora e já avançado – sem inibição e preconceito (GARCIA, 2008, p. 51).

Seu Jerônimo, que também frequentou a praça Pedro II em sua mocidade, ao longo dos anos 1940, reforça todas as declarações do cronista e nos conta o que lembra dos momentos vividos ali:

Eu ia à praça Pedro II pra namorar. Lá, tinha a praça de baixo e a praça de cima, essa conhecida como “praça das curicas”. Curicas eram as garotas que trabalhavam em casa de família e cuidavam das crianças. Quando eu ia pra lá, ficava variando entre a praça de cima e a praça de baixo, mas gostava mesmo da praça de cima, lá era mais fácil arranjar namorada (JERÔNIMO, 2018).

A parte de cima, era pois, ocupada principalmente pelas empregadas domésticas e moças da periferia, sendo também a preferida dos rapazes em geral, que se entregavam aos encantos das garotas que por ali circulavam. Enquanto isso, no outro universo da praça, as moças da aristocracia procuravam não se misturar e, ao toque da corneta da Polícia Militar, disparada rigorosamente às 21h, evadiam-se do local.

Fotografia 5 – Praça Pedro II (Final dos anos 1940).



Fonte: GUTEMBERG, 2017, p. 135.

Autor: Guilherme Müller.

Na fotografia 5, podemos verificar claramente a existência destes dois espaços, tão recorrentes nas diferentes narrativas. Eles surgem entremeados por uma rua diagonal e pelas balaustradas de proteção. O registro data do final dos anos 1940, mas a praça se mantém com estas configurações até meados dos anos 1970, quando sofre uma profunda transformação que descaracteriza completamente a proposta paisagística aqui retratada. Questionadas sobre em qual dos espaços nossas entrevistadas preferiam ficar, obtivemos respostas diferentes. Dona Efigênia (2018) afirma que: “eu ficava mais em cima, mas não era curica não [risos]”. Já dona Francisca Maria (2018) revela que: “gostava mais da parte de baixo”. Apesar das divisões estruturais e simbólicas que separavam ostensivamente ricos e pobres, elas não eram estanques ou rigorosas ao ponto de não permitirem o movimento de interpenetração que oportunizava a todos o consumo da praça. Contudo, em linhas gerais, a segregação socioespacial existia e, sem se darem conta dela, nossas entrevistadas seguiam seus percursos despreziosos rumo à descontração que lhes proporcionava uma fuga do limite privado.

Outras praças de Teresina também permeiam a história de vida de nossos entrevistados, como é o caso da praça Rio Branco, muito frequentada por seu Jerônimo em sua juventude. Sobre as experiências vividas ali, seu Jerônimo, revela:

Frequentei muito a praça Rio Branco. Naquela época, eu estudava na Escola Industrial, onde eu aprendi a profissão de forjador de serralheiro, e depois da aula ia pra lá. Juntava uns dois ou três colegas e a gente ia passear na praça, conquistar as garotas. Dia de domingo, enquanto na praça Pedro II a retreta ficava por conta da banda da Polícia Militar, na praça Rio Branco era a banda do 25º BC que tocava (JERÔNIMO, 2018).

Também situada no centro da cidade, margeando a primeira igreja construída em Teresina – a igreja Nossa Senhora do Amparo – a praça Rio Branco concentrou durante algumas décadas, a vida social dos teresinenses, atraindo na mesma proporção, elite e setores populares marginalizados. Nela, também se via uma segregação socioespacial, com o uso dos espaços mais ao norte ou mais ao sul, por camadas distintas da sociedade. Por estar situada em meio a outros espaços de lazer, essa praça também se caracterizava como “sala de espera”, onde os encontros marcados partiam dali com destino a cafés, bares, cinemas e teatro, avizinados às suas dimensões (LIMA, 2002).

Sua condição de passeio público predileto dos teresinenses manteve-se até os anos 1930, quando a praça Pedro II foi então revitalizada e passou a figurar como principal espaço para o recreio público dos cidadãos. Com seus jardins floridos, a praça Rio Branco, apesar da sua perda de hegemonia, continuou a oferecer aos seus frequentadores oportunidade para múltiplas sociabilidades: conversas, passeios e namoros, como ressalta seu Jerônimo em sua narrativa.

Fotografia 6 – Praça Rio Branco (Anos 1950).



Fonte: TERESINA: 1852-2002, 2002, não paginado.
Autor: Guilherme Müller.

Em uma análise panorâmica sobre as sociabilidades que os teresinenses passaram a

incorporar, Arimathéa Tito Filho, em sua crônica “Teresina” ressalta:

Chegou a era do cinema: o mudo, depois musicado, finalmente o falado. O jardim, o jardim da Praça Rio Branco, de doce lirismo, rapazes rodando num sentido e garotas noutro para o namoro paroquiano mais gostoso, o namoro dos olhos. Chegaria a vez da Praça Pedro II. Do mesmo jeito, olhos dele grudados nos dela (TITO FILHO, 1990, p. 4).

Pelas palavras do cronista é possível inferir que as mesmas práticas sociais realizadas na praça Pedro II também aconteciam na praça Rio Branco: o flerte, a paquera, o namoro sob a atmosfera romântica que somente o cenário aconchegante e inspirador dos jardins poderia proporcionar. As praças têm por finalidade promover a convivência, as relações entre as pessoas, as quais, independentemente da condição social, ali se unem em busca de um mesmo objetivo: o bem-estar e a qualidade de vida através do lazer, da diversão, do contato com a natureza e da interação uns com os outros. Quanto a isso, as praças de Teresina desempenharam um importante papel na vida social de seus habitantes, como explica Vilarinho (2002, p. 3):

Com o tempo as praças foram se tornando o centro de encontro de jovens. A partir de 1936, o burburinho dos jovens desapareceu da Praça Rio Branco, para onde se dirigiam após a missa de 9h, na igreja de Nossa Senhora do Amparo, e passaram a frequentar a Praça Pedro II, que durante décadas, se notabilizou, por ter sido palco do início de namoro de gerações teresinenses.

As praças representam uma forma singular de significar a própria experiência e relacionar-se com a cidade. Além das já citadas, outra desponta no depoimento de mais uma entrevistada. Dona Graciene relata ter frequentado a praça Saraiva em sua juventude balzaquiana, por volta dos anos 1980. Sobre esta experiência, ela rememora:

Naquele tempo tinha uma feirinha na praça Saraiva. Minhas colegas me convidavam pra ir e eu ia. A gente pegava o ônibus e quando chegava lá eu dizia: nove horas eu vou embora! A gente ficava andando pela praça e todo tempo, eu atenta ao horário. Não tinha relógio, mas quando eu achava que já estava na hora de voltar, perguntava a hora para alguém que estivesse usando relógio. Se a pessoa falasse: é nove horas, eu saía chamando as outras meninas. A maioria dizia assim: tá cedo, mulher, espera mais um pouquinho! Eu não esperava não. Tinha os meus trocadinhos na bolsa, pagava a passagem do ônibus e ia embora, enquanto elas ficavam lá, passeando com namorado (GRACIENE, 2018).

Dona Graciene se refere à antiga feira de arte popular, também conhecida como feirinha da praça Saraiva que acontecia aos domingos, depois da missa na Igreja Nossa Senhora das Graças, reunindo muitos artistas locais e um público formado por algumas centenas de pessoas. Ali, a juventude se divertia ao som de música, namoros e consumo de bebidas. Havia ainda a venda de artesanatos e comidas típicas (LIMA, 2016). Com todos

esses atrativos, a praça Saraiva, situada no centro sul de Teresina, transformara-se num dos espaços públicos mais aprazíveis da capital durante os anos 1980.

As fronteiras entre o lazer “profano” e a prática religiosa, identificada no movimento descrito acima, em que a população, primeiro, prestava-se a rezar e, depois, entregava-se aos prazeres “mundanos”, já teve seus contornos bem menos perceptíveis. Nos primórdios da história de Teresina, a influência da igreja sobre as atividades de lazer era verificada nos encontros marcados em suas imediações, bem como no frequentar das festas promovidas pela própria instituição, as quais representaram, por muito tempo, a única fonte de divertimento da população teresinense (SANTOS; ORTIGOZA, 2016).

Dona Graciana nos conta que sua vida social sempre fora voltada para as atividades de caráter religioso. Frequentadora assídua de missas e novenas realizadas nas igrejas vizinhas à sua residência, no bairro Monte Castelo, as festas e movimentos noturnos frequentados por ela restringiam-se aos festejos promovidos pelas paróquias dessas igrejas: “toda vida gostei de igreja, de me envolver e acompanhar as coisas da igreja, tanto que minha mãe e minhas colegas me chamavam de badalo de igreja. Festa de dançar a noite todinha com namorado, eu nunca gostei” (GRACIENA, 2018). Este comportamento, em parte, é uma herança dos hábitos sociais que prevaleceram em Teresina até o início do século XX, quando as festas religiosas eram o ponto alto dos acontecimentos na cidade (VILARINHO, 2002), reunindo ricos e pobres em torno dos leilões, ritos e oferendas, num momento em que não havia a massificação da cultura, com a projeção e o consumo de produtos da indústria cultural.

Mesmo com a incorporação de novos hábitos urbanos introduzidos pela presença do teatro, do cinema, das praças arborizadas e dos passeios públicos, muitos teresinenses consumiam outras formas de entretenimento. As formas alternativas de lazer consistiam nas “peladas” de futebol, realizadas em campos improvisados a partir dos terrenos baldios e, nos banhos de rio que se davam principalmente nas águas do Parnaíba, que, com seus extensos bancos de areia, atraía boa parte da população. Seu Jerônimo realizava essas duas formas lazer, sobre as quais ele narra:

Eu costumava jogar bola com os colegas nos terrenos que tinha perto da antiga Fábrica de Fiação. Gostava muito de futebol e cheguei até a jogar no time juvenil do Botafogo, aqui de Teresina. Outra coisa que eu costumava fazer era ir pra praias que tinha na beira do rio Parnaíba. Eu ficava na altura da antiga Usina Elétrica. Saía da aula, na Escola Industrial e ia pra lá com mais uns dois ou três camaradas pra tomar banho nas águas do rio Parnaíba (JERÔNIMO, 2018).

Seguindo uma tendência trazida de fora, o lazer esportivo, representado principalmente pelo futebol, chega a Teresina ocupando a preferência dos cidadãos que

buscavam práticas opcionais de entretenimento (SANTOS; ORTIGOZA, 2016). Do mesmo modo, os banhos de rio conquistaram a população, sobretudo, a mais pobre, que não dispunha de recursos financeiros para ingressar nos clubes privados da cidade e buscavam formas de refrescar-se do calor intenso, historicamente registrado em Teresina.

Fotografia 7 – Coroas do rio Parnaíba (Anos 1970, aproximadamente).



Fonte: GUTEMBERG, 2004, não paginado.
Autor: Guilherme Müller.

A partir dos anos 1970, a instalação espontânea de bares às margens do rio Parnaíba, com estrutura simples e cobertura de palha, originou um balneário chamado Prainha, espaço muito utilizado pela população da cidade, cujo principal atrativo eram os bancos de areia que se formavam às margens do rio. Campos de futebol e voleibol também foram improvisados para otimizar a experiência de lazer de seus frequentadores (OLIVEIRA, 2002). A partir de 1980, a paisagem da Prainha é substancialmente modificada com a criação de uma orla e padronização dos bares que a compunham, o que rendeu ao local um aspecto visivelmente litorâneo.

Essas formas de lazer alternativo ainda encontravam acomodação nas casas particulares, onde as pessoas se confraternizavam em torno de aniversários, noivados, casamentos e batizados. Esses eventos constituíam o principal divertimento da população de

baixa renda, que, sem dispor de dinheiro para frequentar locais pagáveis, valia-se da simples e espontânea convivência com familiares e vizinhos para desfrutar de momentos agradáveis. Assim se deu o lazer praticado por dona Otaviana, conforme seu depoimento:

Eu me lembro que, uma vez, eu fui a uma festa sem minha mãe nem saber. Eu estava voltando da casa da minha patroa, indo no rumo da minha casa e no meio do caminho passei pela casa de uns conhecidos que estavam comemorando o aniversário de alguém. Me convidaram pra ficar e eu fiquei. Comi tanto doce nesse dia e ainda tinha uma batucada [música] lá também. Distraída com o movimento, perdi a hora de voltar pra casa. As pessoas dessa casa, meus conhecidos, foram me deixar em casa, pra eu não voltar sozinha tão tarde da noite. Chegando lá, explicaram pra minha mãe o que tinha acontecido. Eu pensei que ela ia brigar comigo, mas ainda bem que não brigou (OTAVIANA, 2018).

A fala de dona Otaviana nos faz perceber que, mesmo nos subúrbios, entre as pessoas mais carentes financeiramente, as atividades de lazer se realizavam. Impossibilitadas de frequentar os novos espaços de entretenimento, propostos pelos ideais modernistas e progressistas, estas pessoas (re)inventavam suas práticas sociais no âmbito privado, elegendo suas casas simples, com pouco ou nenhum conforto, como os espaços ideais para reunir os amigos ao som de uma radiola, congregando-se e reafirmando os laços de amizade e camaradagem (LIMA, 2016).

Assim, notamos que todas as camadas sociais, dentro dos limites e das possibilidades de sua realidade, procuravam formas de entretenimento e cultivo de sociabilidades. Os ideais modernistas e progressistas, quando não inseriam os novos símbolos às práticas sociais, inevitavelmente influenciavam-nas, pois o raio das suas transformações recaía sobre todos os sujeitos, com maior ou menor intensidade. Nesse processo, em que o lazer foi vinculado à imagem da modernidade e da civilização, com a revalorização ou criação de novos espaços e novos hábitos, o carnaval surge tornando-se a diversão popular por excelência (QUEIROZ, 1994).

Segundo Matos (2017), o carnaval de Teresina começou se concentrando no centro da cidade, especificamente na praça Rio Branco, incorporando feições à moda do Entrudo³⁵ carioca, praticado no século XIX. Na década de 1920, cresciam gradativamente os bailes carnavalescos promovidos pelos clubes sociais, frequentados pela elite da cidade. Nos anos 1930, os corsos, com seus carros coloridos e ornamentados, ganhavam as ruas da cidade, onde os blocos de sujeitos, com figuras irreverentes, também conquistavam espaço. A realização de

³⁵ O Entrudo foi um movimento festivo realizado nas ruas, durante o carnaval. Provavelmente trazida ao Brasil pelos portugueses, a festa consistia em arremessar nas pessoas ovos e bolas cheias de água odorizada, além de farinha e outras substâncias em pó, provocando a ira de quem não participava da manifestação e, em alguns casos, até sérios incidentes. Por seu caráter agressivo, sem que ninguém fosse poupado, a festa foi proibida ainda no século XIX.

bailes em clubes sofisticados e populares aumentou na década de 1960. A adesão ao corso, também, com destaque para os animados caminhões das raparigas que, com seus vestidos coloridos, desfilavam ao animado som de charangas.

Alguns de nossos narradores vivenciaram o carnaval de Teresina no período de sua mocidade, compreendido entre as décadas de 1940 e 1970. Segundo os seus relatos, o carnaval acontecia nas ruas e nos clubes. Nas ruas, se concentrava principalmente nas imediações da praça da Pedro II, que, por sua amplitude e centralização, foi palco de inúmeros eventos cívicos e sociais. Tempos depois, a folia acontecia na avenida Frei Serafim³⁶, conferindo mais uma vez ao centro da cidade, o núcleo das sociabilidades. As manifestações carnavalescas de rua caracterizavam-se pela presença dos corsos e pela participação de todas as camadas da sociedade em busca de diversão (LIMA, 2002). Nos clubes, a folia se distribuía, ocorrendo no centro da cidade, com os bailes requintados da alta sociedade, e nos bairros periféricos, onde participavam a população com nível social mais baixo. A relevância desta festa popular como constructo de identidade com a cidade de Teresina levou Arimathéa Tito Filho (1992, p. 4) a assim descrevê-la:

O carnaval sempre foi uma festa de alegria, de entusiasmo, de danças, requebros, fantasias e máscaras. Anos atrás, sobretudo o elemento masculino, vestia trajes espalhafatosos, usava bisnagas, pó-de-arroz e desfilava pelas ruas, numa animação que dava gosto presenciar a folia. Havia o corso de automóveis pelas vias públicas, dando mais vibração aos dias do reinado de momo. Antigamente quando se encerravam os festejos de rua, com os participantes cansados de pulos e danças e a cachaça já produzia os efeitos da embriaguez, a cidade parecia dormir. Ledo engano. Iniciavam-se as noites maravilhosas nos clubes sociais, festejos internos que alcançavam as madrugadas, sem excessos perniciosos e condenáveis.

Seu Jerônimo, dona Efigênia e dona Francisca Maria frequentaram o carnaval de rua algumas vezes, mas sua preferência incidia sobre o carnaval realizado nos clubes da cidade. Seu Jerônimo relata ter frequentado o clube Os Terríveis, de que seu pai era sócio, e o clube Theresinense, onde seu irmão mantinha vínculos de sociedade. Situados no centro norte da cidade, ambos os clubes pertenciam a times de futebol locais, homônimos das denominações de tais espaços sociais³⁷. Acerca desta referência, o poeta H. Dobal, discorrendo sobre os espaços privados de lazer em Teresina, afirma:

Os clubes fazem parte da rotina cotidiana de muitas pessoas. Funcionam principalmente para os bailes, que a cidade gosta muito de dançar, mas têm os seus

³⁶ A avenida Frei Serafim é a principal e mais conhecida via de tráfego da cidade. Situada ao centro, ela determina a divisão espacial de Teresina em três zonas: norte, sul e leste.

³⁷ Theresinense Athletic Clube e Terríveis Esporte Clube foram times de futebol genuinamente teresinenses, fundados na capital em 1918 e 1938, respectivamente. Os clubes possuíam sede social que figuravam como espaços de lazer noturno para a comunidade associada.

frequentadores diários, que vão conversar, jogar cartas, dominó, xadrez, ping pong e beber. O Clube dos Diários é tradicionalmente o mais elegante, mas vem se tornando muito pequeno. É nele que, em geral, se realizam os bailes de formatura dos bacharéis, dos contadores, dos ginasianos e os de fim de ano. O River, que é recreativo-esportivo é o mais novo. No entanto, pretende construir sua sede própria, com piscinas, instalações adequadas, etc. Os clubes se dividem de acordo com as distinções sociais, e além destes há os do Botafogo, Terríveis, Teresinenses, e os do subúrbio, que geralmente mantém equipes de futebol. (DOBAL, [19--], não paginado).

Em sua crônica, o poeta descreve os vários clubes disponíveis em Teresina para as práticas de lazer e, ao fazê-lo, endossa as afirmações de seu Jerônimo sobre a existência dos clubes que ele frequentara no passado. Nesse aspecto, importa ressaltar que outras fontes historiográficas consultadas – livros, artigos, trabalhos acadêmicos e jornais – não faziam qualquer menção à presença destes logradouros em Teresina. No entanto, na memória dos seus caminantes, entre os quais o poeta se inclui, estes espaços encontram referência e expressão. Sobre as experiências ali vividas, seu Jerônimo afirma:

Dancei muita valsa nesses clubes. Eu era conhecido como o “pé de ouro” e o meu pai, o “rei da valsa”. Eu só perdia pra ele. As garotas todas ficavam querendo dançar comigo, tanto que eram elas que me tiravam pra dançar e não eu. Eu ia tanto pra matinês como pra os bailes de sábado à noite. Às vezes chegava em casa de manhã. Eu era jovem naquele tempo e além de dançador, namorador. Tive um namoro com a sobrinha do dono de um desses clubes que eu frequentava. Ela chamava Nazaré. Depois dela, vieram outras, eu gostava de namorar. Nos bailes eu ia tanto pra dançar como pra bater pandeiro que era outra paixão da minha vida (JERÔNIMO, 2018).

Tais clubes da cidade fizeram parte da vida de seu Jerônimo, tanto durante o carnaval quanto em qualquer outro período do ano, onde as animadas festas o faziam divertir-se intensamente. Já dona Efigênia e dona Francisca Maria costumavam frequentar o Clube São Paulo, situado no bairro Piçarra, nas proximidades de suas respectivas residências. Além dele, dona Francisca Maria frequentava também o Clube da União Artística Operária Teresinense, onde os trabalhadores do setor industrial se divertiam nos bailes tradicionais, prestigiados por governadores e prefeitos (MATOS, 2017). Sobre suas vivências nestes cenários, elas contam:

Na verdade, eu participei poucas vezes do carnaval, mas quando ia gostava muito, me divertia bastante. O clube São Paulo também era uma escola. Durante a semana, funcionava aula normal e aos sábados e no carnaval, tinha as festinhas. Ficava perto da minha casa, eu ia pra lá a pé, acompanhada das colegas. Sozinha eu não ia não. Posso dizer que minha juventude foi muito boa! (EFIGÊNCIA, 2018).

Pra me divertir, eu costumava frequentar as festas na escola São Paulo e na União Artística, na Vermelha, que era mais perto da minha casa. Eu ia acompanhada da minha mãe, das minhas irmãs e dos meus irmãos. Às vezes, alguma vizinha também, mas minha mãe tinha que estar, senão o papai não deixava a gente sair. De vez em quando ele até ia, mas não era sempre. Aí juntava aquele bolo de gente e ia, era muita gente! Chegando lá, eu dançava até me acabar. Às vezes, arranjava namorado, mas o namoro só durava enquanto a festa durava. Quando a festa acabava, eu voltava pra casa com as mesmas pessoas com quem eu tinha ido. Não tinha esse

negócio de voltar pra casa agarrada como namorado não (FRANCISCA MARIA, 2018).

Gradativamente, o carnaval de Teresina vai sofrendo remodelações no seu formato, agregando novas feições e novas linguagens com o propósito de possibilitar uma maior participação das mulheres, que, durante muito tempo, estiveram à margem da folia em função dos valores conservadores cultivados pela sociedade e endossados pela igreja católica, para quem o carnaval representava um atentado à moral e aos bons costumes, um perigo iminente para as famílias cristãs (LIMA, 2002). Mas, apesar das mudanças introduzidas no carnaval de Teresina, que perde elementos avaliados como “levianos” (LIMA, 2002), é possível perceber, pelas narrativas das entrevistadas, quão forte ainda era o controle social exercido pelas famílias, especialmente, sobre as mulheres.

No processo de análise do discurso, o contexto histórico-social e ideológico que envolve o sujeito é tomado como determinante das condições de produção da linguagem, ou seja, da formulação do dizer. Apoiando-nos nesta referência, chama-nos a atenção ouvir nossos entrevistados afirmarem que, em todos esses locais de sociabilidades urbanas por onde suas vidas se desenharam, do cinema aos bailes de carnaval, eles nunca estiveram sós. Se considerarmos o contexto histórico-social de formulação do discurso, alguns fatores ajudam a compreender melhor suas produções de sentido.

Historicamente, os lugares sociais ocupados por homens e mulheres diferenciam-se substancialmente, projetando sobre o homem o direito indiscriminado às práticas sociais relacionadas ao trabalho, à política, à cultura e ao lazer. À mulher, as concepções tradicionalista e patriarcalista impõem mecanismos disciplinares que normatizam e limitam seu comportamento no âmbito público e privado. À medida que as demandas femininas foram se transformando e agregando novos papéis, face à modernização e à criação de novos espaços e práticas de sociabilidades, surge uma preocupação com a possibilidade de subversão dos lugares ocupados pelos gêneros, com riscos de desagregação familiar e social (FERREIRA; QUEIROZ, 2015), tornando a tensão entre a construção social do feminino e do masculino ainda mais evidente.

No caso de seu Jerônimo, único homem abordado na pesquisa, a presença de amigos em suas experiências de vida não se coloca como uma condição inegociável para o gozo da vida boêmia, sendo a ele permitido consumir tais espaços sozinho, sem risco de julgamentos depreciativos à sua imagem. A presença de amigos nesses episódios da vida de seu Jerônimo relaciona-se muito mais à sua escolha em estar acompanhado do que a dispositivos de controle social. No caso das mulheres entrevistadas, havia um propósito implícito na

estimulação da experiência compartilhada: garantir que elas não colocariam em risco a reputação de moças respeitáveis e socialmente aptas ao principal projeto de vida feminino: o casamento. Assim, fica evidente que as concepções conservadoras regulavam os modos de vida da população, resultando numa tensão entre a tradição e a modernidade.

Essa necessidade de uma vivência compartilhada também encontra respaldo em nossa condição de sujeitos sociais, a partir da qual estabelecemos, involuntariamente, relações com as pessoas. Logo, por estarem sempre acompanhados durante o percurso de suas vidas, as memórias de nossos personagens cruzam-se às memórias de outros sujeitos, confirmando o que Halbwachs (1990) presumiu: a memória é, de fato, um fenômeno coletivo por entrelaçar-se às memórias, à existência de outros indivíduos. Ao relembrar aspectos da rua, da praça, do bairro, do tempo de infância, do trabalho, do lazer, aos quais suas experiências estiveram atreladas, os idosos reportam-se às experiências sensíveis de outros sujeitos e, através de um processo de representação, constroem não só a sua própria história, como também a história da cidade, deslocando a memória para uma dimensão coletiva.

Todavia, em nosso entendimento, a memória também é individual à medida que é externada por um sujeito que realiza, subjetivamente, um trabalho de representação da sua experiência. E nesse processo de construção da memória, o espaço ocupado, consumido e vivenciado, atua como núcleo do pensamento, da imaginação e da lembrança. As memórias aqui expressadas relacionam-se intimamente aos modos como cada entrevistado significa a sua existência na cidade, construindo com ela relações de identidade. Os lugares visitados através de suas falas revelam uma cartografia afetiva que remete a espaços por onde eles transitaram, se congregaram e se divertiram. A identificação com a cidade ultrapassa, pois, os imperativos de base urbanística e modernista, relacionando-se a sentimentos, à saudade, à melancolia. A partir dos fragmentos das lembranças dos idosos, uma memória social da cidade de Teresina é composta como produto da experiência individual e coletiva desses seus caminhantes.

A partir de suas lembranças, a cidade visível e objetiva, vista sob o escopo estrutural e monumental, é sacudida pela cidade invisível e subjetiva, materializável nas lembranças da vida difícil e precária, das tertúlias animadas e envolventes, dos laços de afeto e amizade, ora saudosistas e nostálgicos na sensibilidade dos sujeitos consumidores da cidade. As fontes historiográficas e a pesquisa empírica, avançando e entrecruzando-se, mostraram-nos que a cidade é feita dos desejos de quem a governa, de quem a projeta e de quem a vivencia. Da confluência dos diferentes interesses, consumos e (re)significações, surge um lugar metamórfico e coabitado por múltiplas Teresinas, com cada um de seus atores sociais

inscrevendo-as diferentemente em suas memórias.

Estas memórias, vocalizadas pelas narrativas orais, encontram em meio à hegemonia da escrita um grande desafio para projetarem-se como elementos informacionais que desvelam sociabilidades, configurações do universo citadino e tantos outros elementos que compõem a memória da cidade. Quando visitamos a memória desses caminhantes de Teresina, repleta de aspectos relevantes que ficaram à margem do discurso oficial, percebemos mais claramente a potencialidade das narrativas orais enquanto elementos informacionais a trazer novas contribuições para a compreensão da historicidade da cidade, mostrando-nos novas possibilidades de olhar a atuação do bibliotecário, reeducando nossas perspectivas acerca dos diálogos que este profissional pode estabelecer entre memória e informação.

6 PRODUTO DE PESQUISA

Nos bastidores de uma produção artística, seja de caráter teatral, musical, rítmica ou cinematográfica, os processos internos de planejamento, preparação e ensaios, bem como os fenômenos imprevisíveis que conduzem a reformulações, adaptações e redirecionamentos, são visíveis apenas aos que com ela estiveram diretamente envolvidos. Ao público, apresenta-se somente um roteiro bem definido, sem intercorrências, erros, modificações ou insucessos. Com a pesquisa científica também é assim. Situações, reações e desdobramentos não previstos no traçado do roteiro original surgem, levando-nos a caminhos até então inimagináveis, orientando-nos a outras perspectivas, outros olhares e outras formas de trabalho.

Ao longo do processo de investigação científica, que desembocou na elaboração da dissertação ora apresentada, o contato frequente com os sujeitos abordados nos fez conhecer muito mais do que o nosso objeto de estudo previa em seu delineamento inicial. Além de percorrer espaços de Teresina que com o passar do tempo desapareceram, no que se refere ao aspecto físico e concreto, de conhecer sociabilidades comumente praticadas pelos habitantes da cidade, de compreender como Teresina estava sendo significada nas produções de sentido de nossos narradores, percebemos outras nuances da condição de ser idoso: a baixa autoestima e a carência afetiva que estão introjetadas em suas experiências subjetivas.

Quando, em suas narrativas, eles produziam sentidos tais como, “naquele tempo eu era jovem, hoje sou velho(a), feio (a), não enxergo tão bem, sinto dores por todo o corpo, já não tenho o vigor e a disposição de antes para realizar tarefas”, estavam, não apenas expressando peculiaridades inerentes ao processo de envelhecimento, mas, sobretudo, reproduzindo um discurso hegemônico, amplamente disseminado pela sociedade contemporânea, que privilegia a juventude em detrimento da velhice, descartando a sabedoria, o equilíbrio e a experiência que provém dos velhos, subjugando essa fase da vida como um momento em que não há produtividade, atividade ou “serventia”.

Quando, em suas falas, eles declaravam: “foi muito bom conversar com você, venha outras vezes, quando é mesmo que você virá de novo?” fica implícita a carência afetiva por eles vivenciada, desencadeada, principalmente, pela ausência daqueles com quem suas relações sociais se constituíram, de forma mais íntima e estreita, ao longo da vida: os familiares. A falta de atenção, acompanhamento e cuidados, na dimensão física e sentimental, por parte da família rouba-lhes a oportunidade de exercer sua natureza de sujeitos sociais,

visto que as necessidades de socialização, convívio e comunicação permanecem latentes, não sendo saciadas plenamente, o que os leva a deslocá-las para quaisquer outras pessoas que lhes ofereçam um mínimo de disponibilidade. Nessas circunstâncias, não é surpreendente que eles se aproximem afetivamente e se mostrem abertos e interessados em construir vínculos que ultrapassam a relação pesquisador-pesquisado, abrindo espaço para um processo de formação de laços de amizade.

Sabemos que investimentos empíricos dessa natureza constituem experiências de mútua afetação, onde se ensina e se aprende, concomitantemente. Entretanto, acredito que tal vivência transformou muito mais a mim do que aos narradores envolvidos na pesquisa. Dito de outra forma, posso afirmar que mais aprendi do que ensinei. O contato com eles trouxe-me o toque dos verbos: *sentir*, *viver* e *aprender*, e é apoiando-me sobre o olhar que se desperta em direção à valorização do seu papel enquanto sujeitos sociais dotados de ideologias e historicidade, a contribuir com processo de construção de uma memória coletiva, que nossos produtos de pesquisa foram pensados e desenvolvidos.

O primeiro produto elaborado constitui um memorial descritivo no qual as histórias pessoais dos idosos, conhecidas e socializadas a partir do processo de apalavração de suas memórias, aparecem ilustradas por imagens da cidade de Teresina, as mesmas utilizadas na foto-entrevista, cujo objetivo era atuar como gatilhos disparadores da memória. Expressão comumente utilizada nas áreas de arquitetura, edificações e engenharia, o memorial descritivo é um documento em que um projeto arquitetônico a ser construído é minuciosamente detalhado. Estruturas, acabamentos, instalações são informados no material, de acordo com as realizações que a obra prevê. Nas ciências humanas e sociais, a expressão é utilizada para retratar, em perspectiva histórica, os processos formativos, a atuação profissional e a produção científica de um dado sujeito. Nesse sentido, a expressão *memorial descritivo* foi aqui empregada respaldando-se sobre os conceitos de memorializar, construídos a partir da paráfrase sobre os desígnios semânticos atribuídos pelas engenharias e, valendo-se da produção de sentidos formulada pelas ciências humanas e sociais.

Em nosso entendimento, memorializar significa revisitar o passado, reler o presente, projetar o futuro. Trata-se de exteriorizar experiências vividas, geralmente em coletividade, onde familiares, amigos, vizinhos, namorados e namoradas, padrões e até desconhecidos acompanharam o percurso por onde as histórias de vida se inscreveram. Com o memorial descritivo ora apresentado, integramos nossas ações aos incomensuráveis movimentos pela valorização das memórias individuais observados no presente. Assinalamos também o reconhecimento das histórias de vida dos narradores como elementos informacionais para a

compreensão da história de Teresina num sentido não-linear, não-unívoco, mas numa perspectiva que admite múltiplas significações, que se reinventam e se atualizam, enriquecendo as possibilidades de abordagem da memória coletiva.

Por acreditar que, em um processo de pesquisa onde pesquisador e pesquisado nutrem interesses e motivações que viabilizam a realização de um estudo, nada é mais ético e sensato do que retornar a pesquisa aos sujeitos pesquisados, comunicando-lhes os resultados obtidos de modo a clarificar sua percepção como partícipe do processo e afirmar o seu relevante papel na elaboração daquele constructo. Embora sejam movidos por interesses distintos, pesquisador e pesquisado assumem uma postura ativa diante do processo de pesquisa, firmando um acordo que converge para sua construção e consolidação. A este respeito, Amado (1997, p. 153), diz:

[...] quando alguém concorda em ser entrevistado, tem objetivos concretos a atingir, relacionados não ao historiador, mas a si próprio, ou seja: conceder ou não a entrevista é um ato voluntário, integrante de um complexo universo de interesses e estratégias ao qual, muitas vezes, o historiador sequer tem acesso.

Desse modo, retornar a pesquisa ao pesquisado, numa espécie de *feedback*, configura-se como um compromisso que enfatiza as relações de credibilidade e segurança entre as partes. Metaforicamente, esta ação se assemelharia ao cumprimento de todos os envolvidos no “contrato”. Assim, ancorando-nos nestes valores e entendimento, pretendemos doar aos nossos narradores um exemplar da singela obra produzida a partir dos relatos de suas histórias de vida, o memorial descritivo intitulado de *Cenas do viver em Teresina: lembranças da cidade pelas memórias de idosos*, incluído nos apêndices deste trabalho.

No sentido de contribuir com o processo de socialização desses idosos, se desenha o nosso segundo produto de pesquisa na forma de proposta: um projeto de extensão a ser apresentado à instituição onde me insiro profissionalmente, a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Para a referida entidade, os programas e projetos de extensão são concebidos como vias de interação entre a universidade e a sociedade, capazes de provocar impacto social a partir de ações que sejam transformadoras e atuem na melhoria da qualidade de vida do público para quem elas são planejadas, atendendo a interesses, demandas e necessidades dessas populações, num movimento de esforços conjuntos para a superação de desigualdades e de exclusão social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015). Ainda conforme a UFPI, por meio da extensão ocorre

[...] a troca entre os saberes sistematizado-acadêmico e o popular, que possibilita a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, propiciando a efetiva participação da comunidade na atuação da universidade, com vistas ao

desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015, p. 1).

A extensão é, portanto, esse instrumento de democratização do saber acadêmico que dialoga com a sociedade e retorna à universidade em forma de conhecimento testado e reelaborado, oportunizando que se operacionalize a relação entre teoria e prática, ou seja, entre produção de conhecimento e transformação da sociedade.

A UFPI tem registradas cinquenta e três linhas de atuação de projetos de extensão, cada uma com enfoques e temáticas diferentes. Na proposta de projeto que objetivamos elaborar, as linhas de atuação 1 e 51 alcançam os eixos sobre os quais o projeto proposto incidirá, como segue:

1. Alfabetização, Leitura e Escrita:

Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações, voltados para a discussão, planejamento, implementação e avaliação de processos de alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos, visando à sua inserção social e construção da cidadania; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; produção e divulgação de informações, conhecimentos e de material didático na área; *memória, produção e difusão cultural e artística* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015, p. 1, grifo nosso).

51. Terceira Idade

Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações voltadas para o planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto de ação pessoas idosas e suas famílias; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam com esse segmento; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015, p. 1).

O projeto de extensão que se pretende desenvolver terá como público-alvo os idosos do Abrigo São Lucas e consistirá na realização de ações de mediação da leitura a partir de textos que tematizem situações do cotidiano, a fim de instigar o debate e a participação dos idosos, com o compartilhar de impressões pessoais, relatos de histórias de vida e comentários gerais. A princípio, as ações ocorrerão numa frequência quinzenal e serão executadas dividindo-se os idosos em grupos, dado o universo populacional expressivo que se tem: mais de sessenta sujeitos. Os grupos serão compostos por até quinze integrantes, para que se possa trabalhar as práticas de leitura de forma mais efetiva e com o maior envolvimento possível dos participantes.

A atividade de planejamento e seleção dos textos deverá ocorrer na semana anterior à prática das ações, levando em consideração as temáticas que integram as vivências urbanas, as

sugestões de leitura pelos idosos e os assuntos de seu maior interesse, conhecidos a partir de um levantamento prévio estruturado com entrevistas informais direcionadas ao público em questão e aos profissionais que atuam no Abrigo, como assistentes sociais, psicólogas e diretores. Este trabalho será realizado pela equipe a ser composta para implementação de tal projeto, que poderá envolver bibliotecários, discentes e docentes da UFPI. A escolha dos textos privilegiará gêneros literários pouco extensos e que possuam uma linguagem de fácil compreensão. A cada visita, procuraremos desenvolver temáticas diferentes com as quais os idosos tenham afinidade ou alguma relação.

Após a leitura dos textos, que poderá incluir a presença de elementos não verbais, tais como objetos, imagens e até mesmo encenação teatral, pretendemos estabelecer um momento oportuno ao diálogo, no qual os participantes se sintam convidados a tecer suas colocações, compartilhando episódios de suas histórias de vida, momentos marcantes, memórias. Desse modo, eles estarão sendo integrados às ações praticadas e conduzidos ao processo de agregação de sentido à leitura, tornando-a parte de suas vivências e experiências.

Com este projeto de extensão, objetivamos proporcionar-lhes a experienciação da leitura e da reflexão, como instrumentos de inclusão social, viabilizada através de encontros estimulantes e prazerosos, pautados no acolhimento, na empatia, no carinho e na atenção. Por meio da mediação da leitura, revestida de recursos lúdicos e combinadas às suas narrativas pessoais, desejamos contribuir para a socialização e para o desenvolvimento intelectual, moral e emocional dos idosos participantes. Também será possível manter com os idosos que conhecemos o vínculo de amizade construído ao longo da pesquisa, alargando-o em direção aos demais internos, cujo estudo não contemplou, mas que demonstraram, mesmo sem a oportunidade do convívio cotidiano, igual alegria por nossa presença.

Por fim, a implementação de tal projeto possibilitará à UFPI o exercer de sua função social, através de sua servidora e de demais agentes da comunidade universitária a integrar a equipe que conduzirá a realização das propostas lançadas, num movimento de estruturação e fomento a outras formas de fazer ciência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos diálogos entretecidos entre os autores pesquisados e os fatos relatados pelos entrevistados, procuramos construir um empreendimento analítico e reflexivo que percorresse os territórios da memória, das narrativas orais e das histórias de vida numa relação amalgamada com a informação, a fotografia, as construções e representações simbólicas sobre a cidade de Teresina, no período de 1930 a 1980.

Na direção do que afirmam os autores que trabalham com memória, podemos dizer que a memória individual se forma a partir das experiências que compuseram toda a vida de um indivíduo. Essas memórias individuais, por sua vez, se desenvolvem em meio aos grupos de convivência social, sejam eles, familiares, escolares ou profissionais, com lembranças de diferentes sujeitos apoiando-se umas sobre as outras. Logo, as marcas da relação de um indivíduo com a sociedade fazem-se presente no processo de constituição da memória, estruturando um sistema de representações que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal.

Entendemos que a memória, enquanto fenômeno social de representações, reúne as significações da realidade construídas por cada indivíduo. Tais significações, embora mantenham coerência e similaridade com os discursos produzidos pelos demais sujeitos da sociedade, são marcadas pela subjetividade inerente a cada ser, o que nos leva à perspectiva de uma memória em certa medida individual, em certa medida coletiva.

Das relações com a cidade de Teresina, cenário das experiências humanas e sociais dos nossos personagens, os vimos lançar sobre as complexidades da urbe em mutação, feixes de singularidade, resignificando e tornando um lugar por natureza hierárquico, desigual e conflituoso – como é qualquer espaço urbano que se transforma constantemente – em um lugar de novas possibilidades, negociações, conquistas e superação.

Na historiografia piauiense, Teresina aparece como foco nodal de muitos estudos acerca da modernidade, mas conversar com pessoas que vivenciaram este processo agrega à pesquisa outras linhas de compreensões possíveis. Pelas narrativas dos entrevistados, pudemos perceber como a cidade se transformou ao longo de seu percurso histórico, mas também como conservou, por décadas a fio, uma moral provinciana, instituindo em sua conjuntura uma polissemia de cidades. Pelas produções de sentido dos nossos narradores, percebemos como se configuravam os viveres urbanos e a dinâmica do universo citadino e como a cidade de Teresina esteve e está representada em suas memórias, das quais, hoje,

eclodem gritos de amor e saudade, sentimentos que demonstram seus vínculos afetivos com a cidade, sua história e suas transformações.

Acessar essas lembranças tendo como veículo o seu próprio detentor nos leva a conhecer histórias que se relacionam aos aspectos coletivos da experiência humana e que podem nos fornecer subsídios essenciais à compreensão do passado e do presente em suas relações, numa dimensão mais abrangente do que aquela discursivizada e disseminada pela memória oficial. Ao escutarmos as experiências do senhor Jerônimo, da senhora Otaviana, da senhora Efigênia, da senhora Francisca Maria e da senhora Graciana, colocamos em evidência vozes marginalizadas pela memória oficial, reveladoras de um discurso que encontra apoio nas narrativas de outros atores sociais que fizeram uso da palavra escrita, diagramada em colunas de jornais, crônicas, poemas ou letras de música. Os relatos orais dos idosos que vivenciaram a Teresina do século XX dialogaram, despreziosamente, com relatos escritos, registrados no passado e que também expressavam modos de ver, sentir, pensar e experimentar a cidade.

Para alcançar estas lembranças pessoais, em alguns momentos durante as entrevistas, percebemos que nosso papel, na qualidade de mediadora da memória, foi fundamental. É claro que, em toda incursão desse tipo, cuja metodologia vale-se da história oral, privilegia-se a biografia e a memória do entrevistado, mas, diferentemente da autobiografia, a presença do entrevistador acrescenta aos narradores outras biografias, outros estímulos, outras lembranças. Assim, as duas partes, entrevistados e entrevistadores, constroem, num momento sincrônico de suas vidas, uma abordagem sobre o passado condicionada pela relação estabelecida. Para alguns sujeitos da pesquisa, a experiência de falar sobre sua vida pode representar a perpetuação de suas ideias para além do imaginado.

Assim, o trabalho com narrativas orais coloca em voga vozes e versões silenciadas ou ocultadas pela memória oficial e nos possibilita vasculhar os meandros e identificar as contradições e variantes nela existentes, acrescentando outras possibilidades interpretativas à história da cidade e à trama do viver urbano, agregando ao universo de compreensões possíveis as miudezas e os detalhes da vida cotidiana que comumente se perdem na imensa vastidão dos estudos históricos.

Nesse processo de garimpar informações com o intuito de conhecer dada realidade, os idosos, em função do seu longo percurso biográfico, representam excelentes fontes, já que podem cobrir um extenso período do contexto que se pretende abordar e contribuir para a produção de documentos sobre os quais novas pesquisas, com temas já não tão recentes, poderão se debruçar. Geralmente, as pessoas mais velhas, ao se desprenderem do centro das

lutas cotidianas pela busca de consolidação nos aspectos econômico, profissional e pessoal, tendem a voltar suas atenções para aquilo que foram ou fizeram, realizando assim a função social de rememorar. Apesar disso, o trabalho de análise e interpretação da pesquisa, revelou que nossos narradores não são conscientes das suas potencialidades enquanto condutores de memória, nem da sua importância para o processo de construção da memória coletiva. Talvez por isso reproduzam, involuntariamente, os discursos hegemônicos e dominantes que versam sobre a autovalorização da juventude e do modernizante em detrimento da velhice e daquilo que não é visto como moderno.

O trabalho de constituição dessas narrativas orais abriu espaço para que estes idosos pudessem expressar, a partir do relatar de seus viveres urbanos, suas dores e alegrias, trazendo ao nosso campo de conhecimento, informações não contempladas pelas narrativas oficiais. As narrativas orais se apresentam aqui marcadas, em alguns aspectos, pela inediticidade e, sobretudo, pela singularidade de quem significou, através de suas ideologias e concepções de mundo, a própria vida e as relações com a cidade que habitou e que enraíza suas memórias, construindo sobre a urbe, a categoria chamada lembrança.

Obviamente, não pretendemos esgotar as possibilidades de construção da historicidade de Teresina, até porque entendemos que a cidade é representada por um conjunto de olhares, cujo conhecimento pode vir dos discursos oficiais, dos estudos historiográficos, dos observadores mais ou menos atentos da cidade, que ao compartilhar suas percepções pessoais através da oralidade, estão projetando outras formas de percebê-la, compreendê-la e significá-la.

Nessa perspectiva, o bibliotecário pode lançar-se ao desafio de ressignificar, de forma ampliada e enriquecedora, suas possibilidades de atuação profissional, conferindo maior valorização à oralidade em suas vertentes diversificadas, através do trabalho com ações de mediação do conhecimento, nas quais grupos sociais seriam estimulados à troca de saberes por meio dessa prática há muito consolidada – a oralidade – objetivando, assim, o alargamento do repertório informacional, a apropriação das informações disseminadas e quiçá, uma transformação social dos sujeitos consumidores de tal plano de ações.

Durante a pesquisa percebemos que as lembranças de todos os idosos abordados emergiam de um esforço individual e partiam de sua própria experiência, mas se referiam a eventos coletivos, evidenciando o entremear das múltiplas memórias que ora convergem, ora divergem, diferenciando-se em seus posicionamentos conforme o interesse e as convicções de cada produtor de sentidos. Assim, concluímos que, para alcançar o passado, há uma diversidade relevante de caminhos a nos conduzir e que praticamente todos eles são

atravessados por tensões, conflitos e disputas. No mundo contemporâneo, a oralidade se apresenta como mais um caminho para o enriquecimento informacional e para a produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- A CIDADE. **O Piauí**. Teresina, não paginado, 11 jan. 1946.
- A CIDADE. **O Piauí**. Teresina, não paginado, 6 mar. 1946.
- AGOSTINHO. **Confissões**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2013.
- ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa: ANPUH-PB, 2003. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6705/1346.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 dez. 2017.
- ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **Revista História Oral**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.11-28, 2005. Disponível em:
<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=113&path%5B%5D=108>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- ALMEIDA, Rogério José de. Da modernidade à pós-modernidade: o conceito de memória e as teorias sociológicas. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, PR, v. 10, n. 18, p. 123-136, jan./jun. 2011. Disponível em:
<http://erevista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/3871>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2. ed. [São Paulo]: Pioneira; Thompson Learning, [20--].
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11225>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- AMAR, Pierre-Jean. **História da fotografia**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- ANDRADE, Andreia Rodrigues de. A estruturação urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 12., 2014, Teresina. **Anais eletrônicos** [...]. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2014. Disponível em:
https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397522460_ARQUIVO_AesstruturaourbanadeTeresinae seusprimeirosprediospublicos.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/29/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. História, memória, esquecimento: implicações políticas. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 79, p. 95-111, dez. 2007. Acesso em: 15 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates, 64).

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/412>. Acesso em: 18 set. 2017.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Imagens do passado e do futuro: o papel da fotografia entre memória e projeção. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 149-164, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hG9aWaRtrTIJ:https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/122953/127920+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BARROS, José D'Assunção. **Análise estrutural da narrativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, RS, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BARTLETT, Frederic Charles. **Remembering: a study in experimental and social psychology**. Cambridge: University Press, 1932.

BATISTA JÚNIOR, Natalício. Fotografia e memória: contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização. **Revista Belas Artes**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 1-17, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=revista-ba-foto-memoria>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**: de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BONNI, Paulo César. A fotografia como ferramenta para a recuperação da história e da memória. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017, p. 1-15.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 17-58.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. p. 1-14.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagens: Estudos e Pesquisa**, Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZeBZD9LDUI8J:https://www.revistas.ufg.br/lep/article/download/32465/17293/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CAIXETA, Juliana Eugênia. **Guardiãs da memória**: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos. 2006. 224 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6213/1/Juliana%20Eug%C3%AAnia%20Caixeta.pdf> f. Acesso em: 18 jan. 2018.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BORGES, Ceyça Lia Palerosi; MIRANDA, Adílio Rene Almeida. Um exemplo do uso da História Oral como técnica complementar de pesquisa em Administração. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: ANPAD, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo117.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CARDOSO NETO, Francisco Soares. De margem a margem: memórias das lavadeiras e as normas da modernização. *In*: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, FICÇÃO E PODER: oralidade, imagem e escrita, 11., 2017. **Anais eletrônicos [...]**.

Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em:

http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493811387_ARQUIVO_ArtigoCompleto.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

CARVALHAL, Juliana Pinto. Maurice Halbwachs e a questão da memória. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, v. 5, n. 56, p. 1-3, jan 2006. Disponível em:

<http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm>. Acesso em: 3 set. 2016.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. A cidade que me guarda: um estudo histórico sobre “Tristeresina”, a cidade subjetiva de Torquato Neto. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, ano 3, v. 3, n. 1, p. 1-12, jan./mar. 2006. Disponível em:

<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/6%20-%20ARTIGO%20-%20EDWARCASTELO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900/1930). **Scientia Et Spes**, Teresina, v. 1, n. 2, 2002.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**: a condição feminina na Primeira República. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues. **Memória social da Batalha do Jenipapo em Campo Maior-PI**: tradições oral e ritual em diálogos com políticas públicas patrimoniais. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. *In*: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 17-36.

COLLIER JÚNIOR, John. **Antropologia visual**: a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

COSTA, Francisco Humberto Vaz da. **De relance**: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930). 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/52/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 set. 2018.

COSTA, Maria Bertolina. **Ecos da Balaiada em Caxias-MA na memória oral de idosos**: uma interpelação à Política Nacional de Patrimônio Imaterial. 2010. 218 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 6., 2002, São Paulo. **Conferência de Abertura [...]**. [S.l.]: Associação Brasileira de História Oral, 2003, p. 9-25.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/cludiarosario.htm>. Acesso em: 25 jan. 2018.

DOBAL, Hindemburgo. **Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves; Gráfica e Editora Júnior, [19--].

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos. Informação, memória, conhecimento: convergências de campos conceituais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p. 1-18.

DOMINGUES, José Maurício. Sociologia da cultura, memória e criatividade social. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. *In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Edições Vértices: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

EFIGÊNIA. **Efigênia**. Depoimento concedido a Ana Cristina Guimarães Carvalho. Teresina, jul.; out. 2018.

ELLIOTT, Ariluci Goes. **A fé documentada: perspectivas metodológicas de organização da informação fotográfica sobre romarias de Juazeiro do Norte – Ceará**. 2014. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/114035?show=full>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ENCICLOPÉDIA: sociologia: a ciência que transformou o mundo e nos ajuda a entendê-lo melhor até hoje. São Paulo: Online, 2016.

FARIA, Domingos. **Noção de conceito**. [S.l.]: [ca. 2012]. Disponível em: <http://blog.domingosfaria.net/2009/08/nocao-de-conceito.html>. Acesso em: 11 dez. 2017.

FERNANDES, Maria das Graças Melo; LOUREIRO, Lara de Sá Neves. Memória e história oral: a arte de recriar o passado de idosos. **A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento**, São Paulo, v. 20, n. 45, p. 53-66, jun. 2009. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8769_MEMORIA+E+HISTORIA+ORAL+A+ARTE+DE+RECRIAR+O+PASSADO+DE+IDOSOS. Acesso em: 20 abr. 2017.

FERNANDEZ-MOLINA, Juan Carlos. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 17, n. 3, p. 320-331, 1994.

FERREIRA, Ronyeri; QUEIROZ, Teresina. Um literato feminista: Jônatas Batista e as ampliações das responsabilidades femininas em Teresina (1906-1927). **História, histórias:** revista do programa de pós-graduação em história da UNB, Brasília, v. 3, n. 6, p. 99-115, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10911>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FRANCISCA MARIA. **Francisca Maria**. Depoimento concedido a Ana Cristina Guimarães Carvalho. Teresina, set.; nov. 2018.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

FREITAS, Ana Paula Araújo; SILVEIRA, Nícia Luíza Duarte da. Ética na pesquisa com sujeitos humanos: aspectos a destacar para investigadores iniciantes. **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 26, n. 52, p. 35-46, jan./mar 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19843>. Acesso em: 06 jul. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. Disponível em: https://www.academia.edu/9525533/GAGNEBIN_J_M_-_Sete_Aulas_Sobre_Linguagem_Memoria_e_Historia. Acesso em: 14 mar. 2018.

GARCIA, José Ribamar. **Imagens da cidade verde**. 3. ed. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRACIENA. **Graciena**. Depoimento concedido a Ana Cristina Guimarães Carvalho. Teresina, set.; nov. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSSI, Yonne; FERREIRA, Amauri. Razão narrativa: significado e memória. **História Oral**, [s.l.], v. 4, p. 25-38, 2001. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=33&path%5B%5D=27>. Acesso em: 25 mar. 2018.

GUERRA, Yaponira Machado Barbachan. **O espaço dos sem espaço:** estudo de caso de representações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1993.

GUTEMBERG, Paulo. **Guilherme Muller e a invenção visual de Teresina**. Teresina: Livraria e Editora Nova Aliança, 2017.

GUTEMBERG, Paulo. **Teresina**. Teresina: Pulsar, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Edições Vértices: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1975.

HAVELOCK, Eric. A educação numa Sociedade sem Escrita. *In*: VIAL, Jean; MIALARET, Gaston (org.) **História Mundial da Educação**. Porto: Rés, 1985. (Coleção Biblioteca da Educação, 1).

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JERÔNIMO. **Jerônimo**. Depoimento concedido a Ana Cristina Guimarães Carvalho. Teresina, jul.; out. 2018.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JORNAL DO COMÉRCIO. Teresina, ano 6, n. 926, p. 3, 20 jan. 1952.

KEIM, Jean A. **La photographie et l'homme**. Paris: Casterman, 1971.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. [S.l.]: [20--]. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEITE, Marcelo; VIEIRA, Leylianne; SILVA, Carla. A fotografia como porta de entrada: relatos da religiosidade em Juazeiro do Norte, CE. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 218-237, ago./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/61249>. Acesso em: 6 jul. 2017.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. (Texto e Arte, v. 9).

LEITE, Rogerio Proença. Razão e cidade moderna. **Revista Brasileira de Sociologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 290-309, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6227079.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

LE MOS, Joana Gusmão; JORENTE, Maria José Vicentini; NAKANO, Natalia. O paradigma pós-custodial e sua representação no design da informação no sítio do Arquivo Nacional do Reino Unido. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 674-690, nov. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3581>. Acesso em: 22 mar. 2018.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na Era da Informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

LIMA FILHO, Djalma Alves de. Memórias e vivências cotidianas: o bairro Mocambinho na cidade de Teresina-PI em seus primeiros momentos, através de seus atores sociais. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL, 12., 2014. **Anais eletrônicos** [...]. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397523753_ARQUIVO_DjalmaFilho_Reparado.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

LIMA, Jurandir Gonçalves. **Memórias afetivas de Teresina**: tensões entre tradição e modernidade no processo de modernização da cidade (1970 – 2000). 2016. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17408>. Acesso em: 12 set. 2018.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Imagens de Teresina (PI) do século XIX-XX: sentimentos, desejos, tramas urbanas e práticas jornalísticas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300680602_ARQUIVO_Anpuh_2011_Txtocompleto.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Luz elétrica: estão iluminados o passeio público, bares, cafés e cinemas. *In*: **TERESINA 150 anos**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 2002.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Usos e abusos dos espaços citadinos: percepções e vivências dos cronistas e radialistas dos espaços de lazer da cidade de Teresina no século XX. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270435217_ARQUIVO_reci fe2010.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

LUKÁCS, Gyorgy. **Materialismo e dialética**: crise teórica das ciências da natureza. Brasília: Editora Kiron, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARTINS, José de Sousa. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MATOS, Matias Augusto de Oliveira. **Avenida Frei Serafim**: lembranças de um tempo que não se acaba. 2. ed. Teresina: W. Lage: Alínea Publicações Editora, 2017.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes**: ensaios sobre história e fotografia. Niterói: Eduff, 2008.

MONTE, Regianny Lima. **Vidas incertas**: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970. Teresina: IFPI, 2017.

MONTEIRO, Orgmar. **Teresina descalça**: memórias desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos. Fortaleza: Ed. Junior, 1987.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, memória e esquecimento. **DataGamaZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, p. 1-16, dez. 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/5249>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Maria Dione de Carvalho. **Memória de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000. 459 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000210235>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)**. 2016. 371 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-23012017-110626/pt-br.php>. Acesso em: 20 set. 2018.

MORIN, Edgar. **O método III**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MURGUIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NASCIMENTO NETO, José Ribeiro do. Teresina (Piauí-Brasil) sob contexto de um bairro: expansão, modernização, e origem do bairro Macaúba (1939-1957). **Revista de História da UEG**, Anápolis, v.4, n.1, p. 148-171, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2150>. Acesso em: 12 jan. 2019.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100009. Acesso em: 18 set. 2018.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina: a cidade que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

NASCIMENTO, Francisco Alcides; MONTE, Regiane Lima. Olhares da periferia: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Tempo e Argumento**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 122-144, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/1810/1426>. Acesso em: 22 fev. 2019.

NEISSER, Ulric. **Memory Observed**: Remembering in natural contexts. San Francisco: W. H. Freeman, 1982.

NEVES, Margarida de Souza. História e Memória: os jogos da memória. *In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.)*. **Ler e escrever para contar**: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Danielle Alves de. **A informação patrimonial e a construção da memória**: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e IPHAEP. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/3943?locale=pt_BR. Acesso em: 7 set. 2016.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>. Acesso em: 22 mar. 2018.

OLIVEIRA, Fernando (org.). **Edição comemorativa dos 150 anos de Teresina**. Teresina: Ed. Halley, 2002.

OLIVEIRA, Paulo de Sales (org.). A importância do método. *In: OLIVEIRA, Paulo de Sales*. **Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas**: metodologia das ciências humanas. São Paulo: UNESP: HUCITEC, 1998. p. 17-18.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

OTAVIANA, **Otaviana**. Depoimento concedido a Ana Cristina Guimarães Carvalho. Teresina, jul.; out. 2018.

PACHECO, Leila Maria Serafim. Informação enquanto artefato. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun., 1995. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003099/5e05bb7ec774e250998a73dbfced5aa3/>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PAIVA, Vilma Maria Barreto. Memória de idosos analfabetos em uma sociedade da escrita e da escola: o eterno desejo de alfabetização. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano (org.). **Memórias no plural**. Fortaleza: LCR, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse Authomatic du discours**. Paris: Dunod, 1969.

PEIXOTO, Irene de Mendonça. Arte da manipulação: as interações entre fotografia e arte na Era Digital. In: CONFERENCE OF THE IBEROAMERICAN SOCIETY OF DIGITAL GRAPHICS, 17., 2014, [S.l.]. **Proceedings** [...]. São Paulo: Blucher Design Proceedings, 2014. p. 655-659. Disponível em: <http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/arte-da-manipulao-as-interaes-entre-fotografia-e-arte-na-era-digital-14215>. Acesso em: 02 abr. 2018.

PERAZZO, Priscila F. Narrativas orais de histórias de vida. **Comunicação e inovação**, São Caetano do Sul, v. 16, n. 30, p. 121-131, jan./abr. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p.11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 5 set. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2008/1147>. Acesso em: 17 jan. 2019.

PIAUI. Interventor (1935-1945: Melo). Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942.

PINTO, Pimentel Júlio. **Uma memória do mundo**: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 27 ago. 2016.

POPPER, Karl R. **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. *In*: VON SIMSON, Olga Morais (org.). **Experimentos com história de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RÊGO, Moura. **Notas fora da pauta**. Teresina: Gráfica Júnior, 1988.

RESENDE, Antonio Paulo de Morais. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da informação/Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? *In*: Conservar para quê?, 8., 2005, Porto. **Atas Mesa Redonda de Primavera**. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 1-9. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2018.

RIBEIRO, Fernanda. **O papel mediador da Ciência da Informação na construção da sociedade em rede**. João Pessoa: Ideia, 2009. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/26612/2/FRibeiopapelmediadorCI000108385.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica. **Revista eletrônica Com Ciência**, Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/memoria/13.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 65-69, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v11n1/08.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

ROSARIO, Cláudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. **Morpheus, Revista Eletrônica em Ciências Humanas da Unirio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2002.

RUSSO, Mariza. **Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SAMPAIO, Tadeu Cincurá de A. S. A importância da metodologia da pesquisa para a produção de conhecimento científico nos cursos de pós-graduação: a singularidade textual dos trabalhos científicos jurídicos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 23, n. 25, p. 230-249, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rppgd/article/view/12368/8773>. Acesso em: 2 jul. 2017.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SANTOS, Laudénides Pontes dos; ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. Os espaços públicos de lazer em Teresina: ontem e hoje. **Revista Equador**, Teresina, v. 5, n. 3, p. 299-319, 2016. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/5032>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. 2. ed. Coimbra: Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume, 2012.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p.51-68, jun./jul./ago. 2013. São Paulo: ABHO, 2001. (História Oral, 4).

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiros. **A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Erik Oliveira ; SILVA, Gabriel Rodrigues da ; VIEIRA, Nadja Rodrigues Carneiro. Expansão urbana da cidade de Teresina e suas transformações socioespaciais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE OBSERVATÓRIO DE METRÓPOLES, 2017. **Anais eletrônicos [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/rmnatal/evento_2017/anais/ST2/expansao_urbana.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

SILVA, Giuslane Francisca da. Halbwachs, Maurice. A memória coletiva. **Aedos: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/59252/38241>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da informação I: perspectivas em Ciências da Informação**. São Paulo: ABECIN Editora, 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Múltiplas interlocuções da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnicos-pragmáticos, humanos e científicos**. 2014. 491 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Revista Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Revista Educação e Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 166-193, jul. 2000.

SOARES, Ana Paula; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro da. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas A&B: arquivos e bibliotecas**, v. 3, n. 4, p. 22-39, 2015. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/996/905>. Acesso em: 22 mar. 2018.

TAVARES, Derek Warwick da Silva; LOUREIRO, José Mauro Matheus; MEDEIROS, Shara Rachel Silva Dutra de. Informação e memória: acerca das interrelações. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-7.

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no século XX: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TERESINA perfil dos bairros. Teresina: Prefeitura de Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2018.

TERESINA: 1852-2002. Teresina: Halley Gráfica e Editora, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TITO FILHO, Arimathéa. Licenciosidade. **O Dia**, Teresina, p. 4, 27 fev. 1992.

TITO FILHO, Arimathéa. Teresina. **O Dia**, Teresina, p. 4, 12 set. 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Diretrizes para Extensão**. Teresina: Pró-Reitoria de Extensão, 2015. Disponível em: <http://ufpi.br/extensao/diretrizes-de-extensao>. Acesso em: 2 mar. 2019.

VALENTINI, Suzanne Mendes. Memória e contemporaneidade: a voz dos benzedores. *In: SIMPÓSIO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E ESCOLA*, 6., 2014, Tubarão, SC. **Anais [...]**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2014.

VALÉRY, Paul. Del'histoire. *In: Regards sur lê monde actuel*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1960.

VASCONCELOS, José Maria. **Anos dourados do Cine Royal**. 2016. Disponível em: <https://www.meionorte.com/blogs/josefortes/anos-dourados-do-cine-royal-320292>. Acesso em: 21 jan. 2019.

VIANA, Bartira Araújo da Silva. O sentido da cidade: entre a evolução urbana e o processo de verticalização. **Carta Ceipro**, v.23, n. 1, p. 1-10, 2005.

VILARINHO, Marco. Teresina: costumes e manias. **Jornal O Dia**, Teresina 30 jul. 2002. Caderno Especial. p. 3-5.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Arquivos fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, dec. 1975. Disponível em: <http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário pré-entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

Pesquisa: ENTRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS: a historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos

Mestranda: Ana Cristina Guimarães Carvalho

Orientador: Marcelo Eduardo Leite

Formulário pré-entrevista

Considerações explicativas

Este formulário visa capturar informações prévias sobre os participantes em potencial da pesquisa, de modo a nos fornecer um conhecimento exploratório acerca da realidade e experiência dos possíveis entrevistados, bem como nos conduzirá ao recorte do universo populacional e nos orientará sobre os recursos metodológicos a serem utilizados para o alcance dos propósitos da pesquisa.

1. No Abrigo, há idosos que nasceram em Teresina?

() SIM

() NÃO

Caso a resposta seja SIM, responda à próxima pergunta.

Caso a resposta seja NÃO, pule para a pergunta 3.

2. Quantos e quais idosos nasceram em Teresina?

() Classe Média Alta Idosos nesta condição:

-

5. Quais dos idosos citados possuem condições físicas, emocionais e cognitivas para participar da pesquisa com relatos de sua história de vida?

6. Quais dos idosos citados possuem um perfil de narrador, isto é, gostam de contar histórias, demonstram facilidade de acesso, gostam de interagir e serem ouvidos?

Identificação

NOME: _____

OCUPAÇÃO: _____

Data: ____/____/____.

Obrigada!!!

APÊNDICE B – Roteiro geral de entrevistas

Problematização da pesquisa

- a) *Qual o papel do indivíduo, especialmente do idoso, no processo de construção da memória coletiva?*
- b) *Há memórias individuais ou todas elas estão submetidas à ordem social?*

I. Socialização e relação com o mundo exterior

1. Onde e quando o Sr./Sra. nasceu?
2. Quem era sua família?
 - 2.1 Pais / avós / irmãos – nível de instrução; profissão; influência sobre o entrevistado.
3. Como foi a sua infância?
 - 3.1 Onde viveu – casa; bairro;
 - 3.2 Com quem vivia?
 - 3.3 Como costumava ocupar seu tempo – estudos, brincadeiras, hábitos.
4. Transferência de residência – houve mudança de cidade? Para qual? Por que razão?
 - 4.1 Impressões sobre os novos locais de moradia.
5. Como foi a sua mocidade?
 - 5.1 Relação com o trabalho; o primeiro emprego; atividades que exerceu;
 - 5.2 Diversões; atividades culturais e esportivas;
 - 5.3 Lugares que frequentava;
 - 5.4 Meios de transporte utilizados.
6. Relação com a cidade de Teresina – acontecimentos políticos e sociais de relevância ocorridos na juventude do entrevistado.
 - 6.1 Arrolar os acontecimentos mais marcantes políticos e sociais;
 - 6.2 A modernização de Teresina – o acompanhamento das mudanças na paisagem da cidade – como reagiu?
 - 6.3 Os lugares de ontem e os lugares de hoje – como os avaliou e os avalia?
 - 6.4 De que forma encarou as mudanças paisagísticas, sociais e políticas?

Relatório de Entrevista

Dados do Entrevistado

Dados Biográficos

<i>Nome completo do entrevistado:</i>	
<i>Data de nascimento:</i>	<i>Local de nascimento:</i>
<i>Atividades:</i>	
<i>Quantidade de entrevistas realizadas:</i>	

APÊNDICE C – Roteiro individual de entrevista (Sra. Efigênia)

Biografia	Contexto Geral (conjuntura social e histórica)	Questões
<p>1946 Nasce Efigênia, natural de Teresina-PI, embora ela afirme que nasceu em Piracuruca-PI. Dona Efigênia vive em Teresina pelo menos até o ano de 1968, quando é possível encontrar evidências de sua permanência na cidade através de seus registros escolares, datados deste período. Depois, dona Efigênia informa ter ido morar no Rio de Janeiro, onde ficou muito tempo até finalmente regressar para Teresina.</p>	<p>1946 A redemocratização do Piauí Sob um cenário de redemocratização que varria o autoritarismo de ponta a ponta do Brasil, em 1946, a oposição do Piauí elege para o governo do Estado o jovem médico Rocha Furtado. Ele assumiu o poder em 1947 com o apoio das massas, da burguesia comercial e das classes média e populares urbanas, pondo fim ao período de instabilidade política vivido entre 1945 e 1947, decorrente da transição entre a ditadura e a democracia.</p> <p>Ampliação da energia elétrica em Teresina Firmado contrato para novas instalações elétricas da cidade.</p> <p>Atentado ao Jornal “O Piauí” A cidade de Teresina é abalada com o atentado ao jornal “O Piauí” em que foi assassinado o vigia Miguel Pedro. O crime ficou na impunidade.</p> <p>1948 – Nasce a Rádio Difusora de Teresina A primeira rádio da capital iniciou suas atividades em 18 de julho de 1948 e marcou época na história da radiodifusão do Piauí. Na programação da rádio Difusora de Teresina havia o radiojornalismo, musicais, programas esportivos, programas de auditório e radionovelas, seguindo uma tendência dos grandes centros radiofônicos. Deste modo, a rádio Difusora desempenhou um papel sociocultural, constituindo-se como meio de comunicação de massa que gerou espaço para sociabilidades, cultura e lazer para a população teresinense.</p> <p>1948 –1951: Obras públicas trazem melhoria à população No final dos anos 1940, o mercado da Piçarra, um dos mais tradicionais de Teresina, é criado na gestão do prefeito José Ribamar de Castro Lima (1948-1950). O mercado, que hoje é patrimônio histórico e cultural de Teresina, iniciou como uma feira, conhecida como Mercado da Lama e hoje representa a identidade gastronômica da capital.</p> <p>O Clube dos Diários já existia à época do nascimento de dona Efigênia. Inaugurado em 1927 por iniciativa da Sociedade Recreativa Clube dos Diários, fundada em 1922, o referido clube foi durante muitos anos o centro</p>	<p>Em seu relato, dona Efigênia afirma ter cantado na Rádio Difusora, ao vivo, nos programas de auditório que iam ao ar aos domingos. Qual era o nome do programa em que ela cantava? Qual era a sensação de estar ali? Suas amigas acompanhavam o programa de casa, enquanto ela cantava?</p> <p>OBS.: Utilizar a foto de uma cantora a cantar na Rádio Difusora para ilustrar a pergunta.</p> <p>Como residiu a vida toda no bairro Piçarra, dona Efigênia frequentava o mercado? O que ele representava para ela?</p> <p>O Clube dos Diários é citado no depoimento de dona Efigênia, como sendo um dos locais que ela costumava</p>

	<p>de lazer da sociedade teresinense. O clube foi palco de inúmeras atividades sociais, desde festas, reuniões culturais, concursos de misses, solenidades cívicas e animados carnavais. O local era refinado e altamente aburguesado, mas foi se popularizando um pouco com a criação de novos clubes espalhados pela cidade. A partir dos anos 1960/1970, o clube perdeu sua centralidade e notoriedade para novos clubes recreativos que surgem nos novos bairros, ficando abandonado, sujo e depredado por um longo período até ser completamente reformado em 1998, passando a integrar o complexo cultural Teatro 4 de Setembro – Praça Pedro II – Centro de Artesanato.</p>	<p>frequentar em busca de diversão. Mas ainda nos anos 1960 era muito frequentado pela elite local. Que perfil sócio-econômico tinham realmente os frequentadores do lugar? Ela era sócia do clube? Que lembranças este lugar lhe traz?</p> <p>OBS.: Mostrar a foto do clube para ilustrar a pergunta.</p>
<p>Anos 1950 Dona Efigênia vive em Teresina, no bairro Piçarra com a mãe e a avó.</p>	<p>Primeira metade dos anos 50 – A criação do Bar Carnaúba Na gestão do prefeito João Mendes Olímpio de Melo (1951-1955), foi realizada reforma no Teatro 4 de Setembro, em cuja esquina foi construído o Restaurante Carnaúba, famoso ponto de encontro da juventude teresinense.</p> <p>Segunda metade dos anos 1950 – Mais obras de urbanização da cidade Foi na gestão do prefeito Agenor Barbosa de Almeida (1955-1959) que Teresina recebeu calçamento em grande escala, contemplando os bairros Vermelha, Barroçã, Piçarra, Porenquanto, Mafuá e Matadouro. Foi realizado também o primeiro asfaltamento da cidade que ia do Cemitério São José ao campo de aviação. Foram construídas caixas d'água, chafarizes e pequenos açudes. As praças da cidade também receberam atenção. A exemplo da praça Pedro II e Rio Branco que foram remodeladas. A primeira, que tinha como estilo arquitetônico o Art Déco, nessa reforma recebeu um lago pitoresco, cortado por uma imitação de tronco caído, construído em concreto. O novo elemento da praça transformou-se no cenário preferido de fotógrafos para a confecção de retratos dos teresinenses.</p>	<p>Em seu relato, dona Efigênia informa ter frequentado muito a praça Pedro II, o Teatro 4 de Setembro e o Cine Rex. Ela também chegou a frequentar o famoso bar Carnaúba?</p> <p>Um reduto da vida social, cultural e até política da sociedade teresinense foi a praça Pedro II durante parte do século XX. Neste sentido, o que a praça representava para dona Efigênia? Em que dias da semana ela mais costumava frequentá-la? Assistiu as apresentações da banda de música da Polícia Militar realizadas ali?</p>
<p>Anos 1960 Dona Efigênia realiza o curso ginasial de 1960 a 1963 na escola particular Des. Antônio Costa, fundado pelos educadores de Piracuruca-PI Melo Magalhães e Domício Magalhães de Melo. Depois, ela cursa a 1ª série do científico no colégio batista “Afonso Mafrense”, em 1965, mas desiste do curso. Retoma os estudos em 1968, na escola pública estadual “Álvaro Ferreira” onde cursa novamente a 1ª série do científico. Não obtém êxito e é reprovada. Em 1969, ela se matricula novamente na mesma série, na mesma escola, mas tem a sua matrícula cancelada.</p>	<p>1964 – Marcha com Deus pela família e pela liberdade Em 19 de março de 1964, acontece em São Paulo a “Marcha com Deus pela família e pela liberdade”. O evento também ocorreu no Piauí e tinha como propósito a derrubada do então presidente João Goulart para a implementação do governo militar que perduraria por 21 anos. Vários grupos sociais participaram do movimento, incluindo a igreja, o empresariado e setores públicos, levando às ruas mais de 1 milhão de pessoas.</p>	<p>Dona Efigênia teria participado desse movimento em Teresina? Como ela via estas manifestações? Conheceu pessoas que participaram da Marcha?</p>

<p>Anos 1970 Provavelmente a partir daqui, dona Efigênia já tivesse deixado Teresina e estivesse morando no Rio de Janeiro.</p>	<p>1972 – A chegada da TV ao Piauí O rádio foi até a década de 1960/70 o principal veículo de comunicação e entretenimento das massas. Em 1972, a TV chega ao Piauí provocando uma mudança comportamental na sociedade.</p>	<p>Em seu depoimento, dona Efigênia revela que costumava acompanhar a programação cultural da Rádio Difusora de Teresina, chegando inclusive a participar como cantora dos programas de auditório da rádio. Sendo assim, como se deu a chegada da TV na sua vida? Ela continuou ouvindo rádio depois disso? Estava em Teresina ou no Rio de Janeiro quando se tornou expectadora de TV?</p>
<p>Anos 1980 Não se sabe onde dona Efigênia residia neste momento. Ela não sabe precisar o tempo.</p>	<p>1983/1984 – Diretas já Durante o período compreendido entre 1966 e 1983 (Ditadura Militar), os governadores do Piauí eram indicados pelo presidente da república, e os prefeitos de Teresina, indicados pelos governadores. Em 1982 foi reestabelecida a eleição direta para governador e em 1985, para prefeitos. Nesta época houve a campanha pelas Diretas Já que levou as massas às ruas, solicitando a retomada das eleições diretas.</p>	<p>Onde dona Efigênia morava nessa época? Participou do movimento? O que lembra deste momento?</p>

Outros questionamentos relacionados à primeira entrevista...

1. Dona Efigênia, no nosso primeiro encontro, a senhora me falou que nasceu em Piracuruca, mas os seus documentos dão conta de que a senhora nasceu em Teresina. Por que as informações não estão batendo? Onde a senhora realmente nasceu?
2. A senhora também me disse que estudou no colégio do prof. Domício Melo Magalhães. Eu descobri que o nome dessa escola era Ginásio Desembargador Antônio Costa e era uma escola particular. Quem pagava a mensalidade da escola? O valor era muito alto?
3. A senhora me disse que numa das casas que morou não tinha luz elétrica e para costurar a senhora usava lamparina. Onde era essa casa? Em Teresina ou em Piracuruca?
4. A senhora também me falou que quando costurava não estabelecia um valor pelo seu serviço. Por quê?

APÊNDICE D – Roteiro individual de entrevistas (Sra. Francisca Maria)

Biografia	Contexto Geral (conjuntura social e histórica)	Questões
<p>1941 Nasce Francisca Maria, no bairro Vermelha, na capital piauiense. Filha de um produtor de cachaça artesanal, empregado de um engenho e de uma dona de casa, dona Francisca Maria era uma das filhas mais novas da numerosa família. Embora ela não saiba precisar a quantidade de irmãos que tinha, afirma que eram muitos. Durante toda a sua vida, dona Francisca Maria morou em bairros diferentes da capital piauiense. Além da Vermelha, ela passou pelos bairros São Pedro, Areias, Tabuleta, Macaúba, Monte Castelo e Promorar. Algumas das casas onde dona Francisca Maria morou era alugada, outras, moradias próprias, mas fincadas em terreno alheio. Durante a infância ela viveu na Vermelha e provavelmente, no bairro São Pedro.</p>	<p>Primeiras décadas do século XX Durante as primeiras décadas do século XX, o Piauí recebeu vários imigrantes sírios e libaneses, conhecidos como carcamanos. Eles estabeleceram comércios nas imediações do Mercado Central e vendiam tecidos, artigos de armarinho e outras miudezas. Nessa onda de imigração, chegaram ao Piauí os irmãos Tufy e Tomaz Jorge Tajra, em 1911. Eles se instalaram em Teresina e tiveram participação significativa no desenvolvimento do comércio da cidade.</p> <p>No Piauí, os movimentos sindicais e as organizações de proletariado ganharam espaço a partir do século XIX, se multiplicando ao longo do século XX. A implantação de uma estrutura sindical mais acabada vem com a Revolução de 30. Depois da CLT, organizam-se no Piauí mais de 90 sindicatos, dos quais mais de 50 eram de trabalhadores e mais de 30, patronais. Estas entidades estavam ligadas ao comércio, à indústria e à navegação, basicamente.</p> <p>1941 – 1943: Incêndios aos casebres de palha Nesse período Teresina viveu cenas de horror com os incêndios aos casebres de palha que constituíam a periferia da cidade. À época, Teresina era muito acanhada, com poucas ruas calçadas, quatro praças na área central e um cinturão de miséria nas imediações do centro da cidade, onde milhares de famílias residiam em meio à promiscuidade. Os incêndios levavam pânico a velhos, mulheres e crianças. Muitas famílias perderam tudo que tinham, outros morreram em meio às labaredas. Após anos de investigação, os incêndios foram considerados criminosos e sua autoria, atribuída à Polícia Militar do Piauí. Em 1941, registrou-se 450 casas incendiadas.</p> <p>1941 – Mais opções de lazer para o teresinense É inaugurado o cinema São Luís, ao lado do Clube dos Diários. Também é inaugurado neste ano o Parque da Bandeira, na praça Marechal Deodoro, durante a gestão do prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro (1936-1945).</p>	<p>Em seu relato, dona Francisca Maria afirma ter trabalhado na fábrica de refrigerantes Tufy, de propriedade do sírio-libanês citado na contextualização. Neste sentido, perguntar que função desempenhava, qual era a rotina da fábrica, se haviam muitas mulheres empregadas ali e qual a importância desse emprego para ela. Ela já tinha filhos quando trabalhou lá?</p> <p>Complementando a questão anterior, dona Francisca Maria era afiliada a algum sindicato? Como via essa relação entre o trabalhador, o sindicato e a empresa?</p> <p>As residências em Teresina nos anos 40 e 50, antes do boom populacional, ainda eram muito simples em sua estrutura. Muitas eram de palha e taipa e não possuíam energia elétrica e nem água encanada. Neste sentido, como eram, estruturalmente, as casas onde dona Francisca Maria residiu na sua fase solteira e casada?</p> <p>Acompanhando uma tendência mundial, o cinema passou a ser, a partir dos anos 1940, a principal diversão do teresinense. Os primeiros cinemas da capital foram o cine Royal (meados dos anos 1920) e o Olympia (1927) que encantavam o público com o cinema mudo (LIMA, 2007). Em 1939 é inaugurado o Cine Rex e em 1941, cine São Luís. Havia ainda o cinema do Clube dos Diários e em 1967 é</p>

	<p>Mais saúde em Teresina Inaugurado em 1941, o Hospital Getúlio Vargas torna-se um marco na história da saúde do Piauí, atendendo, desde os primeiros anos de seu funcionamento, todo o meio norte do Brasil. Por ocasião da Faculdade de Medicina do Piauí, implantada em meados dos anos 1960, o HGV transforma-se em hospital-escola. Na mesma década, o hospital sofre a sua primeira reforma, recebendo o terceiro pavimento e o centro cirúrgico.</p>	<p>inaugurado um outro cinema também de nome Royal. Este bem mais requintado do que o primeiro com poltronas acolchoadas, tela panorâmica e ar refrigerado. Donas Francisca Maria relatou que costumava frequentar o cinema. Que cinemas ela conheceu? Que lembranças ela tem desses lugares?</p> <p>OBS.: Mostrar fotos da praça Pedro II, com o Teatro ao fundo, como forma de ilustrar a pergunta.</p>
<p>Anos 1950 As lembranças de dona Francisca Maria são vagas e não se atrelam a datas. Mas muito provavelmente, neste período ela ainda fosse solteira e residisse com a família no bairro Areias ou Tabuleta.</p>	<p>Anos 1950</p> <p>Crescimento do setor industrial e comercial em Teresina</p> <p>A evolução do setor industrial em Teresina é registrada a partir da década de 1950 se estendendo até o final dos anos 1960. Para ilustrar melhor este crescimento, comparemos a quantidade de indústrias instaladas em distintos períodos do século XX. De 1918 a 1950 foram instalados 0,4 estabelecimentos por ano, enquanto entre 1950 e 1967 já instalavam-se 7,5 indústrias por ano. A participação dos comerciantes na cidade também aumenta, impulsionando o comércio varejista, fruto do intercâmbio comercial com outras cidades, beneficiado pela melhoria no transporte rodoviário (FAÇANHA, 2003).</p> <p>Mais obras de urbanização da cidade Foi na gestão do prefeito Agenor Barbosa de Almeida (1955-1959) que Teresina recebeu calçamento em grande escala, contemplando os bairros Vermelha, Barroçã, Piçarra, Porenquanto, Mafuá e Matadouro. Foi realizado também o primeiro asfaltamento da cidade que ia do Cemitério São José ao campo de aviação. Foram construídas caixas d'água, chafarizes e pequenos açudes. As praças da cidade também receberam atenção. A exemplo da praça Pedro II e Rio Branco que foram remodeladas e da praça Landri Sales que foi construída. Foi construída também a parte nova do Mercado</p>	<p>O bairro Vermelha assim como a Piçarra constituem dois dos bairros mais antigos de Teresina e foram ocupados espontaneamente, sem a intervenção do Estado. Gradativamente, as áreas adjacentes a estes bairros, que futuramente se tornariam os bairros</p>

	<p>Velho, com caixas d'água e sanitários.</p> <p>1958 – Trágico acidente muda os rumos do cenário eleitoral no Piauí</p> <p>Em 1958, precisamente no dia 4 de setembro, houve uma tragédia automobilística que gerou forte comoção popular. Na reta final das eleições para o governo e para o congresso, os candidatos a governador, Demerval Lobão e o candidato ao senado, Marcos Parente tiveram suas vidas interrompidas tragicamente enquanto se dirigiam à cidade de Água Branca para um comício. Até então, o cenário eleitoral mantinha-se equilibrado, mas após a tragédia os substitutos dos candidatos mortos levaram vantagem, já que as lideranças do partido souberam explorar muito bem o clima de comoção que se abateu sobre os piauienses. Os novos candidatos lançados, Chagas Rodrigues para o governo do Estado e Joaquim Parente para o senado, foram eleitos.</p>	<p>Macaúba, Tabuleta e Monte Castelo, passaram a ser habitadas, também do mesmo modo: espontaneamente. Neste sentido, como eram as paisagens desses bairros (Vermelha, São Pedro, Areias Tabuleta e Macaúba) quando dona Francisca Maria residiu neles? Havia outras casas? Havia calçamento e energia elétrica nas ruas? Estes bairros eram tranquilos ou violentos?</p> <p>OBS.: Os lugares onde ela morou se pareciam mais com... Mostrar foto das casas de palha e dos conjuntos habitacionais como forma de ilustrar a pergunta.</p> <p>Nesta data, dona Francisca Maria tinha 17 anos e estava prestes a exercer seus direitos de cidadã eleitora. Ele se lembra deste episódio? Como ela recebeu a notícia? Como a população reagiu? Seus familiares votaram nos candidatos substitutos?</p>
<p>Anos 1960 Provavelmente dona Francisca Maria já estivesse casada com primeiro marido nesta década e vivesse com ele no bairro Areias ou São Pedro ou Macaúba, em casa alugada. Talvez foi também nesta década que ela teve o seu primeiro filho. O seu primeiro marido vai para o garimpo e lá morre. Ela fica viúva durante três anos e logo casa-se de novo com um policial civil. Provavelmente é neste período em que ela trabalha na fábrica de refrigerante Tufy. No final da década,</p>	<p>Anos 1960 – Vários conjuntos habitacionais são construídos em Teresina</p> <p>Vários conjuntos habitacionais, dentre eles o Monte Castelo e a Tabuleta, surgiram dos esforços do estado brasileiro para minimizar os problemas urbanos causados pelo intenso crescimento populacional, que começa a ocorrer a partir dos anos 1950. Deste modo, o estado brasileiro desenvolvimentista direcionou ações para a política habitacional, criando o Instituto Brasileiro de Habitação (entre 1961 e 1963) e o Banco Nacional de Habitação (1964). Estas instituições geraram a construção de vários conjuntos habitacionais, possibilitando a expansão horizontal das cidades (VIANA, 2005). Em Teresina, a política habitacional é colocada em prática a partir de 1966, quando da criação de vários conjuntos habitacionais, dos quais podemos citar:</p>	<p>Sabemos que a formação de vários bairros de Teresina, entre eles os bairros Vermelha, Piçarra, Macaúba, Tabuleta e Monte Castelo, todos endereços de dona Francisca Maria, se deu a partir da ocupação espontânea da população, havendo a intervenção das políticas públicas de habitação somente algum tempo depois. Das casas onde dona Francisca Maria morou com a família, alguma foi conquistada a</p>

<p>provavelmente estivesse casada com o segundo marido e morando no bairro Macaúba ou Monte Castelo e já tivesse tido o seu segundo filho.</p>	<p>Primavera I, São Raimundo e Tabuleta (1966); Monte Castelo (1967) e Parque Piauí (1968).</p> <p>1964 – Marcha com Deus pela família e pela liberdade</p> <p>Em março de 1964 acontece em São Paulo “A marcha com Deus pela família e pela liberdade”. O evento também ocorreu no Piauí e tinha como propósito a derrubada do então presidente João Goulart para a instituição do regime militar que perduraria por 21 anos. Vários grupos sociais, incluindo a igreja, o empresariado e setores públicos diversos se organizaram em marchas, levando às ruas mais de 1 milhão de pessoas, com o intuito de derrubar o governo Goulart.</p>	<p>partir desses programas habitacionais do governo? Em que bairro?</p> <p>Em seu depoimento, dona Francisca Maria aparentou ser uma mulher religiosa, que frequentava a igreja e praticava a sua fé. Em 1964, ela estava com 23 anos. Teria ela participado desse movimento aqui em Teresina? O que ela se lembra deste momento?</p>
<p>Anos 1970 Provavelmente neste período, dona Francisca Maria estivesse casada com o segundo marido e residindo no bairro Monte Castelo, em casa própria. Sua referência temporal neste período é o estádio Albertão, que só é inaugurado em 1973.</p>	<p>1973 – Inauguração do Estádio Albertão</p> <p>Na inauguração do estádio, em agosto de 1973, houve uma grande confusão que terminou na morte de 8 pessoas. Estavam em campo os times Tiradentes e Fluminense do Rio de Janeiro quando aos 26 minutos do primeiro tempo um avião sobrevoou o estádio e provocou um barulho ensurdecedor e a sensação de tremor nas estruturas de concreto. Um torcedor gritou do meio da multidão que o estádio estava caindo, o que foi suficiente para causar tumulto e pânico. Muitas pessoas corriam sem direção, outras caíram no fosso e foram pisoteadas. O episódio foi marcado por gritos, dor, sangue e morte.</p>	<p>Em seu relato, dona Francisca Maria afirmou ter frequentado bastante o estádio com o seu filho mais velho. Teria ela estado no estádio no dia de sua inauguração? Caso não, ela ficou sabendo do ocorrido? Em suas idas ao estádio, algo marcante assim aconteceu?</p> <p>OBS.: Mostrar foto do estádio Albertão como forma de ilustrar a pergunta.</p>
<p>Anos 1980</p>	<p>1983 a 1984 - Diretas Já</p> <p>Durante o período da Ditadura Militar compreendido entre 1966 e 1983, os governadores do Piauí foram indicados pelo Presidente da República, e os prefeitos de Teresina, indicados pelos governadores. Em 1982, foi reestabelecida a eleição direta para governador e em 1985, para prefeitos. Nesta época houve a campanha pelas Diretas Já que levou as massas às ruas solicitando a retomada das eleições diretas também para presidente.</p>	<p>Dona Francisca Maria participou deste movimento? Como reagiu às manifestações populares? O que lembra deste momento?</p>

Outras perguntas relacionadas à primeira entrevista...

1. Dona Francisca Maria, no nosso primeiro encontro, a senhora me falou que o seu primeiro marido foi tentar a vida no garimpo. A senhora sabe dizer para qual garimpo ele foi? Em que ano ele foi? Era o Garimpo de Serra Pelada? Ele foi pra lá logo depois que vocês se casaram?
2. A senhora me falou ainda que quando seu marido estava no garimpo, a senhora comia na casa de sua mãe. A senhora voltou a morar com seus pais quando o seu marido foi para o garimpo? Neste momento, a senhora já trabalhava fora de casa?
3. A senhora me disse também que o pai do seu marido ajudava vocês, que ele tinha uns meios de vida. Que meios de vida seriam esses? Casas, terrenos, dinheiro guardado?

4. A senhora me falou ainda que quando mocinha costumava frequentar as festas na Escola São Paulo e depois, na União Artística. Eram nesses lugares? A senhora me falou ainda que eles eram escola também. Os dois?
OBS.: Mostrar foto do Clube São Paulo, como forma de ilustrar a pergunta.
5. A senhora me falou ainda que assistia aos desfiles de 7 de Setembro. Eram assim? Que lembranças essa imagem lhe traz?
OBS.: Mostrar fotos do desfile de 7 de Setembro.
6. A senhora me disse também que quando se casou estava morando bem perto do Albertão. A senhora se refere ao segundo casamento?
7. A senhora me falou ainda que quando trabalhou na fábrica de guaraná Tufy, o empregado da fábrica às vezes ia lhe buscar. Ele fazia isso como uma gentileza ou era ordem da fábrica?
8. A senhora também me falou que comparando a sua vida com a vida das suas vizinhas, a senhora luxava pra caramba. O que que a senhora tinha que suas vizinhas não tinham?
9. Dona Francisca Maria o que levou a senhora a ir trabalhar fora de casa? Foi por necessidade? E pelo fato da senhora trabalhar fora e ter uma renda, a senhora ajudava no sustento da casa?
10. A senhora também me disse que gostava muito de dançar e que no carnaval, a senhora ia observar os blocos de rua passarem. Por que razão a senhora não participava desses blocos como participava das festas nos clubes? Seus pais não permitiam? A senhora não queria ser confundida como uma mulher de vida fácil?
OBS.: Mostrar fotos das pessoas no carnaval.
11. A senhora me falou que depois que ficou viúva, não era em todo lugar que a senhora ia. Por quê? Qual era o seu receio?
12. A senhora também me disse que gostava de ir à Paixão de Cristo. Era a encenação que acontecia no Monte Castelo?
13. Dona Francisca Maria, a senhora me falou que quando era nova quando trabalhou na fábrica Tufy, mas ao mesmo tempo diz que somente depois que seus pais e irmãos morreram é que foi trabalhar em coisa pesada. O que seria essa coisa pesada? O trabalho na fábrica era pesado?

APÊNDICE E – Roteiro individual de entrevista (Sra. Graciena)

Biografia	Contexto Geral (conjuntura social e histórica)	Questões
<p>1947 Nasce Graciena, no Hospital Getúlio Vargas que à época também servia como maternidade, dada a falta de hospitais apropriados para este fim em Teresina. Esta informação fornecida por dona Graciena é confirmada por nossa pesquisa historiográfica.</p>	<p>Início do século XX No início do século, Teresina se apresentava como uma cidade onde o aspecto rural prevalecia na dinâmica da cidade, contrastando com o imaginário de urbanidade e modernidade. Aqui, as pessoas conviviam normalmente com os animais, a poeira, a lama, os riachos, as casas de palha e as epidemias. As festas religiosas eram a principal fonte de lazer, divertimento e entretenimento popular. Como exemplo claro desta nuance, temos a vida de dona Graciena que sempre foi voltada para as atividades religiosas e assistenciais.</p> <p>1947 Tem início o processo de redemocratização do Piauí</p> <p>Após a queda de Vargas, em 1945 e dois anos de intensa instabilidade política no Piauí (1945-1947), em 1947, com o apoio das massas, da burguesia comercial e das classes média e populares urbanas, o jovem médico Rocha Furtado assume o governo do Estado do Piauí. Representando a oposição, Rocha Furtado é eleito sob um cenário de redemocratização que varria o autoritarismo de ponta a ponta do Brasil, pondo fim ao período de instabilidade política vivido entre 1945 e 1947, decorrente da transição entre a ditadura e a democracia. A euforia da população foi tamanha que registrou-se no dia da posse do novo governador várias tragédias abalando a cidade: explosões de bombas e assassinatos, em virtude de excesso nas comemorações.</p> <p>Constituição Estadual pós-redemocratização</p> <p>A primeira Constituição Estadual depois da redemocratização nasceu em meio a um clima de acirrada luta partidária. Num momento de forte turbulência política e administrativa, acentuada pela crise econômico-financeira que assistia à queda vertiginosa dos produtos de exportação, resultando em declínio da receita pública, a nova Constituição criava uma série de encargos e despesas incompatíveis com a realidade do Estado.</p>	
<p>• Final dos anos 1940 e década de 1950 Filha de um policial e de uma lavadeira de roupas, dona Graciena vive os seus primeiros anos de vida no bairro Piçarra, em uma casa alugada que dispunha de luz elétrica e água de poço. Nesta casa ela vivia com a mãe, o pai e um irmão adotivo. Sua mãe teve 13 filhos, mas apenas 3 sobreviveram, fato que evidencia a alta taxa de mortalidade infantil do Estado, inclusive na capital. Com os seus dois irmãos biológicos, dona Graciena</p>	<p>1948 –1951: Obras públicas trazem melhoria à população</p> <p>No final dos anos 1940, o mercado da Piçarra, um dos mais tradicionais de Teresina, é criado na gestão do prefeito José Ribamar de Castro Lima (1948-1950). O mercado, que hoje é patrimônio histórico e cultural de Teresina, iniciou como uma feira, conhecida como Mercado da Lama e hoje representa a identidade gastronômica da capital.</p> <p>Anos 1950 Crescimento do setor industrial e comercial em Teresina</p> <p>A evolução do setor industrial em Teresina é registrada a partir da década de 1950 se estendendo até o final dos anos 1960. Para ilustrar melhor este crescimento, comparemos a quantidade de indústrias instaladas em distintos períodos do século XX. De 1918 a 1950 foram instalados 0,4 estabelecimentos por ano, enquanto entre 1950 e 1967 já instalavam-se 7,5 indústrias por ano. A participação dos comerciantes na cidade também aumenta, impulsionando o comércio varejista, fruto do intercâmbio</p>	<p>Em seu relato, dona Graciena afirma ter morado no bairro Piçarra quando era criança. Como residiu uma parte da vida no bairro Piçarra, dona Graciena frequentava o mercado? O que ele representava para ela?</p>

<p>pouco conviveu. O homem casou-se muito jovem e hoje mora no bairro Mocambinho. A mulher foi dada ainda bebê para uma família de boa condição financeira e hoje mora no Jóquei, zona nobre de Teresina. Esta irmã lhe ajudou durante 2 anos e 4 meses a pagar a mensalidade de sua previdência, num momento em que ela passava por forte instabilidade financeira, apelando inclusive para pedidos de esmola.</p>	<p>comercial com outras cidades, beneficiado pela melhoria no transporte rodoviário (FAÇANHA, 2003).</p> <p>Obras na Arquidiocese de Teresina</p> <p>No governo do prefeito João Mendes Olímpio de Melo (1951-1955) houve cooperação para o término das obras do Seminário da Arquidiocese de Teresina.</p> <p>Mais obras de urbanização da cidade</p> <p>Foi na gestão do prefeito Agenor Barbosa de Almeida (1955-1959) que Teresina recebeu calçamento em grande escala, contemplando os bairros Vermelha, Barrocão, Piçarra, Porenquanto, Mafuá e Matadouro. Foi realizado também o primeiro asfaltamento da cidade que ia do Cemitério São José ao campo de aviação. Foram construídas caixas d'água, chafarizes e pequenos açudes. As praças da cidade também receberam atenção. A exemplo da praça Pedro II e Rio Branco que foram remodeladas e da praça Landri Sales que foi construída. Foi construída também a parte nova do Mercado Velho, com caixas d'água e sanitários.</p> <p>1956 – Teresina tem um novo arcebispo</p> <p>Dom Avelar Brandão Vilela tomou posse como arcebispo de Teresina em maio de 1956. Ficou em Teresina até 1971 e aqui desenvolveu inúmeras realizações no campo da pastoral educacional e social, dentre as quais destacam-se a ASA (Ação Social Arquidiocesiana), a Faculdade Católica de Filosofia e a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade).</p>	<p>Como era o bairro Piçarra quando dona Graciene residiu lá? O que ela se lembra da sua vivência por lá? Frequentava as praças do bairro?</p> <p>Em seu relato, dona Graciene deixa claro que toda a sua vida foi dedicada à caridade e às missões religiosas. Neste sentido, ela conheceu o arcebispo Dom Avelar? Envolveu-se nas ações por ele lideradas?</p> <p>OBS.: Mostrar foto de uma ação desenvolvida pelo arcebispo Dom Avelar a favor dos flagelados da seca, realizada no Estádio Lindolfo Monteiro, com a distribuição de alimentos.</p> <p>Nas igrejas que a senhora frequentou, eram desenvolvidas ações assim para ajudar a população carente?</p> <p>OBS.: Mostrar fotos das igrejas.</p>
<p>Anos 1960 Dona Graciene se muda com a família para o recém-criado bairro Monte Castelo. Lá a família reside em uma modesta construção, com teto de palha e água encanada, mas sem luz elétrica. A casa era própria e por dispor de água encanada, a sua mãe realizava as tarefas de lavadeira na</p>	<p>Anos 1960 – Vários conjuntos habitacionais são construídos em Teresina</p> <p>Vários conjuntos habitacionais, dentre eles o Monte Castelo, surgiram dos esforços do estado brasileiro para minimizar os problemas urbanos causados pelo intenso crescimento populacional, que começa a ocorrer a partir dos anos 1950. Deste modo, o estado brasileiro desenvolvimentista direcionou ações para a política habitacional, criando o Instituto Brasileiro de Habitação (entre 1961 e 1963) e o Banco Nacional de Habitação (1964). Estas instituições geraram a construção de vários</p>	<p>Em seu relato, dona Graciene afirma que a sua mudança residencial da Piçarra para o Monte Castelo foi viabilizada em função da política habitacional implementada por Petrônio Portela, prefeito de Teresina de 1959 a 1963 e governador do Estado de 1963 a 1966.</p>

<p>própria residência. Em 1967, morre o pai de dona Graciana.</p>	<p>conjuntos habitacionais, possibilitando a expansão horizontal das cidades (VIANA, 2005). Em Teresina, a política habitacional é colocada em prática a partir de 1966, quando da criação de vários conjuntos habitacionais, dos quais podemos citar: Primavera I, São Raimundo e Tabuleta (1966); Monte Castelo (1967) e Parque Piauí (1968).</p> <p>1964 – Marcha com Deus pela família e pela liberdade</p> <p>Em março de 1964 acontece em São Paulo “A marcha com Deus pela família e pela liberdade”. O evento também ocorreu no Piauí e tinha como propósito a derrubada do então presidente João Goulart para a instituição do regime militar que perduraria por 21 anos. Vários grupos sociais, incluindo a igreja, o empresariado e setores públicos diversos se organizaram em marchas, levando às ruas mais de 1 milhão de pessoas, com o intuito de derrubar o governo Goulart.</p>	<p>Ela afirma ter chegado ao bairro Monte Castelo com 15 anos de idade, fato que teria ocorrido entre 1962 e 1963. Mas na historiografia do bairro, sua inauguração data de 1967, ano em que dona Graciana estaria com 20 anos de idade. Neste sentido, como era o bairro quando ela se mudou para lá? Havia outras casas além da sua? Como era a estrutura dessas casas? Ela realmente tinha somente 15 anos quando foi morar lá? A sua casa, inicialmente de palha, foi remodelada com telha pelo seu irmão antes dele se casar?</p> <p>OBS.: Mostrar fotos de casas e perguntar: Sua casa se parecia mais com qual dessas aqui?</p> <p>Dona Graciana sempre esteve envolvida com as missões eclesiais. Em 1964, ela tinha 17 anos. Teria ela participado desse movimento aqui em Teresina? O que ela se lembra deste momento?</p>
<p>Anos 1970 Residindo no Monte Castelo com a mãe e o irmão adotivo, dona Graciana segue envolvida com as atividades religiosas. Em 1976, ela conhece um rapaz que atende por nome de Carlos Dias Lopes. Com ele, dona Graciana diz ter tido um relacionamento que perdura até os dias atuais.</p>	<p>Inaugurada a Usina Hidroelétrica de Boa Esperança</p> <p>Até a entrada em operação da hidroelétrica de Boa Esperança, cada prefeitura municipal tinha a sua própria usina e cuidava da distribuição da energia elétrica local. Os sistemas eram precários e o abastecimento de energia elétrica era irregular, mesmo na capital do Estado. No início da década de 1960, começa a campanha para a construção da usina hidroelétrica de Boa Esperança. Apesar dos pareceres técnicos contrários à obra, ela foi realizada numa parceria do presidente Castello Branco com o governador do Estado, Helvídio Nunes. Em abril de 1970, a usina foi inaugurada, anunciando uma nova era na produção e distribuição da energia elétrica do estado, bem como, na dinamização do setor industrial.</p> <p>Teresina continuava a crescer</p> <p>A cidade continuava a receber as ações das políticas públicas de habitação, promovidas pelos governos estadual e federal. Apesar</p>	<p>Em seu relato, dona Graciana afirma que numa das casas que residiu (a do Monte Castelo) não havia luz elétrica, o que reforça a precariedade da distribuição de energia elétrica na capital piauiense. Em que ano chegou a energia elétrica na sua nova casa? Que mudanças a luz elétrica trouxe para o seu modo de vida?</p>

	<p>disto, houve um agravamento das condições de vida na cidade, provocada pelo crescimento demográfico em ritmo alucinado, resultando em uma ocupação contraditória, espacialmente e desigual, socialmente. Surgiram nesta década, as primeiras grandes favelas da cidade. Ao mesmo tempo, surgiram novos atores sociais que atuavam na mediação de conflitos entre os mais diversos agentes produtores no espaço. Na zona sul, houve forte influência da Igreja Católica neste processo (FAÇANHA, 2003).</p>	<p>Em seu relato, ao ser questionada sobre a possibilidade de voltar a residir no Monte Castelo, dona Graciene revela não ter interesse, apesar da Arquidiocese agir em parceria com a prefeitura. Em que sentido a arquidiocese ajudava na proteção dos moradores do bairro? Desde quando a Igreja desenvolve este tipo de ação?</p>
<p>Anos 1980 Dona Graciene continua a residir no bairro Monte Castelo com a mãe e o irmão adotivo. Neste período ela trabalha como lavadeira de roupas, ajudando sua mãe e ainda dedica-se à caridade, com a marcação de consultas e exames principalmente para o público idoso, sem cobrar nada pelo auxílio.</p>	<p>1980 - Visita do papa ao Piauí Em julho de 1980, o papa João Paulo II visitou Teresina. Sua passagem pela capital durou 1 hora e foi marcada pela leitura de uma faixa: “Santo Padre, o povo passa fome”. O papa leu a faixa após rezar o Pai Nosso. Os organizadores da exposição da faixa foram presos. A faixa, no entanto, fotografada e filmada por jornais, revistas e TV’s, nacionais e estrangeiras, correu o mundo.</p> <p>1983 a 1984 - Diretas Já Durante o período da Ditadura Militar compreendido entre 1966 e 1983, os governadores do Piauí foram indicados pelo Presidente da República, e os prefeitos de Teresina, indicados pelos governadores. Em 1982, foi reestabelecida a eleição direta para governador e em 1985, para prefeitos. Nesta época houve a campanha pelas Diretas Já que levou as massas às ruas solicitando a retomada das eleições diretas também para presidente.</p>	<p>Neste momento, dona Graciene estava com 33 anos. Ela participou deste momento? O que lembra deste dia?</p> <p>OBS.: Mostrar foto da visita do papa ao Piauí.</p> <p>Dona Graciene participou deste movimento? Como reagiu às manifestações populares? O que lembra deste momento?</p>

Outras perguntas relacionadas à primeira entrevista...

1. Dona Graciene, no nosso primeiro encontro, a senhora me falou que o seu pai se separou de sua mãe e ela ficou lavando roupa. Depois, a senhora disse que o seu pai morou com vocês na mesma casa até a morte dele. Ele se separou da sua mãe e depois voltou pra casa? A sua mãe começou a lavar roupa pra outras pessoas? O motivo para ela lavar roupa era sustentar a família quando seu pai se separou dela? Em algum momento da vida, ela lavou roupa no rio, assim?
OBS.: Mostrar foto das lavadeiras no rio.
2. A senhora me falou também que quando a sua mãe chegava em casa de tarde, ia fazer remédio pra sua irmã recém-nascida. Nessa época, ela lavava roupa fora de casa? A sua irmã precisava de remédio por que era doente? Foi por esta razão que sua mãe a deu? Quando a sua irmã foi dada para o funcionário dos Correios, ela foi morar fora de Teresina com a nova família?
3. A senhora me disse também se sua mãe lhe colocou na escola quando a senhora era criança. A senhora tinha 5 anos de idade, ou a senhora estudou na escola por 5 anos? Nessa época em que a senhora foi à escola, a senhora morava na Piçarra? A escola era perto da sua casa?
4. A senhora me falou ainda que ajudava a sua mãe a lavar roupa. A senhora tinha mesmo quantos anos quando a senhora começou a ajudá-la a lavar roupa? Essa roupa que a senhora ajudava ela a lavar, era somente a roupa da sua família ou era a roupa dos clientes de sua mãe?

5. Ao longo da sua fala, a senhora sempre me informou que pagava seu INSS. A senhora pagou por quanto tempo? A senhora pagava o INSS com o que recebia pelo trabalho de lavadeira? A senhora me falou ainda que já estava aposentada quando sua mãe morreu e que quando ela morreu a senhora parou. Parou de trabalhar como lavadeira ou parou de pagar o INSS por já estar aposentada? Quando a sua irmã lhe ajudou a pagar o INSS, a sua mãe ainda era viva? A senhora pagava o INSS nesse prédio?
OBS.: Mostrar foto do prédio do INSS.
6. A senhora também me falou que aprendeu a fazer vela perfumada. Foi lá na Escola José Cândido Ferraz? Foi durante o período que a senhora estudou lá?
7. No nosso primeiro encontro, a senhora me falou do seu pretendente e das decepções amorosas que ele teve com outras mulheres. Em um determinado momento, a senhora fala que alguém fez um curso da Polícia Federal. Foi ele?
8. A senhora me falou também que nunca gostou dos programas das moças da sua idade. Nunca gostou de festas, sempre preferiu os compromissos religiosos na companhia de idosos. Me falou também que seu pai não permitiam que a senhora andasse solta. Mas o fato da senhora deles lhe proibirem de ir a festas, fez com que a senhora se conformasse ou antes disso a senhora percebeu que realmente não gostava de festa?
9. Quando mocinha, a senhora nunca participou do carnaval? Nunca se vestiu assim para brincar o carnaval?
OBS.: Mostrar foto das pessoas vestidas no carnaval.
10. A senhora nunca frequentou esses lugares em Teresina?
OBS.: Mostrar foto da praça Pedro II, com teatro e cinema ao fundo.

APÊNDICE F - Roteiro individual de entrevistas (Sr. Jerônimo)

Biografia	Contexto Geral (conjuntura social e histórica)	Questões
<p>1927 – Nascimento do Sr. Jerônimo, em Buriti dos Lopes.</p>	<p>No início do século XX, as cidades do Piauí pouco se diferenciavam em sua forma de viver. Em Teresina, por exemplo, as pessoas conviviam normalmente com os animais, a poeira, a lama, os riachos, as casas de palha e as epidemias. Este cenário se reproduzia nas demais cidades do interior do estado.</p> <p>O primeiro sistema de abastecimento de água de Teresina foi inaugurado em 1906. Até então, a água utilizada pela população não recebia qualquer tratamento e era distribuída através de ancoretas transportadas em lombos de animais, recurso acessível às famílias abastadas. Os pobres transportavam eles mesmos a sua água, do rio Poti ou Parnaíba em latas ou cabaças.</p> <p>A eletricidade também já havia sido introduzida na cidade em um processo gradativo que iniciou em 1910, no governo de Antonino Freire (1910-1912) e foi até 1914, governo de Miguel Paiva Rosa (1912-1916), quando finalmente se firmou. Inicialmente, foi projetada a iluminação pública e mais tarde, a iluminação doméstica.</p> <p>A navegabilidade do Rio Parnaíba teve o seu auge nas décadas de 20, 30 e 40, embora estivesse autorizada pela Capitania dos Portos desde 1903. Várias empresas devidamente registradas e organizadas trafegavam pelo rio com um número considerável de embarcações, transportando passageiros e mercadorias procedentes de outros estados brasileiros e do exterior.</p> <p>Foi também durante a década de 20, durante o governo de João Luís Ferreira (1920-1924), que foram abertas e construídas as primeiras estradas de rodagem no Piauí, facilitando a penetração no interior do estado e acesso à capital.</p> <p>No aspecto sociocultural, a década de 20 foi marcada pela fundação da Sociedade Recreativa do Clube dos Diários em 1922, e mais tarde a inauguração de sua sede própria, em 1927. Neste mesmo ano, o cinema Olímpia, na praça Rio Branco, se torna o centro principal da atividade artística e literária de Teresina.</p>	
<p>Anos 1940 Seu Jerônimo muda-se com a família para Teresina. Aqui, ele reside na rua Anísio de Abreu, centro-sul da cidade. Estuda nas escolas Abdias Neves e Industrial.</p>	<p>Primeira metade do século XX</p> <p>As primeiras favelas de Teresina surgiram nas proximidades da primeira grande fábrica da cidade: a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, criada em 1892, situada no centro-norte da cidade. Os habitantes da favela eram os operários da fábrica. A favela operária foi urbanizada com a ajuda da própria fábrica, mas posteriormente engolida pelo progresso.</p>	<p>Segundo seu relato, seu Jerônimo costumava jogar bola com os colegas em terrenos próximos à antiga Fiação. Sendo assim, como ele lembra a paisagem e a rotina daquele lugar?</p> <p>OBS.: Utilizar foto da fábrica de fiação para tematizar/ilustrar a pergunta.</p>

	<p>1935 – 1945: Governo Leônidas Melo Com 10 anos de duração, o governo em questão foi o mais longo do Piauí no período republicano. O governador, um médico conceituado nos meios sociais, assumiu em 1935, depois de eleito e empossado pela Assembleia Legislativa. Em 1937, aderiu ao golpe de Getúlio Vargas. A partir de então, o Piauí viveu uma das épocas de maior repressão, especialmente Teresina. O governo Leônidas Melo, que se revestiu de caráter autoritário, foi marcado pelas alianças com as oligarquias rurais. Embora tenha construído obras sociais importantes, a principal marca de seu governo foi o arbítrio, o sufocamento das liberdades democráticas e as atrocidades cometidas em nome do poder.</p> <p>1941 – 1943: Incêndios aos casebres de palha Nesse período Teresina viveu cenas de horror com os incêndios aos casebres de palha que constituíam a periferia da cidade. À época, Teresina era muito acanhada, com poucas ruas calçadas, quatro praças na área central e um cinturão de miséria nas imediações do centro da cidade, onde milhares de famílias residiam em meio à promiscuidade. Os incêndios levavam pânico a velhos, mulheres e crianças. Muitas famílias perderam tudo que tinham, outros morreram em meio às labaredas. Após anos de investigação, os incêndios foram considerados criminosos e sua autoria, atribuída à Polícia Militar do Piauí.</p> <p>1945 – 1947: A queda da ditadura Vargas no Piauí Com a queda de Vargas, em 29 de outubro de 1945, os interventores por ele nomeados foram todos substituídos. No Piauí, o período compreendido entre 1945 e 1947 foi marcado por uma forte instabilidade política, com passagens efêmeras dos novos interventores, que não conseguiam se manter no poder. Era a transição do regime ditatorial para a democracia.</p> <p>1945 – 1947: Entre a ditadura e a democracia Neste período, houveram alguns fatos que causaram medo, revolta e comoção nos piauienses. Entre eles podemos citar a morte do vigia do jornal “O Piauí”, Miguel Pedro, ocorrida num atentado ao veículo que fazia duras críticas ao governo. O fato se transformou num barulhento acontecimento político, passando a simbolizar a resistência aos atos arbitrários da ditadura.</p>	<p>Considerando que seu Jerônimo tinha 18 anos de idade no final do governo em questão, quais são as suas impressões da vida naquele período? Havia mesmo repressão e autoritarismo por parte do governo estadual e federal?</p> <p>OBS.: Utilizar fotografia do novo quartel da Polícia Militar (construído por Leônidas Melo – atual Centro de Artesanato) para tematizar/ilustrar a pergunta.</p> <p>Considerando que nesta época, seu Jerônimo morava em Teresina, à rua Anísio de Abreu, centro-sul da cidade, como ele lembra este acontecimento? Acompanhou o drama das famílias, conheceu alguém que perdeu sua casa ou algum parente? Que sentimentos estes episódios lhe despertaram?</p> <p>Considerando que seu Jerônimo era filho de um policial militar e demonstrava admiração pela carreira militar, como ele via este contexto político? Como era a vida da população e a sua própria neste momento da história? As conversas sobre política faziam parte do cotidiano de sua família?</p> <p>Neste sentido, seu Jerônimo se lembra deste fato? Como vivenciou a ditadura de Vargas na capital piauiense? Houveram outros acontecimentos que se tornaram símbolos da resistência à ditadura? Quais?</p>
<p>Final dos anos 1940 Seu Jerônimo vai servir à Marinha e deixa Teresina.</p>	<p>1966 – 1983: A Ditadura Militar no Piauí Durante o período da Ditadura Militar compreendido entre 1966 e 1983, os governos do Piauí eram indicados pela presidência da república, e os prefeitos de Teresina, indicados pelos governadores. Em 1982 foi reestabelecida a eleição direta para governador e em 1985, para prefeito.</p>	<p>Neste sentido, como seu Jerônimo vivenciou esse momento? Participou do movimento? Onde estava nesta época? O que lembra sobre isso?</p>

	Nesta época, houve em todo o país o movimento pelas “Diretas Já” que levou as massas às ruas.	
Anos 1980 Seu Jerônimo retorna a Teresina definitivamente no ano de 1985, aproximadamente.	1983/1984 – Diretas já Durante o período compreendido entre 1966 e 1983 (Ditadura Militar), os governadores do Piauí eram indicados pelo presidente da república, e os prefeitos de Teresina, indicados pelos governadores. Em 1982 foi reestabelecida a eleição direta para governador e em 1985, para prefeitos. Nesta época houve a campanha pelas Diretas Já que levou as massas às ruas, solicitando a retomada das eleições diretas.	Onde seu Jerônimo vivia nessa época? Participou do movimento? O que lembra deste momento?

Outros questionamentos relacionados à primeira entrevista...

1. Seu Jerônimo, o senhor disse no nosso primeiro encontro que a sua família saiu de Buriti dos Lopes para Porto Alegre (atual Luzilândia) porque quiseram matar o seu pai. Depois, vocês se mudaram para Matias Olímpio e depois chegaram a Teresina. Por que vocês vieram para Teresina?
2. Chegando em Teresina, o senhor me disse que morou na rua Anísio de Abreu, centro-sul (mostrar fotos de casas residenciais do centro de Teresina). A sua casa era parecida com essa? Tinha água encanada e energia elétrica na sua casa?
3. O senhor também me falou que estudou no Grupo Escolar Abdias Neves (mostre a foto da escola). Como era estudar nessa escola? Quem eram os alunos e professores (perfil econômico)?
4. O senhor estudou também na Escola Industrial de Teresina. Em que ano? Tem os certificados do curso de fundição que fez? Acredita que a profissão que aprendeu foi útil na vida?
5. O senhor também me falou que tocava pandeiro. Com quem o senhor aprendeu a tocar pandeiro?
6. Seu Jerônimo, o senhor me falou que era o rei da valsa e adorava dançar. Me disse que frequentava os clubes dos Terríveis e do Teresinense. Esse clubes eram dos times de futebol? Eles tinham sede própria ou funcionavam na sede da Federação Piauiense de Futebol, na rua Lisandro Nogueira? Quem era a população que frequentava estes clubes (mostrar foto das pessoas no Clube dos Diários).
7. E sobre o carnaval o senhor me falou que brincou no Democratas e no Farrista da Lua. Eram blocos de rua?
8. O senhor me disse também que frequentava a praça Rio Branco quando voltou (mostrar foto da praça). Quais as suas lembranças desse lugar?
9. O senhor me falou ainda que frequentava Timon pela ponte metálica (mostrar foto da ponte). Que lembranças esta imagem lhe traz? O senhor passava por aqui antes de ir embora de Teresina? (Disse que a ponte era feita de dormentes e ele passava se segurando na sua estrutura para não cair).
10. O senhor me falou também que frequentava as prainhas do Rio Parnaíba (mostrar foto). O que o senhor lembra desta época?

APÊNDICE G - Roteiro individual de entrevistas (Sra. Otaviana)

Biografia	Contexto geral (conjuntura social e histórica)	Questões
<p>1922 Nasce dona Otaviana, nas terras da família Ribeiro, grande fazendeira na região de Nazária, à época, zona rural de Teresina.</p> <p>Vivendo com a mãe e com uma irmã mais nova, dona Otaviana nunca conheceu o pai. Sob uma condição de extrema pobreza, ela passou fome, mas apesar das dificuldades enfrentadas, nunca deixou de realizar as travessuras de infância. Entre suas principais distrações estavam os banhos de rio no Parnaíba.</p>	<p>Na década de 1920, Teresina era uma cidade acanhada, com hábitos ainda muito interioranos. As pessoas conviviam normalmente com os animais, a poeira, a lama, os riachos, as casas de palha e as epidemias. Este cenário se reproduzia na zona rural.</p> <p>O primeiro sistema de abastecimento de água de Teresina foi inaugurado em 1906. Até então, a água utilizada pela população não recebia qualquer tratamento e era distribuída através de ancoretas transportadas em lombos de animais, recurso acessível às famílias abastadas. Os pobres transportavam eles mesmos a sua água, do rio Poti ou Parnaíba em latas ou cabaças. Deste modo, mesmo iniciados os serviços de canalização e abastecimento de água em Teresina, este só alcançava uma parcela restrita da população: as famílias mais abastadas que viviam na região mais nobre da cidade. Boa parte da população ainda recorria a poços, rios, riachos e açudes para ter acesso à água.</p> <p>A eletricidade também já havia sido introduzida na cidade em um processo gradativo que iniciou em 1910, no governo de Antonino Freire (1910-1912) e foi até 1914, governo de Miguel Paiva Rosa (1912-1916), quando finalmente se firmou. Inicialmente, foi projetada a iluminação pública e mais tarde, a iluminação doméstica.</p> <p>A navegabilidade do Rio Parnaíba teve o seu auge nas décadas de 20, 30 e 40, embora estivesse autorizada pela Capitania dos Portos desde 1903. Várias empresas devidamente registradas e organizadas trafegavam pelo rio com um número considerável de embarcações, transportando passageiros e mercadorias procedentes de outros estados brasileiros e do exterior. O rio também era utilizado para outros fins, como a lavagem de roupa da população, principalmente a da população mais carente que sem um abastecimento regular de água, recorria às margens do rio frequentemente. Hoje, do rio Parnaíba só se aproveita o fornecimento de energia elétrica e o abastecimento de água de algumas cidades, entre elas, Teresina. Faltam ser exploradas suas potencialidades nos aspectos da navegação, irrigação, piscicultura, desenvolvimento agropastoril, promoção de novos tipos de cultura adaptadas às condições locais e até mesmo, o próprio turismo.</p>	<p>Em seu relato, dona Otaviana afirma ter trabalhado na casa de um soldado do 25º BC e entre suas tarefas estava a de ir ao poço, encher os potes da casa com água. Não havia água encanada na casa do seu patrão? E na casa onde ela vivia com a mãe?</p> <p>Dona Otaviana revela em seu depoimento ter frequentado muito o rio Parnaíba, onde ela costumava brincar e tomar banho depois de ir à escola. Um pouco maior, o rio passou a ter para ela outras funções, como a lavagem de roupa e o abastecimento das casas onde trabalhou, inclusive a sua própria. Nesta íntima relação com o rio, teria ela presenciado a sua navegação? A imagem das lavadeiras às margens do rio Parnaíba tem que significado para ela, já que ela também lavava a sua roupa e a de seus patrões no rio?</p> <p>OBS.: Utilizar as fotos das embarcações no rio Parnaíba e das lavadeiras às margens do rio, para ilustrar a pergunta.</p>

	<p>Foi também durante a década de 20, durante o governo de João Luís Ferreira (1920-1924), que foram abertas e construídas as primeiras estradas de rodagem no Piauí, facilitando a penetração no interior do estado e acesso à capital. Com a abertura das primeiras estradas de rodagem, um novo modelo de automóvel passa a percorrer os sertões piauienses, onde até então os meios de transporte eram o carro de boi, o burro, o jumento e o cavalo. O novo transporte era o Ford e o ano era 1924.</p> <p>No aspecto sócio-cultural, a década de 20 foi marcada pela fundação da Sociedade Recreativa do Clube dos Diários em 1922, e mais tarde a inauguração de sua sede própria, em 1927. Neste mesmo ano, o cinema Olímpia, na praça Rio Branco, se torna o centro principal da atividade artística e literária de Teresina.</p>	<p>NOTA: Em seu depoimento dona Otaviana revela a quase inexistência de veículos e os poucos que circulavam pertenciam a uma pequena parcela da sociedade: os bem de condição.</p>
<p>Anos 1930 Dona Otaviana começa a trabalhar como doméstica em casas de família. Foi provavelmente nesta década também que ela teve uma breve experiência estudantil.</p>	<p>1932 – A grande estiagem A grande seca vivida em todo o Nordeste em 1915, se repetiu em 1932, 1942, 1958, 1966, 1970, 1979/1981 e 1998/1999. O drama da seca provocou perdas na lavoura e na pecuária. A economia rural se sustentava na lavoura de subsistência, na pecuária extensiva e no extrativismo. Em seu depoimento, dona Otaviana revela ter passado fome na infância, sendo obrigada a comer farinha com a irmã para se saciar.</p> <p>1933 – Os primeiros aviões em Teresina Nesta data, chegam a Teresina os três primeiros aviões. Eles pertencem à Marinha de Guerra do Brasil. Há registros fotográficos de uma esquadrilha de três aviões em 1930, sobrevoando os céus da cidade.</p> <p>1935 – 1945: Governo Leônidas Melo Com 10 anos de duração, o governo em questão foi o mais longo do Piauí no período republicano. O governador, um médico conceituado nos meios sociais, assumiu em 1935, depois de eleito e empossado pela Assembleia Legislativa. Em 1937, aderiu ao golpe de Getúlio Vargas. A partir de então, o Piauí viveu uma das épocas de maior repressão, especialmente Teresina. O governo Leônidas Melo, que se revestiu de caráter autoritário, foi marcado pelas alianças com as oligarquias rurais. Embora tenha construído obras sociais importantes, a principal marca de seu governo foi o arbítrio, o sufocamento das liberdades democráticas e as atrocidades cometidas em nome do poder.</p> <p>1939-1945: O ciclo do babaçu O Piauí se tornou o segundo produtor brasileiro de babaçu, exportando a sua produção para países como a Holanda, Portugal, Dinamarca, França e Estados Unidos. A</p>	<p>Em seu relato, dona Otaviana cita o evento ocorrido em Teresina, utilizando-o como referência para a elaboração das brincadeiras de criança. Teria ela visto estes aviões ou apenas ouviu falar da sua presença na cidade?</p> <p>OBS.: Utilizar as fotos dos aviões para ilustrar a pergunta.</p> <p>Considerando que dona Otaviana tinha 23 anos de idade no final do governo em questão, quais são as suas impressões da vida naquele período? Havia mesmo repressão e autoritarismo por parte do governo estadual e federal?</p>

	exportação da amêndoa iniciou em 1911 e teve o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A partir de 1951, o babaçu viu o seu declínio. Cessada a procura internacional, a comercialização do babaçu se manteve em função do consumo do Centro-Sul que implantou empresas de industrialização, transformando-a em óleo comestível.	Em seu depoimento, dona Otaviana afirma ter sido também quebradeira de coco e embora não tenha deixado explícito, sabemos que a cultura de quebrar coco é referente ao coco babaçu, uma amêndoa nativa e muito comum na região de Nazária, onde dona Otaviana vivia. Neste sentido, quem eram os compradores do babaçu que dona Otaviana extraía e quebrava? A renda adquirida com esta atividade era suficiente para manter o seu sustento? Que lembranças ela tem dessa atividade?
Anos 1950	1958 – Trágico acidente muda os rumos do cenário eleitoral no Piauí Em 1958, precisamente no dia 4 de setembro, houve uma tragédia automobilística que gerou forte comoção popular. Na reta final das eleições para o governo e para o congresso, os candidatos a governador, Demerval Lobão e o candidato ao senado, Marcos Parente tiveram suas vidas interrompidas tragicamente enquanto se dirigiam à cidade de Água Branca para um comício. Até então, o cenário eleitoral mantinha-se equilibrado, mas após a tragédia os substitutos dos candidatos mortos levaram vantagem, já que as lideranças do partido souberam explorar muito bem o clima de comoção que se abateu sobre os piauienses. Os novos candidatos lançados, Chagas Rodrigues para o governo do Estado e Joaquim Parente para o senado, foram eleitos.	Nesta data, dona Otaviana tinha 36 anos. Ela se lembra do fato? Como ela recebeu a notícia? Como a população reagiu?
Anos 1980	1983/1984 – Diretas já Durante o período compreendido entre 1966 e 1983 (Ditadura Militar), os governadores do Piauí eram indicados pelo presidente da república, e os prefeitos de Teresina, indicados pelos governadores. Em 1982 foi reestabelecida a eleição direta para governador e em 1985, para prefeitos. Nesta época houve a campanha pelas Diretas Já que levou as massas às ruas, solicitando a retomada das eleições diretas.	Dona Otaviana participou do movimento? O que lembra deste momento?

Outras perguntas relacionadas à primeira entrevista...

1. Dona Otaviana, no nosso primeiro encontro, a senhora me falou que sua mãe teve 6 filhas, todas mulheres. Uma, morreu ainda criança, outra, chamada Maria a senhora conheceu e as outras três, o que aconteceu com elas?
2. A senhora também me disse que ficava sozinha em casa com a sua irmã Maria quando a sua mãe saía para trabalhar. Me disse que não sabia fazer comida e por isso comia farinha. Mas na sua casa tinha comida?
3. A senhora também me falou que ao ir para o rio, passava pelo Asilo dos Alienados e às vezes perdia a noção do tempo, observando os loucos dali. O asilo seria este aqui (mostrar foto)? A senhora morava perto do asilo? A escola em que estudava era perto do asilo? A rua Boa Hora, onde a senhora disse que morava com sua mãe, era perto do Asilo? A casa da rua Boa Hora, era da sua mãe ou do seu padrasto?
4. A senhora me disse também que na segunda casa onde trabalhou, a casa da dona Corina, a senhora recebia um salário em dinheiro. Era 5 mil réis que a senhora recebia?

5. Em todas estas casas onde a senhora trabalhou, a senhora não morava lá? Ia pela manhã e voltava no final do dia para a casa de sua mãe? As casas onde a senhora trabalhou ficavam perto da casa de sua mãe? Essas casas, ficavam no interior ou na cidade?
6. A senhora me falou ainda que depois que saiu da casa de dona Corina, apareceu uma outra casa pra senhora ficar trabalhando. Falou para sua mãe e ela disse que a senhora não ia mais trabalhar. Por quê?
7. A senhora me disse que não gostava da água encanada para beber. Utilizava a água encanada para cozinhar, mas para beber, a senhora pegava água no rio Parnaíba. A senhora está falando da casa que morava com sua mãe?
8. A senhora me disse que foi noiva duas vezes, mas que não casou com nenhum dos dois rapazes com quem noivou. Por quê?
9. A senhora falou que quando foi receber a indenização pela morte do seu filho, recebeu uns papéis que vieram do Rio de Janeiro. Que papéis eram esses?
10. A senhora me disse também que morou numa favela. Essa favela era em Teresina ou em Nazária? A senhora morou lá com quem e por quanto tempo? Por que a senhora saiu do interior e foi morar na favela?

APÊNDICE H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Abrigo São Lucas está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “*Entre lembranças e esquecimentos: a historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos*”, de autoria da pesquisadora **Ana Cristina Guimarães Carvalho**, aluna do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Cariri – PPGGB, sob a orientação do professor Dr. Marcelo Eduardo Leite.

O estudo se destina a analisar como as memórias individuais, enquanto elementos informacionais, contribuem para a representação da cidade de Teresina e construção da memória coletiva. A coleta de dados desta pesquisa será realizada por esta estudante mediante entrevistas gravadas em áudio.

Esta pesquisa pretende buscar, através dos relatos dos idosos entrevistados, o conhecimento das suas próprias histórias de vida, analisando-as enquanto instrumento de representação da realidade e seus desdobramentos em direção à construção da memória coletiva da cidade de Teresina.

Como toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos pode desencadear eventuais riscos aos participantes, pontuamos os seguintes: o despertar de lembranças reprimidas que causem aos idosos sentimentos desagradáveis, como sensação de tristeza momentânea e, o bloqueio cognitivo em razão da rememoração de episódios traumáticos. Logo, os riscos aqui previstos são de ordem psicológica, intelectual e/ou emocional. Por outro lado, conhecer as histórias de vida dos participantes contribuirá para valorizar a sua experiência, como também descobrir versões de acontecimentos sociais não descritos na

história oficial. A participação desta Instituição na pesquisa não é remunerada, tampouco acarretará despesas para os participantes.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Teresina, _____ de _____ de 2018.

Ana Cristina Guimarães Carvalho
Pesquisadora responsável
anacarvalho.biblio@gmail.com

APÊNDICE I – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “*Entre lembranças e esquecimentos: a historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos*”. Meu nome é **Ana Cristina**, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Biblioteconomia.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se o(a) senhor(a) aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à esta pesquisadora. Esclareço que em caso de recusa na participação o (a) senhor(a) não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas por esta pesquisadora, através de telefone pessoal informado à direção do Abrigo São Lucas, inclusive, sob forma de ligação a cobrar.

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, o(a) senhor(a) também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal do Piauí, pelo telefone **(86) 3237-2332**, pelo email **(cep.ufpi@ufpi.edu.br)** ou no seguinte endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga, Pró Reitoria de Pesquisa – PROPESQ, CEP: 64.049-550 - Teresina - PI.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa tem como título “*Entre lembranças e esquecimentos: a construção da historicidade de Teresina-PI pelas memórias de idosos*” e busca analisar como as memórias individuais, enquanto elementos informacionais, contribuem para a construção da memória coletiva da cidade de Teresina. Através dos relatos dos idosos entrevistados, pretendemos conhecer suas histórias de vida e analisá-las enquanto instrumento de representação da realidade e seus desdobramentos em direção à construção da memória coletiva. A coleta de dados desta pesquisa será realizada por esta estudante mediante entrevistas gravadas em áudio.

As pesquisas envolvendo seres humanos podem gerar alguns riscos aos seus participantes. Nesta pesquisa, os riscos que podem acontecer são: o despertar de lembranças reprimidas que causem sentimentos desagradáveis, como sensação de tristeza momentânea e, a recusa de resposta a determinadas perguntas em razão da rememoração de episódios traumáticos. Logo, os riscos aqui previstos são de ordem psicológica, intelectual e/ou emocional. Por outro lado, conhecer sua história de vida contribuirá para valorizar sua experiência, como também descobrir versões de acontecimentos sociais não descritos na história oficial. Sua participação nesta pesquisa não será remunerada, nem lhe trará despesa alguma.

Vale lembrar que nesta pesquisa garantiremos o sigilo da sua identidade. Seu nome verdadeiro **NÃO** será revelado, sendo atribuído um nome fictício em seu lugar. Em qualquer momento da pesquisa, o(a) senhor(a) poderá desistir de sua participação, sem sofrer qualquer tipo de penalidade. Também poderá, em qualquer momento da entrevista, se recusar a responder perguntas que lhe causem sofrimento ou constrangimento.

Consentimento de participação na pesquisa

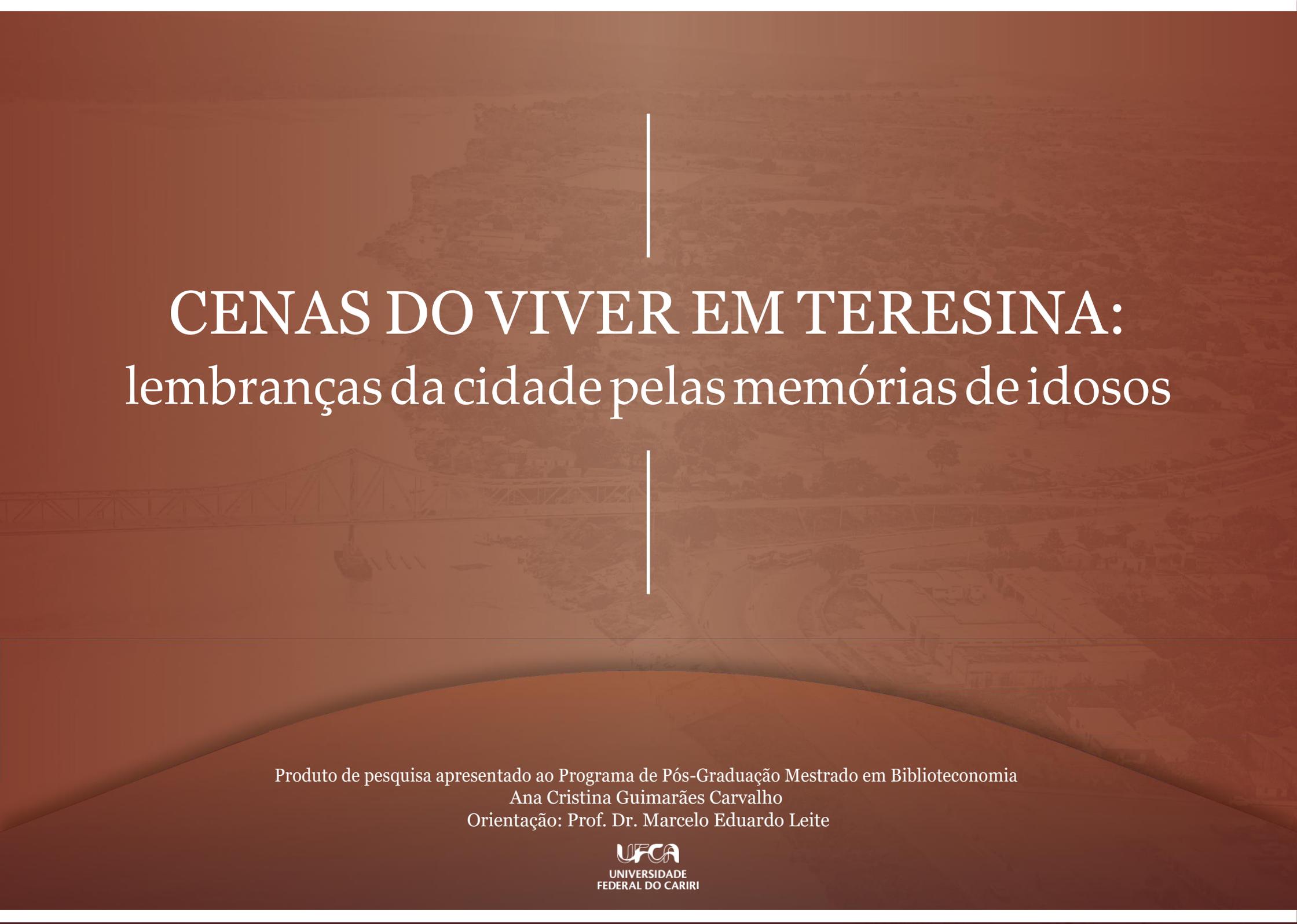
Eu,, inscrito(a) sob o RG/CPF/, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “*Entre lembranças e esquecimentos: a historicidade de Teresina pelas memórias de idosos*”. Informo ter mais de 18 anos de idade e, destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável **Ana Cristina Guimarães Carvalho**, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Teresina, ____ de _____ de 2018.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

APÊNDICE J - Produto de Pesquisa
Cenas do viver em Teresina: lembranças da cidade pela memória de idosos



CENAS DO VIVER EM TERESINA: lembranças da cidade pelas memórias de idosos

Produto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Biblioteconomia
Ana Cristina Guimarães Carvalho
Orientação: Prof. Dr. Marcelo Eduardo Leite

APRESENTAÇÃO

Teresina: Post Card 1957-1977

Post Card 1957

Na praça Marechal Deodoro
Às nove horas falavam
Da UND e do Americam-Can

Um louco Jaime fazia ponto no cruzamento
Da Barroso com a Senador Pacheco sem saber
Que há tempo existia a Guerra Fria

Quinta-feira era dia de matar o tempo
Na praça Pedro Segundo enquanto os sapos
Copulavam nos lajedos do tanque

Na tertúlia do Clube dos Diários
Uma geração embalava no marasmo
Esquecendo tudo mais

Nos canteiros da avenida Frei Serafim
Os cupins construía suas casas
Fiando estranha quietude

No Bar Carnaúba o sol roía o marrom
Das tabículas das mesinhas ao passo que
Os homens de casimira cinza faziam planos

Na Paissandú os bêbados
Pregavam subversão
E um bolero esquentava as entranhas da noite

Nas calçadas da Simplício Mendes
Um rosto magro Madalena deixava brotar
Estranhamente um sorriso largo de espera

No Mercado Central pretas carnudas
Vendiam frito de tripa de porco
Fígado picado e caninha

No cais do Parnaíba piabas
Prata saltavam das águas salobras
Como no sonho de meninos.

Post Card 1977

Na praça Marechal Deodoro
Às nove horas há velhos com suas memórias
Recompondo o tempo

No cruzamento da Barroso com
a Senador Pacheco há um sinal que não raro
Enrenca desafiando a rotina

Quinta-feira é um dia qualquer
E na praça Pedro Segundo a mudança notável
É a da posição da estátua que parece sorrir

Não há tertúlias no Clube dos Diários
As baratas medrosas saem das bocas-de-lobo
Admiram os caixotes de cerveja empilhadas e fogem

Nos canteiros da avenida Frei Serafim
Putas acenam com gestos medidos
A fome é mais forte que o medo

Não há Bar Carnaúba mas os homens
De casimira cinza continuam fazendo planos
Cogitando não aceitando irreverências

A Paissandú agoniza
Os bêbados já não falam tanto
E a frieza da noite venceu o calor dos boleros

Madalena morreu de câncer
E nas calçadas da Simplício Mendes
Não há nada que lembre a sua presença

No Mercado Central negrinhos descarnados
Catam laranjas e limões podres
Em plena manhã de maio

O Parnaíba continua lavando as almas pagãs dos
Meninos fujões
Roendo as pedras do cais com a mesma raiva.

O poema *Teresina Post Card 1957/1977*, de autoria de Paulo Machado, retrata dois momentos distintos da cidade de Teresina. Em 1957, Teresina se mostra pacata, singela, pitoresca. Nela, a vida se dá a passos lentos e os ares provincianos mantêm-se impecavelmente. O encontro de amigos no entorno da praça a conversar sobre política ou novidades do universo norte-americano, as animadas tertúlias no Clube dos Diários, os calorosos debates da elite intelectual teresinense a espreitar-se no Bar Carnaúba, o cair da noite nos bordéis da boêmia rua Paissandu e os inesquecíveis tipos populares são quadros que compõem a paisagem física e sentimental da Teresina de outrora. Uma Teresina bucólica e descompromissada com o ritmo acelerado das grandes metrópoles, revelada através de um mergulho ao passado. Passado este que, a inexorabilidade do tempo não conseguiu corroer e ainda subsiste nas memórias de quem a viu assim: pacata, singela e pitoresca.

Vinte anos depois, a Teresina que se tem ensaia passos de cidade moderna, profundamente modificada não apenas pela ação do tempo, como também pela ação de seus gestores que nela introduzem, subtraem e remodelam espaços, atribuindo-lhes novas funções e configurações, ajudando, sob as marchas do progresso, a descaracterizar a cidade serena, cujo ritmo calmo da vida vai, gradativamente, desaparecendo. Aqueles ares de simplicidade e tranquilidade dão lugar ao ritmo frenético e impessoal das grandes cidades. Logo, o momento descrito neste segundo cenário é de ausências. A cidade que no passado recebeu de um ilustre visitante a designação de Cidade Verde, já não conta com o imenso arvoredado sob os telhados desbotados que chamou a atenção do poeta maranhense. As praças deixaram de ser o lugar das reuniões obrigatórias, onde se realizava a crônica viva do cotidiano, para transformarem-se em meros ambientes de passagem ou espaços para a exclusiva prática da rememoração.

No Clube dos Diários já não há mais tertúlias, o Bar Carnaúba foi demolido, a zona boêmia da Paissandu para sempre desapareceu. Nas calçadas da rua Simplício Mendes, não se enxerga mais Madalena. Na avenida Frei Serafim, prostitutas se arriscam para sobreviver, do mesmo modo, crianças negras, no Mercado Central, catam laranjas e limões para ludibriar a fome.

Teresina Post Card 1957/1977 é um ponto de vista sob a história da cidade, história que se constrói alicerçando-se sobre uma infinidade de outros pontos de vistas mais. Sob o olhar subjetivo de seu autor, Teresina é significada a partir de sua própria experiência e das impressões que tece da realidade a lhe cercar. Com este Memorial Descritivo, elaborado a partir das memórias de idosos residentes na Fundação Abrigo São Lucas, também propomos apresentar pontos de vista sobre sua historicidade, com imagens que dialogam com o relato de pessoas que engajaram-se na trama do viver em Teresina, revelando o movimento dinâmico desta cidade ardente, com seus anos dourados e seus ares modernos, cuja imagem é construída por homens e mulheres que a trazem na lembrança e no coração.

Para uma leitura fluida das histórias e imagens aqui retratadas, preferimos não identificá-las no primeiro momento, a fim de proporcionar ao leitor uma percepção própria e subjetiva dos contextos visual e narrativo aqui presentes. Ao final da obra, um índice com suas respectivas identificações e informações, segundo a narrativa historiográfica oficial, é apresentado, para o deleite dos amantes de Teresina e sua história.

*Ana Cristina Guimarães Carvalho
Teresina, março de 2019.*



Andei muito no rio Parnaíba. Gostava de ir pra lá depois da escola, tomar banho, brincar nas águas do rio. Era a minha diversão. Ia também pra lavar roupa, quando já trabalhava em casa de família, porque naquele tempo, não tinha água nas casas e a gente precisava ir a poços ou ao rio pegar água pra fazer as coisas do dia a dia. Quando eu estava lá, via os navios que andavam rio abaixo, rio acima. Eu achava bonito e sentia vontade de estar lá dentro também, mas nunca tive condições pra isso. Então, eu me contentava apenas em olhar de longe e imaginar como seria percorrer o rio a bordo daquelas grandes engenhocas que parecia deslizar sobre as águas.

OTAVIANA, 2018. Aos 96 anos.



Quando eu era criança, que ia pro Rio Parnaíba depois da escola, no caminho, passava pelo Asilo dos Alienados. Eu parava lá e subia em uma pedra bem grande que tinha do lado de fora pra olhar por cima da mureta. Queria ver os doidos, saber o que eles faziam. Teve um dia que um dos doidos de lá disse assim comigo: vem cá, vem cá! E eu respondi: Deus me livre de ir até tu! Eles faziam tanta coisa e eu, de tanto observar, perdia a noção do tempo. Eu me entretinha naquilo até que uma hora descia e seguia o meu caminho.

OTAVIANA, 2018. Aos 96 anos.



A primeira casa onde trabalhei era de um soldado do Exército, de nome Simplício. Nela, ele vivia com a mulher, dona Raimunda, e os quatro filhos. Os filhos deles eram crianças, assim como eu. A menina, a mais velha dos quatro, era quase da minha idade. Talvez mais nova um ou dois anos. Depois de fazer todas as tarefas de casa, eu costumava brincar com eles, porque era o que eu realmente gostava de fazer. Um dia, os pais dessas crianças saíram e ficamos sozinhos em casa. A gente começou a brincar de se esconder. Os meninos saíram em busca de um esconderijo e eu e a menina fomos à procura deles. Na procura, a gente cantava uma canção que dizia assim: “Seu presidente, seu presidente chegou no campo de aviação. Seu presidente, seu presidente, veio passear de avião!” A inspiração para a cantiga veio dos primeiros aviões que começaram a aparecer em Teresina, trazendo dentro dele pessoas ilustres como o presidente do Brasil.

OTAVIANA, 2018. Aos 96 anos.



Quando eu era criança, nas casas onde morei com minha família, não tinha nem água nem luz. E para cozinhar, a gente usava lenha catada nas matas, perto do campo de aviação de Teresina. No percurso para buscar a lenha, a gente acabava parando lá, só pra olhar os aviões subindo e descendo. Eles voavam com gente que pagava pra passear e, nós, lá embaixo, só olhando. Aquilo era uma verdadeira atração que chamava a atenção de muita gente. O campo de aviação estava sempre lotado. Alguns, no intuito de ganhar uns trocadinhos, aproveitavam a grande quantidade de pessoas que apareciam e vendiam milho e outras coisas. Tinha gente que ia pra lá até de noite só pra vê o avião voar. Nem as muriçocas que mordiam sem piedade, afastavam os curiosos que queriam ver os aviões. Naquele tempo, aquilo era uma grande animação!

OTAVIANA, 2018. Aos 96 anos.



Antes de estudar na Escola Industrial, onde eu aprendi a profissão de forjador de serralheiro, eu estudei no Grupo Escolar Abdias Neves, que ficava no Alto da Moderação, local hoje conhecido como praça do Fripisa. Lá eu fiz o primário. Meus colegas eram de origem simples, variando entre classe média e baixa. O quadro de professores da escola era formado em maioria por mulheres. A diretora era uma parnaibana. Chamava-se Áurea e morava quase em frente ao Hospital Getúlio Vargas. Era da família do famoso coronel Gayoso. Depois que terminei o primário nessa escola, fui para a Escola Industrial e de lá eu saí pra servir à Marinha do Brasil.

JERÔNIMO, 2018. Aos 91 anos.



Um outro lugar que eu costumava frequentar era Timon, no Maranhão, conhecida antigamente por Flores. Lá, eu tinha um amigo que montou uma oficina de forjador de serralheiro e eu ia visitá-lo vez em quando. Pra chegar em Timon, eu ia pela ponte metálica, que na época era até muito perigosa para o passeio de pedestres. Não tinha asfalto nela, eram só os dormentes que ficavam longe uns dos outros, por isso era preciso muito cuidado e atenção na hora da travessia. Qualquer distração poderia fazer você cair no rio e aí era fatal. Eu costumava passar me segurando nas abas da chapa da ponte pra não cair. Apesar de tudo, eu não tinha medo. Era jovem.

JERÔNIMO, 2018. Aos 91 anos.



A praça Pedro II também fez parte da minha vivência em Teresina. Eu ia pra lá pra namorar. Lá, tinha a praça de baixo e a praça de cima, essa conhecida como “praça das curicas”. Curicas eram as garotas que trabalhavam em casa de família e cuidavam das crianças. Quando eu ia pra lá, ficava variando entre a praça de cima e a praça de baixo, mas gostava mesmo da praça de cima, lá era mais fácil arranjar namorada. Era na parte de cima que também ficava o coreto onde a banda da Polícia Militar, na época, Força Pública, tocava. As retretas aconteciam no dia de domingo. Meu pai, que era da corporação e músico, chegou a tocar na banda e eu fui algumas vezes assistir. Ficava acompanhando de longe e quando arranjava uma namorada, apontava meu pai tocando na banda pra ela.

JERÔNIMO, 2018. Aos 91 anos.



Se eu andei na praça Pedro II? Ave Maria, demais! Costumava ir pra lá com minha mãe, minhas colegas e, às vezes, quando minha mãe não podia, a mãe de alguma colega minha ia também. Lá tinha o quartel da Polícia em frente, o teatro, o cinema e um lago também, onde eu costumava passear ao redor. Também ia ao cinema que ficava em frente. Na praça ou no cinema, ia pra namorar. A praça tinha duas partes, a baixa e a alta. Eu gostava mais da parte de baixo. Lembranças muito boas eu tenho desse lugar!

FRANCISCA MARIA, 2018. Aos 77 anos.



Uma das muitas casas em que morei ficava bem pertinho do Albertão. Eu me lembro que costumava levar meu filho mais velho pra assistir aos jogos de futebol lá, porque ele gostava muito de bola. Depois que eu tive meu filho mais novo, passei a levar ele também. Quando tinha jogo, eu ia com eles assistir, eles ficavam sentadinhos do meu lado. Criei meus filhos do mesmo jeito que meus pais me criaram: acompanhando eles em tudo. No dia da inauguração do estádio, soube que houve o maior tumulto. Eu já morava lá perto, mas não fui, apenas ouvi falar.

FRANCISCA MARIA, 2018. Aos 77 anos.



Outro divertimento que eu adorava eram os desfiles de 7 de Setembro que aconteciam todos os anos no centro de Teresina, geralmente na avenida Frei Serafim, bem pertinho da igreja São Benedito. Eu nunca desfilei, mas não deixava de assistir um! Eu era jovem, solteira então tinha tempo pra viver essas coisas. Esses eventos arrastavam multidões, eles estavam sempre cheios de gente, todo mundo queria olhar. Eu ia pra esses eventos acompanhada da mesma turma como quem eu costumava ir pra o cinema do teatro, na praça Pedro II.

FRANCISCA MARIA, 2018. Aos 77 anos.



Ah, a praça Pedro II... tenho lembranças tão boas de lá! Frequentei muito esse lugar, cenário de alguns romances meus. Adorava ir pra lá pra namorar. O cinema e o teatro, que ficavam ali em frente, foram espaços onde eu vivi momentos maravilhosos! E ainda tinha o Bar Carnaúba, como me lembro! Cheguei a tomar algumas cervejinhas por lá, além de arranjar namorado, todos bonitos porque eu não gostava de homem feio! Eu tinha vinte anos, então queria era estar no movimento! Em todas as vezes que eu fui, o Bar estava sempre cheio, as pessoas que frequentavam a praça Pedro II gostavam de ir pra lá. Havia música, as pessoas marcavam encontro, namoravam, se divertiam. O Bar Carnaúba também fez parte da minha vida.

EFIGÊNIA, 2018. Aos 72 anos.



No Teatro 4 de Setembro eu assisti muito filme. No Cine Rex também, mas eu preferia mesmo era o teatro. Aproveitava o escurinho do cinema pra namorar! A entrada não era muito cara e eu mesma pagava porque eu já trabalhava de costureira e ganhava meus trocadinhos. Quando eu chegava cedo, ficava nas cadeiras de baixo que eram as mais procuradas. Em cima, só ficava quando chegava tarde e só tinha vaga lá. Além dos filmes, eu assisti também as apresentações dos artistas que vinham de fora. Ângela Maria, Orlando Dias e Nelson Gonçalves eu conheci foi lá.

EFIGÊNIA, 2018. Aos 72 anos.



Vivendo em uma família que amava música e tendo como inspiração as canções de Ângela Maria, Nelson Gonçalves e Orlando Dias, nada poderia ser mais natural do que a minha aproximação com o universo musical. Na Rádio Difusora de Teresina, havia programas em que artistas locais cantavam ao vivo, acompanhados por uma banda. Eu tive esse prazer! Cheguei a cantar algumas vezes nos programas da Rádio que iam ao ar aos domingos. Eu ficava sentada no auditório, junto com outras pessoas e o apresentador chamava a gente pelo nome. Minhas colegas, minha mãe, meu tio Geraldo, que me queria muito bem, ficavam em casa, me ouvindo pelo rádio. Como disse, a música era uma paixão de família. Minha mãe tocava violão, meu tio Geraldo, saxofone, um outro tio, trombone e eu cantava. Nunca me esquecerei dessa fase linda da minha vida!

EFIGÊNIA, 2018. Aos 72 anos.



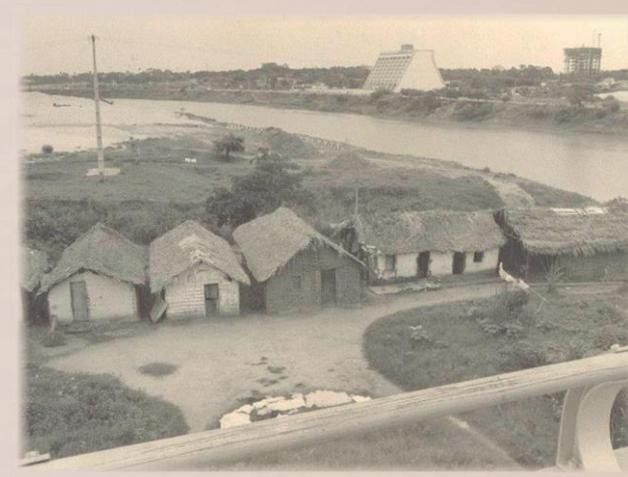
Minha vida, toda vida, foi ligada à religião. Comportamento que herdei de meus pais. Eles também eram muito religiosos e não perdiam as missas de domingo por nada! Quando a gente morava na Piçarra, eles costumavam frequentar a igreja São Benedito. Foi lá que eles se casaram. Eu já era nascida quando isso aconteceu. O casamento deles era registrado só no civil quando a paróquia de São Benedito, num movimento global de ações comunitárias, convidou casais que desejassem o sacramento do matrimônio e realizou o casamento de graça. Foram muitos casais que participaram e no dia do casamento, minha mãe acabou levando uma queda ao enfiar o pé num buraco. Apesar disso, ela seguiu em frente no seu objetivo e oficializou a união com meu pai diante da igreja. Eu não fui ao casamento deles, pois precisava ficar em casa, olhando a casa e fazendo as tarefas nossas de cada dia.

GRACIENA, 2018. Aos 71 anos.



Outra coisa que herdei de minha mãe foi o tipo de trabalho que realizei ao longo de minha vida. Ela era lavadeira e lavadeira eu também me tornei. Com essa ocupação eu sou aposentada. Sempre paguei meu INSS a partir do dinheirinho que conseguia com o lavado de roupa. Era pouco, mas eu sobrevivi, sem precisar trabalhar como empregada na casa de ninguém. Hoje, com orgulho posso dizer: sou aposentada como lavadeira autônoma! Ainda me lembro de como tudo começou. Eu tinha sete anos e acompanhava minha mãe no rio, primeiro o Parnaíba, depois o Poti, ajudando como eu podia nas tarefas do dia a dia. Quando a gente ia pro rio, era o dia todo. A gente levava uma bandinha de rapadura, um frito de tripinha de porco e só vinha de tarde. Enquanto minha mãe lavava a roupa, eu catava umas piabinhas pra gente comer no jantar. Quando a gente chegava em casa, minha mãe ia gomar toda aquela roupa no ferro a brasa, com carvão comprado na noite anterior e eu, que já sabia fazer as coisas, ia preparar as piabinhas, um feijão e um arroz.

GRACIENA, 2018. Aos 71 anos.



As casas onde morei sempre ocuparam um lugar especial em minhas memórias. Mesmo simples, eu preferia estar lá do que estar na rua, em festas, praças ou qualquer outro tipo de movimento. Sempre fui muito reservada e conduzi a minha vida seguindo o percurso casa-igreja, igreja-casa. Uma determinação dos meus pais? Talvez. Mas o fato é que nesse estilo de vida, simples e pacato, eu realmente me encontrava. Ainda me lembro de uma das minhas primeiras casas. Era alugada e ficava no bairro Piçarra. Ela tinha as paredes de taipa e o teto de palha. Foi quando o prefeito, Petrônio Portela, comprou um terreno que pertencia à Polícia Militar pra fazer o conjunto de casas populares, Monte Castelo. Meu pai, que era policial militar, conseguiu um terreno lá e vendeu uma bicicleta para fazer a nossa casa. Ela tinha as paredes de taipa e o teto de palha e assim que foi levantada, nós passamos pra dentro, à luz da lamparina porque não tinha luz naquele tempo. O conjunto mesmo foi aberto em 1967, mas nós chegamos lá em 1962 quando tudo ainda era mata, não tinha nada ao redor.

GRACIENA, 2018. Aos 71 anos.

Índice e notas das imagens

Página / Descrição

- 5 Imagem 1 - **Navegação no Rio Parnaíba** [193-?]. Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Teresina. Autor desconhecido.
- Nota:** A navegabilidade do Rio Parnaíba teve o seu auge nas décadas de 1920, 1930 e 1940, embora estivesse autorizada pela Capitania dos Portos desde 1903. Várias empresas devidamente registradas e organizadas trafegavam pelo rio com um número considerável de embarcações, transportando passageiros e mercadorias procedentes de outros estados brasileiros e do exterior. O rio também era utilizado para outros fins, como fonte de suprimento hídrico, lazer e trabalho, onde se realizavam as atividades de higienização de roupas, sobretudo, da população carente, dada a irregularidade do abastecimento de água na capital. Hoje, do rio Parnaíba só se aproveita o fornecimento de energia elétrica e o abastecimento de água de algumas cidades, entre elas, Teresina. Faltam ser exploradas suas potencialidades nos aspectos da navegação, irrigação, piscicultura, desenvolvimento agropastoril, promoção de novos tipos de cultura adaptadas às condições locais e até mesmo, o próprio turismo (TAVARES, 2003).
- 6 Imagem 2 - **Asilo dos Alienados** [192-?]. Fonte: BARROS, [19-]. Autor desconhecido.
- Nota:** Instalado em 1908, o Asilo dos Alienados foi idealizado pelo então governador do estado, Dr. Areolino de Abreu, com a finalidade de prestar à população teresinense tratamento psiquiátrico adequado, até então realizado em casa - no caso das famílias abastadas - ou na rua, pelas ações filantrópicas da igreja católica. Situado inicialmente na praça Campo de Marte, hoje conhecida como praça João Gayoso, no centro norte de Teresina, o Asilo permaneceu nesta localização até 1968, quando foi transferido para um novo prédio, situado no bairro Primavera, ao norte da cidade. Anterior a esta data, em meados dos anos 1940, uma nova denominação lhe foi atribuída: Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, numa homenagem ao seu fundador. O velho prédio do Asilo dos Alienados foi demolido na década de 1970 e em seu lugar, construída uma escola. O Hospital Areolino de Abreu atua até hoje na mesma localização em que fora inaugurado no final dos anos 1960 (BARROS, [19-]).

- 7 Imagem 3 - **Esquadrilha de três aviões sobrevoando Teresina** (1930). Fonte: Acervo Dulce Rosa de Oliveira. In: TERESINA: 1852-2002, 2002. Autor desconhecido.
- 8 Imagem 4 - **Primeiros aviões a pousarem em Teresina** (1930) Fonte: Acervo Dulce Rosa de Oliveira. In: TERESINA: 1852-2002, 2002. Autor desconhecido.
- Nota:** Na década de 1930, chegaram os primeiros aviões em Teresina com a proposta de diminuir distâncias, facilitar a comunicação, com o serviço de Correio Aéreo Nacional e aproximar a cidade das demais capitais brasileiras (NASCIMENTO, 2015).
- 9 Imagem 5 - **Grupo Escolar Abdias Neves** (194-?). Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Teresina. Autor desconhecido.
- Nota:** Trata-se de uma escola primária que funcionou, a priori, em casa alugada, adaptada para o uso escolar e depois, transferida para o prédio retratado na imagem. O imóvel, construído pelo poder público, data do início dos anos 20 e sediou o Grupo Escolar Demóstenes Avelino e o Grupo Escolar Abdias Neves. Depois, abrigou provisoriamente o Liceu Piauiense e em 1948 tornou-se a sede da Faculdade de Direito do Piauí até 1973, quando foi criada a Universidade Federal do Piauí. Desde 1973 o prédio abriga a Biblioteca Pública do Estado (BARROS, [19-]).
- 10 Imagem 6 - **Vista aérea de Teresina com destaque para a ponte João Luís Ferreira - Ponte Metálica** (1979). Fonte: GUTEMBERG, 2017. Autor: Guilherme Müller.
- Nota:** Com o objetivo de estabelecer um transporte rápido e eficiente entre São Luís e Teresina, em 1922, é iniciada a construção da Ponte João Luís Ferreira, popularmente chamada de Ponte Metálica. Após dezessete anos de obras, sua inauguração oficial aconteceu em dezembro de 1939. Com 270 metros e 702 toneladas de ferro, a Ponte Metálica é um dos mais importantes cartões-postais da cidade de Teresina (TAVARES, 2003).

- 11 Imagem 7 - **Praça Pedro II com quartel da Força Pública (atual Polícia Militar) ao fundo** (196-). Fonte: GUTEMBERG, 2017. Autor: Guilherme Müller.

Nota: O prédio abrigou a Polícia Militar do Piauí de meados dos anos 1860 até 1978, quando uma nova sede foi construída para a corporação. No atual prédio, desde 1983, funciona o Centro de Artesanato do Piauí (BARROS, [19-]).

- 12 Imagem 8 - **Praça Pedro II com largo artificial** (196-). Fonte: GUTEMBERG, 2017. Autor: Guilherme Müller.

Nota: O pitoresco lago, inserido no centro da praça Pedro II durante a reforma realizada na década de 1950, tornou-se o cenário predileto de fotógrafos para a composição de retratos dos teresinenses. A intervenção paisagística de 1970, no entanto, descaracterizou completamente a proposta urbanística anterior, resgatada semente em 1998, após nova reestruturação. Porém, alguns elementos arquitetônicos presentes até os anos 1950 não mais foram inseridos, dentre eles, o lago artificial (P2, [200-]).

- 13 Imagem 9 - **Estádio O Albertão (1976)**. Fonte: GUTEMBERG, 2017. Autor: Guilherme Müller.

Nota: Idealizado pelo então governador do Estado, Alberto Tavares Silva, o estádio que levava o seu nome, foi inaugurado em 1973 e se tornou um marco para a sociedade piauiense. A presença de um estádio de grande porte na dinâmica da cidade de Teresina trouxe muitas alegrias até para os que se opuseram à sua construção, por acreditar que havia demandas mais urgentes à época e que tal obra não seria útil, conveniente e nem oportuna. O Albertão, como ficou conhecido pela população teresinense, surgiu seguindo uma tendência de modernização urbanística, vivenciada por todas as capitais brasileiras, no chamado “milagre brasileiro” ou “milagre econômico”, onde o governo ditatorial, a fim de promover uma “unidade na adversidade” injeta recursos públicos em vários segmentos sociais, dentre eles, o esporte, explorando ao máximo os efeitos do futebol na sociedade. Hoje, o Albertão faz parte de um patrimônio histórico e arquitetônico do Piauí (FEITOSA; SANTOS, 2016).

- 14 Imagem 10 - **Desfile cívico 7 de Setembro na avenida Frei Serafim** (1968). GUTEMBERG, 2017. Autor: Guilherme Müller.

Nota: A mais importante avenida da cidade, assim batizada em homenagem ao missionário italiano responsável pela construção da Igreja São Benedito – Frei Serafim de Catânia – foi palco de inúmeros eventos cívicos e sociais, inicialmente realizados na avenida Antonino Freire e na praça Pedro II. Na qualidade de mais antiga comemoração cívica realizada na avenida, o desfile de 7 de Setembro atraía a presença de muitas famílias. Estudantes das principais escolas de Teresina, tropas militares do Exército, policiais militares, civis e bombeiros atravessavam a avenida sob aplausos do público empolgado. Hoje, poucas escolas desfilam na Frei Serafim, dado o aumento expressivo de instituições de ensino em Teresina, o que levou à descentralização das festividades em comemoração ao dia da pátria (MATOS, 2017).

- 15 Imagem 11 - **Bar Carnaúba na praça Pedro II (196-)**. Fonte: GUTEMBERG, 2017. Autor: Guilherme Müller.

Nota: O Bar e Restaurante Carnaúba, situado na Praça Pedro II, funcionou de meados da década de 1950 ao início dos anos 1970, quando foi demolido em reforma realizada na praça nesta última década. Era um importante ponto de encontro de políticos, intelectuais e artistas da cidade, além dos casais. Lá eram oferecidos sorvetes, saladas, cremes, doces e refrescos, bebidas nacionais e estrangeiras e pratos de dar água na boca. Orgulhava-se de sua cozinha moderníssima, com suas instalações rigorosamente higienizadas, especializada em banquetes e coquetéis (MORAIS, 2014).

- 16 Imagem 12 - **Praça Pedro II com Teatro 4 de Setembro ao fundo** (196-). Fonte: GUTEMBERG, 2017. Autor: Guilherme Müller.

Nota: Situada no centro da cidade, a praça Pedro II se consolidou como reduto de todas as camadas sociais teresinenses, a partir do final dos anos 1930. Cercada pelo principal teatro da cidade, o 4 de Setembro e pelo Cine Rex, o mais famoso dos cinemas de Teresina, a praça apresentava uma vocação natural para o desenvolvimento de atividades voltadas para a arte, o lazer e o turismo, desempenhando um papel especial no contexto de sociabilidades praticadas pela população de Teresina.

17 Imagem 13 - **Apresentação musical nos estúdios da Rádio Difusora de Teresina** (s.d). Fonte: Acervo José Lopes Santos. In: TERESINA: 1852-2002. Autor desconhecido.

Nota: A Rádio Difusora de Teresina foi a primeira rádio da capital, fundada em julho de 1946. Contudo, seu funcionamento efetivo se deu dois anos depois, em julho de 1948. Na programação da rádio havia o radiojornalismo, musicais, programas esportivos, programas de auditório e radionovelas, seguindo uma tendência dos grandes centros radiofônicos. Deste modo, a rádio Difusora desempenhou um papel sociocultural, constituindo-se como meio de comunicação de massa que gerou espaço para sociabilidades, cultura e lazer para a população teresinense (LIMA, 2007).

18 Imagem 14 - **Igreja São Benedito** (1967) Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Teresina. Autor: Guilherme Müller.

Nota: Principal marco da Avenida Frei Serafim, a Igreja São Benedito é anterior à mais importante via da cidade. Idealizada por um missionário italiano, sua construção data do final do século XIX. O local escolhido para a edificação do templo, denominado à época, Alto do Jurubeba, proporcionava visibilidade completa da cidade. Ademais, cercava-se de simbologias religiosas, onde manifestações de fé eram praticadas espontaneamente por muitas pessoas, sobretudo, por escravos alforriados e descendentes de escravos que ali oravam e cumpriam promessas. Seu nome é uma homenagem a São Benedito, um negro italiano descendente de escravos africanos, canonizado no início do século XIX pelo papa Pio VII (MATOS, 2017).

19 Imagem 15 - **Lavadeiras no rio Parnaíba** (1974). Fonte: Acervo Paulo Gutemberg. In: TERESINA, 2002. Autor: Guilherme Müller.

Nota: Até meados dos anos 1970, era comum encontrar às margens dos rios de Teresina, lavadeiras autônomas ou não, que trabalhavam na informalidade para sobreviver. Entre as causas provocadoras desta realidade estão: a ausência de um sistema de abastecimento de água extensivo a toda a população; a oferta de empregos formais, geralmente em quantidade incompatível com a demanda de mão de obra disponível e, a desqualificação desta mão de obra para exercer as atividades de um mercado de trabalho cada vez mais moderno e exigente (CARDOSO NETO, 2017).

20 Imagem 16 - **Casas de palha à beira do rio Parnaíba (196-)**. Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Teresina. Autor desconhecido.

Nota: Antes da construção dos grandes conjuntos habitacionais, iniciada no final da década de 1960, em Teresina, prevaleciam as moradias com cobertura de palha. Em um passado mais remoto, até mesmo autoridades residiam neste tipo de construção. Com o projeto de modernização conduzindo as ações dos gestores públicos, as casas de palha, que se multiplicaram em centenas, ainda no final do século XIX, tornaram-se proibidas. Contudo, a população mais carente continuou a produzir este tipo de edificação em regiões mais afastadas do centro, levando a um cenário de segregação socioespacial (MATOS, 2017).

Referências

BARROS, Edison Gayoso Castelo Branco. **Theresina Teresina**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina; Gráfica e Editora Júnior, [19--].

CARDOSO NETO, Francisco Soares. De margem a margem: memórias das lavadeiras e as normas de modernização. *In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, FICÇÃO E PODER: oralidade, imagem e escrita*, 11., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros; SANTOS, Livia Maria Macêdo. **Estádio Governador Alberto Tavares Silva**: patrimônio moderno dentro de um contexto urbanístico e histórico na cidade contemporânea. Teresina, 2016. Disponível em: http://docomomo.org.br/wpcontent/uploads/2016/01/012R.pdf&sa=U&ved=2ahukEwjAv4mahfPgAhVOI7kGHZ5Y CZgQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw0cG10C_8o-FzPPRBWγ0PNi. Acesso em: 20 fev. 2019.

GUTEMBERG, Paulo. **Guilherme Muller e a invenção visual de Teresina**. Teresina: Livraria e Editora Nova Aliança, 2017.

LIMA, Nilsangela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3**: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948 - 1962). 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

MATOS, Matias Augusto de Oliveira. **Avenida Frei Serafim**: lembranças de um tempo que não se acaba. Teresina: W Lage; Alínea Publicações Editora, 2017.

MORAIS, Genu. **A praça Pedro II e o Bar Carnaúba**: Teresina da década de 1960. Teresina, 2014. Disponível em: <https://www.meionorte.com/blogs/josefortes/a-praca-pedro-ii-e-o-bar-carnauba-teresina-da-decada-de-1960-por-genu-moraes-295115>. Acesso em: 20 fev. 2019.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

P2: Praça Pedro II: dos anos 1930 a 1990. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, [200-].

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no século XX**: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TERESINA: 1852-2002. Teresina: Halley Gráfica e Editora, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética (UFPI)

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Memória e esquecimento: lembranças de idosos como fonte de informação no processo de construção identitária e formação da memória coletiva

Pesquisador: ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83185817.8.0000.5214

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.527.802

Apresentação do Projeto:

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: lembranças de idosos como fonte de informação no processo de construção identitária e formação da memória coletiva JUAZEIRO DO NORTE 2017. O projeto é de autoria de Ana Cristina Guimarães Carvalho - MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA.

A coleta de dados desta pesquisa se dará por meio da realização de entrevistas que serão elaboradas segundo o sistema não estruturado, modalidade de entrevista focalizada, no qual se produz um roteiro prévio que estimula o entrevistado à descrição espontânea dos fatos. A elaboração das perguntas é revestida de uma linguagem simples, favorecendo o seu entendimento pelos participantes. As entrevistas serão gravadas em áudio para a posterior transcrição e análise de seu conteúdo.

Um outro instrumento a ser utilizado para conduzir a construção de narrativas, é a foto-entrevista, uma técnica que consiste na "[...] representação imagética [...] colocada diante dos retratados, buscando uma aproximação com relação aos seus saberes" (LEITE; VIEIRA; SILVA, 2015, p. 220).

Objetivo da Pesquisa:

Analisar como as memórias individuais, enquanto fonte de informação, contribuem para a construção da identidade social e da memória coletiva.

Objetivos específicos:

Endereço: Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO



Continuação do Parecer: 2.527.802

- Observar, no relato dos entrevistados, que informações foram "escolhidas" para perpetuar-se na história de suas vidas;
- Relacionar os relatos individuais aos registros da História Oficial, contextualizando as histórias de vida e os fatos históricos ao tempo e ao espaço.
- Refletir sobre a importância do registro da informação no processo de preservação e salvaguarda da memória coletiva.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Nesta pesquisa, os riscos que podem acontecer são: o despertar de lembranças reprimidas que causem aos idosos sentimentos desagradáveis, como sensação de tristeza momentânea ou fuga das perguntas em razão da rememoração de episódios traumáticos. Logo, os riscos aqui previstos são de origem psicológica, intelectual e/ou emocional. A participação dos idosos na pesquisa não será remunerada, nem acarretará despesas para eles. É garantido o sigilo da identidade dos participantes. Seus nomes verdadeiros não serão revelados, sendo atribuídos nomes fictícios em seus lugares. Em qualquer momento da pesquisa, o(a) idoso(a) poderá desistir de sua participação, sem sofrer qualquer tipo de penalidade. Em qualquer momento da entrevista, o participante poderá se recusar a responder perguntas que lhe causem sofrimento ou constrangimento. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas nos arquivos pessoais da pesquisadora por um período de 2 anos. Após este período, os dados serão destruídos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a pesquisadora, como também para os envolvidos nela como pesquisados e para a sociedade em geral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram anexados na plataforma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto de pesquisa com parecer APROVADO e apto para início da coleta de dados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1043059.pdf	15/02/2018 16:22:31		Aceito

Endereço: Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa
Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
UF: PI Município: TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO



Continuação do Parecer: 2.527.802

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_carimbada.pdf	15/02/2018 16:21:48	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
Outros	Autorizacao_institucional.jpg	08/02/2018 13:10:17	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS.pdf	08/02/2018 13:07:17	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.pdf	08/02/2018 13:05:33	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.pdf	08/02/2018 13:04:06	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	08/02/2018 13:01:29	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_Pesquisadores.pdf	08/02/2018 12:57:33	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_REFORMULADO_PLATAFORMA_BRASIL.pdf	08/02/2018 12:56:56	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	08/02/2018 12:55:00	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/02/2018 12:54:16	ANA CRISTINA GUIMARAES CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 06 de Março de 2018

Assinado por:
Herbert de Sousa Barbosa
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa
Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
UF: PI Município: TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br